

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 054.4.51.O

DATA: 03/04/02

TURNO: Vespertino

TIPO SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

HORA INÍCIO: 13h

HORA TÉRMINO: 19h16min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR(A) PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador	Dt. Devol.
13:06	PE	ALCEU COLLARES	
15:06	GE	ALOIZIO MERCADANTE	
15:26	GE	ALOIZIO MERCADANTE	
15:50	GE	ALOIZIO MERCADANTE	
16:12	GE	VIVALDO BARBOSA	

Observações:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 054ª Sessão, em 03 de abril de 2002

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 13 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

- Aécio Neves
- Efraim Morais
- Barbosa Neto
- Severino Cavalcanti
- Nilton Capixaba
- Paulo Rocha
- Ciro Nogueira
- Pedro Valadares
- Salatiel Carvalho
- Enio Bacci
- Wilson Santos



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santos) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 392 Srs. Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. SALOMÃO GURGEL, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santos) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR., servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Wilson Santos) – Finda a leitura do expediente, vai-se passar ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Com a palavra o Sr. Deputado Expedito Júnior.



O SR. EXPEDITO JÚNIOR (PSDB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna desta Casa destacar os resultados da pesquisa nacional de saneamento básico divulgado na semana passada pelo IBGE, que revelou que 47,8% dos Municípios brasileiros não têm serviço de esgoto sanitário.

A pesquisa publicada pelo IBGE mostra que, apesar de melhorias, o Brasil precisa continuar investindo mais e de forma racional nos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, limpeza urbana e drenagem, nas cidades onde se concentram 80% da população.

Sras. e Srs. Deputados, o saneamento básico é um dos indicadores de desenvolvimento humano, conforme metodologia das Nações Unidas, atestando o grau de modernidade e bem-estar dos habitantes de uma sociedade. Trata-se, também, de um dos principais aspectos centrais de saúde pública, porque a maioria das doenças do subdesenvolvimento, tais como diarreia, febres e infecções, têm sua origem, em muitos casos, na água contaminada, no lixo não recolhido e por aí fora.

Sr. Presidente, as estatísticas mostram evolução, ou seja, a água tratada chega a 97,9% dos domicílios urbanos, ante uma cobertura de 95,6% há *dez* anos. Os esgotos sanitários dispõem de redes cobrindo 52,2% dos 5.507 Municípios do País, embora apenas um terço delas promova alguma operação de tratamento. Já o lixo urbano é coletado em 99,4% das comunidades, embora com baixos padrões de destinação, principalmente pela deposição em aterros sanitários.

Nesta oportunidade, faço questão de ressaltar que o norte do País, onde está localizado o Estado de Rondônia, o qual represento junto a esta Casa, tem a maior proporção de Municípios sem coleta de esgoto, com 92,9%; seguido do Centro-



Oeste com 82,1%; do Sul 61,1%; e do Sudeste com 7,1%. Nesses casos, os principais receptores do esgoto **in natura** não coletado são os rios, comprometendo assim, a qualidade da água utilizada para abastecimento, irrigação e recreação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os resultados refletem o quanto o assunto é importante e urgente porque diz respeito à saúde e à qualidade de vida.

Portanto, faço meu apelo ao Governo Federal no sentido da implantação urgente de uma política de saneamento, para melhorarmos o índice de desenvolvimento humano do Brasil.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu discurso seja amplamente divulgado no programa **A Voz do Brasil**.

Era o que tinha a dizer.



O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PSL-MG. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente (ILANUD) realizou pesquisa que nos permite ter um panorama geral da violência nos Estados brasileiros. O Instituto tomou por base os dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) referentes a 2000, levando em conta as taxas de dez tipos de crimes. São Paulo foi considerado o Estado mais violento do País e, em segundo lugar, para surpresa de todos, ficou o Distrito Federal.

É assustador ver que até na Capital Federal a violência chegou de forma implacável e muito rápida. A taxa de roubos foi a maior entre os Estados: 898,26 casos para cada grupo de 100 mil. Da mesma forma, nos crimes de furto e latrocínio o Distrito Federal ficou em primeiro lugar, embora não esteja entre os primeiros quanto a homicídio doloso.

São Paulo liderou o **ranking** de roubo e furto de veículos. Amapá também está entre os mais violentos, detendo os maiores números de lesões corporais, homicídio doloso, atentado ao pudor e estupro.

Para o cientista político Túlio Kahn, coordenador de pesquisas do ILANUD, a criminalidade é fruto do inchaço dos centros urbanos mais ricos, onde parte da população se concentra no entorno desses centros, mas não tem acesso às riquezas que circulam. De fato, a realidade comprova isso. Os Estados considerados mais ricos são também os que mais sofrem com a violência.

Essas pesquisas são importantíssimas para que nós possamos avaliar quais medidas devem ser tomadas e quais regiões devem ser socorridas com mais urgência.

Obrigado.



O SR. ROMMEL FEIJÓ (PSDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho em mãos ofício da Comissão de Seguridade Social e Família ao Presidente Aécio Neves, solicitando a colocação em pauta, em caráter de urgência, do Estatuto do Idoso.

O projeto tramita na Casa há quase oito anos. O Brasil será representado, na segunda reunião mundial que tratará do tema, em Madri, pelos Deputados Eduardo Barbosa, Dr. Rosinha e Euler Ribeiro. É importante que o referido estatuto seja aprovado antes desse encontro.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Wilson Santos) – A Mesa informa que o Grande Expediente começará, impreterivelmente, às 14h.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES QUE,
ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE
PUBLICADO.**



O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS (PFL-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o fim de reparar equívoco cometido quando da elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que adotou o sistema presidencialista de governo, confirmado em plebiscito, e depois de demorado período de discussão sobre os casos de cabimento e o processo de votação do ato normativo com força de lei, denominado “medida provisória”, o Congresso Nacional, enfim, deliberou e promulgou a Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, reconhecendo, na atual Legislatura, que a redação original dada ao art. 62 da Constituição não era a mais adequada (Proposta de Emenda Constitucional nº 1, de 1995, de iniciativa do então Senador Esperidião Amin e outros; na Câmara dos Deputados, PEC nº 472, de 1997).

Durante a tramitação da matéria nesta Casa, em dois momentos pude manifestar-me sobre o assunto. No primeiro, em 1999, por convocação do Presidente da Mesa Diretora, o nobre Deputado Michel Temer, e pelo Líder de minha bancada, o nobre Deputado Inocêncio Oliveira; no segundo momento, em fevereiro de 2000, pelo mesmo Líder de bancada. Em ambas as situações, minha opinião deixou de ser acolhida pela maioria das lideranças da base parlamentar de sustentação ao Governo.

A fórmula que eu propunha era a seguinte: *“entendo que, para assegurar melhores condições de aplicação e interpretação, a Constituição não deve se alongar na enumeração, não raro temerária, do que não pode ser objeto de medida provisória e, sim, adotar a expressão afirmativa, alinhando o que pode ser objeto*



desse instituto que, sob os mais diversos fins e denominações, consta das Constituições democráticas modernas”.

Foi vitorioso, contudo, o entendimento que prestigiava o rol do não pode, e tudo o mais seria válido, conforme consta da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, em lugar da discriminação dos casos em que deve poder haver medida provisória, de acordo com o recomendado pela técnica legislativa, afinada com as boas práticas democráticas.

Meu propósito era o de seguir o modelo da Constituição de 1967, da qual tive a honra de ser Relator-Geral. De fato, o art. 57 do projeto constante, sem alteração, daquela Constituição, sob o número 58, diz:

“Art. 58. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias:

I – segurança nacional;

II – finanças públicas.

Parágrafo único. Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo. Se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido como aprovado”.

Os fatos estão a demonstrar que a solução encontrada, sem dúvida, vantajosa, se considerado o período iniciado em 5 de outubro de 1988, ainda que eu permaneça entendendo não ter sido a melhor e mais prudente para a democracia e



a valorização de ambas as Casas do Congresso Nacional, precisa ser prestigiada, conforme irei demonstrar.

Antes de fazê-lo, permito-me observar que já chegamos, depois de promulgada a Emenda Constitucional nº 32, com seis meses de vigência, à Medida Provisória nº 35, editada no último dia 25 de março, que *“dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002”*, fixando-o em R\$ 200,00, valor resultante da *“aplicação dos percentuais de nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento, a título de reajuste, e um inteiro e cinqüenta centésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 180,00”*, previsto na Medida Provisória nº 2.142, de 29 de março de 2001, que ainda tramita no Congresso Nacional sob a rubrica Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

E Mais: ressalto que das medidas provisórias adotadas pelo Presidente da República no novo regime idealizado para conter sua adoção consta a Medida Provisória nº 13, de 11 de dezembro de 2001, criando o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo, que, considerada relevante e urgente, logrou ser convertida na Lei nº 10.415, de 21 de março de 2002, além de outras, deveras questionáveis, mas que encontram suporte na Constituição modificada pela emenda nada precisa e delimitadora em seus enunciados.

Agora, o ponto que quero tocar: esta Câmara dos Deputados se reúne no plenário? Quando e em que dias da semana? As Comissões se reúnem? Quando e em que dias? As Comissões se reúnem em horas que, segundo o Regimento Interno, não se confundem com os destinados às sessões do plenário? Tem havido **quorum**, seja no plenário, seja nas Comissões Permanentes, nas segundas, terças pela manhã, quintas à tarde e sextas-feiras?



Parece que a caixa de ressonância da democracia elegeu as terças-feiras à tarde, as quartas-feiras, e as quintas-feiras pela manhã de cada semana, quando houver **quorum**, para o seu trabalho de legislar, fiscalizar os atos do Poder Executivo e praticar os atos previstos nos arts. 49 e 51 da Constituição Federal.

O comportamento da nossa Câmara dos Deputados, à qual tenho a honra de pertencer, pelo voto livre, honesto e consciente do povo catarinense, não tem sido o retrato que o povo brasileiro, em sua confiança e boa-fé, espera de uma Casa Parlamentar. As pesquisas de opinião sobre o comportamento da chamada classe política, da qual somos membros, atestam essa realidade preocupante. Faço esta afirmação com a autoridade de quem não se tem afastado do cumprimento de seus deveres e se sente constrangido quando recebe telegramas do Presidente da Casa ou do Presidente de Comissão Permanente, do Líder do Governo ou do Líder de sua bancada para fazer-se presente.

A nova sistemática estabelecida para a edição de medidas provisórias, é certo, ainda favorece o Presidente da República que queira abusar de seu uso, mas tudo pode ser contido se esta Câmara dos Deputados, caixa de ressonância do que se passa no dia-a-dia da sociedade brasileira, souber, por todos e cada um de seus membros, funcionar com o sentimento de bem cumprir sua missão constitucional, mesmo durante os chamados períodos eleitorais.

Muito obrigado.



O SR. ENI VOLTOLINI (PPB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em função das sucessivas ações da Segurança Pública do nosso Estado que proporcionaram a existência de desmanches de forma inadequada, os quais devem ser eliminados desse cenário, anuncio a esta Casa que apresentarei projeto de lei que insere três parágrafos no Código de Trânsito Brasileiro, instituindo normas para que veículos sinistrados possam ser leiloados por organismos cadastrados no Sistema Nacional de Trânsito.

Obrigado.



O SR. EDUARDO CAMPOS (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a imprensa acaba de publicar informações segundo as quais já é dado como praticamente certo o tombamento, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, do sítio histórico de Goiana, cidade a 65 quilômetros de Recife.

A notícia nos alegrou por duas razões: primeiro porque o tombamento, mais do que justo, eleva para quatro o número de cidades pernambucanas com áreas consideradas sítios históricos pelo Governo Federal.

Segundo, porque fomos nós que, em abril de 2001, apresentamos, nesta Casa, requerimento ao Ministério da Cultura, pedindo o tombamento federal da área histórica da cidade de Goiana.

Naquela ocasião, argumentamos que Goiana merecia o tombamento do seu sítio histórico porque, entre outras coisas, a cidade possui um dos mais importantes e ricos conjuntos de arte sacra do Estado de Pernambuco. Hoje, ao tomar conhecimento de que nossos argumentos foram acatados, só nos resta expressar nossa alegria.

De acordo com representantes do IPHAN, o processo de tombamento incluirá Goiana na categoria de conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico e será efetivamente concluído no próximo mês de junho. Assim, a partir dessa data, teremos, nas quatro cidades pernambucanas, centenas de importantes bens culturais não só a restaurar, como também a exigir continuado trabalho de manutenção.

E é quanto a este último aspecto que as discussões em torno do patrimônio histórico nacional devem prosseguir. Ou seja, além do tombamento, que é o primeiro



passo, precisamos dar condições aos Municípios brasileiros para que eles cuidem dos seus patrimônios históricos e, dessa forma, preservem a memória nacional.

Como sabemos, os trabalhos de restauração e conservação de bens culturais e históricos exigem recursos financeiros que nem todos os Municípios têm condições de desembolsar. Por isso, quero lembrar, aqui, o Projeto de Lei Complementar nº 157, de 2000, que apresentamos nesta Casa, propondo a criação de FPM diferenciado para os Municípios que tenham patrimônio histórico a preservar.

Se não dermos condições para que esses Municípios administrem todo esse patrimônio, alegrias como a que acabamos de ter com o anúncio do tombamento de Goiana poderão se transformar na decepção de encontrarmos, num futuro breve, a má conservação e o abandono desses bens que se constituem de grande relevância no conjunto de sítios históricos do País.

Passo, agora, a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

O **Jornal do Commercio**, de Recife, não é apenas um moderno veículo de comunicação de massa, integrante de um dos maiores grupos empresariais brasileiros do setor. A trajetória do **Jornal do Commercio**, que agora completa 83 anos de fundação, se confunde com a própria história do Nordeste e até mesmo com a história do Brasil.

Antes de circular pela primeira vez, em 3 de abril de 1919, o **Jornal do Commercio** já tinha esse seu papel histórico traçado. O jornal foi fundado pelo ex-Senador Francisco Pessoa de Melo (juntamente com os irmãos João e José), com o objetivo de fazer a campanha política do seu tio Epiácio Pessoa à presidência da República.



Passado esse primeiro momento e consolidado como veículo de comunicação, o **Jornal do Commercio** continuou acompanhando de perto e influenciando na nossa história. Em algumas ocasiões, o **JC** pagou caro por sua ousadia, mas não desistiu. Foi assim durante a Revolução de 1930, quando o jornal teve suas instalações destruídas e incendiadas, sendo recuperado três anos mais tarde.

Também marcada por desafios é a história empresarial do **Jornal do Commercio**.

Na década de 60, o **JC** tornou-se o carro-chefe do mais influente grupo de comunicação do Nordeste (formado ainda pelo vespertino **Diário da Noite**, uma emissora de TV e cinco de rádio). No final da década de 70, a empresa começou a enfrentar uma grande crise financeira que iria durar dez anos. Durante esse tempo, foi suspenso o pagamento aos fornecedores, inclusive de papel; os jornalistas não recebiam salários e o jornal chegou a vender apenas 850 exemplares/dia.

Em fevereiro de 1987, um grupo de funcionários assumiu a empresa, mas não conseguiu tocar o projeto para frente, tendo o jornal deixado de circular por 34 dias. Até que, naquele mesmo ano, a empresa foi adquirida por um grupo empresarial comandado pelo empresário João Carlos Paes Mendonça. O jornal, então, foi recuperado e voltou a disputar o mercado em pé de igualdade com os seus concorrentes em todo o Nordeste.

A mais arrojada reestruturação da empresa ocorreu no final de 2000, quando foram investidos R\$ 20 milhões na aquisição de um novo parque gráfico, de origem alemã, aumentando em 100% a capacidade de utilização de cores do jornal e obtendo um ganho de impressão de 10 mil cadernos por hora.



Além de agilizar o processo de produção industrial, essa nova estrutura do **Jornal do Commercio** representou, também, um salto de qualidade do Estado de Pernambuco como pólo de tecnologia, sem nada dever aos Estados brasileiros melhores dotados em sistemas de impressão de jornais.

Hoje, o **Jornal do Commercio** completa 83 anos na condição de uma das mais modernas empresas de comunicação do País e trazendo, na sua grande bagagem de coberturas jornalísticas, episódios marcantes da história da nossa imprensa. Foi o **JC**, por exemplo, o único jornal brasileiro a noticiar a invasão da URSS pelas tropas de Hitler, durante a Segunda Guerra Mundial.

Por tudo o que o **Jornal do Commercio** significou no passado e por tudo o que representa hoje para o povo pernambucano e brasileiro, eu venho aqui fazer este registro e me unir aos seus dirigentes e profissionais nas festividades de mais um aniversário do jornal.

Muito obrigado.



O SR. ARMANDO ABÍLIO (PSDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, cheguei um pouco atrasado, mas serei bem rápido na minha intervenção.

Estão sendo inauguradas na Paraíba várias obras estruturais do Governo Fernando Henrique Cardoso, dentre elas, na região polarizada por Campina Grande, uma barragem chamada Acauã, cuja capacidade resolverá definitivamente o problema de abastecimento de água naquela cidade.

Por causa da precariedade do sistema de abastecimento de água daquela cidade, algumas indústrias deixaram de ser ali instaladas. Essa obra foi delegada ao Governo do Estado, ao qual faço oposição, que participou somente com a contrapartida de cerca de 10% dos custos da obra que giraram em torno de 50 milhões de reais. Enfim, relativamente ao que é bom, não procuramos a paternidade dos fatos, procuramos, sim, registrar o que representa aquela ação governamental não só para Campina Grande, mas também para toda a região polarizada por aquele Município.

O segundo registro que faço é sobre uma obra do Governo Federal, recém-inaugurada: a Barragem Camará, localizada na minha região, polarizada por Esperança. Os custos dessa obra, também delegada ao Governo do Estado, giraram em torno de 30 milhões de reais, recursos oriundos de uma emenda de bancada. Trata-se de uma ação que representa muito para aquela região. Essa emenda recebeu por unanimidade a assinatura de todos os Parlamentares da Paraíba.

Portanto, deixo registrada a nossa alegria por essas duas ações do Governo Federal realizadas no meu Estado, a Paraíba.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ROLAND LAVIGNE (PMDB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Bahia estará em festa nesse próximo final de semana, porque o pior Governador de todos os tempos da recente história baiana deixará o Governo do Estado .

Trata-se de um Governador que destruiu a estrutura da Segurança Pública do nosso Estado; um Governador que na área da saúde tão-somente repassou os recursos federais que lá chegavam; um Governador que permitiu a destruição completa das estradas estaduais; um Governador que não construiu sequer uma casa popular para minimizar o sofrimento do povo da Bahia; um Governador que entra para a história tão-somente como gerente do seu chefe e que nada de grandioso fez pelo Estado.

Não se aponta uma única obra estrutural importante na Bahia nos últimos quatro anos. O Governador passou por lá unicamente para cumprir as ordens do seu chefe. E deixa o Governo, nobre Deputado Waldir Pires, para ser derrotado nas urnas pelo povo baiano, que não aceita mais a ditadura, o regime de exceção, a violência que se implantou naquele Estado.

O povo da Bahia começa a acordar para ver quem são realmente os bons políticos daquela terra, que não usam o dinheiro público nas suas televisões, que não fazem dos Prefeitos apenas gerentes dos currais eleitorais do Estado.

Nós, da Oposição, quando estivemos no Governo que V.Exa. tão bem representou, realizamos um trabalho democrático, coerente e sem perseguições.

Por isso, se Deus quiser, nas próximas eleições, o povo baiano haverá de derrotar esse Governador.



Sr. Presidente, os índices de insegurança pública no nosso Estado são os mais alarmantes e crescem de forma assustadora. Nós, Parlamentares que defendemos o povo baiano nesta Casa, temos que, mais uma vez, dizer ao Sr. Governador que não é somente distribuindo viaturas policiais por todo o Estado que se resolverá os problemas da segurança pública.

No fundo, a segurança pública trata-se de uma questão estrutural. Não se pode combater a violência social sem gerar empregos para a sociedade. Não se pode combater a violência, sabendo que as pessoas que estão nos diversos rincões dos Municípios da Bahia passam fome e sequer têm água para beber. Não se pode combater a violência naquele Estado, sabendo que as crianças estão nas ruas, prostituindo-se em busca de recursos para alimentar sua família. Não se pode combater a violência, sem que haja uma política séria de remuneração para os policiais. Não se pode combater a violência, adiando a fusão das Polícias, para que tomem as devidas decisões no combate à criminalidade.

Portanto, Sr. Presidente, repito: a Bahia estará em festa neste fim de semana, porque passará a página triste deste Governo que ora acaba. Além disso, os baianos haverão de se reunir para derrotar nas urnas este Governador que pleiteia ser candidato ao Senado Federal.

Muito obrigado.



O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para discorrer sobre as negociações entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e a Prefeitura de Dourados, em meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Na última quinta-feira, foi assinado convênio que vai repassar recursos do BID para a Prefeitura de Dourados, destinados à melhoria de áreas urbanas do Município localizadas em fundos de vale, iniciadas no ano passado. Naquela ocasião, juntamente com o Gerente-Geral da Caixa Econômica em Dourados, Sr. Paulo Siqueira, informei ao Prefeito que a cidade poderia estar entre as trinta do País incluídas no Programa Habitar-Brasil/BID.

Desde então, estamos acompanhando passo a passo o processo, fazendo gestões tanto em Brasília como junto ao Superintendente do BID em Mato Grosso do Sul, Sr. Maurício Quarezemin, e ao Sr. Paulo Siqueira, Gerente-Geral da Caixa Econômica Federal de Dourados, para que o Município fosse beneficiado.

O convênio que o BID e a Prefeitura firmaram possibilitará o reassentamento de 380 famílias que atualmente se encontram nas áreas de conjunto habitacional. Uma novidade que será incluída no conjunto é a construção de um Centro de Geração de Renda, semelhante ao que está sendo concluído na Rua dos Caiuás, com recursos que viabilizei por meio do Orçamento Geral da União para 2000.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, os cidadãos querem morar onde possam ter acesso ao posto de saúde, à escola, ao asfalto e a outros benefícios. Com esse propósito e não para viverem uma tragédia a cada enchente é que pagam seus impostos. Meu empenho em viabilizar mais esse mecanismo de melhoria das condições de infra-estrutura de Dourados dá seqüência à missão que me impus



como Vereador de Dourados e desde que cheguei à esta Casa, em 1997, venho executando.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santos) – Parabéns, Deputado Marçal Filho, V.Exa., sem dúvida, abrilhanta a representação da Grande Dourados. Não é à toa que V.Exa. lidera as pesquisas em Mato Grosso do Sul para renovar seu mandato.

Parabéns ao Estado pela boa representação que mandou a esta Casa.



O SR. PRESIDENTE (Wilson Santos) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Euler Moraes

O SR. EULER MORAIS (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a comunidade internacional tem tarefa urgente e imprescindível nos próximos dias: lutar a fim de garantir as condições para um acordo de cessar-fogo e paz no Oriente Médio. E o Brasil, por sua posição neutra no conflito, pode desempenhar importante papel nas negociações comandadas pela Organização das Nações Unidas.

Qualquer esforço, no entanto, deve reconhecer o direito do povo palestino a um território e a gravidade do conflito na região, cujo acirramento pode deflagrar uma guerra que vai envolver todo o mundo árabe e prejudicar o comércio internacional de petróleo. Já está demonstrado que, sem intervenção da comunidade internacional, não haverá chances de paz na região.

Os tanques de Israel não fizeram cessar os ataques suicidas de grupos palestinos radicais. Homens e mulheres-bombas não interromperam os ataques israelenses. A Autoridade Palestina e o Governo de Israel, no entanto, continuarão se enfrentando nesta guerra sangrenta se não houver intervenção urgente da ONU.

O primeiro passo para o início de um acordo na região deverá, inevitavelmente, incluir o reconhecimento do direito do povo palestino à sua terra. Assim como Israel reivindicou durante anos um território para o povo judeu, os palestinos também devem ter o mesmo direito. É preciso que Israel cumpra a resolução da ONU, pois além das cenas que todos vemos pela TV, exibindo tanques, soldados, ataques suicidas e pronunciamentos de Sharon e Arafat, há



centenas de milhares de famílias cansadas da guerra e que querem apenas reconstruir suas vidas.

A revista **Time** desta semana conta a história de duas famílias de judeus e palestinos e sua busca por trabalho, o medo pela vida de seus filhos e a consciência da insanidade da guerra. A declaração de um dos membros das duas famílias, um professor judeu de quarenta anos, demonstra que a decisão dos dois líderes de acirrar o conflito não corresponde mais ao desejo do cidadão comum. Ele afirma ao repórter da revista que o povo já está exausto e se sente refém nas mãos de dois líderes que acreditam que podem alcançar algum resultado destruindo um ao outro.

É esta a consciência que precisa nortear os esforços da comunidade internacional. O apoio popular ao conflito é cada vez menor, o número de mortes já é muito grande e o risco da ampliação da guerra é iminente.

Quero parabenizar a Comissão de Relações Exteriores da Casa pela proposta de enviar delegação parlamentar à região para acompanhar as negociações e reafirmar a posição brasileira pelo fim do cessar-fogo, pelo reconhecimento do território palestino e pela discussão de condições que permitam a convivência dos dois povos de forma pacífica.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação de meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santos) – A Casa está preocupada, formando uma comissão para tratar do assunto. Tenho certeza de que o mundo civilizado não admite mais esta situação.



O SR. PRESIDENTE (Wilson Santos) - Informo que estão inscritos para falar após o Deputado João Coser, do Espírito Santo, os Deputados Avenzoar Arruda, da Paraíba, Haroldo Bezerra, do Pará, Henrique Fontana, do Rio Grande do Sul, Anivaldo Vale, de Minas Gerais, Gilmar Machado, de Minas Gerais, e Dr. Benedito Dias, do Amapá.



O SR. PRESIDENTE (Wilson Santos) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Coser.

O SR. JOÃO COSER (PT-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lamentavelmente, o tema que me traz à tribuna da Câmara dos Deputados também é a violência no Estado do Espírito Santo. Numa só página do jornal capixaba **A Gazeta** constam as seguintes manchetes: "PM usa 150 homens e ocupa Planalto Serrano"; "Comerciante é morto pouco antes da ocupação"; "Taxista morto com dois tiros em Cariacica", "Cobrador de ônibus executado em última viagem", e assim sucessivamente. Imaginem! Em apenas uma página, tantas notícias de homicídios!

O Estado do Espírito Santo passa por uma fase extremamente delicada, pois a criminalidade vem aumentando consideravelmente, e o número de homicídios é muito grande.

No sentido de analisar o triste quadro, os partidos de oposição procuram permanentemente fazer debates. Já tivemos uma audiência com o Presidente do Tribunal de Justiça e pretendemos reunir-nos com o Ministro da Justiça. Travaremos conversações com representantes da Igreja Católica e da Evangélica, do CONIG — Conselho das Igrejas, da OAB e dos Ministérios Públicos Federal e Estadual. Os partidos querem discutir políticas públicas imediatas e de médio e longo prazos.

No caso do Espírito Santo, a criminalidade tem endereço. Trata-se do crime organizado, do tráfico de drogas, que age com proteção e impunidade.

Lamentavelmente, por trás de boa parte dos casos que acontecem no Estado está o pessoal e o aparato da própria instituição policial, encarregada da segurança pública. Portanto, é importante valorizarmos o trabalhador da segurança pública,



dando-lhe melhores salários, treinamento permanente e equipamento moderno. Não podemos achar que só comprando carros e armas resolveremos esse problema. Mas, infelizmente, esse tem sido o mote do Governo José Ignácio Ferreira.

Precisamos debater com mais profundidade as causas da violência. É necessário punir e afastar os maus policiais, que estão à frente de boa parte das ações violentas, fazendo agravar-se a insegurança nas cidades.

Sr. Presidente, em função do indiscutível aumento da violência no País, o Partido dos Trabalhadores tem feito seguidos debates e estudos. Como exemplo, realizaremos o seminário "O Direito e o Crime Organizado", que em sua abertura contará com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça. Teremos várias palestras, sobre temas como, entre outros, "O crime organizado no sistema penitenciário", "Plano Nacional de Segurança", "A atuação da INTERPOL no combate ao crime organizado" e "O crime organizado e a corrupção: duas vertentes de uma mesma estrutura". Sabemos que por trás do crime organizado e do tráfico de drogas está a corrupção e, mais do que isso, a proteção e a conivência do poder político. Haverá ainda uma mesa-redonda intitulada "As CPIs e o crime organizado", para debater especificamente o crime organizado no Estado do Espírito Santo.

Também o Partido Liberal, ao qual pertence o Deputado Magno Malta, que foi Presidente da CPI do Narcotráfico, promoverá no próximo final de semana um seminário para discutir o projeto de lei relativo à violência.

O Partido dos Trabalhadores realizará ainda um debate sobre o programa de governo nos dias 13 e 14. Um dos temas principais diz respeito à segurança pública no Espírito Santo, ao aumento da criminalidade, à violência e ao envolvimento do aparato policial em boa parte dos crimes.



Nossa presença na tribuna é para cobrar das autoridades constituídas em âmbito federal e estadual mais tranqüilidade, segurança e proteção para a população do Espírito Santo. Nosso Estado que precisa cumprir seu papel de garantir segurança ao cidadão. Para isso, faz-se necessário colocar mais policiais nas ruas, e principalmente promover a geração de emprego, porque é com educação, trabalho e salário que se tira a criança, o adolescente e o desempregado das ruas. Sem isso, fica difícil combater a criminalidade.

Portanto, deixamos registrados nosso apelo e nossa crítica ao Governo para que se empenhe mais no combate à violência, colocando policiais nas ruas, e não apenas dentro dos carros. Sabemos que os instrumentos são importantes, mas é fundamental a valorização e o acompanhamento do trabalho do policial.

Durante o discurso do Sr. João Coser, o Sr. Wilson Santos, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Themístocles Sampaio, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nestes últimos quatro anos, conjuntamente com o Senador Ronaldo Cunha Lima, ajudei substancialmente a administração do Prefeito Cássio Cunha Lima, cujo resultado estaremos consagrando amanhã com a inauguração da grande obra do Canal de Bodocongó.

Com emenda orçamentária de minha autoria, conseguimos a liberação de um montante de aproximadamente 25 milhões de reais para a realização dessa grandiosa obra, que atenderá aos habitantes dos bairros de Bodocongó, Cruzeiro, Conjunto dos Professores, Álvaro Gaudêncio, Severino Cabral e Três Irmãs, totalizando uma numerosa população de aproximadamente 65 mil habitantes, que receberão benefícios de urbanização, calçadas, ciclovias, iluminação pública, drenagem de vias laterais, duas vias com acostamento e paisagismo.

Na gestão da Prefeita Cozete Barboza continuaremos ajudando a cidade de Campina Grande. Estaremos contribuindo com essa administração, que será a continuidade da administração Cássio Cunha Lima, conduzida por um Governo sério e trabalhador.



O SR. AVENZOAR ARRUDA (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, neste plenário, presenciamos o Presidente da Casa em atitude absolutamente ilegal, anti-regimental e que não tem propósitos claros. Quais serão os verdadeiros objetivos do Sr. Presidente? Pelo menos, não há motivo aparente que justifique tal atitude. Em primeiro lugar, todos queremos que as regras sejam seguidas. Não podemos aceitar o casuísmo. O Presidente não pode ter um comportamento em uma sessão e comportamento diferente em outra sessão. Muitas vezes pedimos a S.Exa. para dar início à Ordem do Dia, mas, por interesse desse ou daquele, o Presidente não o faz. Ora, S.Exa. é o Presidente desta Casa, não é um rei! Ele está subordinado ao Regimento Interno, como todos nós. Se fosse democrata como diz — tenho razões para duvidar —, deveria cumpri-lo.

Em pleno processo eleitoral, o Presidente da Casa pôs em evidência a imagem dos Parlamentares, tornando-a motivo de discussão equivocada. Confundiu obstrução, direito democrático dos partidos, com falta deliberada. No entanto, os Deputados que faltaram à sessão em que se votaria a CPMF não eram da Oposição.

A atitude do Presidente da Casa não foi correta nem digna. A obstrução é um direito democrático. Mas não se trata de obstrução à sessão, porque esta se instala com base na lista de presença na Casa. Os Deputados, mesmo estando presentes — não registrei minha presença no painel —, têm o direito de obstruir a votação. Temos de discutir o que ocorreu ontem.

O Sr. Presidente tentou confundir trabalho parlamentar com voto. S.Exa. é o que menos trabalha. Efetivamente, não o vejo durante as votações, chega



constantemente atrasado. No entanto, ninguém fala nada. Por quê? Não temos culpa de suas frustrações por não conseguir ser estrela ou permanecer na condição de planeta diante do brilho maior de outros tucanos. S.Exa. é que deve explicar sua incapacidade, não a Casa. Lamentavelmente, ontem vi alguns Parlamentares baterem palmas, não sei a troco de quê.

A questão concreta — e devemos debater o mérito da ação do Presidente — é a votação de uma medida provisória que sabemos ser polêmica. Querem transferir a conta do apagão para a sociedade, que não recebeu energia, e ainda querem que ela pague um diferencial às empresas.

Já pensaram se as distribuidoras de água também agissem dessa maneira? Seria maravilhoso para o Nordeste. Na falta d'água, quem paga é a população. Foi exatamente isso que motivou tal medida provisória. Por que o Governo vai alugar máquinas por preço tão alto quando seria mais barato comprá-las? Aí está a dificuldade da votação da matéria. Vamos dificultá-la. Isso é democracia. O Presidente Aécio Neves não nos pode impedir de exercê-la. S.Exa. pode ter vontade de ser qualquer coisa, mas não tem poder para tal. Deve, sim, desculpas à Casa pelo comportamento medíocre e deselegante com que tratou todos os Parlamentares, inclusive alguns que se encontravam nas Comissões. Aqueles que não exigirem desculpas estarão se curvando diante da prerrogativa de mandato que não foi concedida pelo Presidente da Casa, mas pelo povo brasileiro.

Não abro mão das desculpas de S.Exa. A imagem deste Poder foi manchada.



O SR. CLOVIS ILGENFRITZ (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como gaúcho e natural de Ijuí, assomo a esta tribuna para registrar as comemorações que se processam em minha cidade, alusivas ao cinqüentenário do IMEAB, no ano 2002 até 2003.

A história desse instituto remonta ao ano de 1929 com a organização da Colônia Modelo e a posterior instalação da Escola de Capatazes Rurais em 1943. Esses dois eventos antecederam e criaram as condições próprias e necessárias para o início da Escola Normal Rural Assis Brasil, em 1953, cuja finalidade precípua era a formação de professores rurais para disseminar a educação no meio rural, em especial para filhos e filhas de colonos não só do Município de Ijuí, como de qualquer região do Estado e do País.

A fundação da Escola Normal Rural Assis Brasil teve características inéditas, pois se tratava da primeira escola municipal com condições também de internato para os jovens. Outra característica marcante e inédita foi a possibilidade de abrigar jovens de ambos os sexos.

Detenho-me nesta homenagem que faço em meu nome e no de meus irmãos Iara e Renato (este já falecido) e de meus filhos, Tiago, Camilo e Letícia, representados, hoje, neste evento por minha mãe Odila e meu irmão Ruben, que é engenheiro-agrônomo com larga tradição de trabalho na área agropastoril e na cooperativa de nossa cidade e da região.

Novamente, torno a me deter nesse fato marcante do histórico promissor que orgulha a todos nós, em agradecimento às homenagens que estão programadas ao então Prefeito que idealizou e fundou a Escola: meu pai — Ruben Kessler da Silva que, à época, precisou, juntamente com seus pares do Governo municipal, vencer



várias barreiras que se interpunham às idéias que defendia. Conta-se, inclusive, que ele, muitas vezes, precisou usar seus argumentos visitando pessoalmente os pais dos potenciais estudantes, para convencê-los da importância de seus filhos buscarem ensinamentos durante alguns meses do ano, mesmo que isso representasse eventual diminuição da mão-de-obra na produção da agricultura familiar, característica dominante na região de minifúndios.

Seriam inúmeras as boas recordações que tenho dessa época, quando ainda muito jovens, por vezes, visitávamos a antiga Colônia Modelo e, aí, a nova Escola Normal Municipal, junto com nosso pai.

Três anos mais tarde, em 1956, conforme previsto em 1953, era instalado o Curso Primário de Aplicação e, em 1962, objetivando à formação de técnicos rurais para atender às necessidades da agropecuária regional, eram iniciadas ali as atividades do Curso Colegial Agrícola, ano em que a escola foi elevada à categoria de instituto, vez que comportava, agora, três cursos: o colegial agrícola, o normal rural e o primário de aplicação.

Mas a história do IMEAB é muito rica, não pára por aí, teve seguidores que, com não menor entusiasmo e pertinácia, continuaram a sua construção, o que resumo a seguir.

A evolução se processava cada vez mais intensa. Em 1968, surgia mais uma atividade educacional: o Curso Técnico em Economia Doméstica, destinado a oferecer condições dirigidas ao atendimento de setores como de artes, habitação, vestuário, saúde e alimentação no meio rural.

Buscando aprimorar e tornar mais salutar o meio social em que se processava o binômio ensino/aprendizagem dos discentes da região, foi fundada a



Sociedade Escolar Assis Brasil que proporcionou o surgimento , em 1973, do atual Curso Técnico em Agropecuária.

Em 1984, surgem as classes de Jardim de Infância em dois níveis, buscando cada vez mais, abranger, com maior eficácia, a população estudantil da região, voltada à educação, formação da juventude, difusão das inovações na agricultura e pecuária do local.

Da existência do IMEAB, decorreu a criação da Escola Fazenda, próximo ao Parque de Exposições de Ijuí, onde se oportuniza aos alunos dos cursos médio e técnico em agropecuária atividades práticas.

Esse educandário deu origem ao Bairro Assis Brasil, homenagem a Joaquim Francisco de Assis Brasil, patrono do instituto, gaúcho ilustre por sua atuação na política e relações diplomáticas de nosso País, e que tem ensejado, em suas dependências, o surgimento de movimentos comunitários de caráter social, esportivo, societário e tradicionalista.

E, quando, a 7 de abril do corrente ano, forem iniciadas as solenidades comemorativas ao cinqüentenário do IMEAB e que serão estendidas até o ano de 2003, queremos, desta tribuna, prestar nossa homenagem àqueles denodados educadores pioneiros responsáveis pela fundação, desenvolvimento e atualização desse instituto, cumprindo e demonstrando como saber provindo da experiência o lema consagrado pela escola: *“Resgatando o passado, vivendo o presente e projetando o futuro!”*

Era o que tinha a dizer.



O SR. DR. EVILÁSIO (Bloco/PSB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste início de novo milênio, em que verificamos um processo de globalização totalmente excludente e que ameaça seriamente o horizonte da humanidade, é nossa obrigação valorizar as iniciativas das pessoas e entidades que voluntariamente prestam serviço social em nosso País. E é exatamente com esse intento que aqui estou fazendo uso da tribuna desta Casa. Quero expressar meu reconhecimento e prestar minha modesta, porém sincera, homenagem a uma instituição que merece todo nosso respeito e admiração. Refiro-me à EPS — Obras Sociais Dom Bosco.

Srs. Deputados, fundada em 1981, por padres salesianos em Itaquera, São Paulo, o trabalho da EPS — Obras Sociais Dom Bosco cresceu vertiginosa e abençoadamente. Começou com o pequeno Centro da Juventude e teve continuidade com os Projetos Mães Crecheiras, Casas de Acolhimento e Convivência, Espaços Gente Jovem, Centros Profissionalizantes, Centros de Formação e Cultura, Programa da Terceira Idade, Mutirão Habitacional, Projeto Liberdade Assistida e as Casas de Passagem, além dos projetos alternativos Alfabetização de Adultos, Farmácia Comunitária, Atendimento Médico e Odontológico e Bolsão de Empregos.

Atualmente, a EPS atende a cerca de 6 mil alunos oficialmente matriculados e suas famílias, que são beneficiárias de algum tipo de assistência, totalizando a incrível marca de 30 mil pessoas por ano! Estatística essa, nobres Deputados, que, sem dúvida nenhuma, representa sinal de resistência e esperança de pessoas que, na sua luta pela sobrevivência, baseadas na solidariedade e no trabalho voluntário, vão criando alternativas de resposta às suas necessidades.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que os investimentos nas áreas sociais devem, entre outras coisas, também servir para contribuir para que a comunidade veja finalmente respeitados os direitos fundamentais da pessoa humana. E é nesse sentido que a EPS — Obras Sociais Dom Bosco cumpre seu papel, trabalhando com crianças e adolescentes em situação de risco e suas famílias, acolhendo-os, atendendo a suas necessidades básicas de sobrevivência e de saúde e proporcionando aos mesmos formação humana global, enfatizando, através dos seus projetos educacionais e sociais e da abnegação de sua equipe, a solidariedade, a justiça, o respeito e a igualdade entre os homens, despertando e resgatando neles a consciência crítica, o ideal de cidadania e a ética em sua conduta diária, o que os torna co-responsáveis no processo do seu crescimento e desenvolvimento pessoal.

Srs. Deputados, foi exatamente a seriedade, a transparência e o grau de excelência apresentado nas atividades desenvolvidas pelos programas da EPS — Obras Sociais Dom Bosco que capacitaram essa instituição a figurar entre as cinquenta melhores entidades filantrópicas do País, obtendo o Prêmio Bem Eficiente 2.001, num evento realizado pela Kanitz & Associados, que avaliou e selecionou, através de 42 diferentes critérios, as empresas sociais mais eficientes quanto à administração dos recursos recebidos e idoneidade da obra. Essa pesquisa traduz o reconhecimento público nacional — mais do que merecido — ao trabalho educacional e social desenvolvido por essa instituição.

Caríssimos Deputados, objetivando maior espaço de ação, a EPS — Obras Sociais Dom Bosco associou-se ao Poder Público Estadual e Municipal, celebrando convênios com o Governo do Estado e Prefeitura Municipal, através da Secretaria



Estadual de Emprego e Relações do Trabalho, da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, da FEBEM, da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Saúde, além das seguintes parcerias com a sociedade civil e empresas cidadãs que aqui merecem destaque: SENAI; American Express; Atacadão; AW Faber-Castell; BankBoston; Cia. Brasileira de Distribuição — Barateiro/Itaquera; Durval Calçados; ELETROPAULO; Jandaia; Jackies Janine; Nossa Caixa-Nosso Banco; RMB Ltda.; Shopping Aricanduva; TAM Linhas Aéreas S/A; Américas Telecom; Cartório Itaquera; Careca Autopeças; Procter e Gamber, Unilever e comunidade paulistana em geral.

Por tudo o que acabei de destacar, Srs. Deputados, é que a EPS — Obras Sociais Dom Bosco merece nosso reconhecimento, apoio, respeito e gratidão.

E, por último, não poderia deixar de, publicamente, expressar meu orgulho por essa pessoa abnegada e com incrível poder de realização que é o Pe. Rosalvino Moran Viñayo e que na qualidade de Diretor da EPS – Obras Sociais Dom Bosco, juntamente com sua equipe, com garra, abnegação, bondade, seriedade e esmero, vem prestando notável e fundamental trabalho educacional e social na cidade de São Paulo. Que eles sirvam de exemplo para que cada um de nós se empenhe cada vez mais na construção de uma sociedade mais justa, mais pacífica e melhor para se viver, contrariando, assim, os pessimistas de plantão, que, talvez, não saibam que as grandes realizações da humanidade podem começar em forma de pequenas sementes. Para avalizar esse pensamento, recorro ao patrono dessa grande obra, Dom Bosco, lembrando que tudo começou quando ele acreditou na força de um sonho que teve aos 17 anos de idade.



Sr. Presidente, por tudo o que aqui expus é que desejo que fique consignado nos Anais da Casa o reconhecimento deste Deputado, em nome do povo do Estado de São Paulo, à EPS — Obras Sociais Dom Bosco e à pessoa de seu ilustre Diretor, Pe. Rosalvino Moran Viñayo e equipe.

Muito obrigado.



O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reforço o que disse o Deputado Avenzoar Arruda sobre o Presidente Aécio Neves. Não estamos nesta Casa para ter aula de Pedagogia. Temos opiniões políticas diferentes da de S.Exa. A bancada do Partido dos Trabalhadores está tentando bloquear a votação da Medida Provisória nº 14, porque provavelmente 90% dos brasileiros e 70% do Congresso Nacional ainda não tiveram oportunidade de estudá-la e entendê-la.

Há cinco anos o Governo Fernando Henrique Cardoso propôs, como grande alternativa para resolver os problemas energéticos do País, a privatização. As empresas privadas analisaram os contratos, os números, os dados da capacidade instalada, os valores etc. e compraram a maior parte do parque energético brasileiro. Diz a lei que o concessionário não apenas assume esse serviço público, como também todos os riscos para garanti-lo.

As concessionárias sabiam os preços da energia, a capacidade instalada e o que teriam de investir para ampliar o parque energético. E o que aconteceu depois da privatização? Os investimentos caíram para menos da metade. As concessionárias compraram o parque energético existente e não continuaram investindo para ampliá-lo. Começou a faltar energia no País. Não foi culpa de São Pedro, mas desse modelo de privatização. Os brasileiros foram ameaçados com multa, caso não diminuíssem o consumo de energia.

Depois de nove meses de economia, o Governo Fernando Henrique Cardoso tomou outra decisão: o cidadão que diminuiu o consumo residencial, agora terá de pagar mais 3% na conta de energia; no caso das indústrias, 8%.



O Governo da privatização neoliberal é extremamente generoso. Para as concessionárias fala em emprestar-lhes 7,2 bilhões do BNDES, quando estas tinham e têm a responsabilidade de prover o fornecimento de energia.

Quem vai pagar o empréstimo? As concessionárias que lucram com a venda de energia? Não. É o povo durante algum tempo. Essa cobrança pode durar quatro, cinco, seis anos. Todos nós vamos pagar esse empréstimo às concessionárias.

O escândalo, contudo, não pára aí. O Governo disse para suspendermos o racionamento porque estava tudo em ordem. Como é ano eleitoral, suspende-o de maneira demagógica e, no mesmo dia, alegando situação de emergência, aluga equipamentos de geração térmica com os preços totalmente fora de mercado e sem licitação. Vai gastar, 7,5 bilhões — há algumas dúvidas sobre esse cálculo — para alugá-los por três anos.

Não sou da área de energia. Não entendo bem o assunto. Ontem, disse-me um professor da USP que o mesmo equipamento que o Governo está pagando 7,5 bilhões para alugar, custa para comprar 2,5 bilhões e duraria vinte, trinta anos.

É o que querem votar aqui sem ouvir a população brasileira.

Vamos, sim, bloquear a votação. Vamos fazer uma guerra democrática neste plenário, porque o povo brasileiro precisa compreender o que está por trás da Medida Provisória nº 14; precisa compreender o resultado dramático dessa privatização irresponsável feita por este Governo; precisa saber que agora tem o PROER da energia elétrica.

Falta dinheiro para a agricultura brasileira, para a pequena e média empresas, para as políticas sociais, mas sobra dinheiro para subsidiar os fornecedores privados do setor de energia elétrica.



O PT não se curvará a qualquer tentativa de intimidação do Presidente. Vamos obstruir a votação e derrotar essa medida provisória que é contra o interesse do povo brasileiro. Obrigado.



O SR. NILTON CAPIXABA (PTB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, enquanto no plano federal acirram-se os ânimos em face da proximidade dos prazos impostos pelo calendário eleitoral, no interior do Estado de Rondônia encontramos os eleitores, os aliados, os amigos e até os adversários, tratando, cada um, de defender seus interesses.

A diferença entre os ambientes é que enquanto no plano federal as disputas revelam elevado nível de intrigas e conveniências partidárias; no plano estadual, mais particularmente em Rondônia, na Zona da Mata, estamos priorizando as demandas coletivas em favor das comunidades carentes.

Quando digo estamos, quero dizer que acima das disputas eleitorais, acima dos interesses partidários podem e devem se reunir os homens públicos para os quais fazer política é, efetivamente, atender ao povo.

Assim fizemos neste final de semana. Devo, inclusive, citar que conosco estive no Município de Cerejeiras o nobre Senador Amir Lando, do PMDB rondoniense.

Naquela oportunidade, entregamos mais uma unidade móvel de saúde, equipada com dois consultórios: um médico e um odontológico. O Prefeito, petebista José Eugênio, fará circular o ônibus para atender à população de Cerejeiras, de cerca de 23 mil habitantes, dos quais 14 mil residentes na área urbana.

O objetivo dessa unidade móvel de saúde é a realização de programas de medicina preventiva, inclusive do câncer do colo do útero, uma vez que o consultório médico tem equipamento para este tipo de exame e coleta de material. Já o consultório odontológico deverá realizar ações preventivas de saúde oral em todas as escolas municipais de 1º e 2º graus.



Esta é a quadragésima unidade móvel de saúde que entregamos nestes dois últimos anos aos Municípios rondonienses, uma ação parlamentar de direcionamento correto e necessário dos recursos federais para ações de saúde pública que podem mudar a face da carência desse setor no Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além de visitar Cerejeiras, onde em breve entregaremos uma ambulância com equipamento adequado para tratamentos intensivos e um aparelho de ultra-som para equipar o posto de saúde local, estivemos também nos Municípios de Vilhena e Pimenta Bueno.

Aqui retorno ao exemplo inicial para frisar que acima das conveniências partidárias está o interesse pela causa pública. Em Vilhena, o Prefeito Melkisedek Donadon é do PMDB. Em Pimenta Bueno, a Prefeita Inês Zanol é do PSB. São dois dos mais dinâmicos Prefeitos do interior rondoniense. Por isso mesmo, parceiros que eu, sendo do PTB, mas antes analisando o que faz cada um em benefício de sua comunidade, procuro atender em seus pedidos na Capital Federal.

Tanto em Pimenta Bueno como em Vilhena há benefícios que destinamos com recursos federais. Desta feita, estivemos prestigiando a formação e qualificação profissional, os filiados ao Sindicato dos Trabalhadores no Comércio — SINTRACOM.

Vale frisar que vejo na ação sindical muito em comum com a ideologia trabalhista de Pasqualini e de Vargas, qual seja, a defesa dos interesses dos trabalhadores. Este é também o ponto que une o PTB à Força Sindical.

Estão, pois, bem aplicados e destinados ao povo rondoniense recursos federais do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e do Ministério da Saúde, através da nossa permanente e atenta ação e fiscalização parlamentar.



Desta forma, como dever de ofício, exalto a figura dos homens públicos íntegros e probos, independentemente do escalão e do âmbito federativo, porque sua missão é atender ao povo, defender a Nação e orgulhar-se de ajudar o Brasil a buscar sua posição de liderança no cenário das grandes potências.

Muito obrigado.



O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupamos a tribuna para dizer alto e bom som: chega de mentiras, Sr. Ministro da Educação Paulo Renato Souza! Chega de mentiras, Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso!

Quero registrar nos Anais da Câmara dos Deputados duas importantes iniciativas para mostrar a realidade de vida da maioria do nosso povo, vítima da política excludente e covarde de Fernando Henrique, que não cumpre a nossa Constituição.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE, entidade presidida pela companheira Juçara Maria Dutra Vieira, que reúne 2 milhões e 500 mil trabalhadores, divulgou o relatório "Uma crítica aos números oficiais do MEC".

Está aqui, Sr. Presidente, a revista sobre esse trabalho, que depois estará à disposição da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Casa.

Sr. Presidente, nesse importante documento está escrito que nosso País tem 17 milhões de analfabetos literais, isto é, que não sabem ler nem escrever. Outros 30 milhões são analfabetos funcionais, brasileiros que completaram apenas as quatro primeiras séries do ensino fundamental. O estudo revela também que menos de 30% das crianças de até três anos estão em creches; que somente 3% da população estudantil negra das escolas públicas chegam ao ensino superior; que o salário médio do professor no Brasil é de 409 reais — segundo a UNESCO, trata-se do quarto pior indicador entre 32 países de economia equivalente à brasileira.

Os dados vão além: no ensino médio, 50,2% dos alunos das redes públicas são obrigados a trabalhar para ajudar ou efetivamente sustentar suas famílias. Na



rede particular de ensino, apenas 22,3% estão nessa situação. O investimento no ensino fundamental caiu de 5% para 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) desde 1998.

E mais, Sr. Presidente: denunciemos aqui o desrespeito de Fernando Henrique e de seu Ministro da Educação à Lei Federal nº 9.424, de 1996, a chamada Lei do FUNDEF. Segundo cálculos realizados por minha assessoria, o Governo Federal deixará de investir neste ano mais de 3 bilhões de reais no Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério.

Vale lembrar que, pela legislação, os Estados que não alcançam o custo mínimo fixado nacionalmente pela Presidência da República deverão receber a complementação da União. O custo/aluno hoje é fixado em R\$ 418,00 da 1ª a 4ª séries e R\$ 438,90 da 5ª a 8ª séries. Esses valores deveriam ser, respectivamente, R\$ 612,00 e R\$ 648,00. A dívida do Governo Federal com meu Estado, Minas Gerais, será de 223 milhões e 605 mil reais.

Os nove vetos de Fernando Henrique ao Plano Nacional de Educação também mostram o descaso, o abandono da educação em nosso País.

Pergunto: como poderemos ser um País soberano, livre e independente se temos esses indicadores vergonhosos?

Volto a afirmar que a política educacional brasileira promove a privatização do ensino público, é antidemocrática e excludente.

Quero ainda ressaltar a reportagem de capa da revista **CartaCapital** desta semana, com o título "Brasil, um país sem consumidores", redigida pelas competentes jornalistas Amália Safatle e Paula Pacheco. Trata-se, Sr. Presidente, de um alerta aos eleitores que irão às urnas para eleger o futuro Presidente da



República. E é ainda uma importante comprovação das conseqüências do famigerado sistema capitalista no dia-a-dia do povo, que não tem acesso à educação e a uma vida digna.

As desigualdades sociais atingiram índices alarmantes. A maioria da população não pode exercer sua cidadania plena. As condições de saúde das famílias pobres são dramáticas. Há milhares de brasileiros, entre eles mulheres, crianças e adolescentes, sem acesso às condições básicas de higiene e a uma alimentação de qualidade. Essa população excluída que conquistou o acesso à telefonia não tem dinheiro para pagar a conta telefônica.

Neste momento, não posso deixar de lembrar que há milhares de áreas rurais estratégicas para o nosso desenvolvimento e assentamentos de sem-terra onde a população ainda não obteve acesso ao telefone, instrumento básico para o exercício do direito à comunicação.

Essa covarde exclusão social é promovida pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, partido do Presidente neoliberal Fernando Henrique Cardoso, e pelos partidos aliados do Governo.

Chegou a hora de mudar o País com a promoção de uma verdadeira cidadania para o povo brasileiro.

Um novo País somente poderá ser construído com o Partido dos Trabalhadores e as forças políticas de esquerda na Presidência da República.

Lula para Presidente!



O SR. MÁRIO ASSAD JÚNIOR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MÁRIO ASSAD JÚNIOR (Bloco/PL-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro a presença, neste plenário, do Prefeito Luiz Fernando Ribeiro, do Município de Dona Eusébia, tradicional e importante cidade de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Seja o Prefeito Luiz Fernando Ribeiro bem-vindo a esta Casa e leve as saudações não apenas deste Deputado, mas de todos os que estão aqui.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Coriolano Sales.

O SR. CORIOLANO SALES (PMDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como é sabido, faleceu na Bahia, no último sábado, dia 30, o Prof. Josaphat Marinho, fato que enlutou a comunidade baiana e setores da vida brasileira.

A morte de Josaphat Marinho pegou a todos nós de surpresa, porquanto gozava de boa saúde, o que corrobora a versão acertada de que a morte é sempre traiçoeira: chega quando ninguém está esperando por ela.

Mas, foi-se o Professor Josaphat Marinho aos 86 anos de idade, deixando uma legião de discípulos, amigos e admiradores, granjeados na sua atividade de magistério, na política, na advocacia e na vida.

Já conheci Josaphat Marinho como Senador da República, no seu primeiro mandato (1963-1971), razão pela qual não fui seu aluno na Faculdade de Direito da UFBA, onde era grande sua fama como professor de Direito Constitucional.

Embora estivéssemos em campos opostos na política baiana em 1986, quando ele concorreu ao Governo da Bahia, nunca me foi possível deixar de reconhecer méritos, virtudes e valores no político Josaphat Marinho. Homem honrado do ponto de vista pessoal, mesmo exercendo seu segundo mandato de Senador da República (1990-1998) pela legenda do PFL mereceu de setores da esquerda a mais viva admiração e respeito, pela forma como se conduziu diante de matérias polêmicas.



Pode-se dizer que Josaphat Marinho superou expectativas tanto na política quanto no magistério, sem falar nos meios jurídicos, onde se consagrou como jurista e advogado brilhante.

Não há a menor dúvida de que Josaphat Marinho foi uma das figuras mais representativas de seu tempo, desde os tempos de estudante na UFBA, na velha Faculdade de Direito, passando pelo magistério, laureado pela qualificação de Professor Emérito da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Bahia.

Membro da Assembléia Estadual Constituinte (1947-1951), Josaphat Marinho retornou à Assembléia Legislativa da Bahia, onde ficou de 1954 a 1958. Em abril de 1959 ocupou o cargo de Secretário do Interior e Justiça, onde permaneceu até 1960; posteriormente, foi Secretário da Fazenda, no Governo de Juracy Magalhães. Em março de 1961, passaria a ocupar o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), onde permaneceu até dezembro do mesmo ano, em face da renúncia do Presidente Jânio Quadros. A partir daí, retornou à Secretaria da Fazenda da Bahia, onde permaneceu até dezembro de 1962, elegendose no mesmo ano, em outubro, Senador da República. Ao concluir o mandato, em 1971, não reeleito, Josaphat Marinho ingressou na Universidade de Brasília, dedicando-se, a partir daí, inteiramente ao magistério e à advocacia.

O jurista Josaphat Marinho teria enorme participação na luta pela anistia, retornando, então, à vida pública com o Partido Socialista Brasileiro, e depois, num lance de mínima possibilidade, candidato ao Governo da Bahia, derrotado pelo PFL, em 1986. Em 1990 retornaria à cena política como Senador pela Bahia, pelo PFL, com o qual se dispôs no exercício do mandato, mas não se afastou do partido



enquanto exerceu o mandato, embora sistematicamente votasse conta a orientação da sua legenda.

Vencido o mandato, o Prof. Josaphat Marinho retornaria ao magistério, à advocacia e à vida de jurista, que foram, com a política, a sua verdadeira vida, sua paixão e sua alegria.

Foi-se Josaphat Marinho; fica seu exemplo, sua luta de cidadão, de homem simples do interior, embora de gestos refinados, que soube alçar-se à condição de um dos maiores juristas do País, exímio causídico, professor emérito e uma das reservas morais da Bahia e do Brasil.

Ao registrar esta moção de pesar, por um dever de consciência, para ser inscrita nos Anais desta Casa, requeiro a V.Exa., Sr. Presidente, que dê conhecimento à Sra. Iraci Marinho e aos filhos do aqui homenageado, Paulo Marinho e Sônia, na cidade de Salvador.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Nobre Deputado Coriolano Sales, a homenagem de V.Exa. é justa. Josaphat Marinho era de fato uma grande figura nacional, um político de critério. A mensagem de V.Exa. será encaminhada aos familiares na Bahia, conforme preceitua o Regimento Interno da Casa.



O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero chamar a atenção de V.Exa. para o fato de o painel eletrônico estar apresentando defeito. V.Exa. está seguindo o Regimento, e certamente às 15h o Presidente Aécio Neves dará início à Ordem do Dia, aguardando apenas o tempo regulamentar de meia hora. No entanto, para que os horários possam ser seguidos com rigor, é preciso que o painel esteja funcionando direito.

Sr. Presidente, quero também dizer que o PT, apesar das imposições, está em obstrução desde agora, momento de marcar a presença.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Nobre Deputado Virgílio Guimarães, providências já estão sendo tomadas. De qualquer modo, agradecemos a V.Exa. a vigilância.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Concedo a palavra à nobre Deputada Ana Corso.

A SRA. ANA CORSO (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho, em apoio e em solidariedade ao Movimento de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande do Sul, bem como de todo o Brasil, e às entidades da sociedade civil, denunciar e repudiar a conduta e as atitudes arbitrárias que estão sendo levadas a efeito por agentes da ANATEL e da Polícia Federal, no tocante aos procedimentos quando do fechamento das rádios comunitárias e da apreensão de seus equipamentos de radiodifusão.

Os Deputados Federais que integram a Frente Parlamentar de apoio às Rádios Comunitárias têm-se pronunciado e os movimentos de rádios comunitárias têm usado todos os espaços para repudiar esses atos de exorbitância, truculência e violência da Polícia Federal contra as rádios comunitárias, especialmente contra seus militantes.

De minha parte, fica registrado o repúdio por essas ações desastradas que visam intimidar a iniciativa e a ação popular, porém só vêm dar ânimo para que as comunidades continuem a luta por um Brasil onde a comunicação seja um direito de todos e um instrumento de libertação, não de alienação de muitos e enriquecimento de poucos.

É importante lembrar que os movimentos de rádios comunitárias são dirigidos por pessoas que lutam pelo bem-estar da comunidade e que estão sendo confundidas com marginais. São pessoas que lutam por uma sociedade democrática, principalmente quanto às comunicações, e estão sendo covardemente tratadas, obrigadas a se calarem, a exemplo do que aconteceu na ditadura.



O que está acontecendo é muito perigoso, pois não se trata de um caso ou outro. A ANATEL e a Polícia Federal têm montado uma verdadeira operação em todo o Brasil para calar as rádios comunitárias. O curioso dessas ações é que elas têm sido feitas atendendo sempre aos donos de rádios privadas, empresas com fins lucrativos.

Quero lembrar que essas perseguições já atingiram as rádios comunitárias de Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul, Bairro Terra Dura, na cidade de Aracaju, Sergipe, várias rádios no Estado de Alagoas, a rádio comunitária da cidade de Pintadas, Bahia, e a rádio comunitária do Município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, onde a PF e a ANATEL montaram um esquema de guerra, com policiais, muito armamento, viaturas, aparelho de escuta etc. para perseguir as rádios comunitárias.

No Estado de Pernambuco foi feito o fechamento de rádios comunitárias no sertão do Pajeú, nos Municípios de Tabira, Tuparetama, Santa Terezinha, Itapetim e Quixaba. Essas rádios foram lacradas pela Polícia Federal e pela ANATEL.

E, para mostrar que essas ações estão sendo planejadas, quero denunciar que mais duas rádios comunitárias foram fechadas com a costumeira truculência da Polícia Federal, cujos agentes portavam armas e ameaçaram os diretores das rádios. Há poucos dias, as rádios comunitárias de Boqueirão do Leão e Passo do Sobrado tiveram seus equipamentos recolhidos pela Polícia Federal.

A Câmara dos Deputados não poderá fechar os olhos para o que vem ocorrendo com as rádios comunitárias por este Brasil afora.

Aproveito para anunciar que, juntamente com o Deputado Walter Pinheiro, estou apresentando três projetos de lei. O primeiro propõe acrescentar um



representante do Movimento de Televisões Comunitárias e um representante do Movimento de Rádios Comunitárias ao Conselho Nacional de Política Cultural. O segundo dispõe sobre a inclusão da disciplina de Comunicação Comunitária no curso de Comunicação Social das universidades brasileiras. O terceiro estabelece a obrigatoriedade de estágio, para os alunos do curso de Comunicação Social das universidades públicas, em rádios e televisões comunitárias.

É mais uma contribuição para o fortalecimento das rádios e TVs comunitárias, que proliferam em todo o Brasil e que serão sem dúvida a alavanca para a construção de um País democrático, justo e igualitário.



O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma iniciativa das mais louváveis, que objetiva discutir problemas da atualidade política, econômica e social, será posta em prática, no próximo dia 5, sexta-feira, pela Câmara Municipal de Redenção, no Ceará, reunindo em sua Câmara Municipal os Parlamentares Estaduais e Federais que ali tiveram expressiva votação, aos quais serão expostas as reivindicações mais prementes para a comunidade, cuja concretização será reclamada através do apoio decidido de representantes políticos, numa conjugação de esforços que haverá de resultar benéfica para aquela comuna e seus habitantes.

Recorde-se, por oportuno, que a 1º de janeiro de 2002 foi realçada a transcorrência de mais um aniversário da abolição dos escravos ali, antecedeu a própria Lei Áurea, numa demonstração positiva do espírito libertário, que já no século XIX contagiava os habitantes de uma cidade modesta, cuja população oferecia ao restante do Estado e ao País prova exuberante de seus sentimentos de respeito integral aos direitos humanos.

Quando a Vereadora Cimar Bezerra, em nome do Presidente do Legislativo local, transmitiu-me o convite formal para o evento, lembrei minha identificação pessoal com alguns filhos ilustres daquela terra, já desaparecidos, dos quais guardo inapagável recordação, sobretudo pelo patrocínio que assumiram de causas nobres, engrandecendo a trajetória por eles cumprida, durante a respectiva e fecunda existência.

Para não cometer omissões injustificáveis, permito-me aludir apenas a dois jornalista eminentes, os quais, num passado bem próximo ainda, transformaram-se



em paladinos da liberdade de imprensa e de intérpretes dos nossos mais legítimos anseios democráticos.

Foram eles Perboire e Silva e Pompeu de Sousa, que se destacaram, no Estado e no País, pelos incontáveis méritos que reuniam, particularmente a coragem de condenar desmandos praticados pelos poderosos do dia, em detrimento das aspirações populares.

Tive, aliás, a ventura de ser aluno, na nossa Faculdade de Direito, do notável mestre Perboire e Silva, um dos mais fluentes oradores de sua geração, que classificava, retoricamente, esta cidade como Rosal da Liberdade, exatamente a denominação da emissora que recentemente obteve o reconhecimento de seu funcionamento legal, através de ato do Ministério das Comunicações, num processo que acompanhei de perto, por solicitação de seus dirigentes e a instâncias freqüentes do Deputado Mauro Benevides Filho e da Edil Cimar Bezerra, atentos à justeza desta causa, uma vez que aquele veículo de comunicação transformou-se num porta-voz qualificado dos interesses da comunidade.

No que tange ao Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, simplesmente mencionado como Pompeu de Sousa, herdou de seus maiores, particularmente do Senador Pompeu, falecido em 1877, todo o brilho de uma inteligência fulgurante voltada para a imprensa escrita — no tradicional **Diário Carioca** — e no Senado Federal, ao qual ascendeu pela força de eleitorado da Capital da República, desempenhando o múnus representativo com exemplar devotamento e espírito público.

É sob a inspiração desses preclaros filhos de Redenção que comparecerei ao debate, na expectativa de que possa colaborar, com idéias e sugestões, para que o



Poder Público, em todos o níveis hierárquicos, venha a contribuir para solucionar questões vitais, intrinsecamente vinculadas ao desenvolvimento daquela terra e ao bem-estar de sua gente.

Se todos os Municípios brasileiros empreendessem esse trabalho de conscientização de seus representantes para iniciativas de largo alcance, não há dúvida de que muitas questões seriam solucionadas com mais celeridade, favorecendo primordialmente a coletividade.

É uma iniciativa louvável, que merece aplausos indiscrepantes dos partidos e de seus integrantes, daí o registro que faço desta tribuna na tarde de hoje.



O SR. RUBENS BUENO (Bloco/PPS-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Sr. José Sarney é Senador pelo Estado do Amapá. Seu curral político, no entanto, é, de fato, o Maranhão. Isso se pôde comprovar na forma como assumiu a defesa da filha, exigindo que o PFL, partido de sua filha, abandonasse o Governo, e na forma como adotou ou exigiu fossem adotadas decisões que, a rigor, configuram nítida intervenção política, seja no Maranhão, seja no PFL.

O Sr. Sarney sabe onde pisa. Seu governo teve a mesma sustentação política, o PSDB ainda em gestação no ventre do PMDB. E ele sabe — sabe muito bem, aliás — a forma quase que siamesa com que essas forças políticas atuam em relação ao Poder Central. E sabe por que existe um paralelo emblemático entre a Presidência de Sarney e a de Fernando Henrique? A primeira começou a acabar quando o Presidente da República distribuiu concessões de rádio e televisão a mancheias, buscando o apoio, que conseguiu, para garantir mais um ano de mandato. E o início do fim do Governo do Sr. Fernando Henrique se deu exatamente no momento em que votos de Parlamentares foram declaradamente comprados para permitir a reeleição do Presidente da República, o que ele também conseguiu.

Assim, não fica difícil a Sarney dizer o que disse, num discurso em que palavras retumbantes, expressões domésticas e, mesmo, algumas lágrimas nada mais fizeram senão esconder o pensamento do orador.

Mas nem esses malabarismos de linguagem conseguiram esconder o sentido real, praticamente único, do texto. É aquele em que declara solenemente que “se a Governadora do Maranhão não fosse candidata nada disso existiria”.



Velha raposa política há mais de meio século, Sarney conhece e fez cumprir, de plano, o cinismo da expressão mais que conhecida: aos amigos tudo, aos inimigos a lei.

Pois ao que nos parece, o que ocorreu, de fato e de direito, foi o cumprimento da lei, de todos os trâmites legais perfeitamente definidos em nosso ordenamento jurídico. Sabemos que a lei autoriza o arresto de bens de todo cidadão que esteja sendo investigado pela Justiça. Um juiz, ou melhor, uma juíza ordenou o arresto. E a Polícia Federal, por óbvio, cumpriu esse mandado judicial.

Mas, para Sarney, o que ocorreu ali foi de cunho eminentemente político. Como a filha era candidata em oposição ao já declarado candidato oficial, contra ela nada mais restava senão a aplicação da lei, na forma como lemos na consagrada expressão popular. Todos, no entanto, a partir do pai angustiado, estão esquecidos de que a lei opera **erga omnes**, contra todos, e não apenas contra candidatos e, principalmente, candidatos opositoristas.

Tudo isso acaba por caracterizar uma geração de políticos, e uma geração já longeva, que se acostumou a fazer política sem povo, ou, melhor dizendo, sem a participação efetiva da cidadania. É o compadrio, o clientelismo, o empreguismo, enfim, uma miríade de favores feitos com recursos públicos e que, sem sombra de dúvida, garantem um mandato, mas, jamais, uma visão crítica e política de nossa realidade.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estamos assistindo aos estertores dessas camadas políticas que nunca acrescentaram um parágrafo à ciência política do País e que, passados esses tantos anos, construíram duas, três pontes, meia dúzia de



viadutos e um museu de si próprio, como se vê no Maranhão, Estado mais pobre da Federação brasileira.

O Maranhão é aqui citado porque as figuras protagonistas dessa falsa crise vêm de lá. Mas se quisermos estender os olhos sobre a geografia de nosso País, vamos ver que ali onde floresceu o caudilhismo, o coronelismo da República Velha, ainda renitente naquilo que Tancredo Neves chamava de grotões, ali a miséria segue sendo abundante.

Ninguém melhor expressou essa política sem povo que um velho Parlamentar, não por acaso, na sua raposice, vindo de Minas Gerais. Refiro-me a Último de Carvalho. Para ele, num processo político, era preciso agradar o padre, que pede voto; o juiz, que os conta; e o soldado, que dá segurança às eleições. Onde, em que instante desse processo assim tão primário, mas de resultados evidentes, aparece o cidadão, afinal o vetor mais importante de qualquer instante eleitoral? Em nenhum instante o cidadão aparece. E nem aparecerá enquanto Sarney e **tutti quanti** estiverem pontificando dentro do mundo político brasileiro.

Que existe, de fato, dentro da base política de sustentação do Governo? Que está por trás da violência com que Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho se engalfinhavam no plenário do Senado?

É que o poder é simbolizado pelo Estado. E a esse poder se submete o cidadão. O filósofo Hume, há 200 anos, já mostrava o paradoxo que existe em o poder efetivo, o cidadão, submeter-se ao poder delegado, o Estado.

Sucedo que esse paradoxo existe. E notadamente na realidade de nosso País. Assim, a disputa pelo Estado, o que significa disputa por cargos, orçamentos, verbas, empregos, o que seja, se vai fazendo a cada dia mais acirrada, a cada



instante em que esse Estado se livra dos cadarços empresariais, reduz os órgãos de controle ou os assistenciais, enfim, faz cada vez menor o bolo a ser repartido exclusivamente a meio dessa elite parasitária e inteiramente descompromissada com os destinos de nossa terra e de nossa gente.

Daí o desamor. E não usamos a palavra ódio porque é um sentimento menor e quase irreversível. Ao que sabemos, esses gladiadores do nada, ao deixarem a arena onde exibiram suas mesquinhas parquiais, acabam por se reencontrar numa antevéspera de banquete, aquele que é pago pelo Erário.

Mas a cidadania se recompõe. Passada a ilusão com o movimento republicano — e já vai mais de um século desse passamento —, a cidadania busca se recompor, refazer modelos, sonhos e, mesmo, utopias. Começa a dar sinal de que se cansou, pelo menos se cansou desse comportamento dos eternos turiferários do poder e, muito mais ainda, das vivandeiras que somente sabem apelar, em sua defesa, às portas pesadas dos quartéis.

O cidadão não quer muito, Sr. Presidente. Quer apenas ser cidadão, agir como tal e como tal ser respeitado. Pode ser que tenhamos a suprema ventura política de estarmos próximos a um imenso “Te Deum”, com o qual poderemos consagrar o enterro definitivo dessas práticas políticas abusivas, desses políticos de fancaria, mais preocupados com a forma como vive sua pequena grei e não nosso imenso povo. As eleições vindouras poderão ser a apoteose dos sonhos do cidadão brasileiro. A campanha eleitoral, aliás, já é um excelente termômetro.

Era o que tinha a dizer.



O SR. CANDINHO MATTOS (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, autoridades governamentais vêm anunciando que o atraso na votação da prorrogação da CPMF provocará perda semanal de arrecadação da ordem de R\$ 400 milhões, e isto forçaria o Governo a buscar uma compensação, seja através do aumento de impostos, seja através da redução de gastos, o que tende a aprofundar a recessão.

Na realidade, tornamo-nos excessivamente dependentes da CPMF, com todos os seus problemas e todas as suas virtudes. É bem desejável que essa dependência se reduza gradativamente. Neste sentido, a PEC que prorroga a vigência da CPMF prevê a redução da alíquota para 0,08%, o que restabelece a razoabilidade dessa incidência, que até pode ser justificada por uma série de razões, mas não pelo simples fato de permitir a confrontação entre os valores declarados pelo contribuinte e sua movimentação financeira. Essa verificação deveria ser possível independentemente da cobrança da CPMF, por não se poder vedar ao Fisco o acesso a quaisquer dados com vistas ao conhecimento da situação econômica do contribuinte.

De toda a maneira, gostaríamos de chamar a atenção para a importância de se assegurar a continuidade da cobrança desta contribuição ainda durante o exercício de 2002, quando mais não seja em razão da programação orçamentária já aprovada e em execução.

Em 2001, foram arrecadados R\$ 17,2 bilhões. Para se ter uma idéia de sua importância para a área social, discriminaremos, a seguir, os valores destinados a diversos programas:

- Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar: R\$ 5,2 bilhões;



- Previdência Social Básica: R\$ 3,7 bilhões;
- Saúde da Família: R\$ 1,4 bilhões;
- Prevenção e Controle de Doenças Transmissíveis por Vetores: R\$ 264 milhões;
- Prevenção, Controle e Assistência a Portadores de Doenças: R\$ 258 milhões;
- Assistência Farmacêutica: R\$ 90 milhões;
- Alimentação Saudável: R\$ 42 milhões;
- Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços: R\$ 34 milhões;
- Saúde Mental: R\$ 3 milhões.

Destaque-se que essas dotações foram empenhadas, liquidadas e pagas praticamente na sua integralidade.

É bom também assinalar que, dos atuais 0,38% de alíquota da contribuição, 0,20% se destinam à Saúde, 0,10% à Previdência e 0,08% à Assistência Social. Trata-se, portanto, de um tributo destinado exclusivamente à Seguridade Social. Sua redução estará necessariamente associada à implementação da Reforma Tributária. Até lá, a CPMF é praticamente insubstituível.

Para este exercício, estão aprovadas as seguintes dotações:

- Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar: R\$ 6,3 bilhões;
- Previdência Social Básica: R\$ 4,3 bilhões;
- Saúde da Família: R\$ 1,6 bilhão;
- Prevenção e Controle de Doenças Transmissíveis por Vetores: R\$ 283 milhões;
- Assistência Farmacêutica: R\$ 86 milhões;



- Alimentação Saudável: R\$ 84 milhões;
- Qualidade e Eficiência do SUS: R\$ 40 milhões;
- Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços: R\$ 40 milhões.

É, por conseguinte, lastimável que se deixe de propiciar esse aporte adicional de recursos, como fica demonstrado na comparação entre os dois anos.

Fica, portanto, nosso apelo, no sentido de que se possa chegar rapidamente a um acordo, votando os destaques nesta Casa e encaminhando a PEC ao Senado Federal, para que não se perca nenhuma semana a mais de arrecadação e se possa cumprir os compromissos assumidos quando da votação do Orçamento da União para 2002.

Muito obrigado.



O SR. JAIR MENEGUELLI (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, intelectual e político experimentado que é, Fernando Henrique Cardoso não poderia ter ignorado as lições de Inge, para quem *“a corrupção das democracias é parte do fato de uma classe fixar os impostos e outra pagar”*, ou de Erasmo, que recomenda que *“se a necessidade exigir a imposição de uma certa tributação sobre o povo, então, a tarefa do bom príncipe é a de fazê-lo de forma que a menor opressão possível recaia sobre os pobres”*.

Ele tem agido, por insensibilidade ou conveniência, sempre em sentido contrário, oprimindo as classes menos favorecidas, como ficou recentemente demonstrado, ao resistir, o quanto pôde, à correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e, ao perder esta batalha no Congresso Nacional, para compensar a perda da receita da qual vinha se apropriando indevidamente, ter optado por elevar a contribuição das pequenas empresas de serviços através de medida provisória, o que fez corar até os Líderes da sua base de apoio parlamentar, vez que ela desrespeitava acordo anteriormente firmado com a Oposição.

Agora, com o atraso na votação no Congresso Nacional da prorrogação da CPMF, a história se repete. Coerente com sua opção pelos mais ricos e pela ojeriza aos que vivem do trabalho — quem não se lembra da célebre frase de que os aposentados são vagabundos? — ameaça com o corte em programas sociais, quando a alternativa mais justa seria aperfeiçoar a fiscalização, combater a corrupção e taxar mais os setores menos onerados, como o bancário.

Aqui abrimos um parêntese para comentar que a frase acima mencionada é tão ou mais injusta quando assacada contra o trabalhador brasileiro, que, em busca da renda perdida, é obrigado a se submeter à segunda maior jornada de trabalho do



planeta, como confirmam pesquisa recém divulgada na França pelo Instituto Sodhexo Alliance e trabalho semelhante elaborado pelo economista e professor do Centro de Estudos de Economia do Trabalho e Relações Sindicais (CESIT) da Unicamp, Claudio Dedecca.

Essa postura tem sido alvo das críticas até mesmo de quem, investido do mandato de Senador, integrou o bloco de sustentação do seu Governo, como o jurista Josaphat Marinho, que, em artigo publicado na imprensa, sob o título "No país da contradição", sustentou que *"não se entende que a CPMF, instituída em caráter provisório e nessa condição repetidamente prorrogada sua cobrança, se transforme, instantaneamente, em tributo reclamado, como indispensável"*. Observou ele, com propriedade, *"que se essa tributação é tão importante, o governo já deveria ter proposto sua conversão em ônus definitivo, dentro de sistema conveniente também aos interesses dos que sofrem, e são muitos, sua incidência constante"*. Mais adiante aduz: *"Ainda menos se entende é que o Poder Executivo não revele propósito claro de promover a reforma tributária e defenda com intransigência a perpetuação da CPMF"*.

Nunca foi tão atual, Sr. Presidente, a frase de Tancredo Neves, segundo a qual *"no Brasil teima-se em maltratar quem produz, gratificar quem especula e estimular quem sonega"*. E FHC não tem feito outra coisa!

O dinheiro que falta para pagar professores, profissionais da área de saúde e outros segmentos de trabalhadores, sempre aparece quando é para socorrer banqueiros falidos e inescrupulosos e grandes empresas em dificuldades financeiras ou, então, para a contratação milionária de serviços de rastreamento de grampos telefônicos em órgãos da Administração Pública, como denunciado recentemente



pela imprensa em geral, que estabeleceu um elo de ligação dos mesmos com o que resolveu denominar de política do grampo e de indústria da difamação no Brasil.

Contratação milionária feita pelo mesmo Ministério que demitiu milhares de agentes, os chamados mata-mosquitos no Rio de Janeiro, e, assim, concorreu para a ampliação do surto de dengue no País, aumentou este ano a sua verba publicitária em 300%.

A cada dia que passa torna-se mais evidente que este é o Governo dos sonhos dos banqueiros. A Austin Asis, uma das maiores consultorias do País especializada em análise de balanços de instituições financeiras, mostrou que, já em novembro do ano passado, os bancos acumulavam na era FHC mais de R\$21 bilhões em lucros, importância equivalente a um ano da receita da União com a arrecadação da CPMF e dinheiro suficiente, como destacado pelo **Jornal do Brasil**, para construir um milhão de casas populares ou para sustentar a Previdência Social por quatro meses seguidos.

Segundo a Austin, o lucro dos trinta maiores bancos cresceu 313% de dezembro de 1994 até dezembro do ano passado. Ou seja, aumentou mais do que três vezes. Enquanto os banqueiros ficam cada vez mais ricos, a nossa população e o setor produtivo enfrentam cada vez mais maiores dificuldades, pois o ganho bruto dos bancos brasileiros em empréstimos para empresas é de 30% e de 63% no caso de pessoas físicas, enquanto em países desenvolvidos esse ganho fica em torno de 5%.

É uma transferência brutal de renda da população e dos setores produtivos para os bancos, o que produz, como consequência, quase que o imediato fechamento de empresas e de postos de trabalho.



Nesse ponto vale aduzir que pesquisa do Sindicato dos Bancários de São Paulo apurou que, desde a liberação das cobranças, em 1996, das tarifas bancárias, elas se tornaram uma fonte crescente de custos para o consumidor e de arrecadação para os bancos. Entre outubro de 2000 e agosto de 2001, a cesta média de produtos utilizados pelo cliente durante um ano teve aumento de até 61,8%.

Segundo o advogado João Carlos Scalzilli, presidente da Associação dos Direitos Financeiros do Consumidor (PROCONSUMER), os ganhos de escala com a concentração bancária promovida na era FHC não estão sendo repassados para os consumidores, muito pelo contrário, estão virando uma atividade quase cartelizada, sob os olhares complacentes do Governo. Olhares complacentes que insistem em não ver que as instituições financeiras são líderes de reclamações no PROCON, discriminam clientes e impõem regras abusivas.

Elas costumam se recusar a ceder o contrato de abertura de conta para leitura prévia do correntista; procuram atribuir-lhe a responsabilidade, em caso de fraude, por extravio ou furto de cartão magnético e cheques; transferem os seus recursos para cobrir saldo devedor e até para investimentos; fazem discriminação entre clientes e não-clientes na hora do pagamento de contas; e nem sempre dão atendimento preferencial a idosos, gestantes e deficientes, como manda a lei. Não aplicam em financiamentos habitacionais e preferem especular com títulos do Governo, deixando de ser instrumento propulsor do desenvolvimento e da geração de empregos, como seria de se esperar e como a lei determina.

E tudo isso acontece sem qualquer manifestação do Banco Central, que é muito ágil quando se trata de defender os bancos, como aconteceu recentemente ao



posicionar-se contra a aplicação do Código de Defesa do Consumidor na relação daqueles com seus clientes.

O papel da Oposição, sobretudo quando critica ações e omissões do Governo, parece não ser bem digerido pelo Presidente Fernando Henrique que, costumeiramente, diz, procurando mostrar indignação, que quem discorda de suas propostas está contra o Brasil. Confunde o que é interesse do Governo com o que é interesse do País e de seu povo. Só falta afirmar que o Estado é ele e interromper uma sessão do Parlamento, como fez Luiz XIV, em traje de caçador e chibata na mão.

A História certamente fará o julgamento do seu Governo, marcado pela alienação do patrimônio público, pela desnacionalização da nossa indústria, pelo favorecimento de determinados grupos econômicos, pela obstinada luta contra a apuração dos muitos escândalos em todos as esferas da administração pública e pela enorme insensibilidade diante do sofrimento e do empobrecimento de parcelas cada vez mais expressivas de nossa população.

No entendimento do economista e professor Reinaldo Gonçalves, que nos últimos seis meses dedicou-se à criação de um Índice de Desempenho Presidencial para avaliar os 24 Presidentes brasileiros no último século, a estabilidade econômica não garante, sozinha, boa **performance**.

Ele comparou alguns dos principais indicadores econômicos de cada Governo: o crescimento do PIB com as taxas alcançadas nos Estados Unidos; analisou a inflação, a evolução do endividamento do setor público como proporção do PIB e a expansão da dívida externa do País em relação à receita apurada com



exportações, o que possibilitou medir os resultados alcançados por eles na economia.

Comparou-os por critérios, como o crescimento econômico, fragilidade financeira e vulnerabilidade externa, entre outros, e produziu um índice em cuja ponderação todos os indicadores tiveram pesos iguais.

O resultado? FHC ficou em 24º lugar, e assim mesmo porque foram excluídos da análise os Governos de curto período, como os de Delfim Moreira, José Linhares, Nereu Ramos e Ranieri Mazzilli.

Talvez ele não esteja muito preocupado com essa análise, com as críticas da Oposição ou com o julgamento da História, e, sim, com a aprovação dos projetos que pretendem estabelecer foro especial para o julgamento de ex-Presidentes da República ou de criação da figura do Senador vitalício, que dará imunidade aos ex-ocupantes daquela elevada função pública.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. JAQUES WAGNER (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estranhamente, as notícias sobre a dengue desapareceram dos telejornais, mas tenho a dizer a esta Casa que quase a totalidade dos Municípios baianos já registram casos de dengue.

Segundo o jornal **A Tarde**, na Bahia, o número de pessoas com a doença ultrapassa a casa dos 20 mil, e a cada dia mais e mais pessoas manifestam os sintomas da doença.

Recentemente, o jornal **Folha de S.Paulo** divulgou que o número de casos de dengue no País aumentou 107,5%, em relação ao mesmo período do ano passado.

Não custa lembrar que o combate à dengue é de responsabilidade do Poder Público, nas esferas federal, estadual e municipal. Sua erradicação demanda, portanto, recursos governamentais.

No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o Sindicato dos Médicos entrou com representação no Ministério Público, pedindo que o órgão apure se houve negligência das Secretarias de Saúde do Estado e do Município e do Ministério da Saúde na condução da política de combate à dengue. Esse é um exemplo a ser seguido. Caso o Ministério Público apure que houve negligência, imperícia ou imprudência, alguém poderá responder por homicídio culposo e, então, quem sabe as autoridades busquem ações eficazes para a erradicação desse mal.

Na Câmara dos Deputados, o requerimento para solicitar a CPI da Dengue já obteve as 171 assinaturas necessárias à sua apresentação.

Estou convencido de que o descaso das autoridades da área de saúde em nosso País tem-nos remetido ao início do século passado. Estamos de volta aos



tempos da malária, da tuberculose — com 80 mil casos novos por ano — e de endemias que já estavam erradicadas. Estão brincando com a vida dos brasileiros!

O caso em tela, Sr. Presidente, reveste-se da maior gravidade, uma vez que todo cidadão pode pegar a doença, independentemente de idade ou sexo.

Nosso povo trabalha, paga seus impostos, e o retorno do Estado tem sido muito precário, principalmente no interior do País.

No caso da dengue, cabe ao Ministério da Saúde financiar Estados e Municípios em ações concretas de combate a essa epidemia, seja montando um sistema de vigilância epidemiológica da doença, seja com um sistema de controle do mosquito.

À Secretaria Estadual de Saúde cabem medidas de controle da epidemia, capacitação de pessoal e campanhas educativas que envolvam a população nos cuidados e no combate ao mosquito.

O que vem ocorrendo na Bahia e em todo Brasil é indesculpável. Trata-se de descaso tão evidente que não dá mais para o Governo ficar por aí tapando o sol com a peneira.

Dirijo, desta tribuna, apelo ao Ministro da Saúde para que, com a máxima urgência, envie ao Estado da Bahia os recursos necessários para o atendimento da população e o eficaz combate à epidemia.

Conclamo também o Governo da Bahia para que não permita que suas momentâneas divergências com o Governo Federal o impeçam de buscar os recursos em Brasília, bem como aloque recursos humanos e financeiros estaduais em abundância para socorrer as vítimas dessa epidemia cruel.



A cada dia que passa a epidemia se alastra. Na Bahia duas pessoas morreram com suspeitas de dengue e houve a confirmação de uma morte causada pela doença.

Muito embora os telejornais guardem silêncio de uma semana sobre o tema, os casos notificados no País já passam de 318 mil. Nesse contexto, cabe a esta Casa aprovar a CPI da Dengue e pressionar os governantes a buscarem resultados mais satisfatórios na erradicação desse mal.

Era o que tinha da dizer.



O SR. SÉRGIO BARCELLOS (PFL-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a memória de um povo talvez seja o que de mais importante existe. É através dela que guardamos e nos lembramos do que foi bom e ruim, daquilo em que erramos e acertamos e principalmente daqueles que nos trouxeram paz, tranqüilidade, progresso e também daqueles que só vieram ou apareceram para trazer miséria, desemprego e infelicidade para a população. A memória é a faculdade de reter as idéias adquiridas anteriormente. São as lembranças, as reminiscências, as narrações históricas escritas ou faladas por testemunhas presentes sobre atos passados, são escritos que ficaram para a posteridade, enfim, é a própria história.

Referimo-nos a essa palavra, tão importante na vida de todos nós, por achar que não nos devemos esquecer do que passamos nesses últimos anos tão sofridos no Amapá, se comparados com outros que vivemos em um passado não muito distante.

Lembramo-nos de quando tínhamos progresso. Ninguém reclamava da falta de emprego. Éramos governados por alguém que realmente se preocupava com a população, com aqueles que não tinham casa para morar, abandonados à própria sorte, sem ter como lutar para viver condignamente. Temos na memória nosso comércio pujante, dando oportunidade para todos. Não tínhamos bandidagem nem desocupados pelas ruas. As crianças eram prioridade número um, não ficando abandonadas para pedir esmolas como verdadeiros párias de sociedade. Eram raros os mendigos, pois todos tinham seu emprego. Enfim, éramos felizes e não sabíamos!



O homem que nos deu esse progresso, que transformou e construiu praticamente tudo o que hoje possuímos, foi, sem querer polemizar, o Comandante Barcellos. Isso é reconhecido pela população, principalmente aquela que viveu nos períodos de 1979 a 1985 e de 1991 a 1995, quando ele foi Governador do Amapá.

Realmente foram anos em que tivemos um verdadeiro plano de governo. Um plano exclusivamente voltado para o bem-estar social do povo amapaense. E quando digo bem-estar social refiro-me de modo geral a emprego, incentivo ao empresariado local, comércio, desenvolvimento do setor primário, segurança, saúde pública e serviços essenciais previstos na Constituição brasileira.

Macapá chegou a ser denominada “Cidade Jóia da Amazônia”. Quanta saudade e ao mesmo tempo quanto desperdício de muita coisa boa, que se foi perdendo com o tempo, pelas inúmeras administrações mal sucedidas.

Lembramos isso tudo para que as gerações mais novas conversem com as mais velhas ou com aqueles com maior experiência, para sentirem a diferença de quanto é importante entregarmos o destino de nossas vidas à pessoa correta. Devemos escutar aqueles que acompanharam de perto, viveram e trabalharam com uma equipe que realmente soube do que precisávamos e necessitávamos para, de novo, podermos resgatar uma história de sucessos. Sim, precisamos resgatar essa história, aquela mesma com que já estávamos acostumados. Dizem, a quatro ventos, que o povo não tem memória. Não acreditamos nisso, pois ninguém gosta de sofrer, ninguém gosta de passar por privacidade, todos querem progredir com dignidade, cuidar de suas famílias, criar seus filhos longe dos vícios e das drogas. É, sem dúvida alguma, o ideal de todos.



Por isso a memória é tão importante. Aqueles que viveram naquela época, não tão distante assim, devem repassar a seus filhos, aos seus amigos mais moços, o que realmente tínhamos e hoje não mais existe.

Diz a Bíblia Sagrada, em Isaías 59: 10: *“Apalpamos as paredes como cegos; como os que não tem olhos, andamos apalpando. Tropeçamos ao meio dia como nas trevas, e nos lugares escuros somos como mortos”*.

Isso quer dizer, se interpretarmos corretamente as palavras de Deus, que precisamos enxergar o que temos diante de nós. Não podemos fechar os olhos diante de uma realidade gritante que a todos castiga e oprime. Temos que resgatar o que perdemos para o bem de todos nós. A falta de sensibilidade e de amor ao próximo que aqui se implantou deve ser banida para sempre.

Devemos abrir nossos corações, esquecer esse atual sofrimento, como se fosse uma coisa natural, e trazer de volta à memória os tempos que voltarão se soubermos escolher o que é certo, correto e indispensável ao progresso.

Progresso, palavra tão complexa e ao mesmo tempo tão simples. É só ter capacidade, bons princípios, um plano de governo realista, ter sensibilidade para sentir o sofrimento de muitos que hoje penam com a falta de respeito ao cidadão.

Progresso significa marcha à frente, desenvolvimento, aumento de oportunidades, fenômeno que tem como condição principal as transformações da vida social de todo um povo que cansou de sofrer; enfim, é uma série de conhecimentos objetivos no quadro de uma cultura.

Nossa família sempre foi partidária do progresso, que só se consegue com realizações, e essas qualidades só se obtêm com experiência e habilidade acumuladas e adquiridas por toda uma vida de trabalho e dedicação.



É muito importante a continuação desse progresso, para obtermos avanço e prosperidade que só trarão o bem para a nossa população. Precisamos parar com a estagnação e caminhar para frente, avançar e ir aumentando nossas possibilidades de engrandecimento. Precisamos, a qualquer custo, para o bem de nossos filhos e para o futuro do Estado, progredir numa sucessão ininterrupta e constante nos diversos aspectos de nossa economia. E não será com planos utópicos, isto é, imaginários, teóricos e irrealizáveis, que conseguiremos isso. É um delírio e uma fantasia o que estamos vivendo hoje.

Simplemente não temos um plano de governo, e o atual Governador nos jogou no fundo do poço. Ele aposta realmente na falta de memória de todo um povo, mas estamos aqui justamente para lembrar alguns pontos que nos estão fazendo sofrer com tanta incompetência e irresponsabilidade.

O atual Governador assumiu um Estado em 1995 onde não havia desemprego, os serviços sociais assim como os essenciais à vida humana como segurança e saúde públicas funcionavam. Havia escolas para todos. Os comércio e a indústria prosperavam, dando oportunidades a quem lá chegasse. Havia água e saneamento básico para a população. Foram criados vários bairros novos com toda a infra-estrutura para abrigar aqueles que não tinham onde morar condignamente, como Perpétuo Socorro, Santa Inês, Nova Esperança, Hospital de Base, Pedrinhas, Infraero II, Barcelândia etc., onde foram doadas milhares de casas aos mais carentes. Os serviços sociais funcionavam, como os incentivos ao lar dos velhinhos e creches — APAEs, antiga LBA entre tantas outras.

Foi criado o núcleo da futura Universidade Federal do Amapá, a UNIFAP, com a construção dos três primeiros prédios do núcleo pioneiro, além de serem



fornecidas mais de 2 mil bolsas de estudos a alunos amapaenses que foram estudar fora do Estado.

Toda a infra-estrutura hoje existente no Amapá foi criada e construída nessa época. Não é exagero. Só para citar alguns exemplos, podemos enumerar, entre outras construções: a Assembléia Legislativa, a Câmara de Vereadores, o Palácio do Governo, o Cine Teatro de Macapá, o Centro Cívico da Avenida FAB, o Centro Administrativo, composto de cinco prédios onde funcionam todas as Secretarias Estaduais, a antiga Secretaria da Fazenda, hoje com outra finalidade, a Secretaria de Saúde, os onze Centros de Saúde de Macapá, o Hemocentro, a ponte sobre o Rio Araguari, o asfalto de BR-156 até Porto Grande, a abertura de estrada até o Oiapoque, o Fórum de Macapá, o Monumento Marco Zero do Equador, o prédio do BANAP, a Promotoria de Justiça, o Corpo de Bombeiros, o Departamento de Estradas de Rodagem, o Centro de Atenção ao Menor Professora Cati, a Central de Abastecimento de Combustível, a Central de Abastecimento para o Produtor Rural, a Polícia Técnica Científica, a Delegacia de Polícia do Bairro São Lázaro, os Prédios da ex-CODEASA, a Aster, o Abatedouro Avícola, as pontes de concreto sobre os Rios Araguari, Amapari, Nações Unidas, São José, General Rondon, Binja Uchoa (ao lado do Banco do Brasil) e Negro, a ponte de acesso aos Municípios de Serra do Navio e Mazagão, o Departamento Tributário, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria de Educação com todo o seu complexo, a cobertura da arquibancada da piscina olímpica, a piscina semi-olímpica, a ponte de concreto no furo do Rio Matapi, o Núcleo Artesanal, a Superintendência de Navegação do Amapá (SENAVA), os prédios para a Colônia Agrícola Penal, o Centro de Processamento de Dados, o



Pólo Hortigranjeiro da Fazendinha, a reforma geral dos mercados de carne e peixe, a Delegacia das Mulheres, a Praça Pública de Oiapoque, o Posto de Saúde da Colônia Agrícola do Matapi etc. No próximo discurso continuaremos para não sermos cansativos. É matéria talvez para uma meia dúzia de discursos.

Perguntamos: dá para esquecer isso tudo? Não mostramos nem a quinta parte do que foi construído nesse período. Por isso todos tinham seu emprego e podiam cuidar condignamente de suas famílias. É uma distância tão grande do que vemos e vivenciamos hoje em dia no Estado que realmente não dá para comparar.

Um povo sem memória é um povo sem história. E história temos muito para contar, histórias verdadeiras, palpáveis, reais. É só parar para ver o que começamos hoje a mostrar.

Por isso é que alertamos no início que é necessário a continuidade desse imenso trabalho que foi desenvolvido em nosso Estado e que não faz tanto tempo assim.

Precisaremos resgatar primeiro o que foi perdido, o que demorará no mínimo um ano, para depois voltarmos a crescer com um verdadeiro plano de desenvolvimento, semelhante ao anterior, mas mais aprimorado às realidades de nossa época. Toda infra-estrutura já foi praticamente construída pelo Comandante Barcellos. Agora é conservá-la, continuar com o serviço e partir principalmente para a área social, visando as crianças abandonadas à própria sorte.

Muita coisa ainda precisa ser feita, é verdade, mas é necessário alguém com experiência administrativa, conhecimento e reconhecimento de Brasília, alguém capaz e competente que já tenha demonstrado isso através da vida pública. Alguém com bons princípios e amor no coração para se sensibilizar com o sofrimento das



peessoas carentes. Não é necessário ter apenas boas intenções, é necessário ser capaz e possuir também um plano espiritual.

Sem Deus no coração não chegaremos a lugar algum. *“Homem de integridade anda seguro, mas o que perverte os seus caminhos será descoberto.”* (Provérbios 10:09).

Não nos devemos esquecer de que a história de um povo influencia em muito sua realidade atual, afinal cesteiro que faz um cesto faz um cento, não é mesmo? E isso serve tanto para o bem quanto para o mal. Pior talvez sejam aqueles que nem história têm para contar. São as incógnitas e as dúvidas do que acontecerá, caso ganhem uma eleição.

Aqui cabem várias reflexões: vale trocar o certo pelo duvidoso? Vale entrarmos em uma nova aventura? Vale a pena tentarmos mais um modelo tipo PDSA, seja lá o que isso signifique? Vale pagarmos mais um preço arrastando nosso Estado para mais um insucesso imprevisível?

Acreditamos que não. Não temos mais direito de dar um tiro no escuro. O modelo de desenvolvimento que dá certo em nosso Estado todos já o conhecemos. Breve, muito breve, começaremos a mostrar daqui o que pensa e idealiza o PFL sobre isso.

E é aí que entram os mais idosos, os de mais experiência, que devem, a nosso ver, contar aos jovens e àqueles que não acompanharam de perto o que foi nosso progresso, seja pela idade, seja porque já aqui chegaram em meio ao caos geral que estamos experimentando, contar como era bom morar no Amapá.

Progresso será, sem dúvida alguma, não mais experimentarmos planos vaidosos e irreais e sim seguir uma cartilha já conhecida, testada e aprovada por



toda uma população que vivia com dignidade, salários justos, emprego para todos, oportunidades as mais diversas, segurança e saúde públicas funcionando, enfim, uma população que tinha orgulho de ser brasileira.

Essa é a nossa visão, a visão do Partido da Frente Liberal, e ninguém em sã consciência pode afirmar que estamos errados.

Aguardem, meus amigos. Nosso plano de desenvolvimento vem aí, para o julgamento de todos os que habitam e criam aqui seus filhos no Amapá.

Não será baseado em irrealidades surrealistas e sim em fatos concretos, em soluções que já deram certo. É nas coisas mais simples, mais sinceras e menos confusas que encontramos o que é correto para resgatar tudo aquilo que perdemos nesses últimos sete anos e três meses repletos de irresponsabilidades, vaidades e falta de respeito para com o povo amapaense.



O SR. MÁRIO NEGROMONTE (PPB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizia um ditado medieval que a memória do rei é fraca, mas a do povo é muito mais fraca. Assim, é meu dever não permitir que se perca no tempo/espaço a memória dessa figura ímpar que é o Padre Aldo Luchetta. Passados quatro anos de sua morte, recordar sua figura ímpar torna-se imperioso.

Esse italiano de coração brasileiro, nascido em 1941, em Codogné Treviso, Itália, e lá ordenado padre, chegou ao Brasil em 1967, apaixonando-se de corpo e alma por nosso País e nossa gente. Dinâmico, logo voltou-se para a diminuição das injustiças e desigualdades sociais, que, infelizmente, subsistem na vida das comunidades brasileiras.

Considero-me privilegiado por tê-lo conhecido e ter gozado de sua amizade. Tive a honra de recebê-lo em meu gabinete, acompanhado do digno Presidente da Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia AECOFABA, o Dr. Joaquim de Oliveira Nogueira, pouco antes de sua morte.

Sem alarde, sem demagogias e sem radicalismos ideológicos, o Padre Luchetta optou pela criação de entidades comunais que dessem às populações carentes um veículo, um canal de diálogo e luta democrática pelos seus direitos e pela satisfação de suas necessidades básicas. E no mesmo ano em que pisou nosso solo o Padre Aldo Luchetta já desenvolvia uma ação profícua e determinada à frente das Comunidades Eclesiais de Base — CEBs.

Em 1975 ele foi transferido para a Paróquia de Nossa Senhora da Glória, quando sentiu penetrar em suas veias um baianismo ardente e consciente. Ei-lo então italiano de nascimento, baiano de coração.



De imediato, pôs-se na liderança das CEBs, e organizou encontros, seminários e assembléias pastorais na ânsia de sacudir, de despertar as comunidades carentes, fazê-las saírem de uma letargia secular, em busca do progresso e de condições dignas de vida.

Com a criação de comunidades eclesiais e bases rurais e a promoção de cursilhos e reuniões constantes, o Padre Luchetta começou a despontar como um líder natural e uma personalidade querida e respeitada por aquelas comunidades.

Na sua sagrada tarefa de expandir e solidificar a religião católica, o Padre Luchetta criou 250 capelas e 40 casas paroquiais, obra hercúlea e benfazeja, que trouxe ao agreste baiano a presença de Deus e o aperfeiçoamento da educação familiar e coletiva dos habitantes de Botuporã, Caturama, Tanque Novo, Caetité, Riacho de Santana, Macaúbas, Boquira, Iuiu e Malhada.

Padre Luchetta era realmente um predestinado. A dimensão geográfica e psicossocial de sua atuação estendia-se por todo o interior do Estado da Bahia, levando, aonde chegava, a fé e o despertar de uma consciência coletiva, a busca de um padrão mais digno e elevado de vida.

Infelizmente, em 28 de março de 1998, um acidente automobilístico ceifou-lhe a vida, privando milhares de amigos e fiéis de sua companhia, de sua liderança e de sua inquebrável atuação progressista.

Seu zelo e seu dinamismo permanecem na memória de todos os que o conheceram.

Estão gravados em nossa memória seu amor pelos pequenos e humildes, sua luta constante pelos fracos e oprimidos, sua moral bondosa e evangelizante.



Assim, para que a memória de todos não seja fraca e para que permaneça acesa a chama do trabalho do Padre Luchetta, quis fazer nesta Câmara dos Deputados esta homenagem à figura imortal do Padre Aldo Luchetta.

Era o que tinha a dizer.



O SR. ARY KARA (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no mês de março comemora-se, com muita justiça, o Dia Internacional da Mulher. Assim, parabenizamos todas as mulheres brasileiras, pelo muito que representam de luta, dignidade e dedicação em prol de uma sociedade mais solidária.

São inúmeros os exemplos de destacadas mulheres que, com seu trabalho e exemplo de vida, modificaram, e para melhor, o curso da história. Poderíamos nesta oportunidade lembrar os heróicos acontecimentos ocorridos no ano de 1857, quando centenas de operárias norte-americanas morreram queimadas por policiais em uma fábrica têxtil de Nova Iorque, pelo fato de estarem reivindicando a redução da jornada de trabalho e o direito à licença-maternidade.

Se hoje esses direitos sociais estão consagrados e fazem parte das relações trabalhistas, devemos essa conquista à coragem daquele grupo de valorosas mulheres. E foi exatamente em homenagem àquelas vítimas que, no ano de 1911, foi instituída a comemoração, no dia de 8 de março, do Dia Internacional da Mulher.

De lá para cá, Sras. e Srs. Deputados, as mulheres tiveram inúmeras outras conquistas em todas as áreas sociais, aliando tais avanços com suas prerrogativas de mãe, irmã, amiga e confidente. Destacamos ainda a luta da mulher na sociedade, alcançando cada vez mais a igualdade de direitos. Mulheres que se dedicam às causas públicas, cotidianamente, reivindicando, defendendo as camadas populares.

Assim, queremos reafirmar neste momento a nossa disposição de continuar apoiando no Congresso Nacional todas as lutas e as causas das mulheres brasileiras, mulheres que se vêm destacando em todos os setores da sociedade, lutando intransigentemente pela valorização do ser humano e contra as



desigualdades sociais, pelo respeito às liberdades individuais e pela valorização da família, a **cellula mater** da sociedade.

Só viveremos em uma sociedade realmente mais justa e mais solidária quando homens e mulheres tiverem oportunidades iguais em todos os setores, destacadamente nas atividades educacionais e profissionais, sem quaisquer discriminações ou favorecimentos, por sexo, religião, nacionalidade. Essa é a nossa crença e a nossa esperança, que manifestamos da tribuna da Câmara Federal, ao parabenizarmos todas as mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março.



O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realizou-se no período de 25 a 27 de março próximo passado, no Centro de Convenções Edson Queiroz, em Fortaleza, o Encontro Estadual da Agricultura Irrigada — IRRIGA CEARÁ.

O evento, aberto ao público, reuniu Secretários Estaduais, Prefeitos, Secretários Municipais, produtores, empresários, técnicos, pesquisadores, especialistas, representantes de organizações não-governamentais, lideranças que atuam na agricultura irrigada e no agronegócio, associações de classe e empresas fornecedoras de insumos.

Seu objetivo principal, *"despertar o interesse da sociedade para os avanços obtidos no desenvolvimento do agronegócio da agricultura irrigada do Ceará, possibilitar a integração dos agentes produtivos e favorecer o acesso ao crédito, ao conhecimento, à tecnologia e ao mercado"*, foi plenamente alcançado.

No Encontro Estadual da Agricultura Irrigada foram analisadas e avaliadas as grandes transformações que se vêm processando no setor agropecuário do Ceará a partir do novo conceito de atividade rural, que tem como fundamento a cadeia produtiva.

Com o Governo Tasso Jereissati, o Ceará tem vivenciado uma verdadeira revolução no meio rural. Segundo o Secretário de Agricultura Irrigada, Dr. Carlos Matos, *"pequenos produtores foram capacitados e substituíram plantios menos rentáveis por culturas economicamente mais eficazes, e empresas agrícolas de grande porte voltaram seus olhos para o solo cearense"*. Foi esse novo enfoque o tema debatido no Encontro Estadual da Agricultura Irrigada. A abertura do evento deu-se exatamente com a discussão do painel "Agronegócio na agricultura irrigada



como instrumento de desenvolvimento e sua importância dentro da nova conceituação de cadeia produtiva".

Hoje, o negócio agrícola já não se limita à produção dentro da fronteira da propriedade. O setor agrícola constitui um processo integrado e articulado. E, dentro dessa nova visão de atuação do setor rural, o Governo do Ceará definiu espaços geográficos onde se evidencia um potencial de desenvolvimento. São os agropólos, um dos temas de discussão no Encontro Estadual da Agricultura Irrigada.

A partir de estudos, foram delimitados no Estado 7 agropólos, abrangendo 72 Municípios cearenses, localizados nas seguintes regiões: metropolitana de Fortaleza, sertão central, centro-sul, Cariri, Baixo Acaraú, Ibiapaba e Baixo Jaguaribe. Esses espaços foram eleitos em função da capacidade potencial de uso dos recursos naturais, da localização relativamente ao mercado, da vocação regional para exploração de produtos com vantagens competitivas e da disponibilidade atual ou futura de infra-estrutura física e econômica.

Os agropólos vêm ampliando o potencial agrícola do Estado, canalizando investimentos privados para diversos setores e atividades. A estratégia dos agropólos está transformando o potencial daquelas regiões do Estado, integrando-as ao processo de desenvolvimento, permitindo que o Ceará "entre para o mapa da exportação".

Implantados em parceria com a sociedade, os agropólos estão "transformando vocações econômicas em desenvolvimento sustentado". A ação do Estado, por intermédio da Secretaria de Agricultura Irrigada, dá-se na gestão tecnológica, na organização da produção, na promoção comercial, na capacitação e na dotação de infra-estrutura.



Nos 7 agropólos as culturas são exploradas de acordo com as condições de água, solo e clima de cada região, destacando-se a fruticultura (coco, banana, acerola, melão, manga, goiaba, mamão, abacaxi, uva), as hortaliças, os cereais, a floricultura e a cana-de-açúcar, além de haver a exploração da atividade pecuária de corte e de leite.

Esse esforço concentrado do Governo do Ceará permitiu um grande avanço na exportação de frutas e a consolidação para o Brasil do 2º lugar na produção de flores. Hoje, o Ceará detém o percentual de 6,3% do total das exportações brasileiras de frutas, com perspectivas concretas de crescimento a partir da implantação de outros projetos, como o de produção de abacaxi, que será o maior da América Latina e que fará do Ceará o maior exportador dessa fruta no Brasil.

A produção de flores no Ceará também tem apresentado um crescimento considerável, com importantes diferenciais competitivos. Em 2001, o Estado já foi responsável por 14,8% das vendas internacionais do setor no País, ficando atrás apenas de São Paulo. Essa excelente **performance** deu-se por conta do esforço do Estado na implantação da infra-estrutura hídrica e viária, bem como do apoio da Secretaria de Agricultura Irrigada para a capacitação de mão-de-obra e a comercialização da produção.

O Encontro Estadual de Agricultura Irrigada teve a preocupação de mostrar que o grande esforço do Governo do Estado não está voltado somente para os grandes empreendimentos agropecuários. Há também preocupação com o fortalecimento do pequeno produtor. O Governo do Estado acredita no poder de competição do pequeno produtor no mercado. Daí a prioridade dada ao Programa



Caminhos de Israel, cujo objetivo é incentivar a agricultura irrigada a serviço do pequeno produtor.

Cada projeto é desenvolvido numa área de no máximo 250 hectares, divididos em lotes de até 10 hectares por produtor, e estruturado e operacionalizado por uma organização cooperativa. A aquisição dos insumos e a comercialização da produção são feitas de forma compartilhada, apoiadas por linhas de financiamento provenientes do Banco da Terra, do Projeto São José, do PRONAF ou FNE.

Com o objetivo de fortalecer o Programa Caminhos de Israel, o Governo do Estado está implementando um outro programa, o Poços do Sertão, cujo objetivo é construir cinco mil poços tubulares rasos nas áreas de aluviões, em 101 Municípios cadastrados. Estima-se com esse programa a geração de mais de 10 mil empregos diretos e a oferta de 180 milhões de metros cúbicos de água por ano. Serão beneficiadas 5 mil famílias, além do atendimento de 250 mil animais. A expectativa é de que também sejam geradas as condições para a irrigação de 10 mil hectares.

O Encontro Estadual da Agricultura Irrigada foi, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a grande oportunidade de divulgar o esforço dispensado pelo Governo do Ceará e de despertar o interesse da sociedade para os grandes avanços obtidos no desenvolvimento da agricultura irrigada no Estado.

Aproveito a oportunidade para ressaltar o incansável trabalho desenvolvido pelo Dr. Carlos Matos Lima, titular da Secretaria de Agricultura Irrigada do Estado do Ceará, que vem, com competência, desenvolvendo o Programa Cearense de Agricultura Irrigada — PROCEAGRI, operacionalizado com a implantação de vários projetos, como Agropólos, Caminhos de Israel, Poços do Sertão, Águas do Vale e Rosas do Ceará.



É relevante ressaltar aqui que na administração do Dr. Carlos Matos, em parceria com o DNOCS, estão sendo implantados os dois mais importantes projetos de irrigação da história do Ceará: Baixo Acaraú e Tabuleiro de Russas. Juntos, abrangem 19 mil hectares, mais do que os 13.400 hectares objeto dos programas implantados nos últimos 100 anos.

Era o que tínhamos a dizer.



O SR. PAULO FEIJÓ (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, insistentemente me reporto aos meus pares sobre a necessidade de a minha região — o norte, noroeste e centro-norte do Estado do Rio de Janeiro — ser definida com a contundência que ora aplico, por considerar como inaceitável que aqueles Municípios acumulem perdas maiores do que aquelas já sofridas ao longo dos últimos anos.

Por isso, Sr. Presidente, é que acompanho com atenção redobrada o recente problema enfrentado pela administração do Município de São João da Barra, no norte fluminense, que em março se viu envolvida com a redução brutal de seu repasse de **royalties** relativos à produção de petróleo decorrente da atuação da PETROBRAS na Bacia de Campos.

Os **royalties** são indenizações previstas pela legislação em vigor que beneficiam os Municípios produtores de petróleo, não só na Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, como em todo o restante do território nacional. No caso específico de São João da Barra, este passou da condição de município limítrofe para produtor, a partir da entrada em operação gigante de Roncador, explorado pela plataforma P-36, pivô da tragédia que abalou o Brasil há um ano.

Com a explosão e afundamento da P-36, o campo de Roncador passou a ser explorado de forma experimental pela PETROBRAS, e os **royalties** de São João da Barra oscilaram da média mensal de R\$ 1,7 milhão para R\$ 209 mil em março, afetando diretamente as finanças daquela prefeitura, de uma cidade de médio porte, que depende desses recursos para tocar seus principais programas de investimento.

Para obter maiores informações a respeito da redução dos **royalties**, acompanhei, na última semana, o Prefeito de São João da Barra, o jovem e



competente administrador Betinho Dauaire, em audiência com diretores da Agência Nacional de Petróleo (ANP), no Rio de Janeiro. O encontro, marcado pela apreensão, não do Prefeito Betinho, mas do povo de São João da Barra, foi produtivo, por nos passar informações de que esta situação seria brevemente revista.

Esperamos contudo posição que ficou de ser repassada a este Parlamentar e ao Prefeito Betinho Dauaire sobre o comportamento da PETROBRAS em relação ao estabelecimento de programação para a reentrada em operação plena do campo gigante de Roncador, na Bacia de Campos, cenário este que proporcionaria à São João da Barra a tranquilidade necessária para a manutenção de seu ritmo de ações.

Quando nos colocamos ao lado do Prefeito Betinho Dauaire, estamos, na realidade, nos perfilando ao povo de seu Município, beneficiado por uma administração rigorosa, eficiente, que tem feito São João da Barra avançar no processo de amenização e eliminação de mazelas sociais antes nunca enfrentadas com tamanha seriedade como assim nestes seus dois mandatos.

Atuando como referência, São João da Barra é um exemplo de como o aporte de recursos via **royalties** do petróleo podem mudar para melhor a vida dos cidadãos, se aplicados com planejamento estratégico, atendendo campos prioritários da gestão pública, como saúde, educação e infra-estrutura.

A minha defesa em torno de São João da Barra é uma prática de coerência com o meu discurso de representação regional, e assim me conduzo por conhecer em profundidade os problemas do interior fluminense, que demandam uma postura parlamentar alerta, vigilante, e atrelada ao cotidiano dos Municípios.



O tipo de relacionamento que possuo com o Prefeito Betinho Dauaire é o mesmo que pauta meu contato com os demais políticos, vereadores e prefeitos de variados grupos políticos e orientação partidária. É o papel que penso exercer, quando me proponho a conversações que se reflitam, inquestionavelmente, em conquista de melhorias para aqueles que vivem no norte, noroeste e centro-norte do Estado do Rio de Janeiro.

Estaremos retornando à tribuna desta Casa de Leis tão logo chegue em nossas mãos o levantamento da ANP que exponha, de forma detalhada, o problema exato do campo de Roncador, na Bacia de Campos, e sua influência, no caso específico de São João da Barra.

Encerro este pronunciamento, renovando meu compromisso para com a defesa dos interesses do norte, noroeste e centro-norte fluminense, mantendo-me ao inteiro dispor dos Municípios dessa região para representá-los junto ao Governo Federal, bem como a suas autarquias diversas, para assegurar a defesa dos direitos dos Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer.



O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo do Estado do Acre está se tornando referência nacional e internacional quando a questão é preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Em 1999, quando o Governador Jorge Viana tomou posse, grande desafio estava sendo posto para todos nós, companheiros de luta e herdeiros dos compromissos de Chico Mendes com a Amazônia e com os povos da floresta. A pergunta era: o que fazer para alcançar o desenvolvimento e o bem-estar social da população, preservando a floresta? Tirar dela a riqueza, sem destruí-la, como vinha sendo feito desde a década de 70.

Nos anos 70, em plena era do desenvolvimentismo e das políticas de ocupação da Amazônia, o Governo Estadual deu incentivo à ocupação desordenada e desastrosa por meio da pecuária. Para os governantes da época, o desenvolvimento do Estado viria com o corte raso da floresta e a criação de gado. Incentivos fiscais, propaganda e facilidades de todo os gêneros foram oferecidas aos grandes fazendeiros e madeireiros do Sul do País.

No Acre, entre 1970 e 1974, foram vendidos 5 milhões de hectares de terra, um terço da área do Estado. Uma legião de novos ricos se estabeleceu na região, investiu sobre a propriedade dos pequenos agricultores e extrativistas, grilou terras, formou grandes latifúndios, diversificou seus investimentos e hoje controla empreiteiras, comércio, meios de comunicação e, se não houvesse resistência e luta dos setores populares, teriam dominado também a política local.

As conseqüências sociais e ambientais dessa ocupação são sentidas até hoje. A terra amazônica não é fértil. O solo fértil é formado por pequena camada de húmus que a floresta mesma produz e que não resiste ao desmatamento. Os lotes



agrícolas produzem bem durante três ou quatro anos, enquanto há floresta para derrubar e queimar, mas depois se esgotam, e as famílias, sem crédito bancário nem assistência técnica ou social, acabam vendendo a terra para o fazendeiro e migrando para a cidade, assim como as populações tradicionais, expulsas pelo desmatamento. Rio Branco, Porto Velho e Manaus já têm grandes favelas, com milhares de famílias na miséria e no desemprego.

Durante os últimos 30 anos, Governos Estaduais se sucederam no Acre, marcados por denúncias de corrupção, locupletação pessoal de recursos públicos, enriquecimentos inexplicáveis de Governadores, Secretários e “amigos do Poder”, que sucatearam o Estado e condenaram o povo acreano ao mais completo abandono. Para vencer eleição após eleição, usaram toda a espécie de expediente: da compra de votos ao uso da imprensa local, patrocinada pelo dinheiro público, passando pelo envolvimento do aparelho estatal para facilitar as ações do narcotráfico. Para o povo, sacolão e até sopa, servida aos pobres em troca de votos.

Assim a Frente Popular encontrou o Governo quando assumiu os destinos do Estado, com a vitória nas eleições de 1998. Para melhorar a vida no Acre, como nos comprometemos em campanha, eram necessárias políticas públicas que promovessem o desenvolvimento do Estado, levando em consideração as potencialidades que temos. O Acre é Estado isolado, fica longe dos principais centros industriais e consumidores do País, sem ligação com outros países por via terrestre nem com as suas principais cidades. Tudo que temos é a floresta amazônica, suas riquezas e biodiversidade. A luta que iniciamos com Chico Mendes tinha como objetivo mostrar aos Governos Estaduais que tínhamos uma pérola nas mãos, ou seja, os produtos florestais, madeireiros e não-madeireiros e que não



estavam sendo valorizados. Nossa madeira mais nobre era levada do Estado em dezenas de carretas, que saíam carregadas todos os dias, enriquecendo meia dúzia de grandes empresários, deixando uma migalha no Acre.

Ao assumirmos o Governo, tratamos de viabilizar políticas de valorização dos povos da floresta: índios, seringueiros e ribeirinhos e sua produção extrativista. Para isso, era necessário oferecer infra-estrutura adequada a seringueiros e ribeirinhos, a fim de que permanecessem na floresta com dignidade. Estradas interligando todos os Municípios do Estado, uma saída para os mercados boliviano, peruano, chileno e asiático; escolas, postos de saúde e hospitais são necessidades emergenciais. De outro lado, não basta produzir, é necessário vender a produção. Nesse ponto, o Estado tem papel fundamental a desenvolver.

Para que tudo isso seja feito, o Governador Jorge Viana e a Senadora Marina Silva apresentaram projeto de desenvolvimento sustentável ao BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento. O projeto está dividido em três partes principais: apoio direto aos produtores rurais e industriais; criação de infra-estrutura de apoio à produção; e fortalecimento das instituições públicas.

O projeto tem três objetivos específicos: a) modernizar a capacidade reguladora, administrativa e supervisora da máquina pública, para assegurar o uso eficiente dos recursos naturais em longo prazo; b) incrementar a rentabilidade econômica do setor silvo-agropecuário, fomentar investimentos produtivos estratégicos como mecanismo para elevar as taxas de crescimentos econômicos do Estado do Acre, gerar emprego e renda e melhorar os níveis de empregos existentes; c) elevar a qualidade da infra-estrutura pública, a fim de incrementar o nível de competitividade econômica do Acre.



Ao todo serão empregados recursos da ordem de 240 milhões de dólares, divididos em duas fases. A primeira, que compreende os próximos quatro anos, terá investimentos de 108 milhões de dólares, assim destinados: criação de quatro florestas públicas de produção; apoio direto a produtores rurais e a indústrias; financiamento de projetos de produção de agricultores, ribeirinhos, índios e seringueiros, sendo que a população indígena também receberá investimento para o resgate de suas culturas; a parte de infra-estrutura, que inclui o asfaltamento da BR-364, no trecho entre Cruzeiro do Sul e Tarauacá, a construção de portos e embarcações, a desobstrução de rios e igarapés e a instalação de unidades de energia solar em comunidades rurais, receberá 77 milhões de reais.

Depois de quase dois anos de elaboração do projeto, envolvendo mais de 60 técnicos e com a participação de 40 entidades e ONGs que dão o aval da seriedade do trabalho a ser executado, idas e vindas a Washington para tratativas com o BID, o financiamento está prestes a ser liberado.

O Governo brasileiro, por intermédio da COFIEX (Comissão de Financiamento Externo), aprovou em sua Resolução nº 540, de 26 de outubro de 2000, empréstimo no montante de US\$ 240 milhões, em duas fases. Após diversas negociações, concluídas no final do mês passado, o Governo do Acre decidiu financiar, nessa primeira fase, apenas US\$ 108 milhões, com prazo de execução de até quatro anos, podendo ser reduzido de acordo com o andamento do projeto. A segunda fase poderá ser iniciada a partir da utilização de 50% dos recursos da primeira fase. A garantia do empréstimo é, exclusivamente, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), autorizado pela Assembléia Legislativa, por meio da Lei nº 1.420, de 16 de dezembro de 2001.



O empréstimo tem o aval do Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, que firmaram com o Governo do Estado o contrato da operação.

O Ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, a Secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Helena Allegretti, o Presidente do IBAMA, Hamilton Casara, e ONGs nacionais, a exemplo da Amigos da Terra, concederam entrevista à imprensa, considerando legal o projeto do Acre, que conta com o apoio do Governo brasileiro.

O Ministro afirmou que *“o projeto do Governo do Estado está plenamente inserido dentro do programa do Governo Federal para a área ambiental”*. Disse o Ministro:

“O projeto do Governo do Acre junto ao BID está inserido no contexto mais amplo do Programa Nacional de Floresta lançado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de apropriar áreas públicas para a produção sustentável de madeira. Por isso, o projeto do Governo do Acre vem recebendo total apoio do Ministério do Meio Ambiente e do Governo Federal”.

Segundo José Carlos Carvalho, o BID é órgão exclusivamente financiador, que está financiando o projeto de desenvolvimento do Acre com a chancela do Governo Federal. Para o Ministro, o projeto do Governo do Acre junto ao BID está em total consonância com o programa definido pelo Governo Federal para a exploração de florestas. De acordo com o Ministro do Meio Ambiente, *“quando você*



estabelece um programa baseado em florestas públicas, você está fazendo com que o Poder Público tenha, de fato, a posse e a propriedade dessas áreas”.

Sr. Presidente, esse projeto passou por discussões em quase dois anos, pelos técnicos do Ministério do Meio Ambiente e pela aprovação da Assembléia Legislativa do Acre. Está tecnicamente fundamentado e tem tudo para se tornar modelo para o Brasil na área de geração de emprego e de renda a partir da floresta, de modo sustentável. Só não passou pela insana Oposição do Acre, que, nos últimos dias, vem atacando o Governador Jorge Viana com denúncias infundadas de que está entregando para o banco estrangeiro milhares de hectares de terra em troca do financiamento.

As florestas em questão vão sofrer ações de desenvolvimento sustentado. Talvez os adversários políticos do Governo do PT no Acre não entendam isso porque, para eles, floresta boa é floresta derrubada. Aliás, é curioso observar que as forças que sempre defenderam a pecuária e sempre combateram a luta ambiental hoje são os arautos da floresta, profetas da ecologia. Ridículo! Ver essa gente falando em defesa da floresta dá nojo! É muita cara de pau e muito cinismo.

Ao contrário do que foi publicado no jornal **A Gazeta**, porta-voz da Oposição, não há contrapartida envolvendo nenhum pedaço de chão acreano, e as garantias são as exigidas normalmente pela legislação brasileira, que se resumem no futuro Fundo de Participação dos Estados, conforme projeto aprovado pela Assembléia Legislativa do Acre. Os Deputados sabem bem o que aprovaram e não podem admitir nem compactuar com a farsa montada pela Oposição ao Governo Estadual.

O próprio Ministro do Meio Ambiente saiu em defesa do Governo do Acre, ao afirmar:



“No caso do Acre, o que o BID está fazendo é financiar iniciativas que estão sob absoluto controle do Estado e de seu povo, razão pela qual entendo que dizer que o Governo está vendendo parte da floresta em troca do financiamento não é uma questão relevante que irá criar dificuldades para que a iniciativa do projeto do BID possa prosseguir”.

O projeto do BID mostra a preocupação do Governo em criar condições econômicas viáveis para quem mora na floresta, gerando emprego e renda, sem devastação, sem agressões, dentro de normas técnicas rígidas e exaustivamente debatidas. O desconhecimento do projeto não justifica a má fé desses grupos que inventam mentiras absurdas para tentar impedir sua concretização.

Enquanto o projeto tem o reconhecimento das principais autoridades na área ambiental do Brasil, a Oposição ao Governo do Acre ataca de forma irresponsável, tentando impedir que cheguem ao Estado recursos que vão mudar a vida de milhares de pessoas. A reação contrária vem justamente das forças que nos últimos 30 anos estiveram no poder e iludiram o povo acreano com promessas de construir estradas, investir na agricultura. Ao contrário, levaram o Estado à bancarrota. Ao nos aproximarmos das eleições, aqueles que durante os últimos quatro anos nunca desceram do palanque querem mais uma vez iludir a população com mentiras. Os ataques pessoais, calúnias e difamações que o Governador Jorge Viana tem enfrentado há muito já deixaram de ser disputa política e ideológica. Em alguns casos chegaram mesmo a ameaçar a integridade física do Governador e de sua família.



Abrigadas num movimento político chamado MDA — Movimento Democrático Acreano, encontram-se figuras carimbadas da política local, conhecidas nacionalmente pelos escândalos e desmandos que já provocaram. Entre eles, os ex-Governadores Romildo Magalhães e Orleir Cameli, os ex-Deputados Federais Narciso Mendes e Alécio Dias, o ex-Senador Flaviano Melo, o Deputado José Aleksandro. O Senador Nabor Júnior, depois que se juntou a essa turma da pesada, vem sistematicamente fazendo trabalho de boicote a todos os recursos que se destinam a desenvolver o Estado do Acre, jogando com a desinformação do povo, procurando confundir a opinião pública para manobras eleitoreiras, num gesto medíocre que depõe contra a sua trajetória. Esses senhores têm-se manifestado publicamente de maneira hostil, violenta, caluniosa, que transgride qualquer princípio ético. Com a cobertura de um movimento político, forças que sempre dominaram o Estado não se reúnem para fazer oposição ao Governo, como é saudável e necessário na democracia, articulam planos mirabolantes para inviabilizar a administração estadual, boicotando as ações do Estado no melhor estilo do quanto pior melhor.

Na verdade, essas pessoas não estão preocupadas com os rumos do Estado. Aliás, nunca estiveram. Preocupam-se somente com seus negócios pessoais. Alguns chegam ao extremo de se reunir para planejar a eliminação física dos que atrapalham seus planos e dificultam seus negócios. Isso não é oposição, mas tentativa de aniquilar o nosso projeto para o Acre. É, antes de tudo, crime organizado.

É lamentável que a Oposição, no Acre, tenha perdido o seu rumo. É preocupante que tenha deixado de lado a disputa de projetos políticos, as



divergências políticas no campo democrático e optado pelo caminho da calúnia, do ataque pessoal, da perseguição às pessoas que dirigem o processo de moralização e reconstrução de um Estado destruído e de uma população abandonada à própria sorte.

Por outro lado, é necessário dizer à essas pessoas que tudo isso não nos intimida e não nos fará transigir num ponto sequer do projeto de reconstrução do Acre e de garantia da cidadania do nosso povo. Não iniciamos essa luta ontem e não pretendemos encerrá-la amanhã. Já enfrentamos muitas dificuldades. Ver o sorriso voltar ao rosto de cada acreano, ver a esperança fazendo parte dos projetos de cada família de nosso Estado é, para nós, a maior motivação para continuarmos firmes nessa luta. Os índices elevados de aprovação popular do Governo resultam de ações corajosas que acabaram com a corrupção, a roubalheira, as trocas de favores entre amigos. É a aprovação de uma nova forma de fazer política que une milhares de pessoas no País inteiro na busca por uma sociedade mais humanizada e solidária. Essa é a nossa luta e dela não recuaremos.

Era o que tinha a dizer.



O SR. GILBERTO KASSAB (PFL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos assuntos mais destacados hoje, não apenas na imprensa em geral, mas também em conversas que se travam entre os brasileiros, de norte a sul do País, é a criminalidade e a falta de segurança que a todos espanta e aflige. Começemos a dar o nome certo às coisas certas: falamos de criminalidade e não de violência, um termo genérico demais para definir a questão em pauta. Falemos, também, de combate à criminalidade e não de apelos à paz.

Quem, sendo pessoa minimamente sensata, não deseja a paz? Mas, para alcançá-la, entre outras coisas, é preciso reduzir, controlar, submeter a criminalidade ao império da lei. Não há e não pode haver paz verdadeira onde não existir lei — ou pior, onde, existindo a lei, esta não for respeitada e imposta com eficácia pelos meios que o próprio estatuto legal determina. A tolerância e a moderação serão, por certo, um atributo próprio de leis democraticamente estabelecidas; mas, uma vez lei, não pode haver displicência ou relaxamento na sua aplicação, sob pena de gerar a mais injusta das situações, em que uns são contidos pelas limitações das normas enquanto outros as transgridem impunemente.

É triste pensar que tenhamos chegado aonde chegamos. E isso não aconteceu da noite para o dia, de um momento para outro. Muito antes de atingir figuras iminentes dos meios políticos e empresariais já era um mal que vinha assolando a nossa população e, particularmente, os mais indefesos, os mais desprovidos de meios e com menor prestígio social. Também não se trata, é verdade, de uma questão apenas brasileira. Índices ascendentes de crimes graves praticados, inclusive, por transgressores cada vez mais jovens, é um fenômeno que se verifica em muitos e variados países. O que impressiona, entre nós, é a escala



em que isso vem acontecendo. Em um país que nos acostumamos a dizer pacífico, os índices de homicídio rivalizam com os de mortes numa guerra civil. E não só homicídios, mas também seqüestros e crimes de toda a espécie contra o patrimônio e a propriedade.

O clamor público, como sabemos, atingiu um nível que não pode ser ignorado sequer pelo mais teimoso dos defensores das teorias complacentes que se tornaram tão comuns entre nós. Vemos hoje, inclusive no meio político, companheiros que antes se mobilizavam para obter benefícios e liberdade para seqüestradores, sentindo-se atingidos de perto pela criminalidade sem freios, falarem em endurecimento de penas e punições severas. Esperemos que essa saudável conversão seja definitiva e que a nova geração de seqüestradores, autóctones ou importados, recebam o tratamento severo que a gravidade dos seus crimes merece, aleguem eles as motivações que quiserem: seja para financiar movimentos revolucionários, seja para distribuir cestas básicas, seja para usufruir hedonisticamente do lucro.

Uma sociedade sem lei ou sem a sua aplicação pela autoridade legítima, é uma sociedade doente, portadora de um mal que alguns sociólogos denominam "anomia". É a falência do processo civilizador das relações humanas, produzindo uma situação de perda de referências e da confiança em geral, imprevisibilidade e descrédito nas normas e nas instituições.

Como a inexistência de vácuo de poder é um axioma da teoria política, onde recua a autoridade legal e legítima, implanta-se o poder da força bruta hoje representado pelo empresariado do crime, particularmente do comércio de drogas que atinge escala econômica capaz de rivalizar com o próprio Estado.



Tomando o Estado de São Paulo como exemplo da realidade que hoje nos atinge a todos e, particularmente, agride as regiões mais populosas, os centros metropolitanos e as cidades mais prósperas, podemos confirmar que não se trata de mera percepção mais aguçada de risco nem de artefato criado por alarde da imprensa. Em dados de série histórica, apresentando os números de óbitos pelas chamadas "causas externas" no Estado, entre os anos de 1980 e 2000, verificaremos que os coeficientes relativos a afogamentos, por exemplo, oscilam entre 5 e 6 por 100 mil habitantes ao ano; quanto aos suicídios, mantêm-se estáveis em torno de 5 por 100 mil habitantes ao longo do tempo; mesmo os acidentes de transporte, considerados, com razão, uma praga a ser combatida com todo o vigor, mostram-se relativamente constantes, variando nas proximidades de 25 óbitos por 100 mil habitantes ano e, aparentemente, sugerem alguma leve tendência de redução nos últimos anos. Quando observamos a coluna de homicídios, entretanto, o que se verifica é um crescimento oscilante mas consistente através dos anos, levando o coeficiente de 13,8 por 100 mil, em 1980, até marcas de 43 nos últimos anos. Note-se que são incidências médias, sobre o total da população, sem discriminar sexo ou idade. Se falarmos em homens jovens, esses valores explodem de forma ainda mais assustadora.

Senhores, essa variação para cima de mais de 3 vezes no coeficiente, se considerarmos o crescimento populacional, significa saltar de 3.455 homicídios em 1980 para as proximidades de 16 mil casos ao ano, ou mais, na atualidade. Em números absolutos, os homicídios cresceram 460%! Falamos sobretudo do Estado de São Paulo, mas, com alguma variação de intensidade, é o que sucede em todo o País, principalmente nos centros metropolitanos.



Duas coisas crescem inexoravelmente no Brasil, chova ou faça sol: a carga tributária e os homicídios. Há algum tempo vimos batendo recordes, todos os anos, de volume arrecadado, muito acima do crescimento da economia. O mesmo ocorre com os crimes violentos e o número de assassinatos, evoluindo os coeficientes, também, bem acima do crescimento populacional. Para quem gosta de correlações estatísticas espúrias, é uma observação interessante: mais impostos, mais assassinatos. Poderia ser feito um gráfico com as duas curvas e, seguindo o tipo de lógica a que tão freqüentemente se recorre para outras demonstrações, associar os fatos.

Sr. Presidente, ironias à parte, trata-se de algo terrível que requer a mais decidida ação por parte de todas as expressões do poder público. Para isso são recolhidos impostos: para socorrer os contribuintes nas suas legítimas expectativas de proteção, segurança e justiça, entre outras necessidades de amparo coletivo.

É preciso tomar medidas em todas as esferas sem hesitação. Não basta apenas repetir obsessivamente os mesmos refrões. É preciso reafirmar as bases legais da responsabilidade individual que cada pessoa tem pelos seus atos; reformar os métodos processuais e o próprio sistema penal; investir em informação integrada e em inteligência; equipar as polícias em termos materiais, e, principalmente, organizacionais e humanos, revendo sua doutrina de trabalho e iniciando a sua atuação básica mais próximo do cidadão e das comunidades.

O sistema penal, por melhor elaborado que seja, para se tornar realidade exige recursos prisionais à altura das verdadeiras necessidades, viabilizando a estratificação por grau de periculosidade, permitindo condições decentes de detenção e conferindo elevada segurança. É fundamental que o presidiário esteja



sob o controle da autoridade legal e não integrado numa espécie de anti-sociedade comandada por bandos de facínoras. Isto para garantia de todos, inclusive do próprio detento.

Não podemos, senhores, ficar apegados a alguns mitos que são apresentados como verdadeiras panacéias. Um deles, repetido incansavelmente, é a necessidade imperiosa de unificação das polícias. Pode ser uma medida administrativa desejável na visão de alguns chefes de executivo, mas não será isso que operará qualquer mudança substancial no panorama. Hoje, o Governador de Estado e seu Secretário já chefiam a ambas, e, em São Paulo, começamos a ver o resultado do trabalho de lideranças motivadas para reverter nossa triste situação. Muitos países têm situação semelhante, como Itália e Chile, para citar os exemplos mais famosos, enquanto os Estados Unidos possuem uma grande variedade de "polícias" nas três esferas de governo, com atribuições definidas e, às vezes, bastante especializadas.

Não há dogmas de certo e errado nesse terreno e, talvez, o mais sábio não seja trocar uma obrigatoriedade por outra, mas, pelo contrário, retirar obstáculos e monopólios para que soluções alternativas sejam aplicadas e se evidenciem as melhores. O impedimento da existência, por exemplo, de uma polícia municipal, é completamente sem sentido.

Outro mito a que algumas instâncias do Governo têm se aferrado de forma até oportuna é o que prega a proibição total de compra e posse de armas pelos cidadãos. A cada ocorrência mais chocante e mobilizadora que aparece na imprensa, lá vem novamente a proposição milagrosa, enquanto sabemos que as evidências, no mundo todo, são da inexistência de qualquer associação estatística



entre coeficiente de homicídios e armas por domicílio. Fique claro que não nos parece desejável estimular o uso de armas ou a facilitação do porte, mas trata-se de um enfoque inteiramente ilusório e que tende a colocar em pé de igualdade um cidadão preocupado, proprietário de um revólver registrado, e um delinqüente portando uma arma clandestina e sem identificação.

Em vez de exaurir esforços em medidas pouco mais que simbólicas, concentremos nosso empenho em lubrificar toda essa seqüência de roldanas de que depende a eficácia da repressão e desestímulo ao crime: rede prisional; sistema penal; direito processual; doutrina e qualidade do trabalho policial.

Não desprezemos nenhum insumo importante, como a recuperação do vínculo comunitário da polícia e da confiança da cidadania nessa função pública. Muito menos ignoremos o trabalho educativo e social a ser implementado, com a presença integral e efetiva do poder público, principalmente municipal, junto à população mais carente. Aparecer apenas com o seu braço armado nos momentos de repressão é uma boa forma de elevar o prestígio dos criminosos que aprenderam a se apresentar, demagógica e hipocritamente, como benfeitores e líderes naturais dessas comunidades, enquanto as fazem, em verdade, de reféns.

Finalmente, é preciso trabalhar em torno da idéia de que há compromissos claros para se viver em sociedade. Um deles é que cada transgressão da lei tenha um preço a pagar, o qual deve ser inexoravelmente cobrado de todos, sem distinção de classe, posição econômica ou social.

Sr. Presidente, certamente não estarei exagerando se disser que o nosso futuro como nação livre e democrática estará ameaçado se não formos capazes de



dar uma resposta eficaz a esse desafio. Há um limite até onde o desrespeito à lei e à ordem pública pode ser esticado.

É preciso decidir e agir!

O Brasil, certamente, espera e merece o empenho de todos nós.



O SR. RUBEM MEDINA (PFL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nova Embaixadora norte-americana no Brasil, Donna Hrinak, surpreendeu favoravelmente a opinião pública brasileira ao reconhecer que seu país também é passível de errar e o fez no passado, ao apoiar diversas ditaduras latino-americanas.

A importância dessa declaração reside no fato de que ela reverte ao conceito democrático o conjunto de posturas políticas do Governo Bush que contrariam a opinião pública mundial e a maioria dos países, como as adotadas quanto ao acordo de Kyoto, à defesa de minorias e à política protecionista aplicada ao aço e a outros produtos. Os Estados Unidos têm efetivamente uma tradição de defesa da democracia, da liberdade de comércio e do meio ambiente, tradição essa que vem sendo invertida pelas recentes posições do governo norte-americano, que priorizam o interesse de algumas de suas empresas.

Na verdade, a liberdade de comércio, no prazo menos imediato, beneficia a todos, inclusive a indústria siderúrgica norte-americana, que saberá enfrentar a competição com uma necessária evolução tecnológica. No caso do acordo de Kyoto, é possível que nesta geração, em muitas cidades, ainda não sejam sufocantes os efeitos da poluição no ar, mas certamente no futuro a população mundial pagará o preço pelo atual procedimento danoso à atmosfera.

Os exemplos da História não consagram o procedimento de países que abandonam o rumo de solidariedade com o desenvolvimento econômico e social no plano mundial e passam a adotar decisões e econômicas tendo em vista seu próprio interesse.



O projeto da ALCA, por exemplo, foi recebido como uma esperança de caminhada solidária das Américas, um fator de liberação comercial e de desenvolvimento, e esse ideal tem agora sua credibilidade fortemente afetada pelas decisões "pragmáticas" dos EUA.

O Brasil é um país com potencialidades, um grande espaço a ser conquistado na área do **agribusiness**, de serviços e da indústria. Esse espaço está aberto a investimentos estrangeiros, sem preconceito de nacionalidade. Temos, por outro lado, um grande mercado consumidor, que pode absorver produtos e serviços importados. É dessa integração de interesses que deve brotar uma aliança mais forte, em benefício de todos. Essa aliança terá de se firmar com base em procedimentos francos e reciprocidade de concessões; do contrário, poderá motivar resistências políticas e econômicas, como as que os EUA conhecem em diferentes países.

As primeiras palavras da nova Embaixadora norte-americana, ao assumir o posto em Brasília, mostram que ela conhece os desafios a enfrentar. Acredito que seu êxito depende do que conseguir obter de seu próprio Governo — em benefício recíproco.

A diplomacia brasileira tem evoluído nos últimos anos, fortalecendo as alianças regionais e os valores que norteiam o desenvolvimento humano mundial. Paralelamente, o Brasil faz, internamente, uma grande transformação comportamental, em favor da ética, da solidariedade e do trabalho. Cresce o sentimento de exigência de correção, punem-se políticos e governantes que tiveram no passado procedimentos incorretos, votam-se leis mais rigorosas com a ética, dedicam-se esforços e investimentos à redução dos desníveis de renda e da



pobreza absoluta. As empresas brasileiras estão sendo mobilizadas para atingir maiores padrões de competitividade e partir para disputar mercados mundiais.

Nesse caminho, o Brasil precisa de parceiros, e nas mãos da nova Embaixadora pode estar uma boa parceria para seu país — o que exigirá reciprocidade de propósitos.

Muito obrigado.



O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente tratei nesta tribuna de tema que, na atualidade, é amplamente discutido em todos os Parlamentos dos países democráticos: a prevalência dos idosos — pessoas acima de 65 anos de idade — na sociedade pós-industrial, como agentes ativos do desenvolvimento e não “peso-morto” ou encargo da previdência social universal.

E é o que estamos vendo: a população mundial cada vez mais velha, pois as taxas de natalidade caem vertiginosamente; e os idosos, graças ao avanço da medicina geriátrica, das condições crescentemente mais favoráveis à vida nas cidades — e também nas zonas rurais —, em termos de saneamento básico, abastecimento d’água, transporte público, lazer cultural, têm participação ativa e com alto índice de produtividade em todos os setores da sociedade, contribuindo, decisivamente, para o aumento do PIB nacional de cada país.

Os dados trazidos a público pela ONU, no seu “Mapa de Envelhecimento Mundial”, são significativos:

- O número de pessoas com mais de 100 anos de idade passará dos atuais 210 mil para 3 milhões em 2050;

- A média de idade da população mundial, atualmente da ordem de 26 anos, aumentará para 36 anos;

- Hoje, em cada dez habitantes do planeta, um tem mais de 60 anos de idade. Em 2050, uma em cada cinco pessoas superará essa idade — conclui o estudo da ONU;

- Está diminuindo o número de trabalhadores ativos para 1 idoso. Em 1950, era de 12 para 1. Hoje, de apenas 9 para 1.



Numerosas empresas nos Estados Unidos e na Europa preferem contratar idosos, seja através dos chamados “recibos azuis” (sem obrigatoriedade de encargos sociais), seja mediante a prestação de serviços de suas microempresas, que emitem faturas pelo valor dos serviços contratados, sem obrigações definitivas. Geralmente, esses funcionários são executivos aposentados, profissionais liberais, “consultores generalistas”, com uma longa experiência de vida, dois ou três idiomas e pessoas vivencialmente experimentadas, em geral com longos períodos de vida no exterior. São excelentes consultores de negócios internacionais, relações públicas, homens da mídia, ex-Ministros e Secretários de Estado em seus países de origem, que prestam a Governos, empresas e universidades uma assessoria de altíssima qualidade; e são também contratados pelos Governos e Parlamentos de países estrangeiros para orientá-los na abordagem e tratamento de delicadas questões internacionais, envolvendo assuntos multidisciplinares e complexas questões de direito internacional público, além de problemas de inteligência sociológica e antropológica relativa a diferentes culturas.

Hervé Le Bars, titular da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais da França e um dos maiores demógrafos franceses da atualidade, em declarações à revista **Expansión** (número 656/2001), fez questão de assinalar que “*um país pode envelhecer, sem se enfraquecer*”.

Diretor do “Laboratório de Demografia Histórica” daquele prestigiado centro científico europeu, Hervé Le Bras assinala que a China e a América Latina estão entre as regiões que envelhecem mais rapidamente no mundo, do mesmo modo que o Japão e os Estados Unidos. E cita o exemplo do México, onde a esperança de vida hoje beira os 75 anos. Na Índia e na Indonésia, a mortalidade baixa



rapidamente. A Europa do Leste também caminha para o envelhecimento: aproximadamente 25% da população terão mais de 65 anos em 2020. Todavia, alguns países do Leste Europeu, onde até há pouco tempo prevalecia uma economia centralizada, não estão acompanhando os índices de higidez das populações da Europa Ocidental, pois os planos individuais de saúde ainda não se expandiram, no entendimento que compete aos indivíduos os cuidados especiais de saúde e não exclusivamente ao Estado, como era o entendimento no antigo bloco soviético.

No exame dessas bioestatísticas, há constatações surpreendentes: nos países onde as mulheres trabalham mais, é maior a taxa de natalidade. Isso é verdadeiro para a Suécia, Dinamarca e, de certo modo, Grã-Bretanha e França, conforme constata o estudo de Hervé Le Bras. A palavra “envelhecimento” denota uma abordagem pejorativa, ligada a decadência. Daí porque os anglo-saxões preferem a expressão “**ageing**”, que significa adquirir mais idade, tornar-se idoso, mas não necessariamente velho.

O Brasil terá de encontrar suas próprias respostas para o fenômeno da “terceira idade”, mantendo o mercado de trabalho sem restrições de limite de idade para determinadas profissões; e procurando adaptar o equipamento urbano às exigências físicas dos idosos (transportes públicos, acesso a prédios públicos e Bancos, lazer cultural a preços especiais etc.).

Na Europa, há inúmeras iniciativas desse tipo em operação, há algum tempo, como restaurantes subsidiados para a terceira idade, bilhetes de tarifas reduzidas nos teatros e transportes públicos (inclusive nos transportes aéreos privados), atendimento médico especial em domicílio, companhia para pessoas solitárias em



fins de semana ou à noite, programas de férias para grupos de idosos, assistência psicológica permanente e “telefone-companhia” para idosos solitários (do tipo “Anjos da Noite” existentes em Portugal e Espanha).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os desafios são inúmeros neste Terceiro Milênio para nós que queremos construir um Estado-cidadão mais justo e solidário, na inteligência de que os problemas sociais atuais e na sua projeção futura estão a exigir um debate permanente, constante e interativo nesta Casa.

Muito obrigado.



O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o mundo acompanha com muita perplexidade os conflitos estabelecidos no Oriente Médio e, por assim dizer, o estado de beligerância entre israelenses e palestinos. O agravamento da situação já exige uma interveniência de líderes das grandes nações no sentido de que vidas humanas, sobretudo de civis, sejam poupadas. Uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas exortou as partes a avançar para um cessar fogo e pediu a retirada das tropas israelenses das cidades palestinas, entre elas Ramallah, na Cisjordânia. O texto, é bom assinalar, teve o respaldo dos Estados Unidos, além do que mereceu a aprovação por quatorze votos a zero.

Certo é que a Resolução nº 1.402, de menos de 20 linhas, pede que “as suas partes se comprometam imediatamente com o cessar-fogo construtivo”. Recomenda também a retirada das tropas palestinas do território submetido aos conflitos. Todavia, a autoridade palestina tem o seu escritório particular e todo o seu complexo administrativo sem eletricidade e sem linhas telefônicas, e cercado por soldados de Israel. Notícia a imprensa que o quartel-general de Yasser Arafat, em Ramallah, é um quarteirão com edifícios interligados, incluindo uma prisão, escritórios de segurança e um salão de reuniões.

Considerei justa e oportuna a primeira manifestação do Presidente Fernando Henrique sobre os conflitos no Oriente Médio. Ele disse que o Brasil pode enviar tropas federais para a área de Ramallah, na Cisjordânia, se os países empenhados nas negociações de paz solicitarem a nossa ajuda para uma intervenção militar na região. É que, segundo o Chefe da Nação, *“a situação passou dos limites e não é possível que, no século XXI, se continue atuando como se nós estivéssemos na*



época do pré-nazismo". O Presidente da República considera necessária uma "firme intervenção" envolvendo todos os líderes mundiais chefiados pelo Governo norte-americano para neutralizar a crescente tensão da região. E acrescentou que, "se sozinhos eles não conseguem chegar à paz, todos os líderes devem se juntar para colocar um ponto final nesta guerra inaceitável".

É correta a posição do Presidente Fernando Henrique, que, obviamente, condena os atentados terroristas contra a população civil, mas ao mesmo tempo entende que não se pode exigir que "um homem humilhado não reaja, pois não é pela humilhação que se convence".

Também acredito que somente com o empenho de George Bush na busca de uma negociação de paz entre a Autoridade Palestina e Israel é que se poderá colocar um ponto final nos conflitos do Oriente Médio. Por isso mesmo, Sr. Presidente, é que venho à tribuna, nesta tarde, apelar no sentido de que os líderes mundiais, principalmente os Chefes de Governo da França, da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos intervenham com firmeza para que a Humanidade não prossiga sendo vítima de banhos de sangue, afogada numa guerra que parece não ter fim.

O Brasil, como o resto do mundo, luta pela paz entre as nações.



O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos assistem ou nos ouvem das galerias, pela **Rádio Câmara** ou pela **TV Câmara**, ao retornar a esta tribuna, na tarde de hoje, quero registrar a brilhante matéria publicada na **Folha de S.Paulo** do último dia 17 de março, de autoria do jornalista Luiz Caversan, sob o título "Ecstasy — aumento de consumo provoca alerta global", a qual requeiro, desde já, que integre este meu pronunciamento e seja registrada nos Anais desta Casa.

E é aproveitando a destacada manchete, Sr. Presidente, que mais uma vez venho alertar esta Casa, o Executivo e as famílias brasileiras sobre o aumento de consumo de drogas em nosso meio, sobretudo as drogas "emergentes" e letais, que cada vez mais espaço ganham junto aos nossos jovens incautos, o que leva o Brasil a perder mais de US\$ 1 bilhão por mês, em consequência do uso de substâncias químicas.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR



ARTIGO CITADO PELO DEPUTADO MAGNO

MALTA



O SR. LUISINHO (PPB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro, mais uma vez, para os Anais desta Casa, com justo orgulho, o aniversário de fundação de minha cidade natal, Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, que é, sem dúvida alguma, uma das mais prósperas comunidades da Baixada Fluminense.

São doze anos de lutas incansáveis na busca de afirmação no contexto municipalista fluminense, o que está sendo conseguido graças aos esforços dos seus abnegados munícipes.

Com mais de meio milhão de habitantes e um comércio bastante dinâmico, Belford Roxo, vai caminhando, dia a dia, com a intenção de criar melhores condições de vida para sua população que, sem sombra de dúvida, são merecedores.

Somos conhecedores de que não são poucos os problemas enfrentados pela administração municipal para melhorar as condições de vida de nosso povo. Porém, o trabalho honesto e cotidiano de cada um, soma-se aos esforços de todos a bem da comunidade.

Eu, como filho daquela cidade e seu representante legal, aqui, no Congresso Nacional, tenho me esforçado junto ao Poder Executivo para conseguir a liberação de recursos financeiros oriundos das emendas parlamentares de minha autoria, bem como, de emendas extra-orçamentárias apresentadas ao Orçamento Geral da União, destinadas a projetos importantes e necessários, em diversas áreas, que favorecem e promovem o bem-estar da população de Belford Roxo.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, congratulo-me com a população de Belford Roxo nesta auspiciosa data de 3 de abril, renovando meus votos de franca prosperidade.

Era o que tinha a dizer.



O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a economia cearense ganhou hoje maior dimensão com a inauguração, em Fortaleza, da Divisão GME de Gorduras e Margarinas, moderníssimo complexo industrial, mais um ambicioso empreendimento do poderoso grupo empresarial M Dias Branco.

O magnífico complexo, construído no prazo mínimo de 13 meses, no alto do Morro Santa Terezinha, no bairro do Mucuripe, dispõe de estrutura física de 22 mil metros quadrados, em uma área total de 50 mil metros quadrados, o que assegurará sua ampliação sempre que se fizer necessário.

A Divisão GME utiliza equipamentos os mais modernos, e de avançada tecnologia, de origem alemã, dinamarquesa e norte-americana, para oferecer ao mercado consumidor nacional e internacional produtos esmerados, compatíveis com o compromisso Qualidade Total, o que corresponde ao sistema de produção certificado pelo ISO 9001, versão 2000.

Depois de passar por rigorosa análise, no que se refere à qualidade e à procedência, o óleo vegetal, de soja, algodão, babaçu, patina ou girassol, dentre outros, é submetido a um processo de bombeamento diretamente do navio, percorrendo um total de 2.400 metros através de um oleoduto exclusivo, que encaminha a matéria-prima até os tanques da fábrica, situados no alto do morro Santa Terezinha e especialmente projetados para o armazenamento.

Toda a separação dos multióleos que chegam ao complexo é feita de forma automatizada, sem nenhum contato humano, como ocorre nas demais etapas subsequentes.



Vale ressaltar ainda a preocupação do Grupo M Dias Branco com o maior patrimônio da humanidade, a natureza. Para tanto, a Divisão GME utiliza na sua produção apenas combustível de vapor e gás natural, não poluente.

Outro aspecto a destacar é a recuperação de resíduos sólidos, em que, de forma ecologicamente correta, separa-se totalmente a matéria graxa, evitando-se que venha a ser lançada na natureza. E mais: todo o efluente produzido é transformado em água potável com qualidade, reutilizada na refrigeração dos equipamentos auxiliares.

A Divisão GME dispõe também de usina própria de hidrogênio. É a única no Brasil a produzir de forma eficiente e com a máxima segurança o hidrogênio utilizado, um produto de qualidade superior, com grau de pureza de 99,99%.

O hidrogênio produzido participa da etapa seguinte, a hidrogenação, quando o óleo vegetal branqueado, através da injeção de hidrogênio, transforma-se efetivamente nos mais diversos tipos de gordura, formando **blendings** que, posteriormente, desodorizados, são estocados em tanques especiais de aço inoxidável, que lhe garantem excelência na qualidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Divisão GME com que a população de Fortaleza passa a contar a partir de hoje produzirá linha diversificada de gorduras vegetais hidrogenadas, com ampla aplicação em pães, bolos, biscoitos, bolachas, **snacks**, sorvetes, chocolates, sopas, massas instantâneas, cremes vegetais e margarinas medicinais, enriquecidas com fibras lipossolúveis, fitosteróis e ômega 3, entre outros produtos.



Utiliza-se também o mais alto padrão tecnológico na fabricação das margarinas e cremes vegetais, tudo de forma computadorizada, sob o comando de técnicos do melhor nível profissional.

O processo utilizado consiste na mistura de gorduras vegetais hidrogenadas a leite, sal e vitaminas, ingredientes essenciais que garantem excelentes teores de sabor, aroma, cor e potencial de nutrição ao produto. E acrescenta-se: essa emulsão passa por modernos equipamentos que proporcionam a sua cremosidade.

Para garantir, finalmente, a integridade do produto até sua utilização pelo consumidor, as margarinas e cremes vegetais são armazenados em câmaras frias e transportados com sistema de refrigeração adequada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o novo complexo industrial inaugurado pelo Grupo M Dias Branco é, assim, um empreendimento da maior importância para o desenvolvimento econômico do meu Estado, o Ceará, o que, bem justifica a alegria e orgulho de que todos estamos possuídos. Além do mais, assegurará mais emprego a inúmeros cearenses.

Ao registrar o auspicioso acontecimento nos Anais da Câmara dos Deputados, presto homenagem especial ao admirável construtor do poderoso grupo empresarial, o inesquecível e saudoso Manoel Dias Branco, que, em 1927, veio de Aveiro, na província de Beira Litoral, no norte de Portugal, para se fixar definitivamente no Brasil, mais precisamente em Fortaleza. Depois de breve permanência no Estado do Pará, Manoel Dias Branco escolheu a capital cearense para desenvolver sua vocação empresarial.

Obstinado e criativo, Dias Branco foi um pioneiro na modernização do setor de panificação no Ceará. Em 1939 instalou em Fortaleza o primeiro dos seus



grandes empreendimentos: uma padaria, importando farinha de trigo dos Estados Unidos, fato que a todos surpreendeu pela ousadia. Com o passar dos anos, a padaria transformou-se na Fábrica Fortaleza, uma das mais modernas do País.

Decorridos 23 anos de fecunda atuação no Ceará, Manoel Dias Branco, já então cearense de coração pela perfeita identificação com a sua gente, convidou o filho mais velho Francisco Ivens de Sá Dias Branco para comandar os novos rumos da empresa. O filho, dotado do mesmo espírito empreendedor e ousado do pai, deu seqüência à modernização das empresas do Grupo, com aquisição de novos e modernos fornos para industrialização de seus produtos, o que ensejou o lançamento de uma linha de grande êxito, os biscoitos Pepita, que se tornaram um verdadeiro sucesso comercial, assumindo a liderança de vendas no Norte e no Nordeste do Brasil.

No **ranking** nacional das maiores empresas brasileiras, a Fábrica Fortaleza ocupa hoje a 283ª posição, numa análise que inclui gigantes da indústria pesada, como a metalurgia e a energia química.

Em 1999, foram investidos 36 milhões de dólares na plataforma de modernização da fábrica, o que representou um acréscimo nas vendas de 25% em relação ao balanço de 1998 e a geração de 643 novos empregos. O retorno dos investimentos feitos atingiu 15,7%, garantindo à Fábrica Fortaleza a terceira posição no **ranking** nacional de empresas similares.

A Fábrica Fortaleza, através de sua matriz, das 5 filiais e das 15 distribuidoras, escoia cerca 10.250 toneladas ao mês por via terrestre no território nacional. E, para orgulho de todos os cearenses, é a maior fabricante de biscoito do tipo **cream cracker** do mundo, o que mostra bem a dimensão de sua importância.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o falecimento de Manoel Dias Branco, seu filho Ivens Dias Branco não só continuou a política desenvolvimentista do pai com a mesma competência como a ampliou.

Os equipamentos utilizados no processamento dos seus produtos garantem produtividade, 100% de padronização e controle absoluto de consistência, sabor e durabilidade.

Vale lembrar, a propósito, que a rigorosa auditoria da Associação Brasileira de Massas Alimentícias conferiu à Fábrica Fortaleza o selo ABIMA de Qualidade, com o conceito excelente. Mas não bastou: a empresa prepara-se agora para obter o Certificado do ISO 9001.

Ressalto, finalmente, a grande preocupação dos dirigentes do vitorioso grupo empresarial cearense com a questão social. A Fábrica Fortaleza possui 9 níveis de estrutura salarial e dá condições de mobilidade para todo o corpo funcional, por meio de cursos de especialização, de qualificação e de acesso a programas de avaliação de desempenho.

Os funcionários com 15 anos de empresa recebem prêmios e distinções a cada quinquênio. Os com 5 anos de casa recebem, por sua vez, gratificação por tempo de serviço, orientação profissional e recolocação no mercado de trabalho, quando desligados da empresa.

O projeto Educar tem sido um dos pontos altos dessa valorização do servidor, contribuindo sobretudo para o aprimoramento profissional. Esse projeto é realizado em parceria com o Serviço Social da Indústria — SESI. Utiliza inclusive professores da própria Fábrica. Os cursos têm duração de oito meses, com 24 horas semanais de aula, para grupos de até 30 alunos.



Aos servidores do Grupo M Dias Branco são assegurados ainda, dentre outros incentivos e benefícios, os seguintes: seguro de vida em grupo; previdência privada no nível gerencial; assistência médica e odontológica gratuita; campanhas de vacinação; exames preventivos de câncer de mama e ginecológico; medicamentos gratuitos em caso de doenças e acidentes de trabalho; cooperativa de consumo com preços acessíveis; transporte coletivo gratuito; vale-transporte; auxílio-funeral; uniformes gratuitos com equipamentos de segurança; 14 salários por ano; desjejum; merenda e alimentação; cesta de Natal e de Páscoa; festas de integração e confraternização de Natal; área de lazer; atividades artísticas — **show** de calouros; coral e concurso de arte; atividades esportivas; bolsas de estudo; curso de inglês e de especialização; curso de alfabetização para adultos; cursos supletivos de 1º e 2º graus; orientação sobre controle de qualidade. Estão em estudo os seguintes benefícios: extensão da previdência privada para todos os funcionários; complementação salarial por afastamento; cooperativa de crédito; assistência jurídica e psicológica; e grêmio recreativo, com sede própria.

Por todos esses motivos, compartilho prazerosamente do júbilo de todos os cearenses pela inauguração, hoje, de mais um empreendimento grandioso do grupo empresarial presidido por Ivens Dias Branco, a quem cumprimento calorosamente por mais essa vitória. E estou certo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de que a Divisão GMF será mais uma empresa a serviço do desenvolvimento econômico do Ceará.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PAULO ROCHA (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu vou tratar de um tema que afeta todos os cidadãos paraenses: o repasse dos recursos da cota-parte que é feito pelos Estados aos Municípios, e que tem origem nos valores arrecadados sobre o ICMS pago por trabalhadores e empresários no ato de compra e venda de mercadorias e no fornecimento da nota fiscal.

Ênfase especial darei ao processo de asfixia política deliberada que o Governo do Estado do Pará vem implementando contra a Prefeitura municipal de Belém nos últimos anos. Para dar uma idéia da asfixia econômica do desenvolvimento e da cidadania na capital paraense, informo que de 1997 até o final deste ano a Prefeitura municipal de Belém terá uma perda de R\$ 281 milhões no repasse dos percentuais da cota-parte.

Isso é fácil explicar, pois o Município de Belém, segundo a Secretaria Municipal de Finanças, é responsável pela arrecadação estadual de 55% do ICMS; sua participação no repasse da cota-parte, porém, vem caindo desde 1997. Hoje, conforme dados da Secretaria, considerando todos os indicadores econômicos da Capital, Belém teria direito a um repasse de 39,27%, e não os atuais 23,87%.

Sr. Presidente, é do conhecimento de todos que uma das maiores marcas do Partido do Trabalhadores, além do seu compromisso com o desenvolvimento do País, é o diálogo, com ética e transparência. Durante os anos de 1997 e 1998, o partido fez todas as tentativas para resolver administrativamente essa situação imposta pelo Governo. No entanto, não houve possibilidade de êxito, numa afronta à própria Constituição brasileira, a partir do momento em que informações solicitadas ao Estado foram sonegadas sob o argumento de sigilo fiscal.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, seguindo o princípio da legalidade, a Prefeitura Municipal de Belém ingressou na Justiça em 1999 visando buscar o que lhe é direito. Dois pareceres favoráveis do Ministério Público já indicaram que o Governo do Povo, em Belém, pode estar próximo de uma vitória, na batalha contra os corte arbitrários dos repasses de verbas do ICMS ao Município.

No dia 18 de março, a Prefeitura recebeu um comunicado do Ministério Público dando parecer favorável à ação, impetrada em 1999, que questiona a redução do repasse da cota-parte de 33% para 26,79%, além de sugerir a anulação do Decreto-lei estadual nº 3.429/99, que estabeleceu tal redução. O parecer opina pelo ressarcimento de 14 milhões aos cofres públicos, valor referente apenas ao segundo semestre de 1999.

Já no último dia 22 de março, o Ministério comunicou à Prefeitura de Belém que a ação ordinária impetrada pelo Governo do Povo tinha total procedência, em relação à redução de 25,79% para 24,72%.

Nesse sentido, Sr. Presidente, chamo a atenção de toda a bancada do Pará para essa asfixia econômica e política desenvolvida contra a população da Capital do nosso Estado, pois Belém responde por 48% do Produto Interno Bruto e concentra 35% do poder de compra registrado no Pará. E mais: em 1998, de todas as aquisições interestaduais, Belém respondeu por 50%, e em 1999 esse patamar atingiu 51%.

Nós, do Partido do Trabalhadores, vamos até as últimas instâncias judiciais buscar o que é direito da população da Capital paraense.

Srs. Deputados e nobres colegas, digo "direito do povo de Belém" com muito orgulho, pois com os R\$ 281 milhões arrancados dos cofres públicos do Governo do



Povo já poderíamos ter construído mais de 10 escolas do ensino fundamental, além de manter a rede municipal por um ano e custear a ampliação do quadro de pessoal, dobrar o número de famílias atendidas pelo Bolsa-Escola, construir novas unidades do Programa Família Saudável e ampliar o crédito popular, via Banco do Povo, aos pequenos e microempresários, que assim sairiam da informalidade, gerando mais emprego, mais salário, mais circulação de mercadorias, e combatendo a crise social provocada pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso e seus aliados.

E, para finalizar, eu não poderia deixar de, fazendo uma comparação, dizer a cada um dos Deputados aqui presentes, aos meus companheiros de bancada do Pará e em especial à população do nosso Estado, que o próprio Governo Federal, por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, acaba de publicar um estudo mostrando que o Brasil está exposto à sujeira por falta de saneamento básico. Essa realidade acontece também no Pará, e o Governo do Estado, com essa asfixia econômica e política dos cidadãos belenenses, ainda retém R\$ 142,9 milhões do repasse do ICMS à Prefeitura de Belém, recursos esses que dariam para drenar e asfaltar toda a cidade de Belém, gerando mais emprego, qualidade de vida e cidadania.

Essa é uma questão de justiça não só com o povo de Belém, mas para com a população de todo o Estado do Pará.

Essa luta não pode ser só do PT, mas também de todos aqueles que querem o desenvolvimento de Belém e dos demais Municípios do nosso Estado. Calar neste momento é consentir que a arbitrariedade prevaleça sobre o estado de direito e a Constituição.

Era o que tinha a dizer.



O SR. ANTÔNIO JORGE (PTB-TO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com emoção que cumpro o doloroso dever de registrar nos Anais desta augusta Casa o falecimento de três personalidades da mais alta relevância e que tiveram papéis de significativa importância para a consolidação do nosso Estado, respectivamente, Agenor de Sena Silva, de Arraias, cujo passamento se deu em 21 de março próximo passado, político da maior envergadura, tendo sido, inclusive, Presidente de Honra do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB estadual; o conceituado advogado Leonardo Fregonesi Filho, em Palmas; e Herbert Hoover Brasileiro Barbosa, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Pedro Afonso, falecidos em 1º de abril em curso.

Amigos meus, homens de bem, honrados, sempre se destacaram por sua dedicação à causa pública e pelo amor e pela consideração ao próximo, principalmente aos menos favorecidos, a quem sempre se dedicaram ao longo de suas vidas.

Consternado, desejo manifestar desta tribuna o meu sentimento do mais profundo pesar por essa inesperada, inevitável e infeliz fatalidade.

Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, em caráter excepcional, a gentileza de determinar sejam enviadas às famílias enlutadas e às comunidades daqueles Municípios as nossas mais sentidas condolências.

Muito obrigado.



O SR. FERNANDO GONÇALVES (PTB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em reiterados pronunciamentos nesta Casa, tenho insistido em questão da maior importância para os interesses do povo brasileiro e para o próprio futuro da Nação.

Refiro-me ao nível do salário médio real dos trabalhadores, cuja trajetória nos últimos dez anos, conforme estudo do DIEESE agora divulgado, mostra declínio assustador, principalmente nos anos mais recentes.

O salário mínimo é de apenas R\$ 200,00, a partir deste mês de abril, por força de insignificante reajuste, uma vez que o Governo não aceitou a aplicação de percentual mais justo e capaz até mesmo de iniciar a reposição das perdas acumuladas desde sua instituição. Dessa forma, o Brasil continua a ter um dos mais baixos salários do mundo.

Não são somente os brasileiros que recebem salário mínimo, sejam trabalhadores em atividade, aposentados ou pensionistas da Previdência Social, os que sofrem com essa perversa política de achatamento dos ganhos das classes trabalhadoras. Também os assalariados de renda média estão perdendo muito com a manutenção, pelo Governo brasileiro, dos princípios ditados pelo Fundo Monetário Internacional — FMI.

De acordo com estudo do DIEESE, na Região Metropolitana de São Paulo, a renda média caiu de R\$ 1.020,00 para R\$ 828,00, ao longo da última década do século passado, enquanto aumentou o desemprego e piorou a qualidade dos empregos. Nas demais regiões metropolitanas brasileiras, a situação é a mesma, o que configura a gravidade do problema em âmbito nacional.



De igual modo, Sr. Presidente, a edição desta semana da revista **CartaCapital** traz como matéria principal “Brasil: um país sem consumidores”. Com muitos dados, a revista analisa como a grande maioria do povo brasileiro está sobrevivendo a esse brutal processo de concentração de renda.

“Em cada cinco brasileiros, dois só ganham o suficiente para comprar o básico. Outros dois, nem para isso”, enfatiza a matéria da **CartaCapital**.

Ora, Sr. Presidente, é preciso estancar esse processo, sob pena de inviabilizar-se toda e qualquer tentativa de retomada do crescimento econômico, única condição para melhorar as condições de vida de nossa população e garantir um projeto real de nação livre, independente e forte.

Enquanto continuar diminuindo o consumo, o País não terá condições de aumentar sua produção e, conseqüentemente, o nível de emprego, alimentando o círculo vicioso com mais queda de capacidade de consumo e menos atividade produtiva.

É o alerta que renovo a esta Casa e ao Governo do Presidente Fernando Henrique. Esse foi o caminho seguido pela Argentina, e todos conhecemos os resultados que estão levando o vizinho país e o seu povo a tragédia sem precedentes.

Neste ano de eleições gerais, em que são mais discutidos os grandes problemas nacionais com a população, devemos dedicar toda a atenção para o exame da atual política econômica, sobretudo no que se refere a juros — afinal, os nossos estão entre os mais elevados do mundo, ao lado de salários considerados entre os mais irrisórios do planeta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. JOÃO HERRMANN NETO (Bloco/PPS-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já se passaram seis meses desde os brutais atentados terroristas sofridos pelos Estados Unidos. Como represália, ou, melhor dizendo, para dar início a uma “guerra infinita” contra o terror, o Presidente americano usou da mais bizantina retórica e exigiu o apoio formal ou efetivo de outras grandes potências para atacar uma das nações mais empobrecidas do mundo.

Lendo-se o noticiário, é possível perceber que a guerra se foi como que estiolando, tanto que não ocupa espaços tão generosos como nos seus primeiros dias. Jornalistas e repórteres deram-se conta de que, afinal, nada mais estariam fazendo senão participar de um grande, um imenso circo, dentro de cujo picadeiro se desenrolava mais uma tragédia, num país que tem a tragédia como companheira de viagem há muitos séculos.

É certo que alguns guerrilheiros insistem em combater. É o desespero. De qualquer maneira, estão em sua terra, em montanhas e vales que conhecem como ninguém e que, há algumas dezenas de anos, vêm utilizando como campo de batalha, desde, pelo menos, quando de lá expulsaram os ingleses, ainda no século XIX.

E, como fica temerário levar para esse teatro de batalha tropas de infantaria, destinando àquele matadouro milhares de vidas de soldados americanos, o Sr. Bush entendeu que o melhor seria experimentar novas e mais sofisticadas armas, uma das quais, ao custo de meio bilhão de dólares, penetra numa casamata, mantém a construção de pé e mata os seres vivos por sufocação ou cremação.



Mais trágica, no entanto, é a situação das populações civis. Os bombardeiros, já agora demenciais, impedem que cheguem até elas o socorro humanitário enviado pela ONU, por entidades não-governamentais e outros organismos internacionais. O país enfrenta seu quarto ano consecutivo de seca braba, nordestina. Viu perderem-se suas plantações, o gado, as miunças, passou a vender os móveis de casa, as vigas dos telhados, tudo, tudo.

Mas a fome persiste, sem esperança, sem solução de continuidade para breve tempo. Assim, proletários que são, a esses miseráveis nada mais lhes restou senão os filhos. E esses filhos estão sendo vendidos. Ou, valendo-se do escambo mais primitivo, são trocados, por exemplo, por sacas de farinha de trigo.

Ler essas notícias nos jornais é lancinante. Afinal, o líder da ação terrorista teria sido Bin Laden, um saudita que vive no Afeganistão. Esse dar residência a um líder terrorista é o crime por que paga toda a população do país. E o terror, por seu lado, persiste mundo afora. Aí estão os fanáticos do IRA e da ETA. Os homens-bombas palestinos, os soldados israelenses que invadem até mesmo campos de refugiados e contra eles disparam foguetes, granadas. O terror age despidoradamente na Índia e no Paquistão. Nas Filipinas, em Sri Lanka. E se as grandes potências seguirem desenvolvendo uma política que é, em sua essência, imperial, é de se prever que a irracionalidade do terror será brandida contra a irracionalidade do império. E aí a guerra poderá, mesmo, ser infinita, até que nos destruamos todos. Sim, mas as crianças afegãs quando regressarão a seus lares?

Era o que tinha a dizer.

Grato pela atenção.



O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (Bloco/PFL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a segurança tornou-se a maior preocupação dos brasileiros. De norte a sul do País, há a sensação generalizada de que o bem está perdendo a guerra contra o mal. A criminalidade bate recordes, assusta a sociedade e cria descrença na capacidade dos governantes de vencer os bandidos.

Antes, a violência concentrava-se nas periferias pobres das cidades. Hoje, o cenário mudou. Sair à rua constitui fator de risco. Assaltos, homicídios, balas perdidas, seqüestros (demorados ou relâmpagos) transformaram os cidadãos em prisioneiros na própria casa. E, dada a freqüência com que ocorrem, viraram acontecimentos banais.

As causas da falência da segurança pública são muitas. Faltam investimentos no setor. A quantidade de policiais envolvidos em crime é assustadora. Está cada vez mais difícil distinguir o bandido do soldado. As Polícias Civil e Militar atuam de forma descoordenada, sobrepondo ou frustrando ações. O policiamento é mal planejado, levando ao desperdício de forças.

Sr. Presidente, há juízes de menos e processos de mais. Impera a sensação de impunidade. A punição, rara, demora a sair graças à legislação penal, que assegura aos réus uma série de recursos protelatórios. As unidades de prisão de menores são universidades do crime. Incapazes de recuperar o apenado, devolvem-no à sociedade pós-graduado em bandidagem. Recorre-se pouco às penas alternativas.

A cada crime que abala a opinião pública, o Governo anuncia medidas para conter a onda de violência. Assim foi no caso da morte cinematográfica da Profa.



Geisa Firmo Gonçalves, seqüestrada no Rio por um sobrevivente da chacina da Candelária. Ou do assassinato do Prefeito Celso Daniel, de Santo André. Mas, apagadas as luzes dos refletores, a maior parte dos projetos não sai do papel.

Desamparada, a sociedade busca formas de se defender. Não é sem razão que a indústria da segurança privada é a mais próspera do País. O Brasil ocupa o terceiro lugar no **ranking** dos consumidores de carros blindados. Em 2000, indústrias, lojas e condomínios empregavam 1,3 milhão de seguranças. Em 2001, as empresas que vendem tecnologia contra o crime faturaram 40% a mais que o ano anterior.

A explosão da indústria do medo atesta a falência da segurança pública. E mostra a assustadora deterioração do quadro da violência no País. Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento traduziu assaltos, furtos, seqüestros, homicídios em números. Nada menos que 10% do PIB nacional escoam pelo ralo da bandidagem. O Governo não pode cruzar os braços. Precisa apresentar soluções efetivas para o descalabro. Já.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil é freqüentemente reconhecido no exterior pela grandeza de seu território, pela variedade de suas riquezas naturais, enfim, por suas inigualáveis potencialidades físicas.

Entretanto, Sr. Presidente, olhando no retrovisor de nossa história, identificamos grandes feitos humanos e a presença de homens que ajudaram a construir o nosso País.

Tive a honra e a oportunidade de verificar, pessoalmente, em recente viagem à França, a força da obra de um grande brasileiro que, ao longo das últimas décadas, deixou uma herança inestimável às atuais e futuras gerações.

Refiro-me a Oscar Niemeyer, o arquiteto das formas e das belezas que encontramos em toda parte, notadamente aqui, na Capital Federal.

Em Paris, uma merecida homenagem foi prestada a Niemeyer, com a exposição de fotografias, a promoção de palestras e a exibição de um filme que narrou, de forma emocionante, a trajetória desse grande brasileiro.

Suas obras estão, como disse, em toda parte. Ele foi responsável, por exemplo, pelo traçado da sede do Partido Comunista Francês, da Casa da Cultura e de inúmeras outras obras, principalmente públicas, na Europa e em outras partes do mundo. A Argélia, país de forte colonização francesa, abriga, numericamente, o maior número de obras de Niemeyer.

Seu riscado, desde que iniciou sua gloriosa carreira, está presente nas grandes Capitais, nos monumentos e museus, nas casas de arte e nos teatros. É tão marcante a arquitetura de Niemeyer que muitos já podem distingui-la sem ao menos



saber a exata autoria. É a marca do Brasil na inconfundível beleza do traçado do grande arquiteto.

Em nosso País, são quase sete décadas de contribuição à Arquitetura. Mas Niemeyer, antes de tudo, é um patriota, um incansável defensor das causas libertárias e humanitárias. E esse sentimento de patriotismo e de profunda indentificação com a liberdade está, invariavelmente, presente em suas obras arquitetônicas, cujo riscado é livre, descontraído, belo, características de uma sociedade que Niemeyer tem-se dedicado a construir com sua palavra e seu gesto militante.

A homenagem oferecida na França tem um grande significado, também, na medida em que Niemeyer, no início de sua carreira, deixou sempre evidenciada a sua predileção e admiração pelo grande arquiteto francês Le Corbusier, de quem chegou a ser colaborador em algumas obras.

Por esses motivos, Srs. Parlamentares, senti-me orgulhoso, mais uma vez, de ser brasileiro ao presenciar a homenagem que Niemeyer recebeu em Paris, mais uma entre as tantas de que ele tem sido alvo nos últimos anos.

Oscar Niemeyer é o exemplo vivo das imensas potencialidades humanas de nosso povo, de nossa gente. É e será, sempre, uma referência humana permanente de nossa trajetória nacional.

Muito obrigado.



O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de sete anos de Governo Fernando Henrique Cardoso, o que temos é um desastre social. Mais de 50 milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza; o desemprego, em algumas regiões, afeta até 20% da população (na Bahia, existem 1 milhão de desempregados); faltam água, saneamento, escolas, energia, comunicação, terra para o produzir.

O que nos deixa indignados é que isso ocorre não por falta de recursos, mas porque eles são destinados para outras áreas. A prioridade não é o social, mas o capital — o Estado existe para servir ao setor empresarial, não à sociedade civil. Por isso, para eles é natural que o BNDES invista dinheiro público na salvação de uma empresa falida como a Globo Cabo, como fez no passado com os banqueiros (via PROER), mas não tenha dinheiro para fazer a reforma agrária ou promover um atendimento de saúde adequado à população.

Os gastos com saúde e saneamento, educação e cultura, trabalho, assistência e previdência social, que, em 1995, representavam 61,8% das receitas correntes, caíram para 53,9% em 2001. Educação foi o setor mais afetado, com redução de 15,5% no período — seu orçamento encolheu de R\$ 14,1 bilhões para R\$ 11,9 bilhões.

A população cresceu, as necessidades cresceram, as epidemias multiplicaram-se, mas o orçamento das áreas de saúde e saneamento ficou praticamente estagnado, com crescimento de apenas 5% em sete anos, incluindo a CPMF, criada para ampliar os recursos do setor. Em 1995, o setor recebeu, em valores corrigidos, R\$ 22,7 bilhões. Em 1996, os recursos caíram para R\$ 19,4



bilhões, voltando a subir para R\$ 22,3 bilhões no ano seguinte e chegando a R\$ 23,9 bilhões no ano passado.

Com assistência e previdência social o gasto ficou estagnado em 40% da receita corrente. Em 1995, foram destinados para o setor 40% da receita e, em 2001, 39%.

Fazendo uma comparação com o Produto Interno Bruto (PIB), observamos que, enquanto em 1995 os recursos para saúde e saneamento corresponderam a 2,3% do PIB, em 2001 alcançaram apenas 2%. Já para educação e cultura os recursos caíram de 1,4% para 1% do PIB, no mesmo período.

A geração de empregos — um dos dedos cortados da primeira campanha de FHC — não foi prioridade do Governo. Pelo contrário, aumentaram os gastos com seguro-desemprego. Em 1995, do total de R\$ 5,7 bilhões do orçamento para a área do trabalho, 46% foram utilizados com os desempregados. No ano passado, o setor recebeu R\$ 7,4 bilhões, sendo 65% para o seguro-desemprego.

Tudo isso nos deixa preocupados com o País. A que ponto chegamos? Será que podemos cair no buraco em que a Argentina caiu? É evidente que sim. O projeto neoliberal é o mesmo de lá: a gestão do País é feita pela mesma turma de agiotas que mandou neles — o FMI; a intenção de fragmentar a sociedade organizada é a mesma; a meta é vender todo o patrimônio público, como foi na Argentina; desprezo ao social, como fizeram lá.

Fazemos aqui o alerta à Nação para o que está ocorrendo. Não podemos permitir que o Estado brasileiro seja reduzido a um cartório a serviço do setor empresarial. Nas próximas eleições, não vamos deixar que essa turma se mantenha no poder e o Brasil chegue de fato ao buraco que eles estão construindo.



O SR. ROBERTO PESSOA (PFL-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil é um país que recebe de braços abertos os que chegam do exterior. Sejam eles estrangeiros, vindos de terras distantes para aqui erguer os seus sonhos, sejam empresas ou capitais privados, que aqui aportam para construir riquezas, aproveitando-se da pujança e da índole calorosa de nosso povo. São milhares de sonhos que aqui se tornam realidade, que, pelos cinco séculos de nossa existência, foram capazes de erguer.

Esta terra nunca negou frutos generosos aos que aqui aportaram. As esperanças frutificam-se produzindo o que há de melhor. Nas proféticas palavras de Pero Vaz de Caminha, tudo que aqui se planta dá. Todavia, a nossa generosidade tem sido interpretada como tibieza. O crime organizado tem-se instalado neste País, abusando de nossa boa vontade. É recente a notícia de que bandoleiros estrangeiros, querendo passar-se por revolucionários em defesa de uma ideologia, rasgaram o Código Penal Brasileiro, seqüestrando pessoas inocentes, cujo único crime é ter conseguido, pelo talento e pelo trabalho, o sucesso, aquilo que esses criminosos desejam subtrair pela violência. Não se poderá tolerar mais atitudes como essa em nosso País. A lei existe e deverá ser duramente aplicada a esse caso. Que a punição seja a mais exemplar possível, para que criminosos de outros países não hesitem um só segundo em saber que a lei, a polícia, o Poder Judiciário Brasileiro são ativos e estão à espreita dessa escumalha internacional. O povo brasileiro não poderá conviver com bandoleiros internacionais. Do alto desta tribuna, conclamo sejam tomadas as medidas mais enérgicas possíveis, sob pena de, não o fazendo, ser tarde demais.



Saibam os criminosos que este País tem lei e ordem, e as mesmas deverão ser cumpridas, para que venhamos a ter um futuro de paz e prosperidade para a família brasileira.

Infelizmente, parece-nos que a intranqüilidade da sociedade brasileira não está restrita ao tecido social. Ao contrário, avança em todos os setores da sociedade. É hora também de serem esclarecidos determinados fatos de condutas que chegam ao conhecimento deste Deputado.

Empresas estrangeiras que se instalam no País devem cumprir rigorosamente o que dispõe a lei, sobretudo por serem generosamente recebidas e auferirem lucros vultosos. Não se trata aqui de defender a tal desgastada alicantina, professando loas, ou tendo atitudes sectárias com o capital estrangeiro.

Sim, queremos o capital estrangeiro no Brasil. Não somos xenófobos, ou avessos à globalização. Tão-somente exigimos o mais profundo respeito por nossas leis e por nosso ordenamento jurídico.

Vejamos.

Conta de suposto descumprimento do art. 54 da Lei nº 8.884/94, ou seja, duas empresas gigantes no ramo de organização de feiras, exposições e congressos em geral fizeram uma **joint venture** em seu país de origem (Países Baixos), com reflexos diretos no Brasil — onde essas empresas possuem subsidiárias —, e, ao que tudo indica, não comunicaram tal operação aos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

A denúncia chegou às minhas mãos. Este Deputado, por apreço à cautela, ao senso de medida e equilíbrio, bem como em atendimento ao princípio da audiência



bilateral das partes, tentou entrar em contato com as empresas denunciadas, sem obter êxito.

Revela conotar que os esforços empreendidos por este Parlamentar justificam-se na medida em que tais empresas, por intermédio de suas subsidiárias brasileiras, detêm os direitos e organizam inúmeras feiras voltadas ao agronegócio, que, como se sabe, é um dos principais alvos de minha atuação na vida pública, atendendo aos reclames do setor rural, que já sofre enormemente com a imposição de injustos subsídios e barreiras não alfandegárias por parte de potências internacionais, foro de preocupação de nossos mais altos dignatários do setor público e privado.

Como conseqüência da gravidade das denúncias e do risco iminente de dominação de mercado e formação de um cartel internacional no ramo de feiras e congressos, solicitei fossem consultadas as empresas objeto da representação à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para que fossem prestados os esclarecimentos que se fazem pertinentes, visando à salvaguarda dos interesses do agronegócio brasileiro.

Diligenciei junto às empresas em questão, Royal Dutch Jaarbeurs Brasil Ltda. e VNU Business Media do Brasil Ltda., as quais, inclusive, se encontram estabelecidas no mesmo endereço, na Capital do Estado de São Paulo, e, para minha total perplexidade, alegou-se que a primeira delas não existe, sendo incerto seu paradeiro atual, bem como o de seus procuradores e representantes legais. Também é verdade que busquei, infrutiferamente, contato com o procurador da matriz holandesa da primeira empresa acima indicada, Dr. Teodoro Carvalho de Freitas, que, ao que tudo indica, se trata de pessoa honrada e com senso de



responsabilidade e que poderá, quiçá, dar as devidas explicações que a gravidade do caso recomenda, se encontrado for.

Não logrei êxito em nenhuma de minhas diligências, o que não me demoveu de meus nobres propósitos de defender os interesses das empresas nacionais, sem que, com isso, possa vir a ser acusado de chauvinista.

A esse turno, trago a esta digna Casa legislativa, depositária e herdeira das mais altas tradições democráticas, minha apreensão com os rumos tomados com a desnacionalização da economia de maneira desregrada, com inobservância de nosso sistema legal, e labor tem sido despendido por gerações de tribunos que, pelos anos, estabeleceram um sistema de equilíbrio, de molde a desenhar o que Rousseau denominou de contrato social.

Dessa forma, solicito aos ínclitos Deputados componentes da nobre Mesa desta Câmara sejam enviados ofícios para os seguintes órgãos, empresas e pessoas, para as finalidades adiante declinadas:

1 - Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para que esse órgão preste informações acerca do andamento da representação interposta contra as empresas Royal Dutch Jaarbeurs Brasil Ltda. e VNU Business Media do Brasil Ltda. no dia 28 de fevereiro do corrente ano;

2 - Embaixada dos Países Baixos na República Federativa do Brasil, para que a DD. Autoridade Diplomática, em o podendo fazer, forneça informações acerca das empresas matrizes, denominadas Royal Dutch Fairs (Koninklijke Nederlandse Jaarbeurs) e VNU Business Media Inc.;

3 - Royal Dutch Jaarbeurs Brasil Ltda., estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Wanderley, 848, sala A, bairro de Perdizes, aos cuidados da Diretoria, para



informar seu atual paradeiro, bem como o relacionamento que mantém com a VNU Business Media do Brasil Ltda.;

4 - VNU Business Media do Brasil Ltda., estabelecida na cidade de São Paulo, na Rua Wanderley, 848, no bairro de Perdizes, aos cuidados de seu representante legal, Sr. Georges Anthonius Van Wiik, para esclarecer o seu relacionamento jurídico e comercial com a Royal Dutch Jaarbeurs Brasil Ltda.; e

5 - Dr. Teodoro Carvalho de Freitas, na qualidade de procurador da sociedade holandesa Royal Dutch Fairs, com escritório na cidade de São Paulo, na Av. Nove de Julho nº 5.593, 9º andar, para prestar os devidos esclarecimentos sobre a empresa da qual é representante e procurador, acerca da sua relação com o mercado, se existem planos para constituir um cartel e se tudo isso foi submetido ao CADE.

Essas são as providências iniciais. Posteriormente, caso as respostas não sejam satisfatórias, voltaremos ao tema, solicitando informações às autoridades competentes em outras esferas do Poder Público.

O Brasil é fruto da miscigenação das raças negra e índia e do branco europeu, que vieram a formar em todos os seus traços o caldo de cultura que se convencionou denominar de raça brasileira. Somos um povo de índole generosa e acolhedora. Aqui, neste País, não conhecemos os guetos e as diferenças de raças. Ainda que se diga haver alguma sorte de preconceito, certamente é bem menor que em muitos países. Os estrangeiros sempre foram e serão bem-vindos. Eles nos ajudaram a construir este país continente, a despeito da imensa dimensão geográfica. Toleramos a cultura e a diferença. O que para nós é verdadeiramente intolerável são o desrespeito à lei e a tentativa de submissão das empresas e do mercado nacional por estratégias urdidas no exterior.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Silvio Torres, do PSDB de São Paulo.



O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna da Câmara dos Deputados para falar sobre o futebol brasileiro.

Como é do conhecimento de todos os membros desta Casa, no ano passado, encerraram-se duas CPIs, na Câmara e no Senado, que vasculharam, através de documentação, depoimentos e investigações profundas, os caminhos e as gavetas do futebol brasileiro, assim como as ações das entidades, desde a maior até as menores, e suas inter-relações com empresários, patrocinadores, empresas prestadoras de serviço e agentes.

Ao final das duas CPIs, foram produzidos relatórios que serviram e continuam servindo de base para que tudo aquilo que foi apurado, investigado, constatado por indícios ou provas sirva de elemento fundamental ao Ministério Público e ao Judiciário, a fim de darem continuidade às ações cabíveis.

Posteriormente, também foi produzido um livro, lançado em dezembro do ano passado, intitulado "CBF-Nike", de minha autoria e do Deputado Aldo Rebelo, Presidente da CPI da CBF-Nike. Ele representa o resumo do relatório da CPI e foi publicado com o objetivo de tornar acessível a todas as camadas sociais e à opinião pública de modo geral as informações mais importantes colhidas durante as investigações.

Além de documento, trata-se de um livro-denúncia, que consiste basicamente em mostrar as profundezas do mar de lama que cobre o futebol brasileiro e em servir de balizamento principalmente para ações legislativas que impeçam que o futebol brasileiro continue a ser conduzido da maneira como vinha sendo.



Nosso livro teve boa aceitação no mercado, foi lançado em algumas Capitais e teve duas edições vendidas. Quando chegava o momento de se tornar acessível a outra grande parte da população, teve a venda e a distribuição interditas por meio de liminar concedida por juiz estadual do Rio de Janeiro, que atendeu a pedido dos advogados do Sr. Ricardo Teixeira e dos seus parceiros na Diretoria da CBF.

A editora foi obrigada a suspender a distribuição e a venda do livro, e os advogados dela entraram com recurso perante o mesmo juizado, demonstrando que as informações contidas no livro já não eram sigilosas, nem em momento algum ultrapassavam os limites da privacidade e os direitos do Sr. Ricardo Teixeira e dos demais membros da CBF.

Quando o relatório foi concluído e entregue aos membros da Comissão em junho de 2001, ao mesmo tempo ele foi distribuído a toda a imprensa brasileira e internacional e ficou à disposição de quem quisesse consultá-lo manualmente — possui 800 páginas impressas — ou via Internet. Inúmeros órgãos da imprensa passaram a tê-lo em arquivos pessoais. Ou seja, tornou-se público o que havia de mais importante no texto do relatório, com detalhes completos de toda a investigação, que envolvia as federações, os clubes, os agentes, os empresários, aqueles que cometeram crime de falsificação de passaporte e de tráfico de menores, os contratos da CBF com os patrocinadores, em especial com a Nike, e as pessoas indicadas pela Comissão para indiciamento — cerca de trinta. Repito: a partir de junho de 2001, as informações tornaram-se acessíveis, com detalhes completos de toda a investigação. Nada faltava. O livro apenas fazia um resumo das informações, que, por sinal, já haviam sido divulgadas pela imprensa.



Jornais como **Gazeta Esportiva**, **Zero Hora**, **Jornal da Tarde** e **Folha de S.Paulo** dedicaram páginas às conclusões do nosso relatório e estão à disposição de quem os queira consultar. Se alguém quiser escrever um livro sobre a matéria, basta acessar a Internet e vasculhar os arquivos dos jornais para obter informações ainda mais detalhadas do que as que eu e o Deputado Aldo Rebelo publicamos.

A luta não acabou, mas a edição do nosso livro continua interdita. Nosso recurso foi negado. O que o Sr. Ricardo Teixeira e aqueles que se unem em torno dele fazem para tapar o sol com a peneira e evitar que a população saiba dos escândalos e da roubalheira que permearam as entidades esportivas nos últimos anos não será suficiente para bloquear nossos trabalhos, nem a investigação no Ministério Público e no Poder Judiciário. Não será suficiente, principalmente, para esconder da população brasileira o que vem acontecendo no nosso futebol.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Fernando Ferro.

O Sr. Fernando Ferro – Deputado Silvio Torres, primeiro quero parabenizá-lo pelo trabalho que desenvolveu na CPI do Futebol e agora tenta concluir. Nós, brasileiros, temos no futebol uma de nossas paixões. O esporte está intimamente ligado à alma do nosso povo. Infelizmente, depois de acompanhar os resultados da CPI, pudemos compreender que verdadeiras gangues — gangues no sentido mais cruel da palavra — se apropriaram da nossa paixão nacional. Começaram a dirigir os rumos de um esporte que tanto tem a ver com a nossa história, com a nossa identidade cultural, com o nosso lazer, com a expectativa de milhões de brasileiros e com a nossa imagem fora do País. É lamentável ter de admitir o nível de contaminação moral que impera nessa área, como foi denunciado no trabalho da CPI. Tenho de reconhecer que o relatório não faz uma simples denúncia, mas exige



o resgate do esporte, pelas mãos de pessoas que amam este País e estão comprometidas com a Nação. O futebol transformou-se num negócio dos mais ilegítimos, e até o desempenho dos nossos atletas está sendo atingido. Nós, que nos acostumamos com um futebol brilhante dentro das quatro linhas, agora temos de lidar com denúncias de corrupção que chegam de todo o mundo. O futebol é peça importante na construção do nosso orgulho, da nossa cidadania, da nossa cultura. Espero que a Justiça e o Ministério Público continuem essa importante investigação. Todos nós, de uma maneira ou de outra, devemos contribuir para que os trabalhos cheguem ao fim, com a identificação clara dos responsáveis pela distorção desse símbolo brasileiro. O futebol passa por momentos dramáticos em razão dessa apropriação indevida feita por elementos que nada têm a oferecer ao esporte. Deputado Silvio Torres, parabéns pelo pronunciamento.

O SR. SILVIO TORRES – Muito obrigado, Deputado Fernando Ferro. Até para reforçar seu aparte, quero lembrar que os crimes cometidos na área do futebol brasileiro não são apenas tributários. Há também evasão de divisas e lavagem de dinheiro, práticas dignas de serem enquadradas como crime organizado, como se vê já há alguns anos, mais especificamente depois que o Sr. João Havelange assumiu a CBF — talvez tenha tentado implantar o mesmo modelo na FIFA.

Sr. Presidente, a Federação Internacional está hoje emaranhada numa série de denúncias de corrupção a que o Sr. Joseph Blatter, atual Presidente, não consegue responder. Mas não são esses os maiores crimes que se cometem. O mais grave, com certeza, foi o descrédito em que deixaram nosso futebol. Não só estamos desacreditados no exterior, onde nosso futebol tem valor insignificante perto daquele que já teve, perto do seu potencial histórico, mas também, pior,



estamos desacreditados perante os torcedores brasileiros, perante o nosso povo, que não tem mais vontade sequer de torcer pela Seleção, tamanha a falta de organização e de vergonha dos nossos dirigentes.

Tenho absoluta convicção, Sr. Presidente, de que os crimes não ficarão impunes. Estamos atentos. O Ministério Público já tem em mão elementos suficientes para proceder às denúncias. O Sr. Ricardo Teixeira é réu numa ação que o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro iniciou e hoje está na Justiça Federal. Ele foi ouvido sobre dois empréstimos que fez pela CBF com o Delta Bank, banco norte-americano, assumindo juros que chegaram a 53% ao ano, quando a taxa praticada no mercado era de 12%. Esse é um de cinco empréstimos que ele ainda tem de explicar. A propósito, eu e o Deputado Aldo Rebelo fomos convocados para, em maio, servir como testemunhas de acusação num desses processos.

As investigações não pararão por aí. Outros processos se somarão aos já em curso, tão logo o Ministério Público aprofunde as investigações. Não só o Sr. Ricardo Teixeira será atingido, mas também outros dirigentes de setores do futebol brasileiro contaminados pela corrupção. Nós sabemos quem são eles. A população sabe, a Justiça também.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, têm sido realizadas na Câmara dos Deputados, na Comissão Especial do Estatuto do Desporto, discussões sobre projeto de lei que elaboramos no final dos trabalhos da CPI para evitar tanta irregularidade no futebol brasileiro e servir de incentivo para a participação de órgãos do Governo no esporte brasileiro.

Pois bem, numa das audiências públicas realizadas, ouvi uma crítica, feita por Deputado companheiro nosso, que dizia que as CPIs tinham servido apenas para



afugentar os investidores do futebol brasileiro. Pasmem: as CPIs estão sendo culpadas pelo que descobriram! Eles fazem e desfazem, desorganizam tudo, jogam no ralo milhões e milhões do dinheiro que vem de fora, depois dizem que as CPIs é que afugentaram os investidores. Ora, quem afugentou os investidores foram a corrupção e a falta de planejamento. A falta de confiança nos dirigentes fez com que nosso futebol chegasse ao estado em que está.

Ouçó, com prazer, o Deputado Saulo Pedrosa.

O Sr. Saulo Pedrosa – Nobre Deputado Silvio Torres, certamente, o futebol, paixão nacional, deve ser encarado por todos nós como lazer, como setor da economia do nosso País gerador de emprego e renda e, também, como esporte que internacionaliza o Brasil, tornando-o conhecido, uma vez que os jogadores são os nossos embaixadores, aquelas estrelas que mostram para o mundo do que somos capazes. Lembre-se do que foi a dupla café e Pelé. Pelé, a maior estrela do futebol mundial, além de tornar o Brasil conhecido no mundo inteiro, também levou o nosso produto, o café, a ser conhecido mundialmente. O futebol deve ser considerado por todos nós um orgulho nacional. Quando se faz uma CPI para tentar sanear e retirar a chaga que infelicitava o futebol brasileiro, é lamentável vermos juiz de um Estado brasileiro tomar atitude tão mesquinha como essa, uma vez que tanto V.Exa., como o Deputado Aldo Rebelo usam outro mecanismo além da CPI para mostrar as mazelas que existem no futebol brasileiro, tornando-as conhecidas por todos os brasileiros. Portanto, V.Exa. está correto quando escreve esse livro para mostrar o problema. Lamentamos muito que uma parte dos juizes brasileiros interpreta de forma diferente. Afinal, não foi esse o objetivo da CPI. V.Exas. pretendiam sanear os problemas do futebol brasileiro, para torná-lo respeitado por todos os brasileiros,



organismos e povos do mundo inteiro. Essa era a minha intervenção. Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. SILVIO TORRES – Deputado Saulo Pedrosa, agradeço o aparte a V.Exa. Complemento-o dizendo que quando o Deputado Aldo Rebelo conseguiu as assinaturas necessárias para instalar a CPI para investigar o futebol brasileiro no ano de 2000, as pressões de fora vieram com maior força. Primeiro, para evitar a instalação da CPI. Depois de instalada, queriam desqualificá-la. Por fim, através de grande articulação vinda de fora, queriam impedir que o nosso relatório fosse votado.

Sr. Presidente, não paramos aí. Nosso relatório seguiu o curso. Foi entregue ao Ministério Público, que lhe deu a devida seqüência. O mais importante, porém, é lembrar que nem as ameaças anteriores, nem as de hoje, como processos que já movem contra mim e o Deputado Aldo Rebelo, nem as articulações no Poder Judiciário para evitar que as ações prosperem, nem o fato de o Sr. Ricardo Teixeira fugir, como vem fugindo — S.Sa. ficou seis meses afastado da CBF para não depor no Senado, depois retornou, desaparecendo em seguida por quinze dias, e até hoje está afastado da CBF, também para fugir da Justiça —, tudo isso não vai impedir que cheguemos aonde queremos chegar: à punição daqueles que cometeram os crimes contra o futebol brasileiro. Esporte que hoje, às vésperas da Copa do Mundo, está sendo repensado, debatido, sendo visto, cada vez mais, como fator importante de desenvolvimento econômico, de lazer e de patrimônio do povo brasileiro.

Concedo, com prazer, o aparte ao nobre Deputado Dr. Rosinha, um dos membros mais ativos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.



O Sr. Dr. Rosinha – Deputado Silvio Torres, nós, que trabalhamos arduamente na CPI, conhecemos as mazelas e as falcatruas do futebol brasileiro, porém nem tudo, nem na profundidade devida. É importante essa exposição feita por V.Exa. Aproveito a oportunidade para dizer, através da **TV Câmara**, que hoje no Brasil a população vai ao estádio e grita por esse ou aquele jogador como se fosse a salvação do futebol brasileiro. Temos de dizer à torcida que a salvação do futebol brasileiro está no afastamento de todos os corruptos dos clubes de futebol, das federações e principalmente da CBF. Nosso País, que hoje realiza um debate sobre a ética e a moralidade, não pode permitir que Ricardo Teixeira e boa parte da Diretoria da CBF permaneçam à frente da entidade. Para nós é vergonhoso saber que Ricardo Teixeira dita as regras do nosso futebol. Preocupo-me ainda mais quando esse senhor, que tenta passar uma certidão de honestidade que não tem, entra na equipe de auditoria da FIFA para fiscalizar o Sr. Joseph Blatter. Isso é um absurdo. Se o Sr. Joseph Blatter roubou, ladrão não pune ladrão. É querer expor para o mundo as mazelas do futebol. Estamos trabalhando juntos na Comissão Especial destinada à elaboração do novo Estatuto do Desporto. Passam por esta Casa a moralização do esporte e a contribuição não só no sentido do esporte como lazer, mas também do esporte como atividade para boa parte da população brasileira que a ele não tem acesso, na construção do futuro esportivo deste País. A juventude, que hoje poderia ter no esporte algo sadio — dependendo do esporte —, quando olha, no caso, o futebol, vê o que há de pior nele. Deputado, seu relatório é extremamente importante. Portanto, assim como fomos aliados lá, V.Exa. terá em nós um aliado na defesa do relatório. Coloco-me à disposição para qualquer ação penal, principalmente vindo do lado do Sr. Ricardo Teixeira, que não tem moral.



O SR. SILVIO TORRES – Muito obrigado.

Ouçó, com prazer, o aparte do nobre Deputado Luiz Carlos Hauly.

O Sr. Luiz Carlos Hauly – Quero parabenizar V.Exa. pelo grande trabalho como Relator da CPI do Futebol. A luta deve continuar pela moralização do futebol.

O SR. SILVIO TORRES – Obrigado.

Sr. Presidente, a opinião pública brasileira clama por justiça, por decisões e, principalmente, por iniciativas que possam moralizar o futebol brasileiro.

Neste exato momento, existe medida provisória praticamente pronta no Governo Federal ou no Ministério dos Esportes que permitiria que, entre outras coisas, o Ministério Público pudesse ser chamado a vasculhar contas de entidades em que já houvesse indícios de irregularidades. Hoje isso não é possível. Se quisermos, por exemplo, tirar o Sr. Ricardo Teixeira da Presidência da CBF, só será possível se ele for preso ou se as federações e os 26 maiores clubes do País, em assembléia, decidirem isso. Não podemos ficar dependendo de gente que “tem um rabo ligado ao outro”.

Como é o caminho mais rápido, esperamos que a medida provisória se efetive, porém sem querer fazer nenhuma apologia. O novo Ministro dos Esportes tem todas as condições e o nosso apoio para isso. Independentemente de qualquer circunstância, o que está em jogo em primeiro lugar é darmos à sociedade e ao torcedor brasileiro a demonstração de que estamos defendendo aquilo em que eles acreditam.

Agradeço aos Srs. Deputados os apartes recebidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) –Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DIVALDO SURUAGY (PST-AL. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a natureza humana é realmente complexa. Pessoas por quem nós tínhamos verdadeira admiração revelam-se, de maneira inusitada, em todas as suas fragilidades. Outras confirmam nos atos cotidianos agradável firmeza de caráter. Surpreendido com estranha decisão, traduzo toda a minha perplexidade.

Estranhamente, mais uma vez, tomo conhecimento de decisão judicial, através da imprensa, com forte conteúdo de escândalo, eivada de meias verdades, fruto da maldade humana, contrária à exigência legal de dar-se ciência da sentença à parte, através seja do **Diário Oficial** do Estado, seja do oficial de Justiça.

A minha surpresa aumenta quando, em março de 2000, prestei depoimento à Justiça e solicitei formalmente que procedesse a uma devassa em toda a minha vida, consultando o Ministério das Relações Exteriores, o Banco Central e a Polícia Federal, por intermédio da INTERPOL, para adotarem providências que pudessem atestar se tenho, ou se algum dia tive um centavo sequer depositado em qualquer estabelecimento bancário no exterior. Acrescento ainda que anexei as declarações do Imposto de Renda atinentes aos últimos quinze anos, sendo que treze delas estão publicadas no **Diário Oficial**, edição de 26 de abril de 1997. E autorizei a quebra de meu sigilo fiscal e bancário.

Com idêntico objetivo, encareci ainda a gentileza de solicitar à Polícia Federal que vasculhasse a minha vida em todos os cartórios de registros de imóveis existentes no Brasil e, se possível, no exterior, no sentido de esclarecer se consta



algum imóvel em meu nome, no de minha esposa, ou no de qualquer uma de minhas quatro filhas em alguma outra parte do País, excluindo, no que me diz respeito, o único apartamento que possuo, que fica em Maceió, no Edifício Status, sito na Rua Cláudio Ramos, 331, em Ponta Verde, onde resido. Bem como que consultasse as juntas comerciais em todas as Unidades da Federação, objetivando constatar se participei ou participei de alguma empresa como sócio cotista, acionista, ou de qualquer outra espécie. Sinto-me injustiçado, pelo fato de saber que o comum em homens públicos suspeitos de enriquecimento ilícito é utilizarem todos os meios legais possíveis para procrastinar ou impedir a publicidade de seus bens. No meu caso, insisto em reiterar o pedido. Até hoje, aguardo o resultado.

Espero que sejam utilizados os mesmos critérios da projeção financeira sobre os valores publicados na imprensa alagoana aos recursos que ingressaram através das Letras do Tesouro Estadual e a amortização do débito do Estado junto às empresas credoras e o saldo restante nos valores — segundo a empresa Marp Auditores Associados, de Fortaleza, no Ceará, não houve nenhum prejuízo financeiro para o Estado de Alagoas.

Quando se trata de atingir a honra de político com uma história que poucos alcançaram no Brasil, que bateu todos os recordes em obras físicas em seu Estado e não se locupletou com o dinheiro público, corre-se o risco de oferecer um péssimo exemplo às novas gerações: identificar o ser honesto como sinônimo de tolice ou burrice.

Espero nunca me arrepender da honestidade por que sempre pautei, durante quarenta anos, a minha atividade política. Apesar das decepções, continuo acreditando que o bem sempre derrotará o mal.



O SR. JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO LEÃO (PPB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Agência de Desenvolvimento da Chapada das Mangabeiras, a Associação dos Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia — AIBA, a Fundação BA, a Fundação de Apoio à Pesquisa, a Associação Baiana dos Produtores de Algodão — ABAPA, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, os sindicatos rurais e a EMBRAPA estão preocupados com a seca que acontece na região oeste da Bahia, que cultiva hoje 1,2 milhão de hectares, com produção superior a 3,6 milhões de toneladas de grãos (3,6% da produção nacional) e um Valor Bruto da Produção de aproximadamente 1,4 bilhão de reais. O modelo de matriz produtiva da região é impar no País, bastante diversificada, e predominam quatro culturas básicas: soja, milho, algodão e café irrigado.

A soja ocupa uma área de 800 mil hectares, em que se estimava a produção de 2,1 milhões de toneladas, respondendo por 50% da economia da região. O milho ocupa uma área de 110 mil hectares, com produção de 700 mil toneladas. A produção estimada do algodão, com 57 mil hectares cultivados nessa safra, é de 90 mil toneladas de pluma (a Bahia é forte candidata a ser, já nesta safra, o segundo Estado produtor nacional de algodão). O café irrigado, com 13 mil hectares cultivados, é a região com a maior média de produtividade do mundo, superior a sessenta sacas por hectare. Destacam-se ainda uma promissora fruticultura e o desenvolvimento de uma moderna pecuária.

Na safra 2001/2002, foram aplicados 950 milhões de reais em custeio, dos quais 550 milhões em insumos. Do total do custeio, aproximadamente 30% foram



financiados com recursos de terceiros. O Banco do Brasil participou com 90 milhões; outros bancos com 10 milhões; as indústrias esmagadoras com 125 milhões; e os fornecedores de agroquímicos e fertilizantes com 75 milhões de reais. O produtor, com recursos próprios, está financiando a maior parte do custeio e tem ainda um passivo para ser amortizado anualmente, referente aos investimentos em máquinas e calagem.

A seca é um fenômeno climático incontornável, conhecido e presente em toda a agricultura do mundo. A região oeste da Bahia foi atingida por longo período de seca. A partir de 6 de fevereiro, iniciou-se uma estiagem jamais vista pelos agricultores, deixando um prejuízo incalculável. Atingiu principalmente a cultura da soja, que se encontrava na fase de enchimento do grão. As reais perdas ainda não são conhecidas, mas estão sendo levantadas pela classes produtoras da região.

Porém, em todos os países agrícolas (exceto o Brasil), existem programas especiais para assegurar e socorrer a lavoura atingida por catástrofes climáticas. Nos USA e na Europa, os Governos cobrem os prejuízos imediatamente (repassando à sociedade), pois entendem a importância da atividade agrícola, dispensando tratamento especial por se tratar de questão de segurança alimentar. Aqui, no Brasil, quem garante esses prejuízos são os produtores, com seu patrimônio.

Assim, nesse caso específico da região oeste da Bahia, precisamos dispensar tratamento especial para aqueles agricultores atingidos pela seca. Eles não querem perdão de suas dívidas. Querem renegociar o saldo de seus débitos em condições viáveis (prazos e juros), que dêem condições de permanecer na atividade, resgatando esses prejuízos com seu trabalho, através da produção de alimentos.



A agricultura é a base da economia da região. Seu desenvolvimento rápido — em vinte anos, foram abertos mais de 1,2 milhão de hectares, atingindo uma produção de 3,6 milhões de toneladas de grãos — é prova da viabilidade da atividade agrícola na região. Destacamos também a importância estratégica da região para o País. Logisticamente, dependendo das necessidades do mercado, sua produção pode ser direcionada para atender as demandas do Nordeste, do Centro-Oeste, ou ser exportada, estando a menos de mil quilômetros do porto.

As lideranças de classe da região oeste estão concluindo levantamento detalhado, através de mapeamento das áreas mais afetadas, assim como dos bancos financiadores, das indústrias esmagadoras de soja e das empresas fornecedoras de fertilizantes e agroquímicos que financiaram a região. A partir desse diagnóstico, em breve, apresentarão propostas alternativas que visem sustentar a continuidade da agricultura da região oeste.

Muito obrigado.



O SR. JOÃO MENDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO MENDES (PFL-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei nesta Casa, nos idos de 1995, o Projeto de Lei de nº 221/95, que previa o aumento gradual do salário mínimo até que alcançasse R\$ 300,00, valor este que, em razão da paridade com o dólar, valeria hoje algo em torno de R\$ 700,00. Infeliz e principalmente para o País, esse meu projeto não foi aprovado, sob a alegação do Governo de que isso quebraria a Previdência Social.

É claro que o equilíbrio das contas da Previdência tem enorme impacto sobre a qualidade de vida de larga parcela da população brasileira. De uma correta, íntegra e eficiente administração do orçamento previdenciário dependem não apenas os aposentados, mas todos os trabalhadores que recolhem, sistematicamente, suas contribuições, com a justa expectativa de se aposentarem um dia.

Sabemos que qualquer ponto percentual de aumento no mínimo causa enorme repercussão no montante dos benefícios pagos pela Previdência Social, e não é sem razão que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, alega a necessidade de evitarem-se os déficits públicos para justificar a concessão de modestos aumentos no piso salarial do País.

O problema previdenciário, como sabemos, envolve múltiplos e complexos aspectos, que nem sempre são inteiramente esclarecidos. É o caso, por exemplo, das fraudes que persistem no sistema e das isenções que beneficiam de maneira discutível alguns setores da sociedade.



O problema é bem específico e apresenta questões eminentemente políticas, e não técnicas, como muitas vezes pode parecer. A questão central é reformular o sistema de forma a torná-lo mais justo, canalizando recursos dos setores mais ricos para a parcela amplamente majoritária da população que recebe aposentadorias no piso de remuneração.

Em resumo, não há qualquer problema em aumentar o valor do salário mínimo dos trabalhadores da ativa.

Desde a sua vigência em 1940, quando foi criado pelo Governo de Vargas, o salário mínimo vem sendo discutido de forma ardorosa nesta Casa.

No primeiro momento nas décadas de 40 e 50, a adoção de um valor mínimo determinado a ser pago ao trabalhador já significava um avanço onde não existia organização que defendesse tais direitos.

Hoje, com o momento político vivido no País, estou de certa forma convencido de que a adoção de salários mínimos diferenciados conforme a região é importante para o desenvolvimento, para o fortalecimento de regiões que têm realidades diferentes e, por isso, demandas, custos e mão-de-obra correspondentes com suas características e necessidades.

O atual salário mínimo estabelecido, apesar da aprovação da Lei Complementar nº 113, de 2000, que regionaliza o salário mínimo, ainda serve de referência para alguns trabalhadores, como os domésticos, e para o pagamento de aposentados e pensionistas.

Quando se fala em aumento do salário, o argumento do Governo é sempre o mesmo: nos anos 60 e 70, cerca de 70% da População Economicamente Ativa (PEA) percebiam até um salário mínimo, e hoje são apenas cerca de 20% da PEA.



No entanto, gostaria de lembrar ao Governo Federal que esses 20% correspondem a quase 14 milhões de trabalhadores, que, somados aos 22 milhões de aposentados e pensionistas, perfazem um total de 36 milhões de brasileiros e brasileiras que se sustentam com o atual salário mínimo nacionalmente unificado e estabelecido pelo Governo FHC.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se esta Casa tivesse aprovado o projeto de lei de minha autoria que previa o aumento gradual do salário, dando tempo assim para que os Estados, os Municípios e até mesmo a Previdência se adaptassem à nova realidade, em sendo assim, certamente não estaríamos vivendo hoje tantas dificuldades de ordem social e econômica.

São essas, Sr. Presidente, as considerações que tinha a fazer, em razão dos dias atribulados que temos passado nesta Casa do Congresso Nacional, em virtude do aumento do salário mínimo.

Muito obrigado.



O SR. LAEL VARELLA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LAEL VARELLA (PFL-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recente estudo relativo ao desempenho de nossos agricultores no cultivo da soja vem causando surpresa até nos Estados Unidos, uma vez que a produtividade alcançada por eles já supera largamente a dos americanos.

Com efeito, o estudo publicado em novembro de 2001, pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), revelou a apreensão de Washington diante dos espetaculares ganhos de competitividade que o Brasil obteve em anos recentes na produção de soja e milho e do desafio que isso representa para a posição dos subsidiadíssimos produtores norte-americanos no mercado internacional.

O economista André Pessoa, da Agroconsult, segundo notícia **O Estado de S.Paulo** de 24 de fevereiro de 2002, acabou de fornecer novos motivos de preocupação aos técnicos do USDA e aos analistas do mercado de **commodities** agrícolas dos Estados Unidos. Convidado a falar no Fórum sobre as Perspectivas da Agricultura Mundial, afirmou que as análises feitas em Washington sobre a agricultura brasileira são falhas e erram sempre para menos.

Nosso economista afirmou que *“o USDA subestimou sistematicamente a produção de grãos no Brasil e na Argentina em anos recentes, especialmente da soja”*. Nos últimos cinco anos, afirmou: *“O erro de cálculo foi, em média, de 18%”*. Segundo Pessoa, a repetição do equívoco não se deve a uma tentativa deliberada de o governo norte-americano influenciar o mercado internacional e elevar os preços



durante o período da colheita no Hemisfério Norte, projetando safras mais baixas, como supõem os produtores brasileiros.

"O erro das estimativas deriva de uma visão simplista, segundo a qual os ganhos de competitividade da agricultura brasileira devem-se à desvalorização da moeda e à abundância de terra e mão-de-obra barata", afirmou o economista. E continua: "Essa visão ignora o complexo processo de modernização que o setor vive hoje graças a vários fatores, a começar pelos efeitos positivos da estabilização da economia brasileira desde 1994".

O trabalho que Pessoa preparou para o fórum, em parceria com o economista Marcos S. Jank, professor da Universidade de São Paulo e atual pesquisador visitante no Banco Interamericano de Desenvolvimento, lista oito categorias de fatores que, segundo ele, explicam a produtividade e a competitividade em curso na agricultura brasileira: a melhoria da logística dos transportes propiciada pela nova legislação sobre portos; a privatização das ferrovias e das rodovias estaduais e federais e o aumento do uso das hidrovias; a globalização do comércio da indústria de insumos, que aumentou as transferências de tecnologia e a disponibilidade de crédito; novas técnicas no gerenciamento das atividades da agricultura brasileira; a modernização da capacidade para participar do mercado, graças a novos instrumentos e operações; a isenção de impostos para a exportação; o aumento da produção e exportação de carnes, que estimulou a demanda por grãos para ração; e a paulatina mudança da imagem da agricultura e dos agricultores.

Segundo Pessoa, a análise de todos esses fatores mostra que a desvalorização da moeda, embora tenha contribuído para aumentar a competitividade da agricultura brasileira, é apenas uma parte e uma parte pequena.



Ele ilustrou o argumento, mostrando uma tabela comparativa dos custos de produção de soja no meio-oeste dos EUA, no Paraná e no Mato Grosso (ver quadro). Enquanto um saco de soja custa US\$ 11,72 para ser produzido nos EUA, o produtor brasileiro consegue produzi-lo por US\$ 6,60 no Paraná e US\$ 6,23 no Centro-Oeste. Boa parte dessa vantagem decorre do fato de a produtividade brasileira em soja já ter ultrapassado e estar se distanciando cada vez mais da americana.

"E nós estamos apenas começando", avisou. "Esperamos melhorar ainda mais a nossa competitividade nos próximos anos e, conseqüentemente, a nossa fatia no mercado mundial de grãos." Pessoa listou os fatores que, segundo ele, operam a favor do aumento da produção e de uma crescente presença futura do Brasil no mercado internacional de grãos: o crescimento sustentado da economia; os investimentos na infra-estrutura de transportes; a consolidação da posição do País como um dos maiores fornecedores mundiais de carnes; a autorização para a produção comercial de grãos geneticamente modificados; a reforma tributária; um novo sistema de financiamento à agricultura; a introdução de um amplo programa para agregar valor à produção e exportação agrícola; e a reorganização do sistema de armazenagem.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, o economista previu que, daqui para frente, o Brasil será cada vez mais agressivo na denúncia dos subsídios à produção e protecionismo agrícola nos países desenvolvidos.

As perguntas que Pessoa suscitou na platéia confirmaram o impacto das informações que ele forneceu, numa apresentação marcada pelo estilo assertivo e



autoconfiante que já começa a ser a marca da atuação da nova geração de executivos brasileiros em eventos internacionais.

A um analista que se preocupou em saber o potencial de terra boa que ainda não entrou na produção, o economista respondeu: "*Quando os meus netos forem grandes, ainda haverá muita terra disponível no Brasil para a agricultura*", disse Pessoa, que tem 34 anos e é pai de um menino de três.

Outro membro da platéia, ciente do efeito baixista que os subsídios à produção nos países ricos tem nos preços internacionais, perguntou sobre o preço que o produtor de soja do Brasil está preparado para agüentar. "*Com sacrifícios, US\$ 4 por bushel em Chicago*", disse. "*Mas o fato é que nós somos capazes de compensar com competitividade os subsídios dos países ricos; mesmo que o custo da terra nos EUA fosse zero, nós continuaríamos a ser mais competitivos do que vocês.*"

Sr. Presidente, as boas notícias não vêm apenas do crescimento da produtividade da soja brasileira frente à norte-americana. Os empregos também estão aumentando no campo. Os estabelecimentos rurais empregaram, em 2001, em média, 6,7 pessoas (o maior índice desde 1997). Desse total, 3,6 pessoas por propriedade de terra são empregados familiares — ou seja, parentes dos proprietários — e 3,1 pessoas (não-familiares) são contratadas fora do núcleo familiar. Para a Fundação Getúlio Vargas, a principal razão para o crescimento do emprego no meio rural é a expansão das lavouras — a safra de grãos cresceu 18,35% em 2001 — e a colheita de vários gêneros na época da pesquisa, no último trimestre do ano.



Entretanto, a onerosa política da reforma agrária continua na contramão de nosso desenvolvimento. Para Régis Alimandro, economista da FGV, a reforma agrária e os assentamentos do Governo não têm nenhuma relação com a ampliação da ocupação no campo. (**Folha de S.Paulo**, 19/02/2002). Não me resta senão exclamar mais uma vez: Delenda Reforma Agrária! É preciso acabar com essa reforma agrária e implantar urgentemente uma política agrícola em nosso País.

Sr. Presidente, gostaria também de sugerir aos colegas Parlamentares que, ao darem como lido seus pronunciamentos, fossem breves, visto que não podem ter o mesmo direito daqueles que se inscreveram cedo.

Muito obrigado.



O SR. PROFESSOR LUIZINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero deixar claro a todos os Deputados e ao Presidente da Casa que o Partido dos Trabalhadores está em obstrução. Não estamos marcando presença e vamos verificar, na medida do possível, a apreciação dos nossos requerimentos de destaque.

Pretendemos fazer o que for possível e necessário para evitar que a MP 14 venha a ser aprovada nesta Casa, porque é acinte e violência querer cobrar a energia do povo que tanto colaborou com o País.

O apagão ocorreu exatamente devido à irresponsabilidade do Presidente da República, e agora as empresas vão receber pela energia não consumida pela população.

São inaceitáveis esse seguro-energia e a construção dessas usinas a um custo previsto de 8 bilhões de reais, quando isso poderia ser feito com 2,5 bilhões de reais.

Portanto, vamos continuar obstruindo a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Professor Luizinho, não estamos em processo de votação.

Pergunto a V.Exa. se o PT está em obstrução à sessão ou vai aguardar a votação para ficar em obstrução.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO - Sr. Presidente, a obstrução é um dos instrumentos regimentais, e a Mesa conhece todos eles. Sabemos que a obstrução se dá na sessão, e estamos em sessão.



O SR. DR. HELENO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. HELENO (PSDB-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a vitória do Prefeito José Camilo Zito dos Santos Filho no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro mostrou que a justiça pode até tardar, mas não falha. Foram nove anos de muita espera e expectativas. Mesmo na certeza de que era inocente, a ansiedade era natural. Afinal, como disseram seus advogados, era toda uma vida que estava em jogo.

Nessa via-crúcis do nosso grande líder popular, ficou provado que a politicagem fabricada por certos “políticos” é realmente repugnante. Vejam, Sras. e Srs. Deputados, que até a prova da inocência de Zito — que nada deve — muitos lances montados foram dignos de um verdadeiro filme de suspense.

Quando Vereador, chegou a ser preso duas vezes, acusado erroneamente de ser o mandante do assassinato, na época, do Subsecretário de Serviços Públicos do Município, Sr. Ary Vieira Martins. E mais tarde provou-se que sua morte foi devido a sua perseguição aos traficantes que, de comum acordo com alguns motoristas de ambulâncias, transportavam durante a noite drogas de diversas qualidades. A proibição da circulação das ambulâncias à noite lhe valeu a vida.

Por que o Zito? Ainda Vereador, Zito começava a aparecer como o Vereador que mais trabalhava. Chegava cedo à garagem da Prefeitura e sempre era o primeiro a solicitar máquinas para serem encaminhadas às comunidades. A insistência dos seus pedidos era considerada, por alguns, uma atitude inconveniente. Daí a conclusão totalmente errada de que ele seria o mandante.



As testemunhas familiares do próprio Ary foram depoimentos verdadeiros e importantes a favor de Zito. Mas a quem interessava e interessa a interrupção da bonita carreira política de Zito?

Voltemos à história. Em 1994, fizeram uma maldade ao nosso líder e amigo Zito. Existia um mandado de prisão, mesmo sabendo onde Zito trabalhava e morava. Entretanto, às forças ocultas não interessavam simplesmente prender o Zito. Tinham de escandalizá-lo. E assim fizeram. Quando Zito foi ao Aeroporto do Rio de Janeiro, receber o Presidente Fernando Henrique Cardoso, como aliado, resolveram então apresentar o mandado de prisão. Foram 48 horas de sofrimento. Mas a resposta popular foi imediata.

Este Deputado, na época, simples cidadão do povo, levantou-se e se somou a milhares de vozes para protestar contra a maquiavélica decisão. Solto, logo em seguida, Zito pôde prosseguir na sua luta em benefício do povo.

O nosso grande líder Zito tem visto sua luz brilhar intensamente, apesar dos politiquinhos de plantão, que não se conformam em ver um homem simples e humilde se transformar na maior liderança da Baixada Fluminense

A vitória de Zito nos tribunais é a vitória dos mais humildes contra os poderosos, contra certas oligarquias que só se lembram do povo em períodos eleitorais. A orientação do Zito aos seus liderados é esta: trabalhar com afinco todos os dias, porque o povo merece respeito.

Parabéns, pois, ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao Prefeito Zito e toda população da Baixada Fluminense pelo desfecho do caso.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. OLIVEIRA FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. OLIVEIRA FILHO (Bloco/PL-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que digo a V.Exas. que a mortalidade infantil, na cidade de Curitiba, caiu 7% em 2001.

Em 2000 morreram 432 crianças, enquanto em 2001 morreram 370. Houve menos 62 mortes de crianças.

É claro que não queremos ver nenhuma criança morrendo, mas esta queda já é considerável.

A meta é reduzir a taxa de mortalidade infantil para um dígito até 2005. Para alcançar este índice, a Prefeitura de Curitiba criou o Programa Pacto de Vida, que criou oitenta comitês denominados "Defesa da Vida". Este programa ampliou de 48 para 60 o número de leitos de UTIs neonatais e de 30 para 53 o de leitos de médio risco nos hospitais e maternidades públicas da cidade.

A alta das crianças de até 1 ano de vida que foram internadas também é vigiada de perto. Elas foram acompanhadas pelos voluntários dos comitês e encaminhadas de acordo com suas necessidades.

A Prefeitura também criou o Programa Crescendo com Saúde, que capacitou os profissionais das unidades de saúde e ampliou a oferta de medicamentos para as infecções respiratórias, como pneumonia, asma, rinite, entre outras doenças.

Sr. Presidente, quero enaltecer essa brilhante iniciativa da Prefeitura de Curitiba, na pessoa do seu Secretário de Saúde, Sr. Ducci, e conchamar todo o País para que siga exemplos como este, a fim de que possamos impedir que nossas crianças morram por falta de recursos e sem a mínima dignidade.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Continuando o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Magno, do PT de Minas Gerais. S.Exa. disporá de 25 minutos.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero iniciar este pronunciamento no Grande Expediente para fazer pequena análise do Governo Fernando Henrique Cardoso em sete anos de mandato.

À luz das propagandas oficiais que todos os dias inundam televisões, rádios e jornais, com imagens e mensagens vistosas, podemos até acreditar que o Brasil melhorou, que há mais jovens nas escolas, que os hospitais estão funcionando decentemente, que as estradas estão pavimentadas, que houve reforma agrária para milhares de famílias, que as indústrias estão crescendo e gerando empregos e que nos Municípios predomina a qualidade de vida, o bem-estar social e a cidadania.

Infelizmente, nada disso é tão real quanto fazem supor os marqueteiros do Palácio do Planalto. O número de miseráveis cresceu assustadoramente, a violência está galopante, o desemprego é um pesadelo nas cidades e também no campo, a reforma agrária só existe no papel e as rodovias estão em estado crítico.

Para ficar nas estatísticas, os dados extraídos do SIAFI pela assessoria técnica da bancada do PT não deixam dúvidas: nos últimos sete anos de Governo Fernando Henrique Cardoso o Brasil empobreceu, ficou mais frágil socialmente, mais suscetível ao vírus da corrupção. Os gastos federais com saúde, saneamento, educação, cultura, trabalho, assistência e previdência social, que, em 1995, representaram 61,8% das receitas correntes, caíram para 53,9% em 2001.



Também em relação ao PIB, o Governo FHC reduziu o percentual de gastos com as áreas sociais. Saúde e saneamento tinham 2,3% do PIB em 1995 e passaram a ter apenas 2% no passado. Na educação e cultura, os recursos caíram de 1,4% para 1% do PIB. O saldo negativo também pode ser constatado pelo aumento de gastos com seguro-desemprego no País. Em 1995, do total de 5,7 bilhões de reais do Orçamento para a área do trabalho, 46% foram utilizados com os desempregados. No ano passado, o setor recebeu 7,4 bilhões de reais, dos quais 65% foram para pagar o seguro-desemprego.

É importante ressaltar que exatamente neste momento os banqueiros estão obtendo lucros como nunca neste País. Tomam dinheiro emprestado a 20% e o emprestam a 60% ao ano. Isso é extorsão.

Queremos denunciar esse privilégio. A sociedade brasileira precisa fazer avaliação serena e experimentada do que representa o Governo FHC para a qualidade de vida do povo brasileiro.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu fazer a tão esperada reforma tributária, mas sucumbiu aos interesses externos e aos grandes empresários. Ao invés de valorizar os pequenos e médios empresários e agricultores, capazes de gerar emprego e renda para as famílias brasileiras, preferiu acumular superávits fiscais para o pagamento da dívida com as instituições internacionais. Ao invés de promover a distribuição de renda e combater a excessiva carga tributária do País, criou mais impostos, que lesam a maioria da população.

O exemplo da CPMF é claro: de contribuição temporária para gerar investimentos na saúde, foi desviada para pagamentos variados e para fazer caixa de Governo, tornando-se hoje uma — entre aspas — “anomalia necessária” para



que não sejam paralisados programas sociais importantes para o País. Se existisse uma política tributária justa e exeqüível, não haveria necessidade de um imposto inflacionário como a CPMF.

Por outro lado, em nenhum outro período da história recente do País a imprensa noticiou tantos casos de corrupção envolvendo agentes e órgãos do Governo Federal quanto nesses últimos sete anos. Na movimentação nacional pela abertura da CPI da Corrupção, mais de vinte evidências e denúncias de ações danosas ao Erário foram amplamente debatidas e tornadas públicas sem que merecessem uma análise mais aprofundada para dirimir as dúvidas da sociedade.

São os casos da ajuda de bilhões de dólares promovida pelo Governo aos bancos falidos — o PROER; as negociatas nas privatizações — as telegangues; as suspeitas de compra de votos para a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso; os escândalos na SUDAM e na SUDENE; as falcatruas patrocinadas pelo DNER, em bilhões de reais.

Denunciamos incansavelmente o que o DNER e o Ministério dos Transportes estão fazendo, promovendo a desestruturação deste País, especialmente no que se refere às rodovias. No Brasil temos sucatas chamadas de rodovias, e não estradas capazes de garantir o transporte, o Custo Brasil, viabilizando o aumento das oportunidades de negócios e a melhoria das condições de vida do povo brasileiro. São bilhões de reais que sangram dos cofres públicos, e a população paga com sua vida pelo descaso, omissão e irresponsabilidade de algumas autoridades ditas constituídas que ocupam os Ministérios. Essa é uma das marcas dos sete anos deste Governo — ou desgoverno — que chega ao fim.



Quero citar o exemplo mais recente, o da TERRACAP. Foi apresentada uma proposta no sentido de que a Comissão de Fiscalização e Controle fiscalizasse aquele órgão, o que daria instrumentos ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal para que investigassem e tomassem providências sobre o desvio de mais de 2 bilhões de reais ocorrido nos últimos dez anos. Como membro daquela Comissão e na condição de Relator da PEC, fiz questão de ser imparcial na elaboração do relatório, no qual trabalhei por mais de seis meses, enfrentando todo tipo de ameaça e de pressão da tropa de choque do PMDB, que está assustada com o momento eleitoral e com suas próprias desavenças e desentendimentos. Na região onde nasci existe um ditado popular que diz que quem com porcos come, farelo come também.

Meu relatório sugeria sérias e seguras providências a serem tomadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Distrito Federal, a fim de evitar o que pode acontecer com esta região, ou seja, ficar sem água para beber nos próximos quinze anos, pois deixaram que fosse ocupada uma grande área de mananciais, onde se colhe água potável para o abastecimento da Capital da República. Pois derrotaram o relatório. A tropa de choque representou 14 votos contra apenas 4. Todos puderam acompanhar de perto.

Esta Casa é um órgão importante da democracia brasileira, principalmente para resgatar a ética, a moral, que este País perdeu de vez, a partir da maioria dos que ocupam posições que deveriam ser de autoridade. Estamos avaliando o Governo de Fernando Henrique Cardoso num momento importante, pois daqui a seis meses teremos eleições e poderemos renovar tudo no Brasil.



Nosso País padece principalmente de pobreza, miséria e violência, mas também da falta de moral desses que ousam dirigi-lo; da falta de ética dos homens de colarinho branco, que desviam os recursos públicos, roubam o Orçamento da União e nada acontece contra eles. São 27 CPIs sobre corrupção aguardando na fila.

Esta é uma oportunidade para nós, brasileiros, apresentarmos nossa indignação. Para haver justiça social neste País, é preciso ter moral, ter quem faça, ter um poder gestor que possa dar o mínimo de exemplo.

Assim, estão desconstruindo o que a sociedade brasileira, de modo especial os trabalhadores, ao longo de anos e anos, vem construindo. E os engravatados não têm pudor: deixam roubar e roubam.

Ouçó, com prazer, o aparte do ilustre Deputado Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias - Tive o privilégio de presidir os trabalhos da Comissão de Fiscalização e Controle quando V.Exa., com brilhantismo, maestria e competência, participando das audiências, da coleta de documentos e de informações, apresentou seu relatório. É bom que se diga que, no início, havia um temor de que essa discussão sobre a TERRACAP se tornasse uma questão adstrita ao Distrito Federal. Entretanto, V.Exa. atuou como quem pensa na Nação, vendo a TERRACAP como uma empresa cuja composição acionária é de 51% do Governo do Distrito Federal e de 49% da União. O Governo Federal tem grande interesse na destinação das terras públicas do Distrito Federal. Afinal de contas, aqui funciona o Poder central deste País. Quero dizer que não é uma coisa pequena. Tivemos depoimentos de pessoas do próprio Governo e de quem atua nessa área dando conta de que foram causados prejuízos estimados em 2 bilhões de reais pelo uso



dessas terras. De modo que isso fere a lei. Ocorreram outros fatos graves, como o desaparecimento e a falsificação de documentos. Além disso, do ponto de vista do meio ambiente, conforme disse V.Exa., houve destruição de mananciais. Portanto, quero registrar, de público, meu apoio ao relatório de V.Exa., embora rejeitado — meu voto foi favorável, assim como o de outros Parlamentares —, e meu compromisso de encaminhá-lo a outras autoridades. Naquele documento, V.Exa. demonstra coerência com sua história política, pautada pela ética e por relevantes serviços prestados ao Estado de Minas Gerais e ao povo brasileiro.

O SR. JOÃO MAGNO - Ilustre Deputado Wellington Dias, incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, V.Exa. soube dar o exemplo de como resgatar os valores do Parlamento brasileiro.

Felizmente, antes de o relatório ser votado na Comissão — cujo apoio lhe daria maior peso político —, o Plenário do Tribunal de Contas da União, derrotando voto em separado de um de seus componentes, garantiu a realização de auditoria na TERRACAP.

Vamos insistir para que o assunto seja colocado em pratos limpos, pois temos de assegurar a ética na política brasileira.

Prosseguindo, Sr. Presidente, o problema da energia elétrica, neste momento, talvez seja o mais emblemático da lógica que impera no modelo em vigor. Todos se lembram de que, às portas do apagão, o Presidente da República e sua equipe de técnicos trataram de mobilizar à força a população, para economizar energia. Quem não atingisse a taxa mínima recebia advertência ou multa e tinha a luz cortada. O



Brasil não podia parar; então, o povo fez a sua parte. Economizou, cortou gastos, desligou aparelhos, reduziu seu mínguao padrão de vida. E o que recebeu em troca de tanto sacrifício?

Entre 1995 e 2001, a tarifa de energia foi majorada em mais de 130%. Desde dezembro do ano passado, os consumidores residenciais estão pagando aumento extra de 2,9%; os comerciais e industriais, 7,9% a mais. O objetivo desse reajuste é permitir que as distribuidoras e geradoras de energia paguem o empréstimo de R\$ 7,5 bilhões concedido pelo BNDES para reposição das perdas causadas pela redução do consumo durante o período de racionamento.

Parece complicado, mas é simples: o BNDES utiliza dinheiro público para sanar supostos prejuízos das empresas de energia, que passam a cobrar a mais dos consumidores residenciais e industriais, para saldar a dívida com o Governo, que vive de arrecadar dinheiro público.

Nessa somatória de ganância e desrespeito ao Brasil, quem paga mais de duas vezes a mesma conta que não contraiu é a sociedade — pasmem —, o povo mais pobre, o pequeno e médio empresário, o trabalhador rural, o profissional liberal, a classe média.

Nesse sentido, é preciso dar um basta. É preciso que, na votação da Medida Provisória nº 14, que trata do repasse aos consumidores dos valores relativos às despesas com a compra de energia, os Deputados tenham a determinação de impedir que mais prejuízos recaiam sobre os ombros dos mais fracos. Na sua aplicação, a MP nº 14 é lesiva ao País, desrespeita a Constituição Federal e os mais legítimos interesses dos consumidores e do povo brasileiro.



Para finalizar, Sr. Presidente, vale lembrar que o Brasil ocupa posição estratégica no cenário internacional, tanto que é capaz de incomodar os poderosos do Primeiro Mundo, com produtos agrícolas e industriais de alta competitividade e qualidade nos mercados, fruto do esforço principalmente da classe trabalhadora. O mais recente exemplo é o aço brasileiro, que de tão bom e barato passou a ser sobretaxado pelos Estados Unidos, os mesmos que pregam o livre comércio, oprimem os países emergentes e ainda mantêm um parque siderúrgico obsoleto.

Os resultados dessa política norte-americana são desastrosos para a nossa economia, acenando para o agravamento do desemprego, da recessão e a adoção de medidas protecionistas pela União Européia e outros países.

Amanhã, no plenário do Senado Federal, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, será ouvido sobre as medidas protecionistas dos EUA em relação ao aço. Esperamos ser surpreendidos com o Governo anunciando medidas concretas e enérgicas para defender a siderurgia e a soberania brasileiras.

Ouçó, com prazer, o Deputado Wolney Queiroz.

O Sr. Wolney Queiroz - Deputado João Magno, é com grande alegria e apreço que vejo a atuação de V.Exa. nesta Casa em defesa do patrimônio nacional, especialmente do Vale do Aço, em Minas Gerais. Para nós, Parlamentares da Oposição, é importante contar com a firmeza e o dinamismo do nobre colega. Na próxima semana, retornarei ao meu Estado de Pernambuco. Se formos vitoriosos nas próximas eleições, com certeza trabalharemos ainda mais para que nossa voz seja ouvida em favor dos mais necessitados. Portanto, parabênizo V.Exa. pelo pronunciamento.



O SR. JOÃO MAGNO - Ilustre Deputado, companheiro e amigo Wolney Queiroz, o aparte de V.Exa. demonstra a força e a vontade dos que sonham ver o País livre de suas desvirtudes e descaminhos. Lamentavelmente, o exercício do poder, no Brasil, tem sido pautado pela corrupção — basta ver o número de CPIs instaladas.

Certamente, V.Exa. retornará à Casa no ano que vem com votação ainda mais expressiva, graças à sua luta pela preservação da ética na política.

Concluindo, Sr. Presidente, quero citar reportagem publicada hoje no jornal **Valor Econômico**, sob a manchete: “Ataque dos Estados Unidos ao Brasil acirra guerra comercial”. O USTR — Representante Comercial dos Estados Unidos, espécie de ministério do comércio exterior daquele país, classificou a Justiça brasileira como ineficiente, indiferente e lenta.

Infelizmente, temos de dar a mão à palmatória. Algumas pequenas melhoras ocorreram, mas ainda falta muito. Temos de passar pela vergonha de ver um país também abalado, do ponto de vista moral, que participa, de certa forma, dos ataques bélicos que ocorrem na Palestina. Temos de presenciar o massacre aos direitos humanos na Palestina, hoje, e os ataques à Justiça e à política brasileiras. Este é o mau exemplo que as elites brasileiras têm dado ao Parlamento na gestão do poder.

No meu entendimento, o Congresso Nacional, mais especificamente a Câmara dos Deputados, precisa ser mais efetivo no que concerne ao aço, ao comércio e às exportações brasileiras. Não podemos mais conceber que o Congresso Nacional postergue uma medida mais segura.

Convido o Presidente desta Casa, Deputado Aécio Neves, a constituir uma comissão para ir ao Parlamento americano prestar explicações. Não basta o Sr.



Ministro das Relações Exteriores falar do Governo americano quando este manda para o seu Congresso Nacional um relatório que o Governo brasileiro repudia. Até agora, o Governo brasileiro não apresentou nenhuma ação substancial.

Não podemos mais esperar. A Câmara dos Deputados precisa criar uma comissão suprapartidária para ir até os Estados Unidos tratar diretamente das barreiras às exportações brasileiras, a exemplo do que ocorre com outros países afetados pelo protecionismo. O Governo brasileiro precisa recorrer à Organização Mundial do Comércio e dizer para todo o mundo, com seriedade e competência, que não somos meros coadjuvantes no mercado globalizado e, desta forma, adotar medidas internas em defesa da nossa economia e da nossa sociedade.

Esta Casa precisa constituir uma comissão para se sentar à mesa com o Congresso americano e tratar prioritariamente da questão do aço brasileiro. Não podemos continuar a ver o nosso aço ser sobretaxado depois que a siderurgia brasileira investiu o que investiu e agora espalha para os outros setores da economia brasileira.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar ao Sr. Presidente Aécio Neves que faça dessa visita algo breve para informar ao Parlamento americano que no relatório há mentira também.

Pode ser que uma ou outra coisa seja verdade, mas também há acusações levianas, e o Parlamento brasileiro tem de se posicionar a respeito. Que os representantes das siderúrgicas brasileiras sejam convidados a estar lá, defendendo-se e falando da lei **antidumping** que os Estados Unidos tão ostensivamente aplicam contra a siderurgia brasileira.



Não podemos ficar indiferentes. É preciso ação e pressão. Será necessário irmos até lá para mostrar aos dois partidos que comandam aquele país que muito do que se faz em política internacional, boa parte do que os Estados Unidos fazem tem muito de mentira e de exploração, particularmente contra o Brasil, que já estava revertendo a situação com o trabalho do povo brasileiro, exportando 6%, porcentagem que cairá para 5% este ano. As medidas americanas são uma forma de abafar o desenvolvimento do povo brasileiro.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

“Ato da Presidência

Nos termos do art. 202, § 2º, c/c o art. 33, § 1º, todos do Regimento Interno, esta Presidência decide criar Comissão Especial, destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 179-A, de 1999, do Sr. Deputado Mendes Ribeiro Filho, que ‘dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 20, de 1998, estabelecendo a idade de 75 anos para a aposentadoria compulsória no serviço público’, constituída de 33 (trinta e três) membros, acrescido de mais um destinado ao rodízio entre os partidos não contemplados.

Brasília, 3 de abril de 2002.

Aécio Neves, Presidente”.



O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (Bloco/PDT-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, hoje os Srs. Ministros Nilson Naves e Edson Carvalho Vidigal tomam posse como Presidente e Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Poderia passar a tarde toda falando sobre a postura ilibada, honrada e capaz dos Ministros Naves e Vidigal, mas neste breve pronunciamento procurarei apenas parabenizá-los por tão distinto cargo público.

O Ministro Nilson Naves vem de uma escola notável de juristas, é uma pessoa proba e, com certeza, irá desempenhar sua mais nova função com sua peculiar competência e honradez.

O Ministro Vidigal já pertenceu a esta Casa, foi Deputado Federal e, sem dúvida alguma, um dos maiores representantes do povo maranhense, sempre lutando e argüindo em defesa da sua gente. Foi através da conduta pessoal e profissional do advogado Edson Vidigal que baseei minha vida pública, pois, como advogado que sou, tenho em S.Exa. um exemplo de dignidade, profissionalismo e caráter.

Por sua brilhante atuação na vida pública, o Ministro Vidigal estará contribuindo mais uma vez com sua valorosa sapiência jurídica ao povo deste País que anda ávido por mudanças. Vidigal será indubitavelmente a mudança que a população tanto espera no Judiciário. Não tenho dúvidas de que o Ministro Vidigal alavancará o processo das reformas no Judiciário advindas da vontade popular, seja dando sugestões adequadas, seja agindo com austeridade e perseverança para uma justiça mais ágil, mais justa e mais digna.



Não tenho dúvidas de que o STJ continuará a fortalecer a democracia brasileira, no sentido pleno da palavra e na robustez dos novos tempos, e com certeza caminhará lado a lado com o povo, construindo um país mais coerente e muito mais justo.

Deixo minhas congratulações e votos de pleno êxito e sucesso ao Presidente e Vice-Presidente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Era o que tinha a dizer.



O SR. JOSÉ CARLOS ELIAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ELIAS (PTB-ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por diversas vezes ocupamos esta tribuna para falar sobre a crise na cafeicultura, especialmente no Estado do Espírito Santo.

O café é o principal produto agrícola do Estado. Sua cultura emprega mais de trezentas mil pessoas, o que faz do Estado o segundo maior produtor no Brasil e o primeiro tipo Conillon.

Mas, com a proximidade da colheita, que começará já no final deste mês, os produtores capixabas já iniciam sua mobilização para evitar um agravamento da crise no setor.

A queda do preço do café, que vem se acentuando há mais de dois anos — aliado às dificuldades de se cumprirem as exigências trabalhistas durante a colheita, mais a descapitalização — faz com que os agricultores abandonem seus cafezais, provocando êxodo rural principalmente no norte do Estado, refletindo em todo o setor econômico da região.

Sr. Presidente, no ano passado, apresentei projeto de lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, para incluir o contrato de safra nas hipóteses que admitem a contratação por prazo determinado.

Este é um projeto importante que vai estimular a contratação dos trabalhadores rurais, diminuindo assim os índices de desemprego no campo.

A falta de uma real política cafeeira, por parte do Governo, e de incentivo à agricultura faz com que os agricultores, principalmente os cafeicultores, passem por



momentos tão difíceis como o desestímulo dos produtores para competir com o mercado internacional, os prejuízos nos investimentos, o que impede o aumento da qualidade e produtividade e principalmente o aumento do desemprego.

Por tudo isso, Sr. Presidente, apelo para o Governo Federal que tome medidas urgentes e preventivas, no sentido de que a crise cafeeira no Estado do Espírito Santo não se repita, como vem acontecendo nos anos anteriores.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PAULO PAIM – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi um dia muito especial para todos nós, para o Parlamento brasileiro e para a classe trabalhadora. O critério de urgência do projeto de lei oriundo do Executivo, ora em tramitação no Senado, que alterava dispositivos do art. 618 da CLT foi retirado. A matéria volta agora às Comissões Técnicas.

Acordamos hoje cientes do dever cumprido. Enfrentamos duras batalhas nas Comissões e no plenário da Câmara dos Deputados. Enfrentamos milionária campanha de **marketing** e propaganda feita pelo Governo para defender as mudanças da CLT. Fomos duramente criticados por muitos quando fizemos aquele gesto simbólico na tribuna. Ameaçaram cassar nosso mandato e instalaram processo para tanto, mas nós não recuamos, pois sempre entendemos que mais importante do que o nosso mandato é o direito dos trabalhadores.

Muitos não acreditavam que poderíamos sair vitoriosos nesse embate. Felizmente, as previsões pessimistas não se concretizaram. Eles foram obrigados a reconhecer a nossa vitória. O processo contra nós foi retirado, e o critério de urgência do projeto seguiu o mesmo rumo. Foi uma vitória parcial, mas extremamente importante.

O mundo do trabalho não será mais o mesmo a partir de agora, pois o movimento sindical, a sociedade organizada e a classe trabalhadora perceberam que *“a lei não faz a luta, mas a luta faz a lei”*, como sempre acreditamos.



Estaremos prontos para todos os embates que vierem daqui para a frente, pois a batalha não terminou. Com certeza, esse projeto entrará novamente em pauta no ano que vem. E esperamos seja eleito um governo que represente realmente as classes populares, as classes trabalhadoras, para que possamos, de uma vez por todas, retirar tal proposta do cenário político brasileiro. Queremos também estar no Senado no próximo ano para presenciar o enterro definitivo desse projeto.

Na manhã de ontem, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, nos recebeu no Senado, oportunidade em que elogiamos sua firme posição em relação ao projeto que flexibiliza a CLT. Desde o primeiro momento, o Presidente do Congresso demonstrou ser contrário ao caráter de urgência desse PL.

Para concretizar este momento tão significativo para todos nós, gostaríamos de deixar uma mensagem de otimismo e reflexão, que tiramos de Danilo Queiroz:

“Havia uma gota em uma nascente de rio.

Era uma simples gota, nada mais que isso.

Mas em sua insignificância tinha uma utopia, um sonho.

Sonhava em um dia, pós vencer a correnteza e chegar ao encontro das águas, virar mar.

Ora, quanta pretensão! Uma gota, uma simples gota, querendo virar mar...

Era difícil, sabia ela, porém não impossível.

E agarrando-se nesse fio de esperança seguiu o seu curso natural de rio, sempre pensando no dia em que certamente encontraria o oceano.



Desafios foram surgindo: pedras, evaporação, galhos, entre outros obstáculos, mas ela nunca desistia.

Outras gotas que partiram com ela não chegaram ao fim, ficaram pelo caminho.

Esta porém, talvez pela sua persistência, pela fé que tinha, de uma forma ou de outra sabia que um dia chegaria lá; e, de fato, chegou.

Venceu todos os obstáculos, chegou ao encontro das águas e finalmente realizou seu grande sonho.

Hoje aquela gota, aquela ínfima gota, é mar.

Graças à sua persistência conseguiu o que era considerado uma utopia, uma pretensão incomensurável.

Não importa, hoje aquela gota é mar.

Você também pode ser mar, só depende de si próprio.

Você pode ser como aquelas gotas que ficaram pelo caminho, ou como a gota que protagonizou esta história. Só depende de você!”

Nossa intenção é a de fazer com que cada trabalhador brasileiro possa se transformar em uma potente gota. As eleições estão chegando. Queremos ser um mar, com força, com equilíbrio, com justiça social, com liberdade e igualdade. Com certeza, Luiz Inácio Lula da Silva, que surgiu como uma gota, hoje representa o nosso mar nas eleições para Presidente.

Era este o nosso registro, Sr. Presidente.



O Sr. Themístocles Sampaio, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Enio Bacci, 3º Suplente de Secretário.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE QUE,
ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE
PUBLICADO.**



O SR. SERAFIM VENZON - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Enio Bacci) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SERAFIM VENZON (Bloco/PDT-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito comum ouvirmos reclamações acerca de contas telefônicas, muitas porque extrapolam o tempo de conversação, outras porque poderia haver cruzamento de contas.

Há também os que gastam em telefone o que não podem. Tenho recebido de muitos usuários e representantes populares solicitação para que a ANATEL — Agência Nacional de Telecomunicações providencie dispositivo que, acoplado aos aparelhos telefônicos, fixos ou móveis, permita aos usuários a visualização do custo real de cada ligação.

Da forma atual, não há como o usuário questionar o que é cobrado pela empresa em suas faturas, pois somente a empresa detém os recursos para quantificar a utilização pelo usuário.

O que pretendo é que seja implantado, no sistema de telefonia, acoplado ao aparelho ou avulso, dispositivo que permita ao usuário controlar e saber o quanto utilizou de impulsos telefônicos durante aquele período, algo semelhante ao que sempre foi aplicado pelas empresas de fornecimento de água e energia elétrica.

Nesses serviços, mensalmente um funcionário faz leitura dos registros, mas, o relógio está à disposição do consumidor, que pode questionar possíveis irregularidades e, inclusive, estabelecer algum controle do uso com base nos números ali registrados.



Sem essa possibilidade no serviço de telefonia, o usuário se torna refém das empresas, que cobram o que bem entendem sem ao menos permitir o questionamento sobre possíveis dúvidas acerca de cobranças irregulares.

É um absurdo que, em pleno século XXI, com grandes avanços tecnológicos conquistados, sobretudo na área de comunicação, ainda haja sistema de cobrança que não permita à população estar plenamente informada sobre os custos de seus gastos domésticos, impedindo a real transparência dos serviços prestados e utilizados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ANDRÉ BENASSI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Enio Bacci) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ANDRÉ BENASSI (PSDB-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho reiterado minha grande preocupação com a defesa do meio ambiente, expressando a convicção de que os Poderes Públicos detêm a responsabilidade — e devem cumpri-la fielmente — de zelar por essa importante questão, promovendo campanhas de ampla conscientização da sociedade.

A qualidade de vida da população está associada, entre outros fatores, à preservação ambiental nos seus mais diferentes aspectos. A água e o solo precisam estar livres de contaminação; a fauna e a flora não podem ficar à mercê de ações de exploração predatória. O avanço tecnológico impõe-se entre os pressupostos do desenvolvimento, até como elemento básico do ciclo de evolução produtiva, gerando novos produtos, mais conforto e comodidade. Mas esse processo evolutivo, cada vez mais rápido e dinâmico, não pode negligenciar os cuidados com o meio ambiente e as conseqüências de sua possível deterioração.

Nesse sentido, devemos aprovar legislação capaz de colocar em prática atitudes mais éticas e mais responsáveis por parte de setores e empresas em relação ao ciclo de vida total de produtos que fabricam e comercializam. Por exemplo: automóveis e computadores.

Trata-se de equacionar o problema dos resíduos sólidos, com base no seguinte princípio fundamental: a responsabilidade do fabricante pelo ciclo de vida total do produto.



A Alemanha é pioneira nesse modelo de gestão de resíduos, com a adoção, em 1994, da Lei de Economia de Ciclo Integral e Gestão de Resíduos, pela qual se ampliou a responsabilidade do fabricante a todo o ciclo de vida do seu produto, desde a fabricação, à distribuição e ao uso, até a sua eliminação.

Os resíduos não evitáveis devem passar por um processo de recuperação material, a chamada reciclagem, ou serem aproveitados em produção de energia. Os resíduos não passíveis de valorização devem ser eliminados de forma ambientalmente adequada.

Ademais, o lixo tem representado um dos mais sérios problemas de nossas cidades grandes e de porte médio, sendo também um dos fatores determinantes de tantos transtornos por ocasião de chuvas e temporais, provocando alagamentos e inundações que podem ser perfeitamente evitados.

A experiência alemã, já ampliada para vários outros países da Comunidade Européia, adota regras bastante rígidas para preservar o meio ambiente, mediante o tratamento dos resíduos sólidos.

No Brasil, Sr. Presidente, conseguimos consideráveis avanços para tratar determinados tipos de resíduos, como embalagens de agrotóxicos, pneus, óleos lubrificantes, pilhas e baterias, mas ainda não temos leis que regulem o que deve ser feito com os resíduos gerados por veículos e computadores usados, bem assim com as chamadas embalagens PET.

Daí o objetivo e a razão deste meu pronunciamento. Há inúmeros projetos de lei tratando de resíduos sólidos, inclusive proposição já aprovada pelo Senado Federal, para cuja apreciação foi constituída Comissão Especial na Câmara dos Deputados, tendo como Relator o ilustre Deputado Emerson Kapaz.



Entendo que a matéria tem caráter de urgência e, por isso, precisa ser apreciada logo, para que se transforme em lei a obrigação de tratar os resíduos de acordo com os interesses maiores da sociedade, ou seja, de modo a que se preservem as condições ambientais necessárias — repito — em desejáveis padrões de qualidade de vida para a população.

Torna-se, então, de fundamental importância a urgência na aprovação de política nacional de resíduos sólidos que sistematize e uniformize os conceitos e o tratamento dado aos vários tipos de resíduos e que propicie meios de solucionar a questão do lixo, um dos mais graves problemas enfrentados pelas cidades brasileiras hoje.

Muito obrigado.



O SR. AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Enio Bacci) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AIRTON CASCAVEL (Bloco/PPS-RR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma história conhecida de todos os brasileiros e que começou a ser contada já no ano de 1500, com a vinda dos portugueses ao Brasil, é a de que, no contato dos brancos com os índios, o mundo dos chamados “civilizados” sempre levou a melhor.

A aculturação ao estilo de vida do homem branco, de fato, tem sido um caminho sem volta para a maioria das tribos brasileiras, uma vez que, no momento em que a cultura dos brancos torna-se efetiva nas comunidades indígenas, o esquecimento das próprias tradições passa a ser mera questão de tempo.

Em Roraima, porém, recente experiência demonstrou que esse quadro pode ser facilmente revertido com base em uma idéia simples e que vem dando excelentes resultados: levar a atividade turística até as comunidades indígenas que abandonaram as tradições de seu povo para viver de acordo com os hábitos do homem branco.

Já há algum tempo, os índios macuxis, que sempre viveram na fronteira de Roraima com a Guiana Francesa, passaram a adotar, com impressionante rapidez, os hábitos do homem branco. Como sempre acontece nesses casos, ao invés de incorporarem apenas a parte positiva da nova cultura, eles passaram a sofrer com os problemas econômicos e as doenças contagiosas das pessoas ditas civilizadas, integrando, assim, o imenso contingente da população social e economicamente marginalizada no Brasil.



Nesses casos, a reintegração completa às próprias tradições parece, quase sempre, muito difícil. Mas, a partir de 1998, com o apoio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, conduzido pela EMBRATUR, os macuxis foram aos poucos deixando de ser mais um dos muitos exemplos de tribo aculturada, para experimentar alternativa de resgate das próprias tradições.

A intenção do programa da EMBRATUR era promover o desenvolvimento socioeconômico da maloca dos macuxis, incentivando, ao mesmo tempo, seu resgate cultural. O importante nisso tudo é que os macuxis compraram a idéia, e, já no primeiro evento promovido pela instituição, vários índios se inscreveram para participar. Todos queriam aprender um pouco mais sobre o assunto e entender como a atividade poderia beneficiar a eles e a região onde vivem. Como resultado, acabaram concluindo que a pajelança, o artesanato, as danças e o próprio idioma macuxi, ou seja, todas as tradições locais, poderiam ser um grande atrativo turístico.

Hoje, a maloca recebe visitantes nos finais de semana, quando os índios têm a oportunidade de mostrar sua culinária e artesanato. Outras opções são a pesca, o banho no Lago Caracaranã e os passeios a cavalo pela Serra do Cristal. Paralelamente, lideranças locais foram criadas para trabalhar em favor da comunidade e contra os efeitos negativos da convivência com o homem branco com a finalidade pura e simples de obtenção de lucros, como é o caso das doenças contagiosas e o perigo de distorção da cultura local.

Também no Vale do Guaporé, em Rondônia, comunidades literalmente perdidas às margens dos rios amazônicos e há muito esquecidas pelo restante do País apostam no ecoturismo de base comunitária como opção ou complemento ao extrativismo, que sempre foi a base de seu sustento. Seu público-alvo são turistas



do Sul e do Sudeste do Brasil, e até mesmo do exterior, interessados em conhecer uma trilha de extração de látex ou de coleta de castanha, a rotina de uma família amazônica, um pedaço de floresta ou meandros de rios que, fora dos meses de enchente, se transformam em atrativos lagos e praias.

Os roteiros, que duram de seis a dez dias, põem o turista em contato direto com os chamados “exageros amazônicos”, que tanto podem estar num luar quase vermelho sobre águas negras e em visões rápidas de botos e tucunarés, como em nuvens de mosquitos de espécies variadas, sob sol e calor equatoriais, logo após um banho fresco no rio.

Para os extrativistas, os ganhos ainda são baixos devido ao fluxo por enquanto pequeno de visitantes. Mas a alternativa é mais promissora do que os 16 quilos de látex que um bom seringueiro consegue colher em um dia, entalhando árvores das 4h às 14h, alimentando-se com um pouco de farinha e frutas nativas e vendendo o produto de seu dia de trabalho por apenas um real o quilo.

Esses exemplos aqui citados servem para mostrar que o turismo na Amazônia, mais precisamente o ecoturismo, pode representar não apenas importante forma de resgate da cultura de seu povo, mas também maneira de fixar os nativos à terra, criando-lhes oportunidades de levar vida digna, saudável e produtiva.

As experiências realizadas na Amazônia, embora ainda poucas, vêm demonstrando que estamos diante de opção que pode abrir caminhos para o desenvolvimento sustentável da região, por meio da utilização racional de seus recursos naturais e culturais e, ao mesmo tempo, formando na população consciência ambientalista, tanto em nível local como nacional e internacional. Tudo



isso acontece a partir da compreensão acerca do meio ambiente e da conjuntura sociocultural como fatores de promoção do bem-estar das populações envolvidas.

Já está provado que o ecoturismo tem, de fato, o poder de contribuir para a geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais na região amazônica, por meio da indução ao estabelecimento de pequenos e micronegócios que redundarão na geração empregos locais, na fixação da população no seu **locus** de origem e no melhoramento da infra-estrutura de transportes, comunicação e saneamento da região. Acrescentem-se a isso as possibilidades de criação de alternativas de arrecadação para os parques nacionais, de diminuição do impacto da ação antrópica sobre o patrimônio natural e cultural da região e da melhoria das condições de monitoramento e manutenção das áreas protegidas.

É pena que o ecoturismo no Brasil tenha ficado tanto tempo apenas na retórica, privilegiando, quando muito, a visão meramente contemplativa dos recursos naturais, restrita às reservas e parques nacionais. Mas o fato de nova ênfase já estar sendo dada aos aspectos da realidade sociocultural da população vai contribuir, gradativamente, para mudar o enfoque tradicional para questões de natureza quantitativa e qualitativa, como a utilização sustentada dos recursos naturais e culturais e a geração de emprego e renda.

Nesse sentido, torna-se crucial no momento a criação de programas voltados para o treinamento e a especialização da mão-de-obra, destinada tanto ao gerenciamento dos projetos, quanto ao atendimento dos visitantes, que já começam a mostrar-se cada vez mais interessados em conhecer aspectos particulares da fauna, da flora e da cultura das diversas regiões do País. E não poderia ser de outra forma, uma vez que, atualmente, os cuidados ambientais deixaram de ser simples



questão de zelo pela preservação da natureza para tornarem-se requisito para a conquista de mercados cada vez mais exigentes, que consideram as preocupações com o equilíbrio ambiental condição para a aquisição de bens e serviços, tanto em nível nacional como internacional.

O ecoturismo representa hoje, Sr. Presidente, entre as muitas alternativas disponíveis para se promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, o desvio de uma rota de atendimento às exigências dos mercados externos que remonta ao período colonial. Ninguém duvida que foi exatamente o zelo no atendimento a essas exigências o que levou à exploração predatória dos recursos naturais da região, sob a forma de planos de desenvolvimento agropecuários que acabaram por determinar, em tempos mais recentes, a diminuição da geração local de renda, a falta de mercados internos e a dependência quase total da demanda externa.

A Amazônia sempre foi alvo fácil da conquista internacional. Por isso, tanto se falou e ainda se fala na necessidade de sua “nacionalização”. Porém, até hoje, nenhum Governo se preocupou efetivamente em “amazonizá-la”. O excessivo interesse internacional na região ainda continua a ser o principal obstáculo à geração de renda e empregos internos e, em consequência, acaba sendo também o principal obstáculo ao desenvolvimento local. Nesse contexto, o ecoturismo pode representar alternativa viável e urgente. Porém, há de se começar a agir desde já, nessa direção.

Caso contrário, a cultura em maior expansão na região continuará sendo, como hoje, não a cultura local, mas a da soja, que atende quase exclusivamente o mercado externo, sobretudo para alimentar os suínos na Europa. Na própria Amazônia, a cultura da soja apenas tem contribuído, quando muito, para reforçar a



concentração fundiária e o baixíssimo índice de ocupação da mão-de-obra, uma vez que demanda somente um trabalhador para cada 180 ou 200 hectares de terra cultivados. Ao ser adotado como modelo de expansão agrícola na região, o cultivo da soja tem apresentado apenas a virtude às avessas de gerar poucos empregos e aumentar nossa dependência em relação aos mercados externos.

Outro exemplo equivocadamente internacionalizado da economia da Amazônia vem do Estado do Pará, que é o mais antigo da região em termos de ocupação e desenvolvimento econômico e tem na mineração sua principal atividade produtiva. Esse ramo da produção no Estado é controlado por apenas quatro grandes empresas: a Alunorte, a Abrás, a CVRD e a MRN. Noventa e dois por cento da produção local de minérios são destinados à exportação e geraram, na década passada, mais de 40 bilhões de reais de receita. Entretanto, se formos observar os índices de desenvolvimento econômico e social do Estado nesse mesmo período, vamos ver que toda essa receita em nada contribuiu para a solução de, pelo menos, parte dos problemas sociais da população local.

Já Roraima, o Estado economicamente mais jovem da região, decidiu apostar no corredor de negócios do eixo Brasil—Caribe—Estados Unidos. Infelizmente, porém, o caminho escolhido para o sucesso do empreendimento não foi necessariamente o mais proveitoso para a população local, uma vez que redundou na competição de colonos com indígenas no controle do território e não conseguiu prescindir da importação de mão-de-obra barata do Nordeste, principalmente do Maranhão. Ou seja, o território estadual está hoje ocupado em nome de comércio globalizado que em nada beneficia os cidadãos locais.



Além desses exemplos, muitos outros poderiam ser citados, como a incapacidade de normatizar a bioprospecção na região. Por tudo isso, vem surgindo na Amazônia a convicção não só de que é necessário, mas também possível, seguir um modelo de desenvolvimento alternativo ao que aí está. A idéia é atender, com políticas de desenvolvimento econômico e social adotadas doravante, prioritariamente a demandas do público local, que inclui agricultores e seus familiares, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, indígenas e empresários interessados no manejo florestal e no ecoturismo. O objetivo é privilegiar renda, poupança e investimento na própria região, apostando e investindo em seu capital social.

O modelo de desenvolvimento que consideramos superado para a Amazônia continuará, talvez, sendo apoiado por alguns empresários e representantes da classe política local. Mas o novo modelo, que chamaríamos de “endodesenvolvimento sustentável”, deverá ser um produto da mobilização das associações de produtores, das cooperativas e entidades ambientalistas, se possível com o apoio de alguns Governadores.

É verdade que os entraves às mudanças são significativos em qualquer situação. Ainda são muitos os cidadãos brasileiros que preferem ver a Amazônia como uma grande **commodity**. Justamente por isso, o debate sobre novas alternativas para o desenvolvimento econômico e humano da região precisa ser tomado de forma insistente e definitiva.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em relação à Amazônia, já erramos demais. É hora, portanto, de procurarmos via de desenvolvimento que possa garantir a sobrevivência dos que ali vivem, com dignidade e perspectivas de



progresso continuado. As possibilidades da Amazônia são muitas e o seu destino, assim como o de sua população, depende da descoberta, por todos os brasileiros, de novos formatos de viver e relacionar-se com o meio ambiente. É preciso reinventar o futuro da região, mas isso implica não apenas um zoneamento econômico-ecológico rigoroso, exigente no que respeita aos desmatamentos, mas também uma gestão eficiente de suas bacias hidrográficas, a recuperação de suas áreas desmatadas, a criação de uma agroindústria fundamentada nos produtos regionais e, sobretudo, o fomento ao ecoturismo responsável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. EDINHO BEZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Enio Bacci) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estará sendo realizado, de amanhã até o dia 7 de abril, o XX Rodeio Crioulo Nacional, no CTG Porteira do Faxinal, no Município de Praia Grande, em Santa Catarina, a famosa cidade dos **canyons**.

A programação dessa grande festa contará com diversos **shows** nacionais e fandangos, provas de laços, gineteada, prova de rédeas, vaca parada, apresentação de grupo de danças gaúchas e de solistas vocais, concurso de chula, concurso de gaita-ponto e gaita-tecla, declamações etc.

Vale ressaltar que o parque conta com rede de água, sistema de eletrificação, cancha de provas campeiras iluminada, praça de alimentação, grande parque de diversões e muito mais.

Quero parabenizar a organização em nome do Patrão-Geral do CTG, Luciano Pereira Lima, pela realização dessa festa, que é uma das mais importantes da Região Sul e — por que não dizer? — de Santa Catarina. Parabenizo, enfim, todos que fazem dessa um sucesso de muitos anos.

Aproveito, Sr. Presidente, para convidar os nobres colegas para essa grande confraternização gaúcha.

Por fim, solicito a V.Exa. seja este pronunciamento divulgado nos diversos órgãos de comunicação desta Casa, para o conhecimento de todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Enio Bacci) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, por cinco minutos, foi suspensa a sessão. Não há requerimento sobre a mesa, existe **quorum** para que a discussão da matéria seja iniciada imediatamente. Portanto, são inaceitáveis os quinze minutos de atraso.

O Presidente não está sentado onde deveria para cumprir seu papel constitucional. Esta aí a Assessoria da Mesa. Quero saber se o ponto do Presidente também será cortado e se será seguido à risca o que S.Exa. impôs aos outros que estavam trabalhando na Casa ontem.



O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Enio Bacci) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PFL também quer punição para o Presidente. Já está na hora da Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Enio Bacci) - Deputado Aloizio Mercadante, neste momento, convidamos o 2º Vice-Presidente da Casa, Deputado Barbosa Neto, aqui presente, para assumir a Presidência e decidir a questão de ordem proposta por V.Exa., uma vez que S.Exa. é o substituto natural do Presidente Aécio Neves.



O SR. PROFESSOR LUIZINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Enio Bacci) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, não tenho condições de marcar minha presença, mas já atingimos o **quorum** de 257 Srs. Deputados.

O Sr. Enio Bacci, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Barbosa Neto, 2º Vice-Presidente.



O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. não tem nenhuma responsabilidade por esse tema, mas já temos 257 Parlamentares presentes, não há requerimento sobre a mesa e podemos iniciar a discussão, mas o Presidente da Casa não está presente.

A Resolução nº 20, no seu art. 1º, inciso III, estabelece que o horário da Ordem do Dia vigente é 15h, não o horário aleatório criado pelo Presidente, que chega ao plenário às 16h20min.

Nós já estamos atrasados quase dezessete minutos, e pela ordem da Casa não está...

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – V.Exa...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, Sr. Presidente. Ontem, o Presidente Aécio Neves veio a público e disse que era uma questão...

O SR. RODRIGO MAIA – O PT tem toda a razão, Sr. Presidente, a Ordem do Dia tem de ser iniciada já. São 15h17min.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, quero concluir. Ontem, o Presidente disse estar fazendo uma ação pedagógica. Eu estava trabalhando na Casa em uma reunião conjunta de quatro Comissões, destinada a ouvir o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Arminio Fraga, e nenhum Presidente de Comissão comunicou o que estava acontecendo. Portanto, adotou-se prática que nunca foi praxe nesta Casa.



Sr. Presidente, quero que o Regimento Interno seja cumprido. O horário de início da Ordem do Dia — e peço a atenção do nobre Deputado Ricardo Izar — é às 15h. Já são 15h18min, mas até agora não teve início a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – Peço ao nobre Deputado Aloizio Mercadante que conclua a sua questão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Concluo, Sr. Presidente. Embora seja V.Exa. o Vice-Presidente desta Casa, quero uma resposta à questão que levanto.

O horário de início da Ordem do Dia desta sessão é 15h, há **quorum** para iniciarmos a discussão da matéria, o requerimento foi retirado. Já há inclusive **quorum** para a votação de matérias.



O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – Em resposta à questão de ordem do nobre Deputado Aloizio Mercadante, esta Presidência esclarece que, na última quarta-feira, em reunião dos Líderes partidários desta Casa, inclusive com a presença do nobre Deputado João Paulo, representando o Líder do partido de V.Exa., ficou decidido que, com o fim do racionamento de energia, o início da Ordem do Dia da sessão voltaria ao horário normal, 16h.

São agora 15h20min; às 16h, impreterivelmente, dar-se-á início à Ordem do Dia.

(Tumulto.)

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – Sem dúvida, a Ordem do Dia desta Casa terá início às 16h.



O SR. RICARDO IZAR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO IZAR (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para esclarecer.

Ontem, o Presidente da Casa anunciou que a Ordem do Dia deverá iniciar-se às 16h e que as Comissões funcionariam até as 16h. Esta foi a decisão anunciada ontem. Então, é preciso que a Ordem do Dia só se inicie às 16h.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Perfeitamente.



O SR. FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, participei da reunião quinta-feira de manhã, representando o PDT, em que o Presidente disse que não estava havendo votações e que a CPMF ainda não tinha sido votada.

Respondi a S.Exa. que talvez um dos motivos de o Congresso não votar fosse o fato de a Ordem do Dia iniciar-se muito tarde, às 17h30min, 18h. O Presidente afirmou, então, que passaria a chegar mais cedo, às 16h, quando iniciaria a Ordem do Dia. Uma vez iniciada, se não houvesse **quorum**, encerraria a sessão. Este é o procedimento normal. Foi feito esse acordo.

Ontem, o Presidente não deu início à Ordem do Dia, e o Regimento não prevê que a encerre prontamente. S.Exa. tem de dar início à Ordem do Dia com as discussões. Discutida a matéria, passa-se à votação. Nesse caso, se não houver **quorum** para deliberação, o Regimento prevê o encerramento.

Precisamos reencontrar a sintonia nesta Casa. O Congresso precisa votar. Esta é sua função primordial. E é o que o povo espera. Contudo, é necessário que a Mesa encontre um entendimento.

A justificativa de que os Líderes foram avisados e por isso podemos atropelar o Regimento é falsa. Eu estava na reunião. Lá estavam representantes de todos os partidos. Pode parecer que todos foram informados, o que pode causar um mal-entendido. Por isso, esclareço o que ocorreu. Mas o procedimento adotado está sendo outro.



O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Gostaria de fazer dois comentários. O Deputado Fernando Coruja confirma a reunião e a decisão.

Em relação ao posicionamento do Presidente Aécio Neves na sessão de ontem, somente S.Exa. poderá falar sobre isso, mas eu gostaria de comunicar ao Plenário que a decisão foi tomada em comum acordo com os Líderes participantes do Colégio de Líderes.

Além disso, confirmou-se que na próxima semana as sessões voltarão ao horário normal, ou seja, terão início às 14h. No entanto, diante do acordo feito para a próxima semana, nesta semana já se obedeceria ao novo horário e a Ordem do Dia teria início às 16h.



O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – V.Exa. já falou seis vezes. Agora, gostaria de ouvir o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Tenho o direito de contraditar.



O SR. WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero chamar a atenção de V.Exa. A sessão começou às 13h, assim, às 15h, deveria ter sido iniciada a Ordem do Dia, uma vez que nenhum acordo pode passar por cima do que está escrito no Regimento.

Se alguém quer mudar o horário de funcionamento da Câmara, tem de apresentar projeto ao Plenário da Casa. E a matéria será então apreciada pelo Plenário. Seria como um ato da Mesa, que o Plenário tem a obrigação de apreciar.

Isso não foi feito, Sr. Presidente. Portanto, mesmo seguindo à risca o que V.Exa. afirmou, a sessão não poderia ter início às 13h. A sessão, porém, começou às 13h. Assim, o Pequeno Expediente passaria a ter duas horas, viria o Grande Expediente e, depois, começaria a Ordem do Dia. Nessa situação, não havendo ato da Mesa nesse sentido, o Presidente da sessão estaria atentando contra o Regimento da Casa.

A Resolução nº 20, de 2001, "*dispõe sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados durante o período de contenção de consumo de energia*". Esta resolução foi apresentada em 30 de maio de 2001 e apreciada pelo Plenário. E, para que deixasse de valer, teria de haver outra restabelecendo o horário, também na forma de ato da Mesa. Isso não foi feito. Não há ato da Mesa restabelecendo essas condições.

Portanto, Sr. Presidente, se esta sessão começou às 13h — e começou —, está corretíssimo o Deputado Aloizio Mercadante. Iniciada às 13h, às 15h teria de



ser iniciada a Ordem do Dia, conforme anunciado, e seguindo os dispositivos regimentais que cabe a todos nós seguir.

Sr. Presidente, não cabe a questão relativa ao horário das 16h. O painel registra a presença de 282 Srs. Deputados. Dessa forma, deveríamos começar a Ordem do Dia — há matéria sobre a mesa, e deveríamos ver principalmente as medidas provisórias que estão trancando a pauta.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE QUE,
ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE
PUBLICADO.**



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem ouvimos do Presidente desta Casa, Aécio Neves, que no horário da Ordem do Dia as Comissões não poderiam funcionar. Quero informar a V.Exa. que está funcionando a Comissão de Direitos Humanos, a de Segurança Pública e a Comissão Especial sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, das quais faço parte e, portanto, a elas eu teria de comparecer.

Indago a V.Exa. o que devo fazer: ir às Comissões ou ficar no plenário? Essa dúvida quem resolverá é V.Exa. Ou encerra os trabalhos das Comissões, sem prejuízo da minha presença, ou ficarei em plenário, porque não temos o dom da onipresença. Não posso estar simultaneamente nas Comissões e no plenário.

Quero que V.Exa. informe qual será exatamente o horário do início da Ordem do Dia, para que eu possa decidir o que fazer. O exemplo pedagógico do Presidente Aécio Neves não pode ter servido apenas para ontem, tem de valer para todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Perfeitamente.



O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, venho à tribuna falar a respeito de questão de ordem que levantei na sessão de ontem.

Nosso Regimento Interno é claro: precisamos do registro da presença de 257 Parlamentares no painel para votarmos matérias cujo **quorum** exigido é o de maioria simples; para emenda constitucional, é exigido o **quorum** qualificado de 308 votantes. Não há, porém, necessidade de determinado número de presentes para iniciarmos a discussão das matérias.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados contempla dois tipos de sessão: a de debates, na qual não há Ordem do Dia, e a deliberativa. Já aconteceu de esta Casa convocar sessão deliberativa e, não havendo **quorum**, a mesma ter sido transformada em sessão de debates.

Ontem aconteceu a mesma coisa. Tínhamos marcada sessão com Ordem do Dia; o Presidente observou que não havia **quorum**, mas não passou à discussão das matérias. S.Exa. não respeitou, portanto, o Regimento. Alegou a existência de requerimento de minha autoria sobre a mesa que inviabilizava o início das discussões. Ora, se assim fosse, S.Exa. poderia ter passado à discussão do requerimento. O Presidente sempre dá início à Ordem do Dia e, em seguida, indaga se o autor do requerimento vai mantê-lo ou não. Ontem, por incrível que pareça, pela primeira vez, S.Exa. assim não o fez.



Em seu ímpeto de freio de arrumação, expressão que costuma usar, encerrou a Ordem do Dia, transformando a sessão em de debates. Na verdade, o que S.Exa. fez com esse gesto foi beneficiar todos os gazeteiros da Casa.

O Presidente da Comissão de Saneamento, por exemplo, já havia suspenso os trabalhos daquele órgão para acompanhamento da Ordem do Dia neste plenário. Quem estava ontem aqui ficou prejudicado com a chibata do corte salarial. É a tal história do freio de arrumação: se não há Ordem do Dia, a sessão transforma-se em de debates — portanto, não há como punir.

Sr. Presidente, tive o cuidado de verificar, analisando cada sessão ordinária desta Casa, a hora em que o Presidente chega ao plenário: sempre após as 17h30min. Em alguns casos, após as 16h30min. Apenas na sessão do dia 5 de junho, S.Exa. chegou ao plenário antes das 16h. Houve vezes em que S.Exa. chegou ao plenário às 19h, 18h28min e 18h40min.

Creio que o freio serve para o Presidente organizar a vida. S.Exa. deve aprender que o Regimento estipula horário para a chegada em plenário. Assim, não passará pela vergonha de chegar com duas horas ou mais de atraso. Se queremos arrumar a Casa, o Presidente tem de chegar no horário regimental.

Sr. Presidente, pergunto: V.Exa. vai ou não iniciar a Ordem do Dia de hoje? Do contrário, teremos sessão de debates e não deliberativa. Se for deliberativa, devemos começar imediatamente a Ordem do Dia.



O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, formulei questão de ordem que não foi respondida até agora.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Deputado Aloizio Mercadante, todos os Deputados estão encaminhando o mesmo assunto. Diante disso, acho melhor ouvir todos e depois responder às questões de ordem.



O SR. WAGNER ROSSI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WAGNER ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) —

Sr. Presidente, quero contribuir para o debate. Os respeitáveis Deputados que aqui já manifestaram sua preocupação estão sempre participando ativamente dos debates e dos trabalhos das Comissões.

Faltaram, contudo, alguns esclarecimentos. Há duas questões. A primeira é formal. Vejo preocupação — sempre respeitável — com o Regimento Interno, com precedentes, com questões que dizem respeito à interpretação de textos que regem a vida desta Casa. Há, contudo, outra questão mais substancial. E, sobre ela, prestarei alguns esclarecimentos que talvez ajudem os companheiros a entender a problemática que começamos a enfrentar a partir dos incidentes de ontem, com o encerramento da Ordem do Dia. Refiro-me à presença efetiva dos Deputados, discutindo e votando matérias relevantes para o País.

Veja, Sr. Presidente, antes de fazer outras considerações, que o painel dá resposta prática à questão. Não me lembro de haver a esta hora presença tão maciça e expressiva à sessão, temos agora **quorum** inclusive de deliberação.

Na qualidade de Vice-Líder do PMDB, representei meu partido na reunião a que compareceram todos os Líderes da Casa, inclusive o do PT, que não vi ontem no debate e não o vejo agora, para testemunhar — como vou fazê-lo — que os Líderes pediram ao Presidente que, todos juntos, fizessem real esforço para que a Casa pudesse deliberar com **quorum** adequado. Isso porque estava havendo, por parte da sociedade, cobrança nesse sentido, o que é natural, uma vez que havia a



impressão de que a Casa não estava funcionando. A impressão não era real — sei disso.

Muitas vezes, a discussão política envolve questões externas ao plenário mais importantes do que as deliberações. A verdade é que estava faltando deliberação porque não havia **quorum**. Foi tomada, assim, a decisão do Colégio de Líderes.

Quero dizer isso, Sr. Presidente, com todo respeito àqueles que preferem ficar na questão regimental. Respeito a posição dos que preferem ficar no formal e não no substancial. Penso, contudo, que o substancial é que os Líderes de todos os partidos apoiaram o Presidente na decisão de dar início à Ordem do Dia às 16h. O Presidente, com o apoio de todos os Líderes, inclusive com o meu, que lá estava representando o PMDB, disse que, às 16h30min, se não houvesse **quorum**, encerraria a sessão. Isso foi transmitido, pelo menos no nosso caso, aos Deputados.

A proposta realmente não é legalista no sentido estrito, mas é a que o Presidente fez, recebendo o apoio de todos os Líderes, e que se mostrou eficiente, porque, em razão dos lamentáveis incidentes de ontem, hoje há **quorum** na Casa.

E, às 16h, o Sr. Presidente deverá estar aqui, como combinado e anunciado, para iniciar a Ordem do Dia.



O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, formulei questão de ordem amparada na Resolução nº 20 e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Estou aguardando a decisão da Mesa há 40 minutos.

O horário de início da Ordem do Dia é 15h. A resolução é clara. Estou presente desde as 15h, há **quorum**, e o Presidente Aécio Neves até agora não apareceu. Há 40 minutos a Mesa disse que solicitaria a presença do Presidente. Existe **quorum** para discussão e deliberação, e não há qualquer requerimento sobre a mesa. Espero que o Regimento desta Casa seja respeitado, sobretudo porque S.Exa. ontem disse que o faria respeitar.

Há alguma determinação além da referida resolução — já publicada — que diga que haverá outra resolução para modificar o funcionamento da Casa? Se não há outra resolução publicada, fica valendo essa.

Solicito seja iniciada a discussão da matéria; caso contrário, que a sessão se transforme em reunião de debates.

Peço à Mesa que responda minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – Deputado Aloizio Mercadante, os trabalhos da Ordem do Dia iniciar-se-ão às 16h, conforme decisão baseada em acordo entre os Líderes e o Presidente desta Casa, no sentido de que se voltasse, terminado o período de racionamento de energia, ao horário inicial da Ordem do Dia, como ocorreu ontem, ou seja, por volta das 16h.

Esta é a decisão da Mesa Diretora.



Dou por encerrada a questão de ordem apresentada por V.Exa. É facultado a V.Exa. apresentar recurso, mas, repito, a decisão é a de que a Ordem do Dia se inicie às 16h.

Determino à Assessoria que comunique essa decisão a todas as Comissões, para que encerrem os trabalhos nesse horário a fim de que possamos dar início à Ordem do Dia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, quero recorrer da decisão, porque não tem amparo no texto da resolução; acordo não pode se sobrepor à Resolução nº 8

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – Acolho o recurso de V.Exa. e o remeto à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, quero acrescentar que temos em mão a resolução vigente, o anúncio de ontem foi amparado no Regimento Interno, e a Comissão da qual eu participava não poderia estar funcionando.

A punição dos Deputados no dia de ontem foi feita com base no Regimento Interno, que está sendo hoje rasgado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - V.Exa. está defendendo seu posicionamento, que não é o da Mesa.

Peço apenas a V.Exa. que dê oportunidade a outros Parlamentares de também emitirem sua opinião. É a nona vez que V.Exa. aborda essa questão. Embora haja fundamento na sua afirmação, o posicionamento da Mesa é outro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, estou fundamentando o recurso da questão de ordem da qual fui formulador original.



O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) – Está acatado o recurso de V.Exa., que será remetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Se acatado, fico satisfeito, Sr. Presidente.



O SR. LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tão logo o Governo comunicou que estava suspendendo o racionamento de energia, levantei questão de ordem ao Presidente Aécio Neves para saber se, em razão disso, o horário das sessões da Câmara voltaria ao que determina o Regimento. S.Exa. comunicou, alto e bom som, que consultaria os Líderes e, tão logo isso acontecesse, faria um comunicado ao Plenário. O comunicado acerca da mudança, porém, não foi feito, embora tenha havido a conversa com os Líderes.

Nesse aspecto, há algo contraditório, porque, de acordo com o avulso distribuído, a Ordem do Dia deveria ser iniciada às 15h. S.Exa. está retornando essa fase da sessão ao horário anterior, sem cumprir o que havia determinado.

Diante disso, que é produto de posição tempestiva do Presidente, o ideal seria que S.Exa. iniciasse a sessão de hoje pedindo desculpas pela infeliz declaração de que estava pondo freio à Casa. Isso não corresponde à verdade, porque os Parlamentares costumam chegar no horário.



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação a V.Exa. e à Mesa.

O Presidente da Câmara preserva, defende e projeta a instituição, não a sua pessoa, sua liderança.

Ontem a Câmara dos Deputados foi exposta ao País como se fosse uma Casa de gazeteiros. A maioria dos Deputados, mesmo estando presente à Casa, não estava em plenário, e o Presidente, na condição de líder político, expôs a instituição. E esta instituição não pode ser exposta pelo Presidente da Câmara. Não é uma reunião de líderes que vai melhorar a imagem da Câmara dos Deputados.

Na medida em que esse pacto foi rompido pela infeliz declaração de que a Câmara era composta de gazeteiros e que era necessário ação pedagógica, como se nós, Deputados, fôssemos alunos cujas orelhas o professor precisa puxar, queremos repactuar as relações, porque entre os Deputados e a Presidência não existem lideranças como instância de poder.

O Presidente da Câmara — e repito as minhas observações, porque agora estou na presença do Presidente Aécio Neves — expôs a Casa como se esta fosse instituição de gazeteiros, e a metade dos seus membros foi exposta como de segunda categoria. Mesmo cumprindo nossas obrigações, fomos expostos ao País.

O Presidente da Câmara dos Deputados não pode expor a Casa institucionalmente, como aconteceu ontem por ação intempestiva e pessoal que não podia ter sido tomada daquela maneira.



Mesmo o Presidente da Câmara tendo poderes para encerrar a sessão, não poderia qualificar a Casa como composta de gazeteiros que não cumprem seu dever.

A Câmara foi exposta, e cabe ao Presidente da Câmara, na condição de representante da instituição, zelar por ela, preservá-la e defendê-la, para que cada Parlamentar se sinta representado.

É a reclamação que faço, Sr. Presidente.

O Sr. Barbosa Neto, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aécio Neves, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Peço serenidade ao Plenário.

Reitero o que foi acordado pela unanimidade dos Srs. Líderes partidários.
Portanto, às 16h — faltam 15 minutos — daremos início à Ordem do Dia.

Agradeço aos Parlamentares a compreensão e a maciça presença em plenário.



O SR. RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na Comissão de Trabalho, a qual presido, registrei meu protesto e também agora minha indignação e revolta pela decisão tomada ontem por V.Exa.

Como bem disse o Deputado Aloizio Mercadante, V.Exa. expôs cada um de nós. Registre minha presença ontem, mas poderia não tê-lo feito.

Espero que, daqui para frente, sejamos respeitados por V.Exa., e eu, na condição de Parlamentar, me orgulho do mandato que exerço todos os dias.

Espero que cenas como essas não se repitam, porque Parlamentares que estavam nas Comissões receberam falta e foram comparados a gazeteiros, o que não representa a verdade.

Essa é a minha posição e, tenho certeza, da maioria dos Parlamentares do meu partido, o PFL.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Registrada a reclamação de V.Exa.



O SR. GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GERALDO MAGELA (PT-DF. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, considero que V.Exa. exerce com dignidade e firmeza a Presidência desta Casa. Tenho inclusive elogiado a atuação de V.Exa, mas não posso concordar com a atitude adotada ontem — não de suspender a sessão, com o que posso até concordar. Discordo da forma com que V.Exa. tratou a todos nós perante a imprensa.

Infelizmente V.Exa. se postou como Parlamentar que faz jogo político, não como Presidente da instituição. Eu seria absolutamente desleal se não dissesse isso a V.Exa. de frente, ou seja, se não criticasse essa atitude de V.Exa.

Nesta reclamação, peço a V.Exa. seja feito pela Mesa Diretora da Casa esclarecimento público a fim de dizer ao País que os Parlamentares que não estavam ontem em plenário estavam trabalhando nas Comissões.

Sou um dos Parlamentares mais assíduos desta Casa, até porque sou de Brasília e tenho obrigação de estar aqui todos os dias. Em nenhum momento podemos ser tratados como gazeteiros, porque estávamos aqui cumprindo tarefas parlamentares.

Espero que V.Exa. faça isso para, como disse o Deputado José Genoíno, repactuar a relação entre a Presidência e os Deputados e para que V.Exa. possa continuar desempenhando seu mandato à frente desta Casa como tão bem tem feito.



V.Exa. merece nosso respeito e reconhecimento, porque, à exceção de ontem, de fato, tem elevado a dignidade dos Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Recebo a sugestão do Deputado Geraldo Magela e vou examiná-la, mas gostaria, de forma muito serena, mas muito firme e clara, de repelir de forma absolutamente definitiva qualquer insinuação ou, no caso de V.Exa., afirmativa de que aqui se fez um jogo político. O jogo que aqui se fez — e acredito natural que dele alguns discordem — foi a favor da instituição. Disso estou plenamente consciente, Deputado Geraldo Magela.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE QUE,
ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE
PUBLICADO.**



O SR. JOSÉ LOURENÇO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, ouvi com atenção, como sempre o faço, os reclamos dos Deputados Aloizio Mercadante e José Genoíno.

Na minha opinião, a iniciativa de V.Exa. merece nossos aplausos. Em democracia vive-se a situação, que todos conhecemos, em que uns aplaudem e outros criticam. Quero dizer a V.Exa. que aplaudo seu gesto.

É chegada a hora de darmos ao País demonstração do nosso interesse, dedicação e esforço e de cumprimento dos horários, que devem ser rígidos, para votarmos matérias da maior importância para a Nação.

Ainda hoje, por intermédio da televisão, ouvi do Presidente da República que, dada a nova dinâmica em torno das medidas provisórias, fazem-se necessárias alterações no funcionamento do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para acompanharmos na mesma velocidade a nova prática que temos de adotar em relação às mesmas.

Acredito que V.Exa. agiu corretamente e tem o apoio da maioria. É natural que alguns discordem. E V.Exa., democrata que é, respeita essas pessoas, assim como eu também as respeito. Conte com o apoio daqueles que têm interesse pela Casa. O Deputado Aloizio Mercadante, talvez em função da sua posição partidária, que exerce oposição constantemente, tem ponto de vista que não coincide com o nosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Obrigado, Deputado José Lourenço.



O SR. BISPO RODRIGUES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero dividir com V.Exa. a responsabilidade do ato praticado ontem por V.Exa., porque na reunião de Líderes concordamos que esse seria o posicionamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Agradeço a V.Exa. a lembrança.

O SR. BISPO RODRIGUES – Se algum dos meus companheiros foi prejudicado, como eu mesmo, peço desculpas, porque fui irresponsável por não os ter avisado sobre o procedimento a ser adotado por V.Exa., conforme combinado na reunião de Líderes.

Mas, Sr. Presidente, em relação ao funcionamento das Comissões — e aí reside a questão de ordem que levanto —, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em seu art. 46, § 1º, estabelece:

“Art. 46.....

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional”.

Ocorre que ontem, durante a realização da Ordem do Dia, as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados estavam em pleno funcionamento, realizando importantes votações — esse foi o motivo por que estava eu ausente do plenário. Tendo em vista o que determina o Regimento, questiono V.Exa. sobre a



validade das reuniões das Comissões ocorridas ontem e hoje. Em outras palavras, a questão de ordem que levanto a V.Exa. é no sentido de saber se as deliberações, as votações ocorridas ontem nas Comissões valerão ou não.

A partir de agora V.Exa. determinará que não terão eficácia as decisões tomadas pelas Comissões depois de iniciada a Ordem do Dia? Pergunto isso porque não sei se fico na Comissão defendendo a posição do partido ou se venho ao plenário votar.

Repito a pergunta, Sr. Presidente: os atos praticados ontem pelas Comissões valeram? Os de hoje também?

Quero também dizer a esta Casa que, na última reunião de Líderes, V.Exa. sugeriu o procedimento adotado, e nós concordamos. Alguns Líderes pediram a V.Exa. que fosse rigoroso e desse falta àqueles que não estivessem presentes.

V.Exa. pediu a opinião de todos os Líderes, que solicitaram, à unanimidade, que V.Exa. iniciasse a Ordem do Dia no horário marcado e, se não houvesse **quorum**, encerrasse os trabalhos, dando falta a todos os Parlamentares ausentes.

Dessa forma, compartilho a responsabilidade por esse ato e peço desculpas aos meus colegas de partido porque não os avisei, um por um, sobre o que V.Exa. iria fazer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Vou responder, em primeiro lugar, à questão de ordem do Deputado Bispo Rodrigues.

As discordâncias existem, o que faz parte da democracia, e devemos estar preparados para elas. A decisão tomada foi coletiva, mas obviamente cabe a mim, Presidente desta Casa, executá-la e assumir as responsabilidades dela decorrentes.

Já estou colhendo as assinaturas dos demais membros da Mesa Diretora — já apus a minha — para um decreto que permitirá, a partir da próxima terça-feira, o retorno das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados ao horário “pré-apagão”.

Ao mesmo tempo, participarei, a partir da segunda-feira, aos Presidentes de Comissão — talvez não precisasse fazê-lo, já que está assentado no Regimento Interno, mas o farei como estímulo a que seja cumprida esta determinação, que não é minha, mas sim do Regimento — que, após o início da Ordem do Dia, encerrem imediatamente os trabalhos de todas as Comissões da Casa, para que não ocorram situações como as que se deram hoje.

Reconheço que houve injustiças com alguns Parlamentares, que, acostumados com os procedimentos anteriores, trabalhavam em outras dependências da Casa.

Como a Ordem do Dia não é compatível com o pleno funcionamento das Comissões, a determinação será clara: a partir da próxima semana, no momento em que for iniciada a Ordem do Dia, automaticamente se encerrarão as reuniões das Comissões. Se, por descuido, alguma delas continuar trabalhando, qualquer decisão tomada concomitantemente com o decurso da Ordem do Dia será nula de qualquer valor.

Está respondida a questão de ordem de V.Exa., Deputado Bispo Rodrigues.



O SR. ZÉ ÍNDIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZÉ ÍNDIO (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, eu gostaria de saber se as faltas de ontem serão abonadas.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - V.Exa. encaminhe justificativa à Mesa, que a examinaremos.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 64 da Emenda Constitucional nº 32, que trata das medidas provisórias, a pauta da Casa está trancada. A questão que apresento a V.Exa. é no sentido de que não está sendo cumprido, na sua totalidade, o disposto no § 2º do art. 64 da emenda constitucional acima referida, que assim estabelece:

“Art. 64.....

§ 2º. Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa (...).”

Friso, Sr. Presidente, *“todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa”*. Não é apenas a pauta do plenário que deve permanecer trancada, mas também a das Comissões.

Admita-se, por exemplo, que uma decisão com poder terminativo seja tomada numa Comissão e não haja recurso. O projeto passaria diretamente da Câmara dos Deputados para o Senado Federal; daí por que também as Comissões não podem funcionar enquanto a pauta do plenário estiver trancada.

Sr. Presidente, as Comissões já não poderiam estar deliberando desde a semana passada. Requeiro a V.Exa. que informe a este Plenário que projetos foram



aprovados de quarta-feira passada até hoje, porque todas essas decisões são irregulares. O sobrestamento da pauta é para toda a Casa e não apenas para o Plenário. Lamentavelmente, os Srs. Presidentes de Comissão não tiveram respeito à Emenda nº 32. Peço a V.Exa. que determine às Comissões Permanentes que não deliberem enquanto a pauta estiver trancada.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Recebo a questão de ordem de V.Exa., Deputado Arnaldo Faria de Sá, antecipando que a considero extremamente relevante. V.Exa. chama a atenção para uma questão que, dada a sua complexidade, deve ser avaliada em profundidade e com celeridade por esta Mesa. É o que farei. Vou receber a questão de ordem de V.Exa. neste instante e espero poder já amanhã responder formalmente a respeito. Acolho-a como mais uma contribuição de V.Exa. ao processo legislativo.



O SR. JOÃO PAULO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana passada, em reunião havida na casa de V.Exa., fizemos um acordo, subscrito por todos os Líderes, para que a Ordem do Dia fosse iniciada às 16h. O acordo foi feito em função do que estava acontecendo nas semanas anteriores, quando as votações começavam invariavelmente após as 18h, e a Ordem do Dia, quase às 18h. Para que fossem votadas as matérias pautadas, decidiu-se então forçar o início das votação a partir das 16h.

Sr. Presidente, o acordo foi feito e está correto, mas o trabalho de um Parlamentar não se mede somente pela sua presença em plenário. É uma grande bobagem achar que somente a presença no plenário reflete a dedicação do Parlamentar. A propósito, vários trabalham muito mais fora daqui.

Ainda assim quero justificar a falta de registro dos nomes de Deputados do PT. A orientação foi da Liderança, pois estávamos em obstrução, figura regimental legítima, reconhecida e absolutamente própria do jogo legislativo. Reitero nossa posição: a bancada do PT está sendo orientada, também na tarde de hoje, a não registrar a presença. Estamos em obstrução.

Assim tem sido a prática nesta Casa: inicia-se a sessão, o partido se declara em obstrução e seus Deputados não assinalam presença. Que obstrução haveria se nós registrássemos nossos nomes? No caso de ontem, ainda não havia sido iniciada a Ordem do Dia quando o painel foi encerrado, apesar de alguns companheiros já terem digitado seus códigos.



Sr. Presidente, consideramos legítima e regimental a obstrução. A bancada do PT esteve aqui ontem e está presente agora, mas, a se manter a pauta como está, continuaremos em obstrução.

No entanto, a questão mais importante não é essa. Ficar discutindo assiduidade é tentar empurrar o teor da Medida Provisória nº 14 para debaixo do tapete. Nada justifica destinar para meia dúzia de empresas mais de R\$ 20 bilhões. Se o Governo não quer votar, se está sem condições de estabelecer uma unidade na sua base, o PT e a Oposição não podem ser responsabilizados. O foco do debate de ontem não é a falta dos Deputados, mas a matéria pautada, e o impasse continua. O PT obstrui a sessão porque não concorda com que o povo brasileiro pague uma conta que é do responsável pela decretação do racionamento de energia.

Sr. Presidente, insisto, o acordo está mantido, mas a bancada do PT esteve ontem e ainda está em obstrução. Espero que V.Exa., com base no Regimento, reconheça a presença de todos os nossos Parlamentares na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – A veemência do Líder do PT não impediu que S.Exa. mantivesse o respeito à Presidência desta Casa. Deputado João Paulo, V.Exa. está sendo pedagógico, na forma transparente e segura com que defende suas posições.

Respondo a V.Exa. Tenho enorme respeito pelas posições que o partido que V.Exa. lidera vem tomando. Mas devo informar que não existe no Regimento a figura da obstrução da sessão. Essa é apenas uma praxe aqui utilizada. A obstrução se dá na votação.



De qualquer forma, em consideração à maneira elegante e correta como se manifestou V.Exa., eu examinarei a questão que apresenta, não sem antes agradecer-lhe a referência ao entendimento havido na minha residência na última semana, quando, por unanimidade, todos os Líderes concordaram com a adoção de medidas mais rígidas para forçar o início da Ordem do Dia às 16h.



O SR. JUTAHY JUNIOR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 16h09min e há 401 Parlamentares no plenário. Esta é a demonstração mais eloqüente de que, ontem, a decisão de V.Exa. foi correta. Houve combinação entre todos os Líderes partidários para estarmos no plenário às 16h a fim de ter início a Ordem do Dia. Estava impossível continuar com o procedimento de praxe, em que muitos Deputados chegavam ao plenário às 18h e, às 20h, o **quorum** começava a diminuir.

O PSDB apoiou V.Exa. quando decidiu ontem. Porém, independentemente do nosso apoio ou não, V.Exa. agiria daquela maneira, porque foi combinado entre todos os Líderes. Tenho absoluta convicção de que aquela decisão implicou haver já 402 Deputados, hoje, na hora combinada.



O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação. A Ordem do Dia era para começar às 15h, já são 16h10min.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – É verdade, Deputado Aloizio Mercadante. V.Exa., que está agora se aprofundando na leitura e no conhecimento do Regimento desta Casa, deve saber também que não posso deixar de conceder a palavra a um Líder partidário em qualquer momento da sessão.

Se os Srs. Parlamentares puderem abrir mão da palavra, quero iniciar imediatamente a Ordem do Dia.

Concederei a palavra ao Deputado Vivaldo Barbosa, em seguida ao Líder do PST, Deputado Cabo Júlio, e ao Deputado José Thomaz Nonô. Em seguida iniciaremos a Ordem do Dia, Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Novamente com mais de uma hora de atraso.



**DISCURSO DO SR. DEPUTADO VIVALDO BARBOSA QUE,
ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE
PUBLICADO.**



O SR. CABO JÚLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CABO JÚLIO (PST-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi algumas acusações contra V.Exa. que particularmente não aceito. Perdoem-me, mas falaram muitas coisas erradas aqui. V.Exa. está colocando ordem na Casa e, por mais dura que seja, esta é a palavra. O resultado está no painel. Se não fosse a posição tomada por V.Exa. ontem, não teríamos hoje no plenário 406 Deputados. Essa é a primeira verdade que precisa ser dita. V.Exa. deveria ser aplaudido por sua atitude. Não podem inverter a situação, culpando-o.

Já era praxe — e a Casa estava bagunçada — muitos de nós chegarmos aqui na terça-feira, às 19h ou 20h, e na quinta-feira à tarde ou no início da noite voltávamos às nossas cidades, ficando na Câmara dos Deputados apenas meia dúzia de Deputados.

V.Exa. receba o louvor do PST pela ordem que está colocando na Casa. Não aceitamos que a situação seja invertida, repito, ficando V.Exa. como culpado.

Temos ene projetos para votar e não temos votação na quinta-feira. E por que não temos votação na quinta-feira? Porque não temos Deputados em Brasília. Quando temos, são meia dúzia. Então, receba V.Exa. do PST o louvor pela posição firme. É preciso pôr ordem nesta Casa, sim, e não aceito as acusações que foram feitas contra V.Exa. Acho que a coisa se está invertendo.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Agradeço a V.Exa. a solidariedade. As medidas que tomei, tenho plena consciência, são a favor da instituição e dos Srs. Parlamentares, inclusive daqueles que delas discordam.



O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que me escute para impedir os aborrecimentos de ontem. Em primeiro lugar, não gosto de conversar particularmente nada diferente do que conversei de público. Quero, de público, pedir desculpas se me excedi no que disse na sessão de ontem.

Quero dizer a V.Exa. que a sessão de ontem foi marcada pela irritação: a de V.Exa., compreensiva, porque precisa pôr as matérias em dia; no meu caso específico, porque tenho 20 anos nesta Casa sem nenhuma falta.

Quando me dirigi ao Presidente de plantão da Casa, o nobre Deputado Pedro Valadares, S.Exa. conversava, animadamente, como costuma acontecer, com algum dos colegas que borboleteiam em torno da Presidência. Uma questão de ordem é dirigida ao Presidente e também é voltada para o bom funcionamento da Casa. Peço desculpas a V.Exa. se cometi algum excesso até porque também ouvi de V.Exa., de forma muito clara — o que condiz com a sua personalidade —, manifestação no sentido de que administra a Casa não sob o impulso de alguma emoção momentânea, mas dentro do espírito de defendê-la.

Sr. Presidente, peço-lhe para refletir e ponderar. Quem leu os jornais de hoje, sobretudo **O Globo**, vê escrito: “*Presidente admoesta gazeteiro*”. Lamentavelmente, não vou entrar nesse campo dos jornais. Sr. Presidente, defender a Casa — e V.Exa. tem defendido, faço-lhe justiça — é também preservar os seus membros. Paulatinamente se consolida em alguns veículos de comunicação e, através deles, na sociedade brasileira, a idéia de que este Plenário se compõe de algumas



peessoas exemplares. Na Mesa todos são exemplares. Os do famoso Colégio de Líderes, mais do que exemplares, são sábios. Os 450 restantes são entre gazeteiros, vagabundos, desatentos ou Deputados de segunda categoria, sujeitos a lições pedagógicas, éticas ou coisas tais.

Não é verdade. Tenho certeza de que não é o interesse de V.Exa. e não contribui para a imagem do Parlamento esse tipo de noção que, através de interpretações equivocadas de atos da Mesa, começa a decantar na sociedade brasileira.

Ontem, por exemplo, ouvia o Presidente Arminio Fraga — e o ouvia com atenção, pois S.Sa. é funcionário graduado — e aconteceu esse episódio, que não vou discutir, mas sobre o qual trago para ciência de V.Exa. duas reclamações formais. Primeira: o que faço com o Conselho de Ética? Ele não é Comissão, nem pode reunir-se pela manhã porque até para as Comissões faltam plenários. Se marco a reunião para a tarde, vou cair naquela disposição de ontem. Esquecemos a ética? Na semana que vem vou ouvir o Deputado Nelson Pellegrino, os Procuradores do Acre e outras pessoas. A que horas? Em que lugar? Em que oportunidade? Segunda: a bem da moralidade, peço a V.Exa. que espere o mofo ou tire da gaveta onde está escondida a reclamação que fiz em novembro do ano passado quanto ao cumprimento do Regimento interno quanto ao funcionamento da sessão no Pequeno Expediente, que hoje é monopólio de alguns pela via torpe, desatenta, de alguns colegas que cedem a inscrição para o Deputado “A” ou o Deputado “B”, quando isso é manifestamente anti-regimental. V.Exa., graças a Deus, não preside o Pequeno Expediente, que é presidido por outros membros da Mesa.



Portanto, peço firmeza à Mesa, porque isso desestimula a presença nesta Casa.

Peço mais uma vez desculpas públicas se cometi algum excesso. Agora, peço a V.Exa. que, na defesa da Casa, lembre-se de que existem 480 Deputados sem Liderança e sem Mesa que precisam do amparo e, sobretudo, da justiça de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Deputado José Thomaz Nonô, a intenção de V.Exa. não é diferente da deste Presidente, qual seja a valorização desta Casa e daqueles que a compõem. Portanto, agradeço a V.Exa. a manifestação.



O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já estamos 27 minutos atrasados no horário estabelecido para o início da Ordem do Dia. Quero que as regras sejam respeitadas.

Gostaria que fosse iniciada a Ordem do Dia. Temos **quorum** para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Deputado Aloizio Mercadante, tenho notado a insistência de V.Exa. em repetir uma inverdade. Estou dentro da hora estabelecida, mas vou contribuir com V.Exa. nesse seu esforço de conhecer o Regimento da Casa lembrando que o art. 95, em seu § 7º, diz o seguinte:

“Art. 95.....

§ 7º O Deputado que quiser comentar, criticar a decisão do Presidente ou contra ela protestar poderá fazê-lo na sessão seguinte, tendo preferência para uso da palavra, durante dez minutos, à hora do Expediente”.

É o caso do Deputado Professor Luizinho.

A não ser que S.Exa. acate o apelo de V.Exa. no sentido de abrir mão da palavra, tenho de cumprir o Regimento.



O SR. PROFESSOR LUIZINHO - Sr. Presidente, faria isso se V.Exa. tivesse demonstrado essa vontade na hora em que chegou no plenário. Como já permitiu a tantos falarem, quero dialogar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra por dez minutos.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, quero dizer à Casa como, à imprensa e a todo o País que sou um Parlamentar que vem de um Legislativo em que a obstrução tinha punição no Regimento. E qual era a punição? Cortar o ponto.

Com a utilização desse instrumento, tínhamos o prazer de ter o ponto cortado, de não ter o dia pago. Garantíamos os direitos da população ficando madrugada adentro, em sessão extraordinária, obstruindo as votações. Desfazíamos o **quorum** da sessão para não ver votado o esbulho e garantir o interesse maior do povo brasileiro.

Sr. Presidente, estou fazendo este esclarecimento para que não haja confusão com a contrapartida do numerário. Isso para mim é o de menos. Disse a V.Exa. ontem que se fosse necessário perder hoje, amanhã ou depois com a obstrução, iríamos fazê-la sem nenhum problema, e de consciência tranqüila. Faz parte do papel do Parlamentar.

No entanto, discordo do método utilizado por V.Exa. no dia de ontem. Já lhe havia dito pessoalmente e a vários Líderes que a Casa estava sendo desmoralizada com o que estava ocorrendo nas sessões: a Ordem do Dia, marcada para às 15h, começava às 17h, 18h. Quantas vezes, do microfone de apartes, cobre que a Ordem do Dia fosse iniciada de acordo com o horário regimental.



Considero fator primordial para início da Ordem do Dia a presença do Presidente da Casa. Se V.Exa. chegar mais cedo, ela terá início mais cedo. Mas é para iniciá-la, e não para anulá-la, como ocorreu ontem.

Foi um fato grave, injusto e ilegítimo. De acordo com o nosso Regimento Interno, há duas sessões: para debates e para deliberação. A primeira é sessão que não traz dolo ou ônus financeiro. V.Exa. anulou a Ordem do Dia de ontem e transformou a sessão em sessão de debates. Em algumas quintas-feiras, V.Exa. já fez isto: transformou a sessão deliberativa em sessão de debates. Isso faz com que os Deputados que aqui estão para trabalhar sejam punidos. Estávamos preparados para trabalhar até de madrugada se fosse necessário. Os que estavam em seus Estados puderam continuar por lá na maior tranqüilidade, sem nenhum dolo ou ônus porque a sessão ficou sendo de debates, e não há no Regimento Interno a contrapartida da punição.

Portanto, Sr. Presidente, era essa questão de ordem que gostaria de encaminhar em relação ao dia de ontem.

V.Exa. deveria ter determinado a todas as Comissões o encerramento de seus trabalhos, coisa que muitas vezes aqui cobramos, e informado que a Ordem do Dia teria seu início.

V.Exa. levantou a questão do meu requerimento. O nobre Presidente teria de dar início à Ordem do Dia e, constatada a existência meu requerimento, consultar-me sobre sua retirada, colocando sob minha responsabilidade o encerramento da Ordem do Dia, caso não retirasse meu requerimento. O problema é que V.Exa. não deu início à Ordem do Dia e sequer deu crédito ao meu requerimento, instrumento regimental legítimo.



Portanto, ele não poderia ter sido empecilho para o início da Ordem do Dia. Isto não podemos admitir, porque, senão, V.Exa. poderá anular a sessão a qualquer hora e a qualquer tempo.

Sr. Presidente, o § 3.º do art. 82 é claro:

"Art. 82

*§ 3º - Não havendo matéria a ser votada, ou se inexistir **quorum** para votação, ou, ainda, se sobrevier a falta de **quorum** durante a Ordem do Dia, o Presidente anunciará o debate das matérias em discussão".*

O meu requerimento deveria ter sido colocado em votação. Inclusive poderia ter requerido sua retirada, como várias vezes o fiz até mesmo por solicitação de V.Exa., mas ontem V.Exa. não me deu o prazer de me consultar, e quis utilizar o requerimento como instrumento de anulação da Ordem do Dia.

Segundo, V.Exa. nunca poderia ter usado a expressão — desculpe-me citá-la aqui, já falei sobre isto no plenário, mas V.Exa. não estava presente — *"freio de arrumação"*. Não fica bem para a sua pessoa, não fica bem para a Casa, não faz bem para o bom andamento dos trabalhos e para o ajuste interno a que devemos proceder. Considero que esta expressão não colabora com a imagem da Casa, porque não expressa a verdade dos fatos.

Faço esta reclamação e a estou registrando, juntamente com o meu Líder e o Deputado Aloizio Mercadante, que também fizeram reclamações ontem.

V.Exa. pode contar conosco para garantir **quorum** para as votações e para o bom andamento da Casa, mas gostaria que V.Exa. não considerasse uma intransigência deste Deputado quando houver matéria sobre a qual a nossa bancada



delibere pela obstrução. Dentro dos limites estabelecidos pelo Regimento Interno, a obstrução é um direito da Minoria, o que o ato praticado por V.Exa., ontem, tentou anular.

Esse tipo de atitude não fica bem para V.Exa. nem para o Parlamento. Não faz parte da natureza de V.Exa. anular algo que é praxe regimental da Casa.

No Parlamento, o **quorum** é obrigação coletiva. O **quorum** registrado nas portarias, depois no painel, é um instrumento de luta na votação, e esse instrumento se traduz na luta pela obstrução, permitida à Minoria. Esse instrumento não pode ser anulado, não pode ser punido. Essa decisão vai causar uma guerra interminável de ações e atos cada vez mais firmes, o que não levará à moralização da Casa. A Casa ficou muito mal ontem, conforme mostrou a imprensa.

Não vamos aceitar a votação da Medida Provisória nº 14 nas atuais condições, pois o povo está pagando a conta do que economizou e as empresas levando de esbulho um prêmio de mais de 8 bilhões. Isso não é possível. Continuaremos intransigentes.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Respeito a posição de V.Exa., mas, como disse ontem, dela discordo frontalmente. Se a Casa não ficou bem ontem, poderá ficar melhor hoje.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 054.4.51.O
Data: 03/04/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Gilza

VI - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - A lista de presença registra o comparecimento de 430 Srs. Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Vai-se passar à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

“Medida Provisória nº 9-A, de 2001.

Discussão, em turno único, das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2002 (Medida Provisória nº 9, de 2001), que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências”.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Há sobre a mesa o seguinte requerimento, assinado pelo Deputado Professor Luizinho:

"Requeremos a V.Exa., nos termos regimentais, a retirada da Medida Provisória nº 09-A, de 2001, constante da pauta da presente sessão".



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Consulto o Deputado Professor Luizinho sobre se mantém o requerimento ou dele abre mão.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Retiramos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Está retirado o requerimento do PT.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Concedo a palavra ao nobre Relator da matéria, Deputado Confúcio Moura, para oferecer parecer às emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2002.

O SR. CONFÚCIO MOURA (PMDB-RO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a partir da Emenda Constitucional nº 32, o Senado sentiu-se profundamente prejudicado diante da impossibilidade de apresentar Relator para a análise das medidas provisórias.

Assim, a Medida Provisória nº 9, votada em primeiro turno nesta Casa no dia 20 de fevereiro de 2002, na forma de projeto de resolução, foi ao Senado e recebeu oito emendas.

Na Câmara, como Relator, rejeitei todas elas.

Assim, Srs. Parlamentares, surgiu uma situação que fugiu ao acordo prévio havido com determinadas Lideranças institucionais e o Governo, a equipe econômica e o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Senado desconheceu completamente o acordo e apresentou as emendas que julgou necessárias, não abrindo mão da prerrogativa constitucional de alterar e aperfeiçoar as medidas provisórias.

Sr. Presidente, modifico o relatório anterior. Deixo de fazer a leitura — por serem extensas — das justificativas da adequação financeira e orçamentária para cingir-me, no meu voto atual, ao mérito.

As Emendas nºs 1 e 7, apresentadas pelo Senado Federal ao projeto de lei de conversão, têm idêntica redação, prevendo o seguinte:



“Para adesão às condições previstas neste artigo, os mutuários deverão estar adimplentes com suas obrigações e regularizá-las”.

Entendo que a supressão dos dois dispositivos, especialmente a parte que estabelece o prazo para regularização das obrigações em atraso, é prejudicial aos mutuários que se encontram inadimplentes. Portanto, não recomendo o acolhimento das Emendas nºs 1 e 7 do Senado.

A Emenda nº 2, do Senado Federal, que corresponde ao destaque da Emenda nº 22, apresentada na Comissão Mista, insere um parágrafo novo, o 4º. Parece-me oportuna a inclusão, visto que o período considerado, ainda sem contratarem as operações de crédito com juros pós-fixados, busca dar a devedores do PESA tratamento isonômico. Portanto, aceito a Emenda nº 2.

Aceito também a Emenda nº 3, do Senado Federal, que corresponde à Emenda nº 26 da Câmara, apresentada à Comissão Mista. A emenda, de autoria do Senador Arlindo Porto, inclui o PRODECER — Programa de Desenvolvimento dos Cerrados entre os participantes dos benefícios da negociação das dívidas.

A Emenda nº 4, do Senado Federal, que corresponde à de nº 13, da Câmara dos Deputados, insere artigo que autoriza o gestor dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste a conceder bônus de adimplência diferenciados em relação aos prazos das dívidas contraídas. O Senado entendeu que não poderíamos deixar passar essa oportunidade para retirar a gordura dos juros da época da criação do real. As dívidas dos pequenos ficaram muito pesadas.

Esta é a oportunidade, segundo a interpretação do Senado, de se fazer justiça e dar tratamento isonômico aos pequenos devedores, justamente dos



Estados mais pobres da Federação. Conseqüentemente, acato a Emenda nº 4 do Senado Federal.

A Emenda nº 5, de autoria do Senador Geraldo Melo, corresponde à de nº 15 da Câmara. Rejeito-a por ser abrangente, ou seja, ela não fala em crédito rural, mas, sim, em dívida de produtor rural, que pode inclusive ser de caráter comercial.

A Emenda nº 6, que corresponde a destaque aprovado pela Câmara, é justa e necessária, porque aumenta o prazo de negociação. Segundo minha proposta anterior, este era 31 de março; agora, o interessado terá até o último dia de junho para procurar os bancos.

Finalmente, a Emenda nº 8, que também corresponde a destaques aprovados pela Câmara.

Portanto, acato as proposições feitas pelo Senado.

Assim sendo, Srs. Parlamentares, voto pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 4, 6 e 8, do Senado, ao Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 9, de 2001, e rejeito as Emendas nºs 1, 5 e 7 daquela Casa.

É o parecer.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 054.4.51.O
Data: 03/04/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Gilza

PARECER DO DEPUTADO CONFÚCIO MOURA



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Sobre a mesa o seguinte requerimento:

“Requeremos, nos termos do art. 177, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da discussão da Medida Provisória nº 9-A, de 2001, que dispõe sobre o alongamento das dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências, por duas sessões”.

Assina o Deputado Fernando Coruja.



O SR. FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos votando as emendas do Senado à Medida Provisória nº 9.

Solicitamos o adiamento da discussão porque estamos preocupados com a Medida Provisória nº 14 e a que trata da CPMF.

Vou expor os motivos da nossa obstrução. A Medida Provisória nº 14 propõe um absurdo: permitir que mais de 20 bilhões sejam injetados, na forma de títulos, no setor elétrico do País, a pretexto de repor prejuízos causados pelo apagão no ano passado.

Argumenta-se que, por não terem vendido o mesmo volume de serviços, as empresas de energia teriam lucrado menos. Isso não é verdade, pois elas faturaram 35% a mais que no ano anterior. Além disso, segundo cálculos feitos por técnicos da USP, a suposta perda poderia ser compensada com apenas 2,5 milhões de reais.

Entretanto, o Governo propõe conceder àquelas empresas financiamento de mais de 7 bilhões, por meio de tarifaço. Ao mesmo tempo, destina 16 bilhões para capitalizá-las, com a nítida finalidade de privatizar todo o setor elétrico. Trata-se do PROER do setor elétrico, que tem de ser repensado.

Todas as manobras têm de ser feitas para protelar a votação da Medida Provisória nº 14. Por isso, pedimos também o adiamento da discussão da Medida Provisória nº 9.



Temos, na pauta, mais de vinte medidas. Portanto, o próprio Governo impede que se vote a CPMF. Quando aprovada a Emenda Constitucional nº 32, advertimos que ela poderia tornar-se mecanismo de obstrução. Se o Governo continuar editando medidas provisórias como vem fazendo — já são trinta e cinco —, vamos chegar ao caos.

Deixamos de votar certas matérias não pela ausência de Deputados ou pelo atraso do Presidente Aécio Neves, mas porque elas são complexas. A própria base do Governo não se entende. Não se pode utilizar medida provisória para deliberar sobre o setor elétrico, por exemplo. O assunto precisa ser amplamente debatido nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, encaminhamos a proposta no sentido claro e evidente de obstruir.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Em votação o requerimento de adiamento da discussão por duas sessões, assinado pelo Líder do PDT.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham.

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Em discussão.

Há cinco oradores inscritos para discutir favoravelmente e um contra.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Professor Luizinho.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os Deputados João Grandão, Adão Pretto e Luci Choinacki, do núcleo agrário do PT, têm tratado a matéria em nome da nossa bancada.

Quando da tramitação da Medida Provisória nº 9 na Câmara, o Deputado João Grandão conseguiu grandes benefícios para o pequeno e microagricultor, ao negociar emendas e consolidar posições do partido. O Senado após inúmeras emendas à medida, com as quais concordamos em grande parte.

Resumo, a seguir, o texto aprovado na Câmara.

No que se refere à securitização, o prazo para regularização das parcelas vencidas foi prorrogado para 29 de junho de 2002. O bônus para liquidação antecipada da dívida foi elevado para 20%, quando se tratar de operações com saldo de até 10 mil reais em 30 de novembro de 1995.

O prazo para pagamento será de 25 anos, com o vencimento da última parcela em 31 de outubro de 2025. Parece muito longo, pois o agricultor poderá deixar a dívida como herança para os filhos.

Quanto ao PESA — Resolução nº 2.471/98 —, o prazo para regularização das parcelas vencidas foi prorrogado para 29 de junho de 2002.

No tocante ao RECOOP, os encargos financeiros foram limitados à taxa efetiva de juros de 9,75% ao ano. Antes, era utilizada a correção do IGP-DI, mais 4% de juros.



Com relação aos fundos constitucionais, os mutuários terão prazo até 30 de março de 2002 para manifestar seu interesse em renegociar os débitos e até 29 de junho para encerrar as renegociações, prorrogações e recomposições.

Parte do saldo devedor deve ser amortizado após o vencimento da última parcela da dívida repactuada nas seguintes proporções: 35% do saldo para operações contratadas até 20/06/95; 25% entre 21/06/95 a 20/06/96; 20% de 21/06/96 a 20/06/97; 15% entre 21/06/97 a 20/06/98.

Todos os agricultores são tratados da mesma forma, ou seja, não há diferenciação entre categorias de agricultores.

A parte prorrogada de até R\$ 200 mil reais, tomando como base o valor do contrato original, será atualizada com taxa efetiva de juros de 3% ao ano até sua liquidação e amortizada em cinco parcelas anuais iguais e sucessivas.

A parte prorrogada superior a R\$ 200 mil reais, tomando como base o valor do contrato original, será atualizada para os encargos financeiros estabelecidos na Lei nº 10.177, de 2001, até sua liquidação e amortizada em cinco parcelas anuais iguais e sucessivas.

Para serem beneficiados com essas medidas, os mutuários deverão estar adimplentes com suas obrigações ou regularizá-las até 29/06/2002.

O FAT não foi tratado na Medida Provisória nº 9. Somos favoráveis às Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

No andamento das discussões em plenário, essas alterações apresentadas pelo Senado, objetivamente, ampliam e dão melhores condições. Portanto, mesmo sendo aprovada por acordo a Medida Provisória nº 9 aqui na Câmara dos Deputados, cujo texto foi para o Senado, consideramos que a Câmara deveria



alterar o seu texto e aprovar as emendas que acabaram saindo do Senado, porque elas aprimoram e ampliam o texto.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra, para discutir contrariamente à matéria, ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não quero, na verdade, entrar no mérito das emendas do Senado a esta medida provisória. Na verdade, quero discutir as medidas provisórias que acabam travando a pauta da Câmara dos Deputados.

Como eu já dirigi questão de ordem a V.Exa., entendo que o sobrestamento das matérias não deve cingir-se apenas ao plenário, mas atingir todas as Comissões. O § 3º do art. 64 da Emenda nº 32 é claro: *“sobrestar-se-ão todas as deliberações legislativas”*.

A partir desse raciocínio, entendo que chegamos a um ponto importante: antes dessa emenda constitucional, o Executivo emitia medida provisória e as reeditava a cada 30 dias. Houve casos em que houve 30, 40 e até 80 reedições. Lutávamos para que efetivamente houvesse mudança nas medidas provisórias.

Num primeiro momento, entendia o Executivo que não haveria prejuízo com a nova maneira de editar as medidas provisórias. Passou despercebido para muitos que os prazos de contagem de tempo das medidas provisórias estariam suspensos durante o recesso, razão pela qual ainda estamos apreciando uma medida provisória emitida no final do ano passado, portanto, há muito mais de 120 dias, embora ela continue tramitando, pois o seu prazo foi suspenso durante o recesso parlamentar.

Sr. Presidente, ao travar a pauta da Câmara dos Deputados, deixamos de apreciar a votação final de dois destaques da CPMF. Com isso, aparece um fator positivo: enquanto não votarmos estes destaques, esta PEC da Câmara não será



encaminhada ao Senado e, portanto, a partir do dia 17 de junho — e quero eu que seja por um largo espaço de tempo —, não haverá a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, até porque mais de vinte medidas provisórias estão em pauta.

Esta, talvez, seja de pouca importância, na medida em que cinge-se apenas a duas modificações efetuadas pelo Senado. A próxima medida provisória, entretanto, certamente turbará o momento político, pois trata da questão energética. Sobre ela falaremos no momento oportuno.

Neste momento, estando em apreciação medida provisória com prazo vencido, não poderemos apreciar os dois destaques que completariam a votação da PEC da CPMF. Lembro que, quando da apreciação em primeiro turno dessa PEC, questão regimental por mim levantada impediu a votação simbólica da redação final, como queriam que fosse. Permaneci solitário na tentativa de impedimento.

Durante as idas e vindas do texto da redação final à Comissão Especial deu-se o desacerto entre Governo e PFL, que gerou toda a atual desarmonia política, aparentemente com algum ganho para o candidato oficial, ganho esse que acabou esvaindo-se, já que o convidado a vice, do PMDB, por alegadas razões locais — certamente há outras —, não aceitou o convite do candidato oficial.

Essa questão política, ainda intrincada, certamente vai persistir durante o período em que, obrigatoriamente, discutiremos várias medidas provisórias. Com certeza, os membros do Poder Executivo entenderam que a mudança das regras relativas às medidas provisórias não eram para valer e acharam que poderiam continuar emitindo medidas provisórias à vontade. Eis que agora a esperteza voltou-se contra o esperto e não será possível apreciar várias dessas medidas.

Sr. Presidente, sem entrar no mérito da questão, posiciono-me contrariamente à medida provisória.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly, para discutir favoravelmente à matéria. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta medida provisória trata do endividamento do setor agrícola. Mais uma vez, tenta-se fazer com que a dívida dos produtores rurais brasileiros seja diminuída e tenha seu pagamento postergado.

No Brasil não há os subsídios agrícolas que existem em países da Europa e nos Estados Unidos. A atual questão do aço é um bom exemplo de como tratamos as questões nacionais. Enquanto países desenvolvidos, como Estados Unidos e membros do Mercado Comum Europeu, tomam medidas protecionistas para o aço, nós nos limitamos a protestar contra as medidas por eles tomadas. Na verdade, invertemos o processo.

Os países desenvolvidos que tanto argumentam que o mercado tem que ser livre são aqueles que mais tomam medidas protecionistas, quando nós, subdesenvolvidos, é que deveríamos tomá-las.

Não adianta protestar contra os Estados Unidos, dizendo que eles não podem adotar essa medida. Nós é que temos que tomar medidas protecionistas para os nossos produtos.

Se enfrentamos a concorrência internacional dos produtos agrícolas, temos que ter aqui, sim, medidas protecionistas. Mas se o País não tem uma política agrícola, se o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda não conseguem ter uma política agrícola para este País, o que temos que fazer? A cada instante, temos que, pelo menos, perdoar, diminuir e postergar a vida dos agricultores.



A maioria das emendas do Senado vêm em benefício deles. Éramos contrários à Emenda n.º 5, mas já foi rejeitada pelo Relator, no mesmo sentido de beneficiar o produtor rural do País.

Toda medida que se faça aqui para beneficiar o produtor rural tem que ser apoiada. Não damos subsídios, não ajudamos este nosso País a exportar. Falamos em produtividade, em qualidade total, mas aceitamos os juros, a política econômica adotada pelo País, fundamentalmente alienígena, e dizemos ainda que os americanos não podem proteger o seu mercado interno.

Não só podem como devem, porque têm que proteger o seu povo. Nós temos que fazer o mesmo: proteger os nossos brasileiros. E, fundamentalmente, temos que começar protegendo o homem do campo, o produtor rural.

Portanto, vamos encaminhar “sim”, pelas emendas do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Vota “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Para encaminhar favoravelmente à matéria, concedo a palavra ao Deputado José Thomaz Nonô.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero discutir a matéria porque nem só de ética vive a sociedade brasileira, mas também de problemas concretos. Um deles é o trato da questão agrícola, o trato adequado das questões do endividamento rural.

A Câmara dos Deputados, quando apreciou a matéria, já conseguiu algum avanço, muito tímido ainda, se compararmos com o que conseguiu o Executivo brasileiro. Alguns outros segmentos, também importantes, conseguiram, mas, sem dúvida nenhuma, muito menores em termos de representatividade e de importância para a construção de uma sociedade mais justa e mais harmônica.

O Senado brasileiro apresentou emendas. Quero-me dedicar particularmente a algumas delas que, sem dúvida, trazem contribuição efetiva à matéria. A primeira estende para 29 de junho o prazo de adesão. Afinal de contas, a regra não está consolidada, embora a medida já tenha obtido alguns dos seus efeitos. Para o universo dos agricultores brasileiros, principalmente aqueles menos informados, ainda restam questões essenciais para serem resolvidas, e é necessário que se dilate o prazo de adesão à medida.

Mais importante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: traduzo a aspiração dos agricultores de Alagoas e, sem dúvida alguma, de todos os agricultores que em má hora acreditaram no Governo — falo no Governo como um todo —, tomaram o dinheiro dos fundos constitucionais. Os fundos constitucionais foram construídos, ao abrigo do Constituinte de 1988, para suprimir ou, pelo menos, reduzir desigualdades regionais.



Lembro a luta do companheiro de Alagoas, o Senador Teotônio Vilela, do PSDB do meu Estado, para fazer o Fundo Constitucional do Nordeste, a exemplo dos de outras regiões. Na realidade, a política financeira perversa fez com que o dinheiro dos fundos constitucionais se tornasse mais caro do que alguns dos dinheiros corriqueiramente postos à disposição dos tomadores. Aqui, novamente, há a falácia reiterada de pretender tratar o agricultor como se agricultor fosse empresário de dinheiro, para usar o eufemismo. Nesta Casa, acabamos de dar concessões a quem investe na Bolsa de Valores, mecanismo de especulação financeira, não de geração de emprego. No entanto, vende-se a idéia de que não se pode dar tratamento mais justo ao agricultor brasileiro. Os fundos foram feitos para reduzir — repito — desigualdades regionais. Mas nessa renegociação se excluíram os fundos. Nós, do Legislativo, praticamos nova aberração. Fazemos com que os agricultores de São Paulo — pelo amor de Deus, não quero acicatar os ânimos nem provocar os agricultores paulistas, que também são sofredores no processo — tenham tratamento melhor do que os da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Goiás, de Mato Grosso, do Maranhão, que são exatamente os Estados para os quais foi concebido o tratamento do dinheiro oriundo dos fundos constitucionais. O Senado, adequadamente, através da Emenda nº 4, autorizou o gestor a conceder o bônus de adimplência aplicado sobre parcela da dívida paga até o vencimento. Faz-se justiça na espécie e se retoma o espírito que norteou as decisões da Assembléia Nacional Constituinte.

Para que isso não pareça apenas mais um discurso nordestino, tratou também o Senado Federal, da questão do PRODECER, que fez com que os agricultores do cerrado, que tinham acordo com o Japão e tratamento privilegiado



para desenvolver o cerrado — hoje, sem dúvida alguma, a região de maior potencial agrícola do País —, ficassem excomungados, leprosos, lazarentos, sem poder usufruir das condições de financiamento normal e excluídos de todas as precondições de negociação das dívidas.

Sr. Presidente, o que precisamos fazer não é tão-somente alongar o perfil de dívidas — sou ex-Secretário de Fazenda —, que significa prorrogar a morte, mas encontrar soluções corajosas, arrojadas e, sobretudo, justas, dando ao agricultor brasileiro o tratamento de que ele precisa. Todos os países subsidiam, dão tratamento, não privilegiado, mas justo ao setor primário. Não é possível que nós, que damos tratamento privilegiado aos setores especulativos, não tenhamos coragem cívica de tratar os nossos agricultores como eles merecem. Daí, a adequação da proposição do Senado.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Ronaldo Caiado, para discutir favoravelmente.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 9 e o projeto de conversão que serão votados na tarde de hoje têm importância ímpar para a renegociação da dívida dos agricultores.

Alguns alegam que querem manter um acordo. Vamos esclarecer os fatos.

O Governo nos chamou no final do ano passado e propôs a renegociação da dívida. Temos de entender que fonte financiadora da agricultura não é apenas a securitização, nem o PESA; há também o RECOOP, o PRODECER, os fundos constitucionais, o PRONAF, o PROCERA, os custeios agrícolas e várias outras fontes que financiam a agricultura. Quando alegam que querem manter o acordo esquecem-se de que ele era restritivo. Exigimos naquela data, no Ministério da Agricultura, que as outras fontes financiadoras da agricultura tivessem o mesmo tratamento.

Atentem, Srs. Deputados, para o que foi dito pelo Deputado Thomaz Nonô: nós temos para fonte constitucional os fundos constitucionais, que atenderão ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa fonte de financiamento tem tratamento dez vezes mais punidor do que a securitização. Estamos mostrando um só ponto. Queremos justiça.

O Senado Federal incluiu no projeto de conversão algumas emendas que atenderam aos fundos constitucionais, para que o rebate, o bônus da dívida, fosse relativo ao ano em que foi contraído o empréstimo; que não fosse linear e tivesse variações de 19 a 40%. Ainda ampliou o direito de o produtor rural recorrer ao PESA



até dezembro de 1998. Além disso, deu condição aos agricultores, que tinham feito empréstimo do PROCER, de renegociarem a dívida, em função do acordo bilateral feito entre o Brasil e o Japão.

Esse projeto tem a finalidade de atender a milhares de pequenos e médios agricultores, regularizando-os com associações de pequenos produtores rurais, principalmente nas regiões mais penalizadas, que recorrem aos fundos constitucionais, ao PROCER, ao PESA.

Sr. Presidente, não estamos quebrando o compromisso verbal feito em fevereiro, que o Senado nos apresentou como alternativa. Esse acordo verbal que aqui foi feito não foi transferido para o texto. Encaminhamos ao Sr. Amaury Bier fax para mostrar que o que deveria ser dado aos fundos constitucionais, em igualdade com a Lei da Securitização, não foi feito. Não obtivemos respostas. Portanto, o acordo não pode ser cobrado. No entanto, viemos a este plenário votar a CPMF, e o projeto foi aprovado graças ao apoio de toda a bancada da Frente Parlamentar da Agricultura.

Por isso, conclamo todos os presentes para, num gesto suprapartidário, acompanharem o voto do Relator. Em poucos minutos, daremos uma alternativa a milhares de agricultores que hoje não têm como renegociar suas dívidas. Vamos acompanhar o voto do Relator. As emendas que analisou juntamente com todos nós, durante todos esses dias, fazem justiça ao homem do campo.

Agradeço ao Sr. Presidente e a todos os Parlamentares.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Marquezelli, para discutir a matéria.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei breve. Participamos de acordo feito nesta Casa. E quero elogiar a posição assumida pelos Senadores.

Eles conseguiram incluir no projeto de conversão da media provisória, as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, que haviam ficado de fora. É muito importante essa participação.

Entendemos que o nobre Relator soube, com muita inteligência, fazer a apreciação das emendas do Senado Federal, rejeitando as de nºs 1, 5 e 7, e aprovando as de nºs 2, 3, 4, 6 e 8.

Dessa forma, Sr. Presidente, o Relator consegue introduzir milhares e milhares de agricultores brasileiros, principalmente das Regiões Norte e Nordeste, que investiram, mas foram muito prejudicados, em função dos vários planos econômicos do País, e não tiveram condições sequer de arcar com uma prestação, apesar de todo o trabalho que tiveram durante longos anos de sua vida.

Esta Casa tem obrigação moral com os esses irmãos que lutaram anos. Eles não são de São Paulo, do Paraná ou de Santa Catarina. Muito menos do Rio Grande do Sul! São pessoas que trabalham no Acre, na Amazônia, no Amapá, no Pará, em todo o Nordeste, que esperam desta Casa o amparo legal, que sabem honrar os que trabalham com o cabo da enxada.

Por isso, o PTB vota com o Relator, no sentido de que todos os brasileiros, do Norte ou do Sul, tenham as mesmas condições.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Com a palavra o ilustre Deputado Augusto Nardes, para discutir a matéria.

O SR. AUGUSTO NARDES (PPB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa medida provisória é proveniente de ampla negociação realizada no Congresso Nacional, iniciada no mandato passado com uma luta para resolver o problema do endividamento de mais de um milhão de produtores.

Quero cumprimentar o Deputado Confúcio Moura pelo excelente relatório que produziu. O Deputado Ronaldo Caiado, que foi Presidente da Subcomissão, também desempenhou brilhante e importante papel de articulação nessa negociação. Nós, que acompanhamos há muito esse trabalho, finalmente conseguimos vislumbrar uma luz no horizonte, em função da proposta aqui apresentada.

Conseguimos importantes vitórias, entre elas o pagamento da dívida securitizada com 3% de juros, sem correção pelo preço mínimo, o que dificultava ao produtor rural pagar esses débitos. Conseguimos avanços importantíssimos, como o protelamento do limite de pagamento para o dia 29 de junho. Esse ponto também consta do relatório do Deputado Confúcio Moura, importantíssimo para que o produtor consiga saldar seus débitos.

O aspecto mais significativo é que, devido emenda do Deputado Ronaldo Caiado vai ser feita justiça, pois incluirá muitos agricultores que não tiveram acesso ao programa na primeira parte da negociação através dos fundos constitucionais.

Espero que o Governo não vete essa proposta, decisivamente importante para que sejam pagas as dívidas com os bônus havidos de 1994 para cá. Para isso,



conto com a Liderança do Governo, em especial com o Deputado Arnaldo Madeira, para que nos ajude a fazer com que o Governo acate integralmente o projeto.

Além disso, durante todo o processo, nos oito anos que estamos trabalhando nessa questão, muitos tiveram participação decisiva, entre eles os Parlamentares da bancada agrícola, hoje presidida pelo Deputado Betinho Rosado.

A bancada ruralista beneficiou 80% dos pequenos produtores que deviam menos de 50 mil reais.

Como autor das duas propostas que serviram de base para a negociação, sinto-me feliz de poder chegar ao entendimento. Todos os Parlamentares defensores da agricultara sentem-se vitoriosos.

Está resolvido o problema da dívida agrícola. Se o Governo não vetar o projeto, teremos uma verdadeira política agrícola no País. É o que desejamos.

Solicito a todos que acompanhem o voto do Relator. Temos de beneficiar os pequenos agricultores e fazer justiça a quem gera emprego, produz renda e tem dado condições de o Brasil ser superavitário na balança comercial em 19 bilhões de reais.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Com a palavra o ilustre Líder Arnaldo Madeira, para discutir contrariamente à matéria.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, essa medida provisória tem extenso percurso de negociação entre os Parlamentares ligados especificamente à agricultura e a área econômica do Governo.

Foram ouvidas as lideranças da área. Em outubro, depois de sucessivas reuniões, editou-se a Medida Provisória nº 9, espelhando um acordo do qual participaram cerca de trinta Parlamentares.

A medida provisória veio ao Congresso Nacional, inicialmente à Câmara dos Deputados. Procuraram-me os Srs. Deputados, em especial aqueles da Comissão de Agricultura e Política Rural, para se restabelecer negociação em relação àquilo que havia sido acordado em outubro.

Fui à área econômica do Governo solicitar novo espaço de negociação. Fizemos entendimentos à exaustão na sala da Liderança do Governo com os interessados da área e os Parlamentares da Comissão de Agricultura e Política Rural.

A renegociação custaria para o Governo em torno de 3 bilhões de reais. Fechamos o acordo. A matéria foi ao Senado Federal, que tem competência constitucional para fazer as necessárias mudanças. Nesse caso, as mudanças não estão de acordo com as que combinamos com os líderes da agricultura. Foram acrescentados itens que implicam aumento de despesa, sem indicar fontes de receita. Só na Emenda nº 4 há um aumento de gasto, entre 2002 e 2004, da ordem aproximada de 960 milhões de reais, quase 1 bilhão de reais a mais.



Evidentemente, o clima nesta Casa — já disse isso em outras ocasiões — é de fazer benesses. Contudo, temos de observar as possibilidades orçamentárias reais do Orçamento do País. Neste momento, o Brasil reage bem à crise econômica internacional, embora corra o risco de vê-la agravada com a alta do petróleo.

Para o Relator, é conveniente a manutenção do acordo nos termos em que tínhamos processado na Câmara dos Deputados.

O relatório resolveu acatar algumas emendas. As que não expressam o entendimento feito anteriormente não foram aceitas. Meu compromisso é apenas com o acordo construído na sala da Liderança do Governo, com a presença dos Parlamentares da Comissão de Agricultura e Política Rural. Não tenho compromisso algum com essas emendas apresentadas no Senado, que agora estão sendo aprovadas pelo Relator e, pelo que estou vendo, provavelmente pelo Plenário.

Não há compromisso algum da Liderança do Governo na Câmara dos Deputados com esse entendimento que pretendem fazer aqui ou com o parecer do Relator. Por outro lado, essa medida provisória caduca no dia 17 de abril. Estamos, no dia 3 de abril, fazendo modificações que terão de ser objeto de nova análise da área técnica.

Eram essas as observações que queria deixar registradas. O texto aprovado na Câmara expressa completamente o acordo feito em minha sala. Não há dúvida alguma sobre isso. De maneira que, aprovadas as emendas pelo Relator, cessam as minhas responsabilidades como Líder do Governo no encaminhamento da matéria no Executivo. Meu compromisso é com o que foi firmado na sala de reuniões do Governo.



Portanto, os Srs. Parlamentares estão fazendo entendimento sobre um tema para o qual não há concordância por parte do Governo. Estamos diante de medida provisória extremamente relevante para o setor agrícola e, como há pouco disse o Deputado Wagner Rossi, muitas vezes o ótimo é inimigo do bom. Tínhamos caminhado até o limite do que foi apontado como possível pela área econômica; estamos ultrapassando esse limite. Vamos aguardar posterior conclusão.

Muito obrigado.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito à Secretaria-Geral da Mesa a distribuição de cópias do relatório. Precisamos delas para acompanhar a justificativa do Sr. Relator sobre as várias emendas que estaremos votando.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – A Secretaria-Geral da Mesa providenciará a distribuição das cópias, Deputado Arnaldo Faria de Sá.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Não havendo mais oradores inscritos,
declaro encerrada a discussão.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Sobre a mesa requerimento de adiamento de votação nos seguintes termos:

“Requeremos, nos termos dos arts. 117, X, e 193 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da votação da Medida Provisória nº 09-A, de 2001, por 02 (duas) sessões”.

Assinam o Líder do PT, Deputado João Paulo, e o Vice-Líder, Professor Luizinho.



O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Está retirado o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Há outro requerimento no mesmo teor, do Deputado Fernando Coruja.

Consulto o Deputado sobre se retira o requerimento.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queremos marcar nossa posição contrária à votação da Medida Provisória nº 14.

Mantenho o requerimento, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 054.4.51.O
Data: 03/04/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Gilza

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Passamos ao encaminhamento da matéria.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá para encaminhar contrariamente à matéria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, para que eu possa encaminhar, preciso da cópia do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Então, V.Exa. falará em seguida.



O SR. JOÃO PAULO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado José Dirceu, que se encontra no Rio de Janeiro em missão oficial, solicita justificativa de falta a esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Está registrado.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

Indago se S.Exa. se encontra em plenário. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Coruja, para adiantar a discussão da matéria. (*Pausa.*) S.Exa. abre mão.

A Presidência agradece.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki, em substituição ao Deputado Professor Luizinho, para falar favoravelmente à matéria.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa bancada vai votar favoravelmente, mas impor algumas condições.

Precisamos ressaltar que o grande problema do endividamento agrícola é o parasita sistema financeiro. Se ficarmos pagando altos juros bancários, teremos de renegociar as dívidas agrícolas a cada dois anos.

Sr. Presidente, é importante lembrar que, em 1995, produzíamos 76 milhões de toneladas de grãos e tínhamos um PIB primário de 43 bilhões. Em 2001, 97 milhões de toneladas de grãos e o PIB no campo estava em 40 bilhões. Tivemos perda extraordinária no campo.

Se não discutirmos o problema da agricultura, como está sendo a perda com altos juros nos bancos, iremos brigar pela renegociação das dívidas todos os anos.

Por isso nossa bancada, desde o início, insistiu em que as dívidas precisavam ser recalculadas para que fossem retiradas cobranças injustas, imorais e ilegais, feitas pelos bancos. É o caso das cobranças judiciais e de todo esse processo que aumenta extraordinariamente a dívida agrícola. Nós sempre defendemos essa posição.

Defendemos também a renegociação da dívida. Precisamos verificar onde há caloteiro — esses não podem entrar na renegociação das dívidas. Esse é o segundo ponto, que sempre apresentamos.



O terceiro ponto é que as dívidas agrícolas devem ser desvinculadas do aumento do preço mínimo. Se vinculadas, aumenta-se o preço do produto, aumentam-se as dívidas agrícolas.

Sr. Presidente, nossa bancada vai votar favoravelmente à emenda apresentada à MP nº 9, mas ressaltaremos algumas condições.

No ano passado, foi discutido por esta Casa, antes da votação do Orçamento — aspecto apreciado na MP nº 24 —, o acordo celebrado para a inclusão do PROCERA — dos assentados —, dos fundos constitucionais e do PRONAF. Vários agricultores em todo o Brasil estão dependendo dessa emenda para resolver seus problemas.

Queremos que esta Casa assuma o compromisso firmado no ano passado, porque a situação é grave.

Em algumas regiões do Estado de Santa Catarina há execução de dívidas de agricultores pelo Banco do Brasil. Eles não estão em condições de renegociar suas dívidas e encontram-se inadimplentes.

Portanto, é necessário e urgente que a MP nº 24 seja votada para que seja resolvido o problema crucial dos pequenos agricultores familiares de todo o Brasil relacionado ao PRONAF, ao FAT e ao PROCERA.

É o encaminhamento da bancada do Partido dos Trabalhadores.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho, último orador que encaminhará a favor da matéria.

O SR. CLEMENTINO COELHO (Bloco/PPS-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, considero de suma importância a aprovação da MP nº 9.

Faço apelo ao Líder do Governo, Deputado Arnaldo Madeira, para que o Governo se responsabilize pelas emendas acatadas pelo Relator. Isto é democracia.

O projeto saiu desta Casa, foi ao Senado e democraticamente recebeu emendas. E foi emendado, com justiça social, para corrigir uma das mazelas que condenam a agricultura familiar do Norte e Nordeste: o desmantelamento de sua agricultura, de sua vocação agrícola e de sua cadeia produtiva no campo.

O Governo não pode fugir à responsabilidade do jogo democrático das duas Casas do Congresso.

A Emenda nº 13, de autoria do Deputado Ronaldo Caiado, não foi aprovada quando daqui saiu para o Senado, mas o Senador Antônio Carlos Valadares, de Sergipe, recolocou a Emenda nº 4 e obteve sua aprovação.

Precisamos entender o que é agricultura de sequeiro, o que é agricultura num clima semi-árido. Não é possível produzir com juros tão escorchantes!

Vale lembrar o que foi dito pelo ex-Presidente do Banco do Brasil, Sr. Alcir Caliari, autoridade do setor monetário. Sua declaração gerou muita polêmica, à época, quando afirmou: *“Nem plantando maconha irrigada seria possível pagar os empréstimos agrícolas com os custos financeiros que estão sendo praticados”*.



Este é o momento de fazer justiça à agricultura do Nordeste, aos pequenos agricultores. A maioria deles deve menos de 30 mil reais, mas não pode continuar produzindo, porque há a SERASA, a inadimplência, o CADIN.

Ouvimos o Líder do Governo dizer que não vai se responsabilizar por essa emenda porque não foi feito o provisionamento de recursos. Mas o Governo está se responsabilizando pela questão do PESA, do FUNCAFÉ. Está se responsabilizando por todas as outras grandes dívidas agrícolas, que devem ser roladas, porque a vocação deste País é agrícola.

Mas não se pode encontrar a fonte e equacionar o financiamento do grande empresário rural das Regiões Sul e Sudeste e não encontrar nem adequar a fonte para sanear, para corrigir distorção que vem aniquilando e nos transformando num gueto de miséria. Isso não!

Há a solução para o grande tomador, que é justa, porque não se faz agricultura com juros de agiotagem oficial praticados nos últimos dez anos. Não há agricultura competitiva e moderna que suporte isso. É mais injusto, macabro, nefasto não encontrar recursos para equacionar o FNE, o FNO, o problema do pequeno agricultor, até porque esses recursos são de fundo constitucional.

Esta Casa tem autoridade de dar, nesses recursos, o desconto que quiser para tornar mais justa a política de geração de emprego.

Gostaria que votássemos a favor, mas se o Governo assumir o compromisso de acatar a Emenda nº 4, do Senado — originalmente Emenda nº 13 —, que dá rebate compatível aos juros escorchantes praticados ao longo dos últimos dez anos.

Juros que dizimaram toda uma agricultura de sequeiro. O Nordeste já exportou mais de 300 milhões de dólares por ano em óleo de mamona, e hoje não



exporta sequer 30 milhões, porque a correção monetária aplicada para as lavouras de sequeiro tirou o homem do campo.

Os recursos para bancar a migração, para bancar o homem na periferia de Salvador, de Recife ou de Fortaleza são muito maiores do que um subsídio explícito ao financiamento do sisal, da carnaúba, da mamona, do caroá, das culturas de semi-árido, culturas que o mundo continua produzindo: o México, a Tanzânia e a Etiópia. É mais fácil arranjar dinheiro para isso do que ir atrás de verba suplementar para a segurança, para a educação, para o saneamento.

Líder Arnaldo Madeira, vamos votar a Medida Provisória nº 9, mas queremos a garantia de que estejam assegurados os recursos do FNE e do FNO para poder se dar o rebate ao devedor, ao agricultor, ao irrigante.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Sobre a mesa o seguinte requerimento, do Deputado Fernando Coruja:

“Requeiro, nos termos do art. 117, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam as emendas do Senado Federal apresentadas à Medida Provisória nº 9-A votadas uma a uma”.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Quero fazer uma correção. O Deputado Arnaldo Faria de Sá havia sido chamado anteriormente para encaminhar e aguardava receber o texto. S.Exa. está inscrito para encaminhar.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, peço desculpas a V.Exa. e passo-lhe a palavra como o último orador para encaminhar a matéria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a deferência a V.Exa. Quando anteriormente chamado, declinei da manifestação, porque não tinha cópia do relatório do Deputado Confúcio Moura, que me chegou às mãos neste momento. S.Exa. informa que é pela aprovação das Emendas nºs 2, 3, 4, 6 e 8 do Senado Federal, alterando, portanto, o texto que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados.

Na verdade, o Líder do Governo já declarou que não tem compromisso algum com essas emendas do Senado. Portanto, a votação poderá ocorrer, mas o pressuposto de que o veto deverá acontecer é notório. Com o encaminhamento contrário do Líder do Governo, fica claro que não assumirá compromisso com essas emendas. É lógico que a força da bancada agrícola poderá posteriormente derrubar eventual veto do Executivo.

Aliás, aproveito para cumprimentar a bancada agrícola pela força, porque certamente é a única que consegue o que quer dentro do Congresso Nacional. Lamentavelmente, outras bancadas não têm tido a mesma força no sentido de fazer valer suas vontades, o que ela consegue até pela sua persistência.

Não é a primeira vez que apreciamos matérias legislativas com relação a dívidas antigas. A Emenda nº 4 fala de dívidas contratadas de 1994 a 1998, estabelecendo quais são os patamares percentuais que poderão incidir em cada



uma delas, nos anos correspondentes, demonstrando a força que gostaria que outros segmentos também pudessem ter.

Paralelamente à discussão do mérito dessas emendas do Senado à medida provisória, lembro um aspecto positivo: o trancamento da pauta. Estando a pauta trancada, não se poderá votar a PEC da CPMF. Ouvi até alguns comentários oficiais e outros meio oficiosos no sentido de que o atraso da CPMF causaria prejuízo de 400 milhões semanais. No meu modo de ver, pelo contrário, a não-aprovação da CPMF vai trazer lucro para o País. Esses 400 milhões que deixarão de ir para a máquina arrecadadora, para a sanha voraz do Poder Executivo, acabarão ficando no mercado. E 400 milhões a mais no mercado, por semana, certamente representarão uma injeção de recursos extremamente positivos para a economia, o que pode gerar mais empregos. Qualquer emprego que seja gerado é importante, quando, só na região da Grande São Paulo, temos mais de 1,5 milhão de pessoas desempregadas. Repito: a injeção de cerca de 400 milhões por semana na economia, em função do não-pagamento da CPMF, poderá ser um fator extremamente positivo.

Já estamos completando a terceira semana sem a CPMF. A partir de 17 de junho, e certamente na votação das medidas provisórias subseqüentes, iremos conseguir ganhar mais algumas semanas. Politicamente, acaba sendo um fator extremamente positivo. A partir de 17 de junho, quando estará mais quente o momento político-eleitoral, não tendo o Poder Executivo a disponibilização de 400 milhões de reais por semana, não poderá fazer o jogo político que lamentavelmente acontece e acaba favorecendo o candidato oficial.

Portanto, ao encaminhar, quero lembrar apenas um detalhe: o próprio Líder do Governo disse que não está de acordo com o grande acordo que foi



estabelecido. Conseqüentemente, deverão ser vetadas essas emendas. E, lógico, teremos, dentro desse contexto, uma nova situação, que será levada a efeito quando da apreciação do veto.

Mas o fato positivo, sem dúvida alguma, é que enquanto a pauta estiver trancada a PEC que trata da CPMF não será apreciada. Não sendo apreciada, ao contrário do que se diz, a sociedade ganhará 400 milhões de reais por mês, que continuarão no mercado e não irão para o caixa da sanha arrecadadora oficial do Executivo.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Em votação o requerimento assinado pelo ilustre Deputado Fernando Coruja, que propõe o seguinte:

“Requeiro, nos termos do art. 117, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam as emendas do Senado Federal apresentadas à Medida Provisória nº 9-A votadas uma a uma”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 054.4.51.O
Data: 03/04/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Gilza

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Deputado Aloysio Nunes Ferreira, é um prazer dar a palavra a V.Exa., que retorna à sua Casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O prazer é todo meu, Sr. Presidente. Com muita alegria, estou de volta à Casa. E quero comunicar a V.Exa. e à Câmara que reassumo meu mandato na data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Será muito bem-vindo, Deputado Aloysio Nunes Ferreira, ilustre Ministro da Justiça. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Em votação as emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2002 (Medida Provisória nº 9, de 2001). As emendas são as de números 2, 3, 4, 6 e 8, com parecer pela aprovação, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADAS.



O SR. ARNALDO MADEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero que seja registrado o voto contrário do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Registrado o voto contrário do Líder do Governo e de alguns outros seguidores.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Em votação as emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2002 (Medida Provisória nº 9, de 2001), de nºs 1, 5 e 7, com parecer pela rejeição, ressalvados os destaques.

Para que não haja dúvida, estamos votando as Emendas nºs 1, 5 e 7, com parecer pela rejeição, contrário.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADAS.



O SR. WAGNER ROSSI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WAGNER ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero esclarecer que o PMDB agradece o trabalho feito pelo nosso Relator, Deputado Confúcio Moura. O PMDB respaldou os avanços obtidos aqui em defesa do produtor rural. Como houve mudanças no primeiro acordo, é natural que o Líder do Governo analise com o Executivo e resolva caso a caso.

Todavia, ficamos com o Relator em função dos avanços obtidos.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Deputado Wagner Rossi, a Mesa faz suas as palavras de V.Exa. e cumprimenta o ilustre Relator.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Sobre a mesa requerimento de destaque assinado pela Liderança do PT.

“Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da Emenda nº 1 (Senado Federal), oferecida à MP nº 9-A/2001”.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado João Grandão.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o problema do endividamento agrícola não é tratado somente pela Medida Provisória nº 9. Os Deputados desta Casa já se comprometeram com a votação da Medida Provisória nº 24.

Estamos tratando do endividamento, e isso tem de ficar claro, para que, quando aqui chegar a Medida Provisória nº 24, que atende aos pequenos e miniprodutores, possamos votá-la com esta mesma ênfase.

Mas por que destacamos a Emenda nº 1? Para suprimir o § 1º do art. 1º do projeto de lei de conversão, porque temos a convicção de que muitos pequenos produtores que obtiveram financiamento dos fundos constitucionais, principalmente do FCO, estão em situação muito complicada.

O parágrafo é claro: ao prever que é preciso estar adimplente, deixa sem possibilidade de renegociação os inadimplentes. Por essa razão, defendemos a emenda do Senado Federal, que propõe seja suprimido esse dispositivo do projeto de lei de conversão, dando também aos produtores inadimplentes condições de renegociar suas dívidas.

Sr. Presidente, encaminhamos favoravelmente à Emenda nº 1 do Senado Federal, motivo que nos fez apresentar o destaque.



O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, esclareço aos Srs. Parlamentares que solicitamos seja mantido no texto do projeto o § 1º do art. 1º, para que o cidadão inadimplente tenha prazo para adimplir a dívida que contraiu.

Neste momento, nossa posição é pela rejeição da emenda do Senado; portanto, pela manutenção do texto aprovado na Câmara dos Deputados para o referido parágrafo, que confere ao produtor rural prazo até 29 de junho para regularizar sua situação. Caso contrário, conforme relatório do próprio PT, o agricultor dependerá do gerente do banco e, estando inadimplente, não disporá dos benefícios que a lei lhe confere.

Sr. Presidente, o que pretendemos é dar prazo para o agricultor inadimplente acertar sua dívida. Para isso é fundamental rejeitar a emenda ora em apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Para que não haja dúvidas, a Presidência informa que aqueles que queiram aprovar emenda, como é o caso dos propositores do destaque, devem votar “sim”; aquele que queiram rejeitá-la devem votar “não”.

Ou seja, os Srs. Deputados que queiram acompanhar o Relator devem votar “não”; aqueles que queiram acompanhar os autores do destaque devem votar “sim”, pela aprovação da emenda.



O SR. WAGNER ROSSI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WAGNER ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL vota contrariamente à aprovação da emenda.



O SR. JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não quero contraditar, quero apenas observar que concordamos parcialmente com as emendas. Tanto isso é verdade que somente destacamos as de nºs 1 e 7.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 054.4.51.O
Data: 03/04/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Gilza

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Em votação a emenda.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADA.

Está mantido o texto do Relator.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Sobre a mesa outro requerimento de destaque para votação em separado, assinado pelo Bloco Parlamentar PDT/PPS.

“Requeremos, nos termos do art. 161, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da Emenda de nº 7, do Senado Federal, à Medida Provisória nº 9-A, que ‘dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências’, com o objetivo de suprimi-la”.

Assina o Deputado Fernando Coruja.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Está inscrito para encaminhar favoravelmente o Deputado João Grandão. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta emenda é muito parecida com a Emenda nº 1. Estamos apresentamos este destaque apesar de saber do desejo do Deputado Ronaldo Caiado de rejeitar a emenda, apresentada pela Senadora Heloísa Helena depois de ampla consulta aos movimentos sociais.

É preciso que fique claro que não somos contra a Medida Provisória nº 9. Destacamos as Emendas nºs 1 e 7 porque gostaríamos que fosse retirado do texto a necessidade de adimplência. Até acatamos algumas emendas apresentadas por Senadores que não são do PT. Nossa preocupação é com aqueles produtores que estão em situação de inadimplência, entre eles os dos fundos constitucionais, principalmente do Centro-Oeste.

O Partido dos Trabalhadores encaminha o voto “sim”.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero chamar a atenção da Mesa. Com a votação da emenda anterior, fica prejudicado este destaque. O texto é o mesmo para parágrafos diferentes.

Vejamos a redação do § 1º do art. 1º:

“Para adesão às condições previstas neste artigo, os mutuários deverão estar adimplentes com suas obrigações ou regularizá-las até 29 de junho de 2002”.

Se analisarmos o § 1º do art. 7º, vamos encontrar textualmente a mesma expressão:

“Art. 7º.....

§ 1º. Para adesão às condições previstas neste artigo, os mutuários deverão estar adimplentes com suas obrigações ou regularizá-las até 29 de junho de 2002”.

Ora, Sr. Presidente, se já votamos o destaque anterior, que tem o mesmo texto repetido em parágrafos de diferentes artigos, a matéria não pode ser apreciada de novo agora. Já foi votada, e a vontade da Casa foi manifestada na votação anterior. Como a votação foi simbólica, não haveria maiores prejuízos, mas o texto que estamos votando é idêntico ao da emenda votada há pouco.

Regimentalmente, Sr. Presidente, este segundo destaque está prejudicado, porque repete **ipsis litteris** o texto de parágrafo de outro artigo.

Sr. Presidente, V.Exa deverá declarar prejudicado esse destaque, que não poderá ser votado. Se formos ao § 1º do art. 1º, constataremos que é o mesmo texto



do § 1º do art. 7º, até na própria data em que se cita a condição da adimplência, que estava prevista no art. 1º e que também está contada aqui.

Se V.Exa. não considerar como válida essa argüição regimental, pelo menos solicito que a considere como encaminhamento contrário.



O SR. JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Não há necessidade, Deputado João Grandão. Deixe que a Mesa vai resolver a matéria, pois tem decisão formada.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, aceitarei a manifestação de V.Exa. como encaminhamento contrário, porque, apesar de o § 1º referir-se à adesão às condições previstas nesse artigo, ela se refere, obviamente, a **caput** de artigos diferentes. Então, tenho de colocar em votação a emenda, não obstante a manifestação de V.Exa. É o que faço neste instante.

O SR. JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, ainda para contraditar. Há outras razões. A alegação do Deputado é intempestiva.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Deputado João Grandão, não há necessidade. A questão está resolvida. V.Exa. já encaminhou a matéria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 054.4.51.O
Data: 03/04/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Gilza

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Em votação a matéria.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Aqueles que forem pela aprovação devem encaminhar “sim”, os que acompanharem o Relator deverão votar “não”. O que está sendo votado é a emenda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 054.4.51.O
Data: 03/04/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Gilza

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Em votação a emenda.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADA.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Há sobre a mesa e vou submeter a
votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL:



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à sanção.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, terminamos de votar o item 1 da pauta, que se refere à Medida Provisória nº 9, e a sessão não foi prorrogada. Encerrou-se às 18h.

Solicito a V.Exa. que declare encerrada a sessão sem o início da votação da matéria seguinte, porque o tempo da sessão esgotou-se às 18h sem que V.Exa. a prorrogasse ou houvesse pedido nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Lamentavelmente, V.Exa., Deputado Arnaldo Faria de Sá, no momento em que se encerrou a votação — e sabe V.Exa. que não posso interromper o processo de votação —, não permitiu sequer que este Presidente dissesse o que vai dizer agora: a sessão está prorrogada por mais uma hora. V.Exa. tomou a palavra da Presidência no momento em que iria anunciar a prorrogação.



O SR. WAGNER ROSSI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WAGNER ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço apenas um esclarecimento a V.Exa. Em virtude do esforço que estamos fazendo para manter o **quorum**, gostaria que comunicasse ao Plenário as regras que presidirão a sessão de amanhã, para que todos estejamos perfeitamente conscientes do horário em que se iniciará a Ordem do Dia.



O SR. CLOVIS ILGENFRITZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CLOVIS ILGENFRITZ (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, estou encaminhando projeto de lei que altera o art. 18 da Lei nº 9.612, que institui o serviço de radiodifusão comunitária. O projeto deverá aumentar a atividade de propaganda diária das rádios comunitárias em até 20%.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para informar que amanhã deixarei esta Casa, onde exerci o mandato de Deputado Federal, na vaga de suplente. Deixo aqui o último projeto, minhas despedidas e meus agradecimentos a todos pelo bom tratamento recebido e pelo companheirismo. Parabenizo a Câmara dos Deputados pelo trabalho que desenvolveu nos últimos quinze meses.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Cumprimento V.Exa. pelo desempenho, pela assiduidade e pelo interesse demonstrado ao longo do tempo em que esteve na Casa.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Vou responder ao Deputado Wagner Rossi. Chamo a atenção do Plenário para a informação que darei novamente, fruto de entendimento unânime do Colégio de Líderes.

O horário da sessão extraordinária de amanhã vai ser adotado nas próximas quintas-feiras, até a realização das convenções partidárias, quando haverá algumas modificações no processo de decisão do Plenário. As sessões de quinta-feira, inclusive a de amanhã, iniciar-se-ão às 9h, com o Pequeno Expediente e outras comunicações. Às 11h daremos início à Ordem do Dia, que poderá se estender até às 14h.

Portanto, é a decisão tomada pelos Srs. Líderes e que pretendo, com a colaboração de todos os Srs. Parlamentares, implementar já a partir desta quinta-feira, na convicção de que contaremos com a presença expressiva de V.Exas. para as deliberações.



O SR. ALDO ARANTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALDO ARANTES (Bloco/PCdoB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada ontem, considerou constitucional a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.621, de 2002. A questão é de alta relevância porque a Constituição brasileira estabelece que compete a esta Casa zelar por suas prerrogativas.

O entendimento da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação é o de que o Tribunal Superior Eleitoral não normatizou o processo eleitoral, mas, sim, legislou, criou norma nova e, por isso mesmo, interferiu na prerrogativa do Poder Legislativo. Ademais, Sr. Presidente, isso foi feito a menos de um ano das eleições. A Constituição é clara: qualquer alteração nas normas eleitorais deve ser feita pelo Congresso Nacional, mediante lei e nunca por meio de normas ou pelo Judiciário.

Por isso, apelo a V.Exa. para que, de imediato, traga a matéria para o debate neste plenário. V.Exa. é democrata, dê o seu parecer. Levantei questão de ordem, a matéria foi para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que se manifestou. Portanto, apelo para o espírito democrático de V.Exa. no sentido de que, imediatamente, submeta a matéria à deliberação do Plenário, dada a sua relevância e urgência, porque envolve o próprio Estado de Direito Democrático.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Respondo a V.Exa., Deputado Aldo Arantes, de forma clara e objetiva, não obstante a posição também clara já manifestada pessoalmente por este Presidente em relação à matéria.



V.Exa. agiu de forma correta. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e, logo que possamos destrancar a pauta — o meu espírito democrático só não ultrapassa os limites regimentais —, será, com absoluta prioridade, submetida ao Plenário, que, em última instância, é quem decide se haverá tramitação de proposta de decreto legislativo já aprovada no Senado Federal.

Portanto, é urgente — e concordo com V.Exa. — a manifestação do Plenário, que aprovará ou não o instrumento. E, aprovando, pode ter certeza V.Exa. de que, independentemente da opinião pessoal deste Presidente, a matéria terá tramitação adequada e ágil na Casa.



O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, a respeito do mesmo assunto, o Supremo Tribunal Federal já decidiu que não cabe decreto legislativo contra ato de qualquer Poder, exceto do Executivo. Foi Relator da ADIN a que me refiro o Ministro Celso de Mello.

Ontem, fui à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação defender o despacho de V.Exa., Sr. Presidente. Considero que V.Exa. agiu de acordo com a Constituição Federal. Aliás, consoante o entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal sobre o uso do decreto legislativo.

Cabe a quem estiver irresignado com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral buscar, pelo devido processo legal, a sua revogação. No caso, pelas ações de inconstitucionalidade em curso.

Com o respeito que devo à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pretendo entrar com mandado de segurança contra a tramitação da matéria assim que se produzir ato impugnável nesta Casa.

Também me sinto no dever de dizer isso ao Plenário, em respeito a todos os meus companheiros, deixando claro que considero legítimo que persigam, pelo devido processo legal, a revisão da decisão aqueles que com ela não concordaram. Agora, sustentar que decreto legislativo pode rever decisão — e não é sentença — do Poder Judiciário não encontra suporte na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Oportunamente, a matéria vai ser objeto, tenho certeza, de acaloradas e competentes manifestações dos Srs. Líderes partidários e dos Srs. Parlamentares, em plenário.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Item 2.

“Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 14, de 2001, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia emergencial e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista do Congresso Nacional”.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Requeremos a V.Exa., nos termos regimentais, a retirada da Medida Provisória nº 14/01 constante da pauta da presente sessão”.

Assinam os Líderes do PT e do PFL.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Paulo, para encaminhar a votação.

O SR. JOÃO PAULO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, optei por fazer da tribuna este encaminhamento porque gostaria que o Plenário observasse bem o que vamos votar, senão nesta noite — o que espero —, oportunamente.

Não se trata de decisão que vai separar este Plenário entre Oposição e Situação. Não se trata de separar os partidos, suas responsabilidades e suas idéias. Trata-se de esta Casa definir o que quer para a próxima realidade do Brasil. A medida provisória em questão equivale ao PROER. E todos conhecemos o significado daquela medida; lembramos a quantidade de debates que fizemos por este País afora, a quantidade de artigos e de opiniões divergentes que apresentamos, enfim, pudemos fazer intenso debate sobre o significado do PROER e o prejuízo para a economia brasileira naquele momento e depois.

Sr. Presidente, essa medida provisória não está tendo o devido debate. Como disse, ela equivale ao PROER. Poderemos destinar mais de 20 bilhões de reais a meia dúzia de empresas que se beneficiaram com o processo de privatização das estatais brasileiras e que disseram ao povo brasileiro que buscavam o paraíso.

Foram vendidas as empresas estatais de distribuição de energia; estabeleceram-se contratos com base na nossa Constituição, segundo os quais investimentos e riscos ficariam sob a responsabilidade das empresas que estavam adquirindo as estatais. E o que aconteceu, Sr. Presidente? Apesar do alerta, inclusive desta Casa, o Governo não tomou providências, e veio o racionamento de energia elétrica.



No mês de dezembro passado, fomos surpreendidos com essa medida provisória, verdadeiro regalo para as empresas, pois sugere que elas, presumivelmente, tiveram prejuízos com o racionamento e que, portanto, a sociedade brasileira tem de pagar por eles. Portanto, cada brasileiro vai pagar pelo prejuízo presumível das empresas distribuidoras de energia elétrica.

Ora, Sr. Presidente, não vivemos numa economia liberal? Este não é o Governo neoliberal do PSDB, aliás, caracterizado pelo filósofo Mangabeira Unger como a nova direita do Brasil? Não vivemos numa sociedade capitalista regida pela lei do comércio, pela livre concorrência? Por que nós, brasileiros, teremos de pagar?

Os números da nossa economia apontam que no ano passado não houve crescimento. Se V.Exas. não sabem, o aumento na tarifa de energia para a indústria brasileira vai ser de quase 8%, a serem repassados também para os consumidores. Portanto, a economia vai ser afetada, e não vamos ter crescimento econômico.

Sr. Presidente, com o apoio de diversos Líderes, estou encaminhando pedido de adiamento da apreciação dessa matéria, para que cada Deputado faça a sua avaliação.

Em reunião realizada ontem no gabinete do Deputado Arnaldo Madeira, Líder do Governo, o Relator da matéria, Deputado José Carlos Aleluia, da Bahia, indagado sobre qual seria o valor do prejuízo de cada empresa e qual o prazo que cada uma teria para receber o dinheiro, simplesmente disse que não sabia. O Governo é quem sabe. Perguntei aos membros do Governo quanto cada empresa vai ganhar e por quanto tempo os consumidores vão pagar. Ninguém respondeu. Da reunião participaram representantes da ANEEL, do Ministério de Minas e Energia, do



BNDES, da nova empresa brasileira CDC e da Advocacia Geral da União. Ninguém conseguiu responder, porque o Governo também não sabe.

Portanto, a Câmara dos Deputados não pode votar aquilo que não conhece. Srs. Deputados, não podemos votar medida provisória sem saber o alcance que terá, e não é para os grandes, mas para os pequenos.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Coruja, para encaminhar a votação.

O SR. FERNANDO CORUJA (Bloco/PDT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 14 tem vários dispositivos bons. Por exemplo: o uso da energia alternativa no País. Há dispositivos que beneficiam o Estado de Santa Catarina, como o que prevê o uso do carvão. Certamente, queremos votar a favor dele.

Entretanto, essa talvez seja a mais danosa medida provisória que o Governo Fernando Henrique Cardoso editou no período em que estou nesta Casa. Ela tem três graves problemas. O primeiro: cria tarifaço para os consumidores residenciais e industriais, com o objetivo de arrecadar entre 5 e 7 bilhões de reais, para compensar, em tese, os prejuízos das empresas concessionárias de energia elétrica com o racionamento. Ora, não é verdade que tais empresas perderam; elas tiveram menos lucro.

O jornal **Valor Econômico** de hoje anuncia que as empresas de energia elétrica do País, no ano passado, lucraram mais de 30% em relação ao ano anterior. Portanto, mesmo vendendo menos, elas lucraram mais. Entretanto, o Governo argumenta que o prejuízo, ou seja, a falta de lucro, chega a 3 bilhões de reais. Na verdade, desse valor é necessário descontar os tributos que elas pagam na fonte. Sendo assim, não lucraram 3 bilhões de reais. É absurdo. Vamos supor que essas empresas tiveram prejuízo; vamos supor ainda que o lucro seja maior. Trata-se do capitalismo sem risco, pois as empresas concessionárias de energia elétrica só têm lucro.



O segundo grande problema: estamos comprando energia emergencial, em tese, para impedir um novo apagão, que não deve acontecer, segundo o Governo. Para isso, foi assinado contrato no dia 18 de janeiro, republicado em 18 de fevereiro, para investimento de mais 7 bilhões de reais no setor. Os técnicos no assunto dizem que, com investimento de 2,5 bilhões, seria possível garantir o fornecimento normal. Ora, o contrato, nitidamente, trará prejuízos para o Governo. Na verdade, ele está locupletando as empresas que vão vender a energia. Isso precisa ser revisto.

O terceiro problema: serão emitidos 16 bilhões de reais em títulos pela companhia comercializadora de energia elétrica, para sanear as empresas estatais do setor. São 16 bilhões de reais! É o PROER das estatais elétricas! Depois de sanear o setor, o Governo vai vender e privatizar as empresas. Somos claramente contrários à privatização do setor elétrico do País e muito mais ao investimento, pelo Governo, de 16 bilhões de reais no saneamento do setor.

É preciso chamar a atenção para o problema. Trata-se de grave situação. É preciso que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja cumprida também pela União. De onde sairão os recursos, mais de 20 bilhões? É preciso que haja fonte para tal investimento.

Assiste muita razão ao Líder do PT, Deputado João Paulo, e a todos aqueles que aqui se manifestam no sentido de adiar a discussão da importante matéria. Não queremos mais apagão; queremos ver solucionada a questão da energia alternativa; queremos atender os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, minha terra, com referência ao uso do carvão, mas não podemos permitir que mais de 20 bilhões destinados ao setor energético sejam desviados. É muito dinheiro: equivale a 10% do Orçamento deste País.



É preciso refletir sobre a matéria. Esperamos que o Deputado José Carlos Aleluia encontre uma alternativa e, com a sua grande capacidade, faça bom relatório, que atenda ao povo brasileiro.

Nada de tarifaço, nada de capitalismo sem risco, nada de recursos se esvaindo do setor público para beneficiar a iniciativa privada. Este País precisa de moralidade. Portanto, vamos votar “sim” ao requerimento, pelo adiamento da discussão da Medida Provisória nº 14.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Em votação.

Como votam os Srs. Líderes?

A SRA. TÂNIA SOARES (Bloco/PCdoB-SE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB é favorável à retirada de pauta da matéria.

O SR. DE VELASCO (Bloco/PSL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PL/PSL concorda com a retirada.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB vota “sim”, favoravelmente à retirada.

O SR. DELFIM NETTO (PPB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – O Líder do PT, autor do requerimento, já encaminhou o voto favorável à retirada da matéria.

Como vota o PMDB?

O SR. WAGNER ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o PFL foi um dos autores do requerimento de retirada, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – A Liderança do Governo não se manifesta nesta matéria, até porque diz respeito à orientação das bancadas partidárias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 054.4.51.O
Data: 03/04/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Gilza

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.

A proposta retornará na próxima sessão.



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Presidência dá conhecimento ao Plenário do seguinte ofício:

"Sr. Presidente,

Comunico a V.Exa. e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados que esta Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se amanhã, dia 4 do corrente, quinta-feira, às 14h, no plenário do Senado Federal, destinada à votação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 5, de 2001; à apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2002, e dos Projetos de Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 1, 2 e 3, de 2002.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. protestos de estima e de consideração".



O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – **Apresentação de proposições.**

Os Srs. Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SENHORES:



O SR. DR. HÉLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. HÉLIO (Bloco/PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem fiz sugestão a V.Exa. no sentido de que esta Casa, por intermédio da Presidência, em manifestação formal ao povo brasileiro, em cuja composição há árabes e judeus, expresse posicionamento firme contra todo e qualquer movimento de agressão que possa se universalizar e, como conseqüência, atingir o Brasil.

O posicionamento, a favor da cultura e pela paz, deveria partir de V.Exa. e se somar ao esforço de vários Parlamentares que já se manifestaram às Embaixadas dos Estados Unidos e de Israel, aos representantes da Palestina, posto que não representam a maioria ou a totalidade dos membros do Parlamento brasileiro.

Hoje, jornais do mundo inteiro estampam estarrecedoras notícias sobre a violência no Oriente Médio, em particular a luta entre israelenses e palestinos. Não é conveniente que a Câmara dos Deputados deixe de se manifestar a respeito do conflito. Ela deve assumir seu papel de representante da sociedade civil, composta por diferentes imigrantes, entre eles árabes e judeus.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Solicito a V.Exa. que encaminhe a sugestão à Presidência, nos termos desta manifestação.

Antecipo a V.Exa. que, em nome da Presidência da Câmara dos Deputados, representantes da Comissão de Relações Exteriores estiveram reunidos ontem com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, decidindo algumas ações conjuntas. Entre elas, será definido ainda hoje o envio de representação de Parlamentares à zona de conflito.



Entretanto, tais providências não substituem a manifestação formal, que considero necessária e urgente, em favor da paz mundial, mais especificamente naquela região. O assunto preocupa a todos nós brasileiros, em particular aos descendentes de palestinos e de judeus que se esparramam por todo o País. Nossa preocupação é ainda maior em razão dos fortes laços que nos ligam àqueles povos.

Acolho a manifestação de V.Exa. e a ela darei encaminhamento.



O SR. ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito à Mesa que esclareça se a decisão do Plenário foi pelo adiamento, por duas sessões, da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Não.

O SR. ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, votamos isso.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – O requerimento votado era de retirada de pauta da matéria. Portanto, ela volta à pauta na próxima sessão.

O SR. ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, não foi adiamento por duas sessões?

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Nobre Deputado, pode ter havido requerimento nos termos sugeridos por V.Exa., mas o que aprovamos diz o seguinte:

“Requeremos a V.Exa., nos termos regimentais, a retirada da Medida Provisória nº 14/01 constante da pauta da presente sessão”.

Assinam os Líderes do PT e do PFL.

Portanto, a matéria voltará à pauta na próxima sessão.



O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. CLEMENTINO COELHO (Bloco/PPS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a todos os Parlamentares da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e também a V.Exa. a unânime aprovação do projeto que cria a Universidade Federal do Vale do São Francisco, em sessão extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Foi acatado o parecer do Deputado Gastão Vieira, que contemplou a comunidade acadêmica daquela região. O Presidente Fernando Henrique Cardoso institui, portanto, a primeira universidade federal de caráter regional do País, que atuará, a princípio, nos Estados da Bahia e de Pernambuco, com foco nos ecossistemas do semi-árido e da Bacia do São Francisco.

Queremos agradecer aos Deputados Walter Pinheiro, Gastão Vieira, Walfrido Mares Guia, Pedro Wilson, Gilmar Machado, Esther Grossi, Osvaldo Coelho, Gonzaga Patriota, Jorge Khoury, enfim, a todos, a aprovação de projeto singular e emblemático de interiorização do ensino brasileiro.

As cidades de Petrolina e Juazeiro serão contempladas com dois **campi**. Além disso, o Conselho Universitário Provisório implantará a universidade o mais rapidamente possível, mediante a eleição de reitor **pro tempore**.

Portanto, parabenizamos a Comissão de Economia, Indústria e Comércio pela aprovação do projeto, que esperamos seja votado em breve no plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – A Mesa cumprimenta V.Exa. pelo empenho na aprovação da matéria, Deputado Clementino Coelho.



*O Sr. Aécio Neves, Presidente, deixa a cadeira da
Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Valadares, 1º
Suplente de Secretário.*



O SR. WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, secundando o Deputado Clementino Coelho, quero registrar a importância da aprovação, pela Comissão de Educação, do projeto que cria a Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Trata-se da primeira universidade com abrangência em mais de um Estado brasileiro. A iniciativa é de grande relevância para o desenvolvimento econômico e agroindustrial do Vale do São Francisco e para o atendimento de antiga reivindicação dos estudantes da região.

Sr. Presidente, fomos contrários ao projeto em outra ocasião porque contemplava um único Estado. Agora, alcançamos a vitória, mediante emenda de minha autoria.

O povo de Juazeiro, Petrolina e de todo o Vale do São Francisco está de parabéns. É uma experiência ímpar. Teremos oportunidade de aproveitar a estrutura de instituições já existentes para instalar a universidade e atender à carência da população local.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Cumprimento V.Exa., Deputado Walter Pinheiro, pelo entusiasmo em relação à matéria.



O SR. DR. ROSINHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico que dei entrada hoje a proposta de emenda constitucional que conta com amplo apoio dos colegas, no sentido de garantir estabilidade à servidora gestante em cargo de comissão. Sabemos de casos de funcionárias com gestação de alto risco que foram afastadas dos referidos cargos. Por isso, tomei a iniciativa.

Também protocolei projeto de lei que estabelece a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados na compra de equipamentos pelas Prefeituras do País.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Peço aos Srs. Parlamentares que sejam breves, pois precisamos encerrar a sessão.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Magno.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diversos eleitores da minha região, o Vale do Aço, indagaram se eu estava realmente gazeteando os trabalhos da Casa ontem. Esclareço que, em virtude da irrefletida decisão do ilustre Presidente Aécio Neves — a quem respeitamos —, não tive oportunidade de registrar minha presença em plenário. Entretanto, quero informar que estava na Comissão Mista de Orçamento, participando de audiência pública que contou com a presença do Presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Portanto, está respondida a pergunta dos meus conterrâneos.

Aproveito este momento para registrar que encaminhei ofício ao Presidente Aécio Neves, manifestando-me sobre a necessidade de a Câmara dos Deputados agir de forma mais efetiva em relação à siderurgia nacional, que tem sido constantemente penalizada por medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos. Solicitamos a S.Exa. que constitua Comissão para examinar o assunto e que convide representantes do Instituto Brasileiro de Siderurgia e da USIMINAS, cuja privatização mudou o modelo de produção de aço no País, a participar das discussões.



A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PPB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é inquestionável que, com o advento da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, houve certo equilíbrio na relação entre consumidor e fornecedor de bens ou serviços.

Decorreu da lei conscientização maior da população quanto aos seus direitos e à necessidade de maior mobilização, no sentido de discutir a violação dos mesmos, perante os órgãos de defesa do consumidor.

Também é inquestionável o papel dos PROCONs e das Promotorias de Defesa dos Consumidores no território nacional, que montaram verdadeiro exército no combate aos abusos e à violação dos direitos dos consumidores.

Em que pese todo o aparato e a conscientização da sociedade, persiste ainda, em determinados segmentos, o abuso contra o consumidor, maquiado por lacunas da própria lei, impedindo de certa forma a atuação dos órgãos protetores.

Refiro-me, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao anúncio de vendas em todos os setores da imprensa, principalmente de automóveis. A televisão, por exemplo, dedica tempo enorme à focalização de produto destacado em imagens enormes. Preço, condição de pagamento, taxa de juros e outras informações são anunciados em letra ilegíveis, por tempo mínimo. Além disso, fica impossível a visão real do bem pelo uso, na maioria das vezes, de fotos ilustrativas.



Da mesma forma, quando veiculada na imprensa escrita, a foto do produto e a chamada são destacadas em tamanho e posição uniformes. Porém, no rodapé ou ao lado da página vem a anotação, com letras minúsculas, quase ilegíveis, das condições de pagamento, modificando ou dificultando o entendimento do conteúdo do anúncio. E, ao final, diz tratar-se de fotos ilustrativas.

Visando coibir esses abusos e suprir as lacunas da lei, nesta data apresentei projeto de lei alterando os arts. 36 e 37 da Lei nº 8.078, de 1990, o Código de Defesa do Consumidor, proibindo o abuso e classificando a prática como abusiva contra o consumidor, conseqüentemente, submetendo os infratores às penas previstas.

Muito obrigada.



A SRA. ANGELA GUADAGNIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ANGELA GUADAGNIN (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje foi instalada a CPI da CPMF na Câmara dos Deputados, que terá papel importante neste momento em que discutimos a prorrogação da vigência da contribuição.

É importante que a Comissão ouça representantes do Banco Central, da FEBRABAN e dos Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social, a fim de saber como são arrecadados e distribuídos os recursos oriundos da cobrança da CPMF. Além disso, temos de ouvir a Receita Federal, que tem poder fiscalizador sobre quem paga e quem deve Imposto de Renda.

Muito obrigada.



O SR. PAULO MAGALHÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, quero dar conhecimento à Casa que apresentei projeto de lei para alterar o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

O referido projeto visa inserir as ações relativas a acidentes de trabalho entre as causas a serem conhecidas e executadas pelos Juizados Especiais Cíveis e ainda elevar o teto das indenizações de 40 para 60 salários mínimos, a exemplo do valor fixado pelos Juizados Especiais Federais.

A iniciativa constitui mais um passo no sentido de ampliar o alcance do bem-sucedido e célere modelo de jurisdição adotado entre nós na década de 70, que ganhou impulso consagrador com a promulgação da Constituição de 1988.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. EDIR OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDIR OLIVEIRA (PTB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na manhã de hoje, em ato que contou com a presença do nosso futuro Presidente da República, Ciro Gomes, do Presidente do PTB, Deputado José Carlos Martinez, do nosso Líder na Câmara, Deputado Roberto Jefferson, e do nosso Líder no Senado, Senador Carlos Patrocínio, o Movimento da Juventude Trabalhista do PTB lançou campanha nacional, incentivando o jovem de 16 anos a tirar o título de eleitor.

Amanhã, às 11h, junto com o Presidente Nacional, Carlos Vargas, e a Executiva do Movimento da Juventude Trabalhista, participaremos de audiência com o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, para fazer a comunicação a S.Exa. e buscar o respaldo da Justiça Eleitoral.

Sr. Presidente, dos 6 milhões de jovens brasileiros na faixa etária de 16 a 18 anos de idade apenas um milhão tem título de eleitor.

Obrigado.



O SR. HENRIQUE FONTANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, faço registro de caráter cívico, dirigido à imprensa brasileira. A medida provisória que, felizmente, não votamos há alguns minutos é um absoluto escândalo, do ponto de vista do interesse nacional.

Para que todos tenham idéia de um só ponto, já que não posso falar de todos em um minuto, o aluguel de máquinas para gerar energia vai custar ao Brasil 7,5 bilhões de reais, para ficarem 40 meses disponíveis. Se o Brasil as comprasse, gastaria 2,5 bilhões. Essa é a primeira parte do escândalo.

A segunda: foi feito empréstimo ao BNDES para as concessionárias de distribuição e geração de energia no valor de R\$ 7,2 bilhões. Quem vai pagar o empréstimo? O cidadão brasileiro, pois a tarifa de energia elétrica residencial teve aumento de 3% e a das indústrias, de 7,9%.

O Brasil precisa discutir o assunto. Não podemos votar a matéria de afogadilho.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Deputado Henrique Fontana, amanhã V.Exa. terá mais tempo para discutir a matéria.

O SR. HENRIQUE FONTANA – Temos de aproveitar todos os momentos, Sr. Presidente, porque tem sido difícil debater o assunto. Parte da Maioria governista retirou o projeto de pauta, e não conseguimos debatê-lo.

Obrigado.



O SR. PEDRO EUGÊNIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei ontem proposta de emenda à Constituição que altera a redação do § 4º do art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre fixação da competência da União e dos Estados para demarcação de limites de áreas litigiosas.

A Constituição de 1988 estabeleceu que, em três anos, os Estados deveriam dirimir os conflitos de fronteira; depois disso, a competência seria da União. Desde então, milhares de conflitos entre Municípios brasileiros estão pendentes, sem que a União se interesse por eles.

A proposta de emenda de minha autoria estabelece a competência dos Estados para dirimir os conflitos. Trata-se de matéria muito importante. Esperamos que tenha rápida tramitação nesta Casa.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Peço aos Srs. Deputados que sejam breves. A Mesa só concederá um minuto a V.Exas., a fim de que todos se manifestem.



O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar da tribuna desta Casa que hoje foi instalada a CPI da CPMF, uma proposta de nossa autoria, com a aprovação de mais de 230 Parlamentares.

Queremos perquirir quatro pontos, Sr. Presidente. O primeiro deles é quanto se arrecada de CPMF neste País. Sabemos, pela voz do Governo, que são 20 bilhões por ano, 400 milhões por semana, 60 milhões por dia, ou seja, cada cidadão paga 40 centavos por dia só de CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Está feito o registro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se V.Exa. me concedeu um minuto, deixe-me falar ou me casse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – V.Exa. já perdeu cinco segundos só nessa reclamação. Então, V.Exa. terá cinco segundos a mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Graças à interferência de V.Exa.

Gostaria que V.Exa. me concedesse um minuto ou eu paro de falar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra por até um minuto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depois V.Exa. me corta a palavra, mas não me corte no meio do raciocínio, Presidente. Assim não posso falar. V.Exa. não está ajudando.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Seja breve, Sr. Deputado.



O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, quero terminar o meu raciocínio, se V.Exa. me permitir. Esta sessão será breve, se V.Exa. não interferir no tempo que concede ao orador.

Esta CPI vai investigar a destinação da CPMF. Queremos saber quanto e para onde vai o que é arrecadado, já que para a Saúde não vai. Todos sabemos que o dinheiro arrecadado com a CPMF serve para pagar o rombo da Previdência, dos bancos, da SUDAM; vai para o caixa do Tesouro, para pagar a dívida externa, vai para qualquer lugar, menos para a Saúde.

A CPI da CPMF vai descobrir o destino do dinheiro arrecadado.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Eni Voltolini.

O SR. ENI VOLTOLINI (PPB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresento projeto de lei que vai ao encontro do que tanto se busca nesta Casa: ética e transparência. Estamos enveredando para um período eleitoral em que os comerciais certamente bem apresentados e bem produzidos tentarão lançar para a sociedade uma impressão que nem sempre é verdadeira.

Este projeto de lei visa identificar claramente quando a pessoa é ator contratado ou não, para que o processo de indução, normalmente utilizado nas propagandas e comerciais, seja o mais verídico possível.

É o teor deste projeto de lei, que altera o art. 37 da Lei nº 8.078.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, solidarizo-me com o Deputado Henrique Fontana pelo pronunciamento em que solicita que a imprensa promova debate sobre a criminosa medida provisória que impõe aumento de 2,9% aos consumidores de energia elétrica, premiando as distribuidoras, que grandes lucros tiveram no Brasil durante o período do racionamento.

Sr. Presidente, apresentei projeto de lei complementar, em parceria com o Deputado Luiz Alberto, que corrige uma distorção no mercado de combustíveis.

Os Estados cobram ICMS sobre um valor quarenta ou cinquenta centavos maior do que o preço cobrado do consumidor, ou seja, cada consumidor paga dez centavos a mais por litro de gasolina a título de ICMS.

Demos entrada em projeto de lei que estabelece que o valor de referência para a incidência da cobrança do ICMS seja a média dos preços praticados ao consumidor no mês anterior ao da comercialização, para que possa haver redução dos preços ao consumidor.

Obrigado.



O SR. IÉDIO ROSA – Sr. Presidente, estou há dez minutos aguardando minha vez de falar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – V.Exa. está inscrito e logo será chamado.

O SR. IÉDIO ROSA – Já foram chamados muitos que acabaram de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Deputado Iédio Rosa, a relação foi feita aqui, quando todos estavam presentes e pediram a palavra. V.Exa. terá sua vez.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wolney Queiroz.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (Bloco/PDT-PE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui registrar minha indignação com a edição da Medida Provisória nº 14, de 2001, que dispõe sobre a expansão de oferta emergencial de energia e que determina a cobrança de sobretaxa para os consumidores de energia.

No Estado de Pernambuco, o cidadão está pagando 15,17% a mais pela energia que consome. Em quatro meses, as tarifas já sofreram três aumentos, que já contabilizam 20,65% no período.

Ora, Sr. Presidente, no Governo FHC a questão da energia elétrica se configura escandaloso caso de polícia. O cidadão brasileiro está pagando por um aluguel de energia emergencial que sofre graves denúncias de irregularidades. Há indícios de superfaturamento e, conforme informações apresentadas ao Ministério Público Federal pelo Prof. Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo — USP, os contratos de aluguel de energia poderão custar aproximadamente R\$ 16 bilhões aos cofres públicos. Segundo o pesquisador, por R\$ 2,5 bilhões é possível construir as usinas que se quer alugar.

O Prof. Sauer teve acesso ao contrato de uma usina a ser instalada em Cabo de Santo Agostinho, que custará cerca de R\$ 80 milhões, e o Governo pagará pelo aluguel no período de 42 meses o montante de R\$ 281 milhões. E o mais espantoso é que essa situação se repete em todos os outros contratos.

Sobre o investimento de energia emergencial, o especialista acredita que 28 dos 29 contratos anunciados poderiam custar R\$ 15,5 bilhões. Analisando



detalhadamente os estudos do Prof. Sauer, verificamos que para operar os 2.153,6 megawatts custaria cerca de R\$ 2,5 bilhões. Este montante seria suficiente para construir as usinas e mantê-las permanentemente, por 20 ou 30 anos, e o Governo gastará aproximadamente R\$ 7 bilhões para alugá-las por menos de quatro anos.

Isso comprova mais uma vez a irresponsabilidade do Governo FHC com a coisa pública, o que se traduz em prejuízos para o setor produtivo nacional, pois energia cara significa menos desenvolvimento e conseqüentemente elevação da taxa de desemprego.

Há que se registrar aqui, Sr. Presidente, que a eleição do Sr. José Serra à Presidência da República seria a continuação de todo esse desastre que está sendo financiado com o sofrimento do nosso povo, que mais uma vez é sacrificado para garantir os interesses de uma minoria desprezível.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado José Antonio Almeida.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Bloco/PSB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar brevemente que venho de uma entrevista, realizada no Hotel Nacional, com o ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo Roberto da Costa Leite.

S.Exa., após ter passado adiante a Presidência daquela corte, acaba de se aposentar e ingressa amanhã no Partido Socialista Brasileiro. S.Exa. se despede da função de juiz, que exerceu com brilhantismo durante dezoito anos, e, aos 53 anos de idade, entra para a lida política.

O ex-Ministro Paulo da Costa Leite recebeu convite do Governador Anthony Garotinho, candidato à Presidência da República pelo Partido Socialista Brasileiro, para ser seu companheiro de chapa, convite que foi aceito. O ex-Ministro colocou-se à disposição do partido, tal como comunicou a toda a imprensa brasileira na referida entrevista, onde chegou já despido da toga, em seu carro particular.

Era o que tinha a dizer.



O SR. JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou protocolando requerimento em que envio ao Poder Executivo indicação para que o SICRED, instituição financeira do Mato Grosso do Sul, seja autorizado a distribuir os recursos dos fundos constitucionais.

Ao mesmo tempo, protocolo documento em que sugiro ao Ministério da Integração Nacional que o SICRED de Mato Grosso do Sul seja incluído entre as instituições financeiras autorizadas a efetuar a distribuição de recursos constitucionais do Centro-Oeste.

Fui Presidente do Sindicato dos Bancários na região da Grande Dourados. Tenho conhecimento de causa sobre aquela instituição e sobre a forma como trabalha e opera com todas as linhas de crédito do BNDES.

Portanto, a instituição está tranqüilamente em condições de assumir tais funções. Não se trata de querer fazer concorrência com o Banco do Brasil, mas simplesmente de atender aos associados do SICRED do Mato Grosso do Sul, empresa que certamente está apta a operar com os recursos dos fundos constitucionais.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Quero dizer a V.Exas. que o Presidente já deveria ter encerrado esta sessão, mas estamos dando oportunidade para que todos os Srs. Parlamentares que estão aqui dêem seus pronunciamentos como lido. Então, peço a compreensão e solicito que sejam breves.



O SR. GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, comunico que amanhã a Comissão do Estatuto da Igualdade Racial, presidida pelo Deputado Saulo Pedrosa, estará em Uberlândia, ocasião em que será recepcionada pela Coordenadoria Afro-Racial — COAFRO, da Prefeitura daquele Município.

Estaremos fazendo importante debate com o objetivo de dar a contribuição do Estado de Minas Gerais para esse estatuto que consideramos fundamental.



O SR. IÉDIO ROSA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. IÉDIO ROSA (PFL-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) –

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País experimenta singular fase de violência. O povo clama pela proteção das Polícias Civil e Militar, subordinadas a cada Estado. Só que a cada momento constatamos sua impotência diante dos crimes que ocorrem cotidianamente.

As razões são óbvias: falta de orçamento compatível para cada Secretaria de Segurança de Estado que assegure ao policial rendimento que lhe permita, e a toda a sua família, sobrevivência compatível com a importância do cargo que exerce; efetivo em recursos humanos que possa atender, indistintamente, todos os Municípios, quer com policiamento ostensivo suficiente, quer com polícia judiciária devidamente adaptada a processar todas as ocorrências em tempo hábil e legal; falta de um setor técnico e científico para apuração dos delitos, proporcionando elementos firmes de convicção ao Ministério Público, para obtenção da verdadeira justiça; e, por fim, inexistência de um sistema prisional que possibilite o cumprimento da pena, com respeito ao apenado.

Visando a solucionar problema de tal monta em busca da tranqüilidade da nossa sociedade, inúmeros Parlamentares fizeram tramitar, nesta Casa, vários projetos, alguns propostos desde o ano de 1995.

Entre esses projetos, alguns visam a possibilitar a criação de uma verdadeira polícia municipal, não só para proteger bens públicos, mas também para exercer, sob a orientação da Polícia Militar, o policiamento ostensivo.



Em boa hora, os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal determinaram a criação de uma Comissão Mista de Segurança Pública, da qual sou membro indicado pelo Partido da Frente Liberal e onde estou atuando com grande satisfação, com a finalidade de condensar todos os projetos sobre segurança pública. Essa Comissão deverá apresentar seu relatório ainda nesta semana.

Dos diversos projetos, o mais importante diz respeito à criação de um Fundo Nacional de Segurança Pública, constituído por recursos oriundos da União, dos Estados e dos Municípios. Acredito que, a partir da constituição de tal fundo, teremos recursos suficientes para fazer face às necessidades financeiras das instituições responsáveis pela segurança pública no País.

Ora, com recursos financeiros os policiais disporão de melhora salarial e boas condições para executar seu trabalho, inclusive utilizando meios científicos e técnicos nessa atividade-fim.

A emenda constitucional que está sendo preparada pela ilustre Sub-Relatora da Comissão, Deputada Zulaiê Cobra, visa a transformar as guardas municipais em polícias municipais com poderes para realizar o policiamento ostensivo sob a supervisão da polícia estadual, desde que haja convênio com as Prefeituras municipais.

Essa emenda congrega as demais — PEC nº 95, de 1995, do Deputado Fernando Zuppo; PEC nº 613-A, de 1998, da Deputada Zulaiê Cobra; PEC nº 87, de 1999, do Deputado Wanderley Martins; PEC nº 240, de 2000, do Deputado Rubens Furlan; PEC nº 247, de 1995, do Deputado Alexandre Ceranto; PEC nº 250, de 2000, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; PEC nº 284, de 2000, do Deputado Rubens Medeiros; PEC nº 291, de 2000, do Deputado Mauro Benevides; PEC nº



317, de 2000, do Deputado Francisco Garcia; PEC nº 392, de 1996, do Deputado Corauci Sobrinho; PEC nº 409, de 1996, do Deputado Regis de Oliveira; PEC nº 449, de 2001, do Deputado Edmar Moreira; PEC nº 87, de 1999, do Senador Romeu Tuma; e outras propostas. Tais medidas, tenho certeza, representarão o início de uma revolução positiva para solução da violência no nosso País.

Aguardamos, pois, o relatório geral da unificação das Polícias Civil e Militar.

Era o que tinha a dizer.



O SR. JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa a palavra.

O SR. JOÃO LEÃO (PPB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico a esta Casa que, após a desobstrução da pauta pelas medidas provisórias que estão em votação, votaremos a PEC nº 57-A, de nossa autoria e que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Semi-Árido. Esta PEC mudará a vida das pessoas, principalmente dos pequenos produtores do semi-árido brasileiro. Serão beneficiadas as regiões do Vale do Jequitinhonha, do Vale do São Francisco, os Estados do Nordeste e a grande Simão Dias, no Estado de Sergipe, que V.Exa tão bem representa nesta Casa.

Muito obrigado.



O SR. ROBÉRIO ARAÚJO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa a palavra.

O SR. ROBÉRIO ARAÚJO (Bloco/PL-RR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, quero registrar triste situação por que passa o Brasil. O Brasil hoje está entre os 22 países com o maior índice de casos de tuberculose ocorridos no ano de 2000. Se o Brasil não conscientizar os portadores desta doença, certamente esse índice aumentará.

Não podemos ser apenas campeões em situações drásticas. Temos de dar exemplo para que a população possa adquirir novos hábitos e se curar dessa doença tão grave que afeta todo o País.

Mais um relatório vergonhoso é divulgado, mostrando o quanto o Brasil está deficiente em vários setores, principalmente no médico-hospitalar.

Não bastassem os problemas vividos em quase todos os Estados brasileiros com a incidência da dengue, que tem provocado mortes e se transformado, em algumas cidades e regiões, numa verdadeira epidemia, agora aparece uma estatística bem mais grave.

Para tristeza de todos nós, a Organização Mundial de Saúde acaba de mostrar que a tuberculose vem avançando em todo o Brasil e faz severas críticas à estratégia brasileira de combate à doença. Isso apesar de sermos uma das nações que mais gastam no combate à tuberculose.

Repito: estamos entre os 22 países que concentram 80% dos 8,7 milhões de casos da doença registrados em 2000.



Os dados da OMS apontam que tivemos em 2000 cerca de 116 mil pessoas com tuberculose, o que é contestado pelo Ministério da Saúde, cujos cálculos estão em torno de 100 mil.

Um número ou outro não importa; o que preocupa é que a quantidade aparece como muito elevada; e, se a estratégia de tratamento não mudar, a quantidade de pessoas com a doença estará sempre aumentando.

O maior problema está na grande quantidade de pessoas que abandonam o tratamento, mesmo recebendo os medicamentos gratuitamente através do Sistema Único de Saúde — SUS, cujos gastos anuais ultrapassam R\$30 milhões.

Apesar das dificuldades encontradas com a falta de recursos para a contratação de mais profissionais para atuarem como agentes comunitários, o Ministério da Saúde começou a desenvolver importante trabalho de acompanhamento dos pacientes portadores da tuberculose. Um desses programas, idealizado pela OMS, é a estratégia Directly Observed Treatment-Short Course — DOTS, que vem a ser o tratamento supervisionado da tuberculose, ou seja, o acompanhamento da medicação aos pacientes, ação já implantada em vários Municípios brasileiros.

Reconhecemos e elogiamos os esforços do Ministério da Saúde no combate à tuberculose. Esse trabalho, no entanto, pode-se tornar mais eficiente, desde que sejam tomadas algumas medidas simples, tais como:

- desenvolver uma campanha de divulgação mais ampla e consistente para conscientizar o paciente de que ele precisa fazer o tratamento e tomar os remédios até a cura total da doença;



- elaborar prospectos informativos sobre o DOTS, enviá-los às Prefeituras Municipais para distribuir à população e promover maior acompanhamento de doentes de tuberculose;
- fazer diagnóstico mais rápido, aumentar o número de unidades de saúde, melhorar a qualidade dos exames, capacitar médicos e enfermeiras; e,
- procurar envolver a sociedade no combate à doença.

Creio que só assim, com um trabalho mais eficaz e intenso, poderemos, num futuro bem próximo, tirar o Brasil desse triste quadro em que se encontra, situando-se no **ranking** dos países onde a incidência da tuberculose é das mais altas.



O SR. ORLANDO DESCONSI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ORLANDO DESCONSI (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro meu último projeto — Projeto nº 15 —, elaborado juntamente com o Deputado Carlito Merss, apresentado nesta Legislatura, que institui a modalidade de crédito fundiário, e dá outras providências, visando beneficiar os pequenos agricultores.

Após o período de quinze meses nesta Casa, agradecemos aos servidores do meu gabinete, que foram tão prestativos, assim como ao conjunto dos Deputados, com os quais tivemos embates duros em decorrência das diferenças, mas que permanecerão colegas nossos. Pedimos escusas pelos momentos em que, eventualmente, passamos dos limites.

Um abraço a V.Exa., Sr. Presidente, que muito bem tem presidido as sessões, a todos os colegas Parlamentares, aos servidores desta Casa, ao povo do Rio Grande do Sul e ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Parabéns, Deputado Orlando Desconsi, pela participação de V.Exa. na Câmara dos Deputados. V.Exa., que trabalhou com muito brilho, seriedade e correção, deixará saudades não somente aos Parlamentares mas também a todos os seus funcionários. Onde V.Exa. estiver, saiba que levará a sua contribuição.

Parabéns a V.Exa. e que Deus o acompanhe em todos os seus passos!



O SR. FIORAVANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FIORAVANTE (PT-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) –

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está oficializada, mais uma vez, a inconstitucionalidade, a imoralidade e a insanidade da fantasia palaciana. A data de anúncio, primeiro de abril, deixa transparecer o cinismo daqueles que acreditam ser o salário mínimo de 200 reais suficiente para a sobrevivência de uma família de quatro pessoas, conforme rege o art. 7º da Constituição Federal.

A ação do Governo de Fernando Henrique Cardoso, no entanto, só não é pior porque, no ano passado, a grande maioria dos Parlamentares do Congresso Nacional travou uma briga ferrenha para que o salário mínimo chegasse a 200 reais, enquanto o PT queria que fosse de, pelo menos, 220 reais.

A intenção de FHC era fixá-lo em 189 reais, concedendo um reajuste de apenas 5% em relação ao salário anterior. Ora, se a intenção palaciana se tivesse confirmado, sequer metade do aumento do custo da cesta básica de alimentos no Distrito Federal seria repostado. Mesmo assim, o aumento de 11,1% é inferior ao aumento da cesta básica de alimentos nos últimos doze meses em dez das dezesseis capitais, onde são feitas pesquisas pelo DIEESE. Tomando-se por base o INPC, que mede a inflação nas famílias com renda de um a oito salários mínimos, que ficou em 9,44% no ano passado, o salário teve aumento de menos de dois pontos percentuais acima da inflação.

O DIEESE revela que, desde a criação do salário mínimo, em maio de 1940, e convertendo seus valores para o real, a tendência de queda é constante, com uma



exceção na década de 60, mas com a intensificação e consolidação do achatamento a partir dos anos 90.

O próprio IBGE, instituto oficial do Governo, reconhece que a renda dos brasileiros encolheu, no ano passado, e pela terceira vez consecutiva, 3,9%, em média. Aqueles que trabalham com carteira assinada tiveram perda maior: 4,9%.

No Brasil, 56% dos trabalhadores recebem até dois salários mínimos mensais, mas metade desses recebem até um salário mínimo. Pior ainda, 7% do total dos trabalhadores têm renda de até meio salário mínimo por mês. Tomando-se por base a linha de pobreza internacional, do Banco Mundial, vamos encontrar 30 milhões de brasileiros ocupados no limiar da pobreza e 8 milhões de pessoas no patamar da miséria. No cotidiano e quando se trata de comida no prato, a situação fica ainda pior, já que essa renda terá que ser dividida entre os ocupantes de uma mesma casa que não tem renda própria ou qualquer ocupação.

O principal paradoxo, no entanto, está em centrar-se a discussão sobre percentuais aqui e acolá, ignorando em plenitude o inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal: *“salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”*.

Levando em consideração o custo mensal da ração essencial e o gasto familiar, o DIEESE chegou ao valor, em fevereiro, de um mil e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos, para que o salário mínimo atendesse ao que reza a Constituição Federal. O valor é 6 vezes maior do que o salário mínimo então vigente



e 5,42 vezes maior do que o valor do salário mínimo ironicamente publicado em primeiro de abril.

Essa política nefasta, insana, mas não impensada, resultado da submissão deste Governo aos interesses internacionais e de sua adesão ao neoliberalismo, fez com que, nos últimos anos, se acirrasse ainda mais a desigualdade social no Brasil. Os 10% mais ricos amealham um rendimento 22 vezes maior do que os 40% mais pobres. Durante a década de Governo do atual Presidente, o próprio IBGE constatou a estagnação da pobreza dos 40% miseráveis, ao mesmo tempo em que aponta a evolução da riqueza dos 10% que estão no topo da pirâmide.

Este Parlamento também é responsável, Sr. Presidente, por se submeter às decisões impostas pelo Palácio do Planalto.

Peço, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado nos veículos de comunicação desta Casa.



O SR. LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, com o apoio da Reitora Milca Severino Pereira, a Universidade Federal de Goiás — UFG está incentivando a busca de identidade do cinema brasileiro, sob a orientação da cineasta e professora da Faculdade de Artes Visuais, Rosa Berardo. Ela entende que a situação social e política do País trouxe aos cineastas o estímulo para fazer crítica sem preocupar com a censura ou a distribuição, problemas freqüentes no anos 80. Hoje, a liberdade de produção é ampla, e, com essa realidade, tanto o público quanto os produtores passam a exigir mais do cinema.

Refiro-me a esse importante trabalho da UFG, isto é, a essa busca da nova identidade do cinema brasileiro exatamente quando o setor cinematográfico passa a representar com mais fidelidade a cultura brasileira e se identificar com as causas nacionais. Quer a Universidade Federal de Goiás promover a adaptação de obras literárias e a retomada de fatos históricos como exemplos dessa busca pela brasilidade. Por isso, as produções estão sendo voltadas para a descoberta do olhar brasileiro e de uma linguagem autêntica para contar histórias da vida nacional.

A Profa. Rosa Berardo aponta o processo digital substituindo o trabalho com a câmara mecânica, usada no cinema. O processo digital, segundo ela explica, faz com que o cineasta use a câmara de vídeo para gravar cenas e reproduzir o processo na película. Essa troca de uso do negativo da película pela digitalização interfere na linguagem, na iluminação, no modo de dispor a câmara, pois ainda se discute muito essa questão da idéia passada pelo trabalho digital.



Lembra a professora que o Congresso Brasileiro de Cinema surgiu há quatro anos e trouxe amparo legal às produções. Os proprietários de cinema firmaram contrato com os produtores de curta-metragem para terem seus filmes exibidos nas salas do circuito nacional. Mesmo depois de criada a Agência Nacional de Cinema para regulamentar a profissão no Brasil, a produção goiana não decolou e se apresenta ainda insatisfatória. Rosa Berardo diz que o interesse do goiano pelo cinema tem sido incentivado com a realização de mostras, mas a cineasta afirma que não é suficiente para formar profissionais.

É propósito da Universidade Federal de Goiás fomentar a idéia de se estabelecer no Estado uma política nessa área. Portanto, quer produzir documentários, filmes curtos, mostras relativas a fatos da história política e social, principalmente de eventos registrados em Goiânia. O Sindicato dos Professores de Goiás aprova a idéia e a Reitora Milca Severino Pereira procura dar-lhe a melhor atenção. Importante é assinalar que a Profa. Rosa Berardo insiste em executar um programa adequado para garantir a produção no Estado baseado na formação profissional. Esse é o objetivo maior e o mais importante é que se pretende também criar em breve uma escola de cinema.

É-me grato, nesta tarde, falar sobre esse programa da Universidade Federal de Goiás, louvando, como de justiça, o interesse da Reitora Milca Severino Pereira e a atividade constante da Profa. Rosa Berardo, que é uma das mais competentes mestras do corpo docente da Faculdade de Artes. Parabenizo o trabalho de ambas e considero relevante que os poderes públicos estaduais, através dos seus órgão de educação e cultura, apoiem o programa. Evidentemente, Goiás está preparando a sua juventude para o mercado tecnológico e, sem dúvida, faz esforços para que seu



ensino universitário capacite as pessoas que, de fato, queiram contribuir para o progresso social e o desenvolvimento cultural do País.



O SR. EDINHO BEZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande pesar que ocupo esta tribuna para relatar que nesse feriado de Páscoa, em Santa Catarina, meu Estado, ocorreram treze mortes em rodovias, em sua grande maioria em acidentes ocorridos na BR-101, mais precisamente no trecho sul, entre Florianópolis, Santa Catarina, e Osório, Rio Grande do Sul.

Foram vítimas deste feriado de Páscoa na "BR da Morte", a BR 101: Sabrina Ronqui, 23 anos; Bernadete Laurentino dos Santos, 58 anos; Bento Tavares, 57 anos e duas outras pessoas não identificadas.

Esse é o resultado da demora da duplicação da rodovia do MERCOSUL, em seu trecho mais crítico.

Sr. Presidente, perdi meu pai naquela rodovia...

É importante chamar a atenção, mas o processo está bem encaminhado. Gostaria de tranquilizar a população, porque, se forem cumpridos os prazos pré-estabelecidos, até o final do ano teremos início da tão sonhada duplicação da BR-101, em Santa Catarina, trecho Palhoça–Osório — 200 quilômetros em Santa Catarina e 100 quilômetros no Rio Grande do Sul.

Faço este pronunciamento para que os órgãos responsáveis pela duplicação se sensibilizem e agilizem o referido processo. Não dá mais para agüentar tantas mortes, ver o povo daquela região, que represento aqui no Congresso Nacional, morrendo na BR, que é de responsabilidade de todos!



O SR. BABÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BABÁ (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que a Comissão de Direitos Humanos votou requerimento importantíssimo para que alguns de seus membros acompanhem representantes da Comissão de Relações Exteriores em visita à Palestina, a fim de intermediar pela paz naquela região.

O Congresso Nacional tem aí papel fundamental. O Brasil é país importante: tem grande população de árabes que sofrem com o peso dos tanques de Ariel Sharon em sua distante terra.



O SR. GIVALDO CARIMBÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PSB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero destacar a importância e o valor das rádios comunitárias, principalmente, como forma de expressão às comunidades que não têm acesso a informações. Por ser um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado, no máximo um quilômetro a partir de sua antena transmissora, tem se revelado muito útil no seu propósito de levar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades.

Em Alagoas, Estado que eu represento, as Rádios Comunitárias têm contribuído para a preservação dos valores éticos e sociais das pessoas e da família e para que o povo alagoano possa manifestar sua opinião sobre determinado assunto. Coisa que até então não acontecia. Hoje, as rádios comunitárias contam com um público grande e atento a sua programação.

Essas pequenas estações de rádio têm se tornado canal aberto à comunidade, inteiramente dedicadas a ela, possibilitando a divulgação de suas idéias, eventos locais, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. Na realidade, as Rádios Comunitárias têm contribuído para o desenvolvimento das comunidades onde elas estão instaladas, seja em noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública, ou ainda na promoção de atividades educacionais, sempre com a preocupação de melhorar as condições de vida da população.

O Serviço de Radiodifusão Comunitária foi instituído pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, com o objetivo de proporcionar informação, cultura,



entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Acredito que esta finalidade está sendo realizada pelas Rádios Comunitárias instaladas em várias regiões do Estado de Alagoas, com responsabilidade e seriedade, levando a informação e proporcionando o exercício da cidadania das populações por elas beneficiadas.

Sr. Presidente, estive no Ministério das Comunicações e constatei mais de dez mil pedidos de instalação de rádios comunitárias. O número de engenheiros para analisar os projetos é reduzidíssimo e, por isso, processos se encontram estacionados há cinco anos.

A Polícia Federal, juntamente com a ANATEL, tem fechado estações de rádio e prendido muitas pessoas. Nesta semana, em Alagoas, dois companheiros de rádio foram presos. É, pois, necessário que a Câmara Federal aprove projetos de lei referente às rádios comunitárias.

O Ministério das Comunicações tem mais de 10 mil pedidos, mas não tem capacidade de verificar nem a documentação dos solicitantes. Por isso está havendo um caos no setor.

Sr. Presidente, faço apelo à Polícia Federal e à ANATEL para que não façam repressão, pois é o Ministério das Comunicações que não vem cumprindo o seu papel constitucional.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Peço permissão ao Deputado Nelson Marquezelli e ao Deputado Ricardo Berzoini, que estão inscritos, para que a Deputada Telma de Souza passe à frente, por motivo de saúde.

A SRA. TELMA DE SOUZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Realmente estou muito gripada, mas, apesar da licença médica, aqui estou. Quero fazer duas comunicações.

Primeiramente quero informar que na próxima quinta-feira, dia 11, às 10 horas da manhã, haverá na Comissão de Viação e Transportes debate sobre tema extremamente importante no Brasil: a regionalização do Porto de Santos, para o qual convido os Srs. Deputados. Se aceito pelo Ministério dos Transportes, que tem como novo titular o Deputado João Henrique, que hoje tomou posse, acredito que será um novo momento para o País. Amanhã farei pronunciamento mais detalhado sobre a questão.

Sr. Presidente, quero agora despedir-me rapidamente de meus parceiros, companheiros e camaradas Orlando Desconsi, Clovis Ilgenfritz e Ana Corso, do Rio Grande do Sul.

A Deputada Ana Corso — Primeira-Dama de Caxias do Sul —, por seu valor, independência, estrutura pessoal, sua luta em prol das crianças e adolescentes, tem deixado indelével marca naquele Estado. Sei que no próximo ano estará conosco.

Sei da peleja do Deputado Orlando Desconsi em defesa do Governo no Rio Grande do Sul. Em função de seus valores pessoais, seu caráter, firmeza ideológica e outras qualidades, sei que também estará conosco no ano que vem. Como diz Caetano Veloso: "Você não está indo embora; só está dizendo a hora que vai voltar".



O querido Deputado Clovis Ilgenfritz, meu mestre dentro do PT, dos tempos antigos — um pouquinho mais do que eu —, fundador do partido, quero que prossiga em suas pelejas e faça o que for melhor para você, para o partido e para o Brasil.

Quero agradecer a esses Parlamentares a amizade e a companhia. Juntos lutamos por um Brasil melhor!

Muito obrigada.



O SR. NELSON MARQUEZELLI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero hoje desta tribuna parabenizar o Prof. Ivan Rebouças Brandão, pelos relevantes e valiosos serviços filantrópicos prestados à Associação das Famílias para Unificação e Paz Mundial, à Associação Mundial de Assistência e Amizade — AMASA, à Federação das Mulheres para a Paz Mundial, ao Conselho de Cúpula para a Paz Mundial e à Associação Mundial dos Meios de Comunicação, assessorando, organizando conferências nacionais e internacionais e proferindo palestras.

Desde 1994, a Associação das Famílias para Unificação e Paz Mundial, apoiada por uma equipe de educadores voluntários, decidiu produzir um programa experimental de prevenção da AIDS, organizando um grupo de voluntários para executar a tarefa, que viajou por vários Estados brasileiros realizando palestras e divulgando as propostas do programa que, na época, já se chamava Jovens de Família.

Através desse programa o Brasil ganhou o mais eficaz e recente instrumento de combate à AIDS já desenvolvido no mundo, que tem por objetivo atuar na consciência das pessoas, reavivando e fortalecendo os princípios familiares, morais e éticos da tradição cristã brasileira, como forma de fortalecer internamente os jovens brasileiros a fim de que adquiram a força de vontade necessária para controlar seus desejos sexuais, evitando o sexo precoce, a gravidez e o aborto na adolescência, as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a AIDS, detendo o



crescimento desses graves problemas, fatores de desagregação social, dentro do território brasileiro.

Com isto, a Associação das Famílias para Unificação e Paz Mundial, entidade fundada pelo Reverendo Sun Myung Moon, tornou-se a pioneira e inspiradora do Projeto Jovens de Família no Brasil, e concluiu através das experiências vivenciadas por este projeto, que a AIDS não é um problema dos governos ou dos médicos, mas de todas as pessoas responsáveis do mundo. A AIDS está infectando e matando recém-nascidos, crianças, adolescentes, jovens, pais e mães de família, muitos dos quais são trabalhadores ativos da economia brasileira.

Recentemente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Prof. Ivan Rebouças esteve proferindo palestras no Estado de Santa Catarina, através do Programa Jovens de Família, tendo recebido de todas as comunidades por onde passou, o reconhecimento das autoridades e de todos os jovens estudantes que participaram do evento.

Assim tem ocorrido com a introdução do programa Aliança pelo Amor Puro, inspirado pelo Reverendo Sun Myung Moon nos Estados Unidos, Canadá, na Europa, na Ásia e na América Latina, em diversos países dos cinco continentes.

Creio que, uma vez que a natureza humana é universal, o Projeto Jovens de Família, produzirá os mesmos resultados.

Por esta demonstração de desprendimento e de louvável iniciativa filantrópica e voluntária do Prof. Ivan Rebouças Brandão e da Associação das Famílias para a Unificação e Paz Mundial, quero aqui, desta tribuna, deixar registrado nos Anais desta Casa a relevância de tão importante trabalho que sem dúvida nenhuma está



contribuindo para auxiliar os nossos jovens a firmarem suas convicções na necessidade do aprimoramento moral e na edificação do caráter.



O SR. RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO BERZOINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro minha indignação e meu protesto em relação a mais uma atitude da Diretoria do Banco Central.

Depois de longa negociação nesta Casa em torno do Projeto de Lei nº 6.031, quando já tínhamos requerimento de urgência assinado pelas Lideranças de todos os partidos da Situação e da Oposição, o Governo, orientado evidentemente pela direção do Banco Central do Brasil, retirou o projeto e anunciou que vai editar medida provisória. Assim como fez com a proposição referente ao Imposto de Renda Pessoa Física, assim como fez quando retirou o projeto sobre a regulamentação da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC, o Governo tomou atitude extremamente antidemocrática e revelou falta de respeito por este Parlamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo ainda avisar a todos os Parlamentares que amanhã acontecerá, no Auditório Nereu Ramos, congresso da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão — ANAPAR. É uma entidade nova, mas que conta com mais de 2 milhões de trabalhadores associados a fundos de pensão.

Era o que tinha a dizer.



O SR. JOSUÉ BENGTON - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB-PA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma luz no final do túnel, por fim, se acende.

Para um observador atento do **status quo** e do desenvolvimento da mineração no País, é fácil constatar-se a verdadeira síndrome que se apossa dos brasileiros encravados nos mais diferentes nichos de nossa sociedade.

Ao correr de nossa história, quando determinado cidadão analisava nossas estatísticas minerais, constatava que o Brasil detém fabulosas reservas de minério de ferro. Sua conclusão, entretanto, era a de que não possuíamos reservas de cobre como o Chile e o Peru.

Outro, ao percorrer as mesmas estatísticas, constatava que nossa Nação detém vultosas reservas de bauxita e arrematava: *“Não possuímos, no entanto, reservas de cobre”*.

E tal fato se repetia, não obstante termos imensas reservas de nióbio, manganês, estanho, terras raras, etc.

Sim, dispúnhamos de tais reservas, mas onde estariam as “nossas” reservas de cobre.

Teorias e teorias eram desenvolvidas para explicar tal estranho fenômeno.

Seria castigo? Seria estupidez de nossos técnicos? Seria irresponsabilidade de nossos governantes?



Nossos esforços para eliminar tão gritante falha e tão vergonhosa ausência foram marcados por investimentos gigantescos em todos os quadrantes do território brasileiro.

Não sei a que atribuir tal síndrome, uma vez que não há país auto-suficiente em tudo. Talvez deva-se atribuir tal sentimento a uma ponta de despeito em relação a nossos vizinhos. Com certeza os verdadeiros responsáveis por tal enfoque seriam a pressa e o desconhecimento de que Deus fez o mundo em seis dias. Poderia tê-lo feito em um átimo, mas, além da façanha, quis o Criador incluir uma lição: a da paciência.

A partir da década de 70 do século passado, a situação começa a reverter-se.

Os depósitos do Vale do Curaçá, na Bahia, mostravam-se mais promissores do que a princípio se pensava.

A mineralização de Camaquã, no Rio Grande do Sul, constatava-se, prosseguia em profundidade.

Goiás mostrava a presença de depósitos de cobre em vários pontos de seu território

Por fim, o Estado do Pará, que já se mostrara detentor de imensas reservas de ferro, de estanho, de bauxita, de ouro, anunciava, através de estudos criteriosos da Rio Doce Geologia S.A., a tão familiar DOCEGEO, ser detentor de cerca de 75% das reservas brasileiras de minério de cobre, que hoje ultrapassam 12 milhões de toneladas de cobre contido, suficientes para abastecer o País por cerca de meio século, levando-se em conta também a reciclagem de sucata.

Desde a constatação dessas reservas, o problema fundamental residia em conseguir-se definir a viabilidade econômica de seu aproveitamento.



Conjunturas desfavoráveis e pouca determinação política adiaram até hoje a implantação do empreendimento mineiro em nosso Estado.

Em novembro último, enfim, a Companhia Vale do Rio Doce anuncia o início da implantação do Projeto Sossego, em que se planeja o aproveitamento de um dos inúmeros depósitos de minério de cobre ocorrentes nas circunvizinhanças da grande mina de ferro de Carajás.

Segundo o Presidente da CVRD, esse será o primeiro passo para que outros depósitos de cobre sejam aproveitados. A produção começará em 2004.

Além de consistir em avantajado investimento, trazendo ampliação na oferta de empregos, aumento na arrecadação estadual, o empreendimento colocará o Estado do Pará em posição mais privilegiada em relação a outros Estados produtores de bens minerais, disputando em melhores condições com o até hoje líder no **ranking** nacional, o fabuloso Estado de Minas Gerais.

Testemunha-se, pois, o início de novo ciclo de mineração no Estado do Pará, um novo ciclo na história da mineração no Brasil: o ciclo do cobre.

Além de tudo isso, a luz que se acende enterrará, definitivamente, a síndrome que nos avassalou ao longo de nossa história. Entraremos, por fim, no rol dos grandes produtores mundiais de cobre.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa **A Voz do Brasil**.

Muito obrigado.



O SR. AUGUSTO NARDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AUGUSTO NARDES (PPB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo inicialmente parabenizar o Deputado Orlando Desconsi, que está se despedindo desta Casa, onde realizou belíssimo trabalho. Meus cumprimentos, Deputado Orlando Desconsi.

Parabenizo também o Deputado Clovis Ilgenfritz, por ter aqui representado tão bem o Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cada dia soam mais candentes as manifestações generalizadas de indignação e de preocupação a respeito dos temas da violência e da segurança pública.

Nada mais justo. Afinal, culminando uma tendência de crescimento que se sustenta há mais de duas décadas, as estatísticas apontam que 40 mil brasileiros morrem por ano, vítimas de atos de violência praticados, em 80% dos casos, com o emprego de arma de fogo.

No entanto, Sr. Presidente, em que pese a evidente gravidade desse quadro, que pode ser traduzido pelo desaparecimento anual de toda a população de uma cidade de porte médio, isto ainda não parece ser suficiente para sensibilizar o Estado e a sociedade no sentido de que se assumam atitudes firmes e se adotem providências eficazes para corrigir, em curto prazo, esta situação que é, sob todos os aspectos, abominável.

De indignação em indignação, de solução paliativa em solução paliativa, de fórmula mágica em fórmula mágica, os Governos Federal e Estaduais empurram vergonhosamente o problema para o colo das gestões seguintes, plantando na



população indefesa as sementes da violência e deixando-a conviver com os seus frutos.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, a experiência da nossa geração tem demonstrado que os nossos Governos reservam judiciosamente suas cotas de indignação apenas para aqueles poucos casos esporádicos que alcançam repercussão nacional, ao passo que convivem com bastante tranqüilidade diante das tragédias pessoais e anônimas que vitimam mais de 40 mil brasileiros por ano.

Até há alguns meses, Sr. Presidente, desde que os grandes atos de violência deixaram de ser exclusividade das periferias da Capital paulistana para se espalhar pelos bairros nobres do interior paulista, os Poderes Executivos literalmente fingiram-se de mortos ante a questão da criminalidade e da violência.

A Presidência da República lavou as mãos sobre o assunto, à espera dos resultados incertos do seu Plano Nacional de Segurança Pública.

Os Governadores assumiram uma postura escapista, acomodada e covarde, eximindo-se de suas próprias responsabilidades para tricotar comparações inúteis sobre qual Estado detém as maiores taxas de violência.

Ante a omissão generalizada, Sr. Presidente, aconteceu o previsível e o inevitável: a criminalidade assumiu ainda maior vulto e, alcançando um patamar até então inédito, começou a beliscar os calcanhares daqueles ilustres e famosos, acostumados a desfrutar, com toda a segurança, das delícias do Jardim do Éden, na Ilha da Fantasia.

A situação da segurança pública, nesse aspecto, é bem semelhante ao quadro da saúde dos brasileiros, Sr. Presidente.



A sociedade e o Estado calam diante da enormidade da catástrofe que se abate sistematicamente sobre os segmentos mais desassistidos da população, vitimada pela desnutrição, pela falta de atendimento médico, por doenças medievais como a hanseníase, a tuberculose, o cólera, a dengue, a verminose.

Todo esse quadro de sofrimento e de aviltamento dos direitos da cidadania é assimilado passivamente, como se fosse apenas mais um fenômeno inevitável da natureza, que acontece em algum recanto remoto, social e economicamente irrelevante para o restante do País.

No entanto, Sr. Presidente, essa atitude de distanciamento, passividade e de inércia não se sustenta à medida que os códigos de endereçamento postal dos doentes vão se tornando mais ilustres, à medida que o mal vai acometendo mais e mais ricos e famosos, à medida que a tragédia sobe ao palco das evidências televisivas.

A analogia entre as questões da saúde e da segurança pública se ajusta à perfeição quando abordamos a epidemia de AIDS, Sr. Presidente, que, coincidentemente, surgiu no início da década de 80, no mesmo momento em que a criminalidade decolava para os patamares absurdos que hoje nos aterrorizam.

Passadas aquelas fases iniciais, Sr. Presidente, quando eram investigadas as causas, os vetores de transmissão e o tratamento da nova doença, constatou-se que o combate ao mal exigia ações em duas vertentes: primeiro, evitar a contaminação de novos doentes e, segundo, controlar os efeitos letais da doença já instalada.

Desde então, Sr. Presidente, as políticas públicas sanitárias, orientadas segundo essas duas vertentes, têm-se mostrado muito eficazes, pois campanhas pela conscientização do uso de preservativos e de seringas descartáveis foram



capazes de reduzir o ímpeto da disseminação do vírus, ao passo que programas de distribuição de medicamentos prolongam com eficácia e qualidade a vida dos que já foram contaminados.

Entendemos, Sr. Presidente, que a questão da segurança pública exige tratamento similar, pois, ao passo que são imperativas as medidas voltadas para a ressocialização de quem foi desviado para o caminho do crime, são ainda mais imperativas as medidas voltadas para evitar que os jovens sucumbam aos apelos da criminalidade.

Em que pesem, portanto, Sr. Presidente, as diferenças quantitativas entre o problema da AIDS, que envolve cerca de 45 mil casos, e o problema da violência, que envolve talvez dez vezes mais, entre criminosos reclusos e à solta, aguardando o cumprimento de mandados de prisão, o fato é que são inegáveis as semelhanças qualitativas nas soluções.

Tanto num caso quanto noutro, Sr. Presidente, são evidentes as grandes dimensões do desafio financeiro para implementar soluções, mas isto não pode de maneira alguma se configurar em obstáculo intransponível, pois estamos entre as dez maiores economias do mundo, não muito longe de países como a Itália e o Reino Unido.

Foi precisamente nesses países, Sr. Presidente, onde se demonstraram exemplos primorosos do que é capaz uma férrea vontade política, quando colocada a serviço do combate a ameaças para a segurança e para a saúde da população: a Operação Mãos Limpas na Itália e o combate ao mal da vaca louca no Reino Unido.



Sr. Presidente, acreditamos firmemente que as questões da violência e da criminalidade, que tanto nos afligem como cidadãos, não se constituem em desafios insuperáveis para o Estado brasileiro.

As soluções são conhecidas e são viáveis dentro de nossas disponibilidades.

No entanto, soluções não se implementam apenas com papel e tinta, mas com muita persistência e determinação executiva, qualidades que, infelizmente, os Governos Federal e Estaduais têm externado de forma muito pífia nesses últimos tempos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo ainda abordar outro tema. A oportunidade de minhas palavras neste pronunciamento, eu a reservo para tratar de matéria que considero de grande relevância no panorama econômico nacional. Refiro-me à necessidade de se dar um tratamento adequado às atividades exercidas por uma enorme parcela dos trabalhadores brasileiros — os diaristas —, para que possam ter acesso aos direitos sociais decorrentes das relações de trabalho.

Para esse fim, apresentamos o Projeto de Lei nº 6.227, de 2002, que *“dispõe sobre a regulamentação da atividade do trabalhador diarista e cria o Comprovante de Pagamento de Diarista — COMPADI”*.

Essa proposição tem como ponto de partida a dissertação do Dr. João Carlos Gross de Almeida, em sua habilitação ao grau de mestre em Direito pela Universidade de Santa Catarina.

Nossa preocupação reside no fato de que a atual legislação trabalhista é pouco flexível para atender à heterogeneidade do mercado, principalmente em áreas rurais que absorvem uma grande parte desses trabalhadores volantes.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o problema social decorrente do abandono legal dos trabalhadores eventuais é uma realidade insofismável.

O sistema de proteção aos trabalhadores empregados, mesmo não sendo perfeito, pela aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, ao menos permite a fiscalização, pelo Poder Público, do pagamento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, oferecendo, assim, instrumentos que garantem aos empregados o acesso aos direitos constitucionais decorrentes da relação de trabalho, além de permitir a organização dos trabalhadores em categorias profissionais, com a identidade e a independência necessárias para exercer pressão direta, através de sindicatos, e indireta, como massa eleitora, para defender seus próprios interesses.

Sem essa proteção, os trabalhadores diaristas tornam-se verdadeiros párias, sem direitos trabalhistas e previdenciários, excluídos da proteção do Estado.

Assim, apesar de decorridos mais de doze anos da publicação da atual Constituição Federal, que determinou que os trabalhadores sem vínculo de emprego tenham os mesmos direitos dos trabalhadores com vínculo de emprego, não foi criado, até agora, um sistema legal que viabilize essa ordem constitucional.

O Projeto de Lei nº 6.227, de 2002, busca oferecer essa proteção através da regulamentação da atividade dos trabalhadores diaristas. Propusemos, outrossim, um sistema operacionalmente viável para a formalização das relações e para o recolhimento das contribuições devidas aos trabalhadores e que são necessárias para garantir-lhes acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, o que é feito por meio de um documento único, o Comprovante de Pagamento de Diarista — COMPADI.



Sr. Presidente, caros colegas, acreditamos que aprovação de nossa proposta acarretará:

1. Imediata regularização da situação trabalhista de mais de 30 milhões de trabalhadores, entre trabalhadores sem carteira e trabalhadores por conta própria, que hoje estão irregulares na forma de eventuais, compreendendo no campo os bóias-frias e, nas cidades, os “chapas”, os domésticos diaristas e outros;

2. Resgate da dignidade dos trabalhadores sem vínculo de emprego, legalizando sua atividade de eventual, criando uma alternativa legal e viável para comprovação de sua condição de trabalhador, desvinculando a comprovação da condição de trabalhador da posse de carteira de trabalho assinada;

3. Efetiva e legal transferência da responsabilidade tributária pelo recolhimento dos encargos sociais para quem deve assumi-la econômica e administrativamente, o capital, que é quem explora essa mão-de-obra;

4. Expressivo e justo aumento da arrecadação previdenciária, pela inclusão dos novos contribuintes, com acréscimo dos valores de exclusiva responsabilidade do tomador do serviço;

5. Sistema de recolhimento diário dos direitos trabalhistas como o 13º salário, férias, aviso prévio e a multa do FGTS com liberação única e anual, fazendo uma poupança compulsória, estimuladora da auto-estima e da dignidade desses trabalhadores;

6. Equiparação das obrigações sociais para relações de trabalho com ou sem vínculo de emprego pela transferência de toda a responsabilidade pelo recolhimento dos encargos sociais para o capital, facilitando a operação dos tomadores de serviço bem-intencionados, com a eliminação da concorrência desleal



baseada na sonegação, e a fiscalização trabalhista e previdenciária, inclusive quanto ao cumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho;

7. Desestímulo à fraude e à sonegação, por envolver valores pequenos para cada trabalhador; e

8. Baixo custo de implantação, pela utilização de sistemas de controle e formalização, em boa parte, já existentes.

Sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, nobres pares desta Casa, a nossa legislação trabalhista está evoluindo para um sistema de vínculos de trabalho com maior espaço para formas alternativas de formalização das relações entre capital e trabalho.

Por todas essas razões, acreditamos que a regulamentação da atividade profissional dos diaristas e a adoção do sistema de arrecadação das obrigações sociais por COMPADI são parte do caminho a ser seguido para o resgate da dignidade desses trabalhadores e para o cumprimento da determinação constitucional de estender a todos os trabalhadores os direitos e garantias trabalhistas fixados no art. 7º da Constituição Federal do Brasil.

Muito obrigado.



O SR. VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. VICENTE CAROPRESO (PSDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar a importante reunião realizada na casa do Deputado Waldemir Moka, de Mato Grosso do Sul, a respeito do preço do gás cobrado hoje na região sul do Brasil.

Estiveram presentes à reunião vários representantes de empresas de gás natural, os fóruns parlamentares dos quatro Estados da região sul do País e também representantes de governo.

É importante levarmos ao conhecimento da opinião pública nossa preocupação com a manutenção da política de emprego do gás natural como fonte energética. O preço hoje cobrado nesses quatro Estados vem tornando inviável sua utilização. Empresas de queima de lenha estão retornando ao mercado, o que, ecologicamente falando, é um retrocesso.

Pretendemos manifestar nossa preocupação ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Estamos preparando um documento juntamente com a PETROBRAS e a ANP para levar a S.Exa. Queremos fazer com que essa fonte energética não poluente se espalhe por todo o País com preços compatíveis.

Muito obrigado.



O SR. PAULO MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. PAULO MARINHO (PFL-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar do adiantado da hora, não poderia deixar de registrar viagem de trabalho que fizemos recentemente ao Japão e à República Popular da China, onde fomos muito bem recebidos.

A China comunista apresenta grande desenvolvimento. Apesar de ter 1 bilhão e 200 milhões de habitantes, não tem inflação, miséria e cresce a taxas de 7,5% ao ano.

Aquele país precisa ser visto pelo Brasil. A China possui um mercado de 1 bilhão e 200 milhões de consumidores, e lá o Itamaraty mantém uma embaixada com apenas vinte funcionários.

Sr. Presidente, por fim, quero deixar registrado o esforço que faz naquele país o embaixador Affonso Celso de Ouro Preto.

Mais uma vez agradeço ao Itamaraty o tratamento recebido.

Era o que tinha a dizer.



O SR. DR. HÉLIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DR. HÉLIO (Bloco/PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde ontem o Líder do PDT, Deputado Miro Teixeira, está em contato com o Ministro Celso Lafer para que S.Exa. envie esforços junto às embaixadas do Brasil no Oriente Médio no sentido de proteger cerca de quinhentos brasileiros que se encontram em Nabus.

Há pouco recebemos a notícia de que cem tanques israelenses estão a caminho daquela cidade, onde existem filhos de palestinos com brasileiros.

O nosso Líder está entrando em contato mais uma vez com o Ministro Lafer, a fim de que a Embaixada do Brasil garanta a vida desses brasileiros e sobretudo lute intransigentemente pela paz na região juntamente com os órgãos diplomáticos, reforçando a posição do Brasil, que deseja a paz duradoura naquela localidade.



O SR. MARCELO TEIXEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCELO TEIXEIRA (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo apenas dizer que, no dia 5 de abril, no Estado do Ceará, em Jaguaratama, acontecerá a solenidade de inauguração da primeira agência postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos naquele Município.

Muito obrigado.



VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que amanhã, quinta-feira, dia 4 de abril, às 16 horas, haverá sessão solene em homenagem aos 64 anos de fundação do jornal **O Popular**.



O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - *COMPARECEM MAIS OS*
SENHORES:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 054.4.51.O
Data: 03/04/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Gilza

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:



O SR. PRESIDENTE (Pedro Valadares) - Encerro a sessão, convocando para amanhã, quinta-feira, dia 4 de abril, às 9 horas, sessão extraordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 054.4.51.O
Data: 03/04/02

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: Gilza

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 16 minutos.)